

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Deise Luiza da Silva Ferraz

“LIVROS EM FESTA”:
A CULTURA ORGANIZACIONAL DA FEIRA DO LIVRO DE
PORTO ALEGRE

Porto Alegre

2006

Deise Luiza da Silva Ferraz

“LIVROS EM FESTA”:
A CULTURA ORGANIZACIONAL DA FEIRA DO LIVRO DE
PORTO ALEGRE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a Dra. Neusa Rolita Cavedon

Porto Alegre

2006

Ao meu filho, Christopher,
pela sua imensurável compreensão.

AGRADECIMENTOS

Iniciar e terminar um mestrado em doze meses não é um empreendimento que se realiza sozinha. Para ter êxito nesse projeto, contei com o apoio de pessoas muito queridas, as quais não poderia deixar de mencionar.

Quero começar, rendendo meus sinceros agradecimentos à Professora Doutora Neusa Rolita Cavedon que, como amiga, acompanhou todos os percalços que enfrentei, durante o ano de 2005, sempre me oferecendo o ombro e conselhos e, como orientadora, em nenhum momento, deixou de me incentivar e acreditar no meu trabalho.

Agradeço também aos meus pais que me apóiam incondicionalmente e as minhas irmãs que estão sempre ao meu lado, independente das decisões que tomo.

Aos membros da Câmara Rio-Grandense do Livro, que acolheram meu projeto e, um agradecimento especial à Sônia Zanchetta que me recebeu carinhosamente em sua equipe e propiciou, além de coletas de dados, ensinamentos de vida.

Agradeço também a todos os monitores que trabalharam na Área Infantil e Juvenil da 51ª Edição da Feira do Livro de Porto Alegre e a todas as pessoas, anônimas ou não, que consentiram a realização das entrevistas.

Aos amigos Eduardo Basso Junior, Félix Rossato Neto e Patrícia Dias, que ouviram pacientemente todas as minhas angústias e dúvidas.

À Professora Doutora Rosinha Carrion, pelos ensinamentos em sala de aula e pelo carinho e compreensão nos momentos difíceis.

Não poderia deixar de agradecer as minhas companheiras de jornada e grandes amigas, Camila Seadi, Luciana Tomedi, Roberta Iochepe, e Vivian Szuchman que, esporadicamente, teimavam em me tirar da companhia dos livros nos fins-de-tarde, momentos que amenizavam a tensão do dia-a-dia.

Agradeço também à Banca Examinadora do Projeto desta Dissertação de Mestrado, Professora Doutora Lúcia Muller e a Professora Doutora Silvia Generali da Costa, pelas suas contribuições.

À Professora Doutora Yeda Swirski de Souza, por aceitar o convite para fazer parte da Banca Examinadora desta Dissertação de Mestrado.

A CAPES, por ter me concedido bolsa de estudo, permitindo, portanto, dedicação exclusiva ao curso.

Enfim, pelas oportunidades e aprendizagens ao longo da caminhada, rendo graças a Deus!

RESUMO

A Feira do Livro de Porto Alegre é um ritual de compra e venda de livros realizado, ininterruptamente há 51 anos, na Praça da Alfândega. Este trabalho objetivou desvendar a cultura organizacional do evento atentando para os fatos administrativos levado a efeito na Praça. Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram traçados: a) verificar os aspectos culturais compartilhados ou não entre os membros da Comissão Executiva da Feira do Livro; b) identificar os palcos, os atores, os autores e os homenageados presentes na cultura organizacional da Feira do Livro; e, c) identificar e analisar os significados atribuídos pelos diferentes atores da Feira (organizadores/ proprietários de livrarias/ vendedores/ compradores/ escritores) ao livro. O método que permitiu a realização dessa pesquisa foi o etnográfico, tendo como técnicas de pesquisa a observação participante, as entrevistas semi-estruturadas e consulta a materiais documentais. O Referencial que deu suporte as análises foram provenientes da Antropologia e da Administração, constituindo, um trabalho interdisciplinar. Tanto os conceitos de rituais (TURNER, 1974; VAN GENNEP, 1978; DAMATTA, 1978-97; PEIRANO, 2001-03 e TEIXEIRA, 1988) quanto o de cultura organizacional (CAVEDON, 2001) permitiram considerar que a cultura organizacional da Feira do Livro de Porto Alegre apresenta aspectos que a homogeneízam como aspectos que a heterogeneízam, sendo que ambos influenciam sobremaneira nos fatos administrativos levados a efeito na Praça. Além disso, desvendar os aspectos divergentes dessa cultura permitiu expor as lutas simbólicas existentes no grupo de participantes deste evento, de modo que, atentar para a heterogeneidade cultural propicia elucidar a distribuição do poder dentro da organização. No que tange aos aspectos homogeneizantes é perceptível que os mesmos colaboram para a manutenção do *status quo* social. No caso específico do objeto de estudo, por sua intrínseca relação entre a organização e a sociedade, emerge de forma evidente que tanto a identidade do porto-alegrense influencia na cultura organizacional do rito quanto à organização do ritual auxilia na construção da identidade desses “cidadinos”, uma vez que a identidade se dá pela via relacional.

Palavras-chave: Cultura Organizacional, Ritual, Fato Administrativo, Etnografia e Feira do Livro.

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Valores das Mensalidades dos Sócios da CRL.....	21
Quadro 2 – Os Três Momentos Distintos do Conceito de Cultura Organizacional	24
Quadro 3 – Desdobramento sobre Cultura nas Organizações	29
Quadro 4 – Intersecção da Teoria Cultural e da Teoria Organizacional	30
Quadro 5 – A Tipologia dos Ritos segundo suas Conseqüências Sociais Expressivas.....	42
Figura 1 – Organograma geral das comissões responsáveis pela organização da Feira do Livro.....	77
Figura 2 – A distribuição das rosas.....	85
Figura 3 – O toque da sineta no encerramento	85
Quadro 6 – Subdivisão do Rito Feira do Livro de Porto Alegre	88
Figura 4 – Cortejo de Abertura da 50º Edição	90
Figura 5 – Baiana no cortejo da 50º Edição	90
Figura 6 – Autoridades presentes na solenidade de abertura da 50º edição.....	91
Figura 7 – Abertura da 51º edição.....	92
Figura 8 – Estruturas alamedas principais.....	120
Figura 9 – Estandes oficiais do evento.....	120
Figura 10 – Estruturas alamedas de ligação.....	121
Figura 11 – As caixas na Praça	121
Figura 12 – Organizando os livros.....	121
Figura 13 – A barraca e os Jacarandás	123

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE	16
2.1 A ORIGEM DA FESTA	17
2.2 O PALCO DA FESTA: A PRAÇA DA ALFÂNDEGA.....	18
2.3 A CÂMARA RIO-GRANDENSE DO LIVRO: A ENTIDADE ORGANIZADORA.....	20
3 CULTURA ORGANIZACIONAL	22
3.1 RELENDO A TRAJETÓRIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL.....	24
3.1.1 O Primeiro Período: Os Anos de 1960.....	25
3.1.2 O Segundo Período: dos Anos de 1980 a Meados de 1990.....	28
3.1.3 O Terceiro Período: dos Meados de 1990 a Contemporaneidade.....	35
3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS RITOS ORGANIZACIONAIS	41
4 RITUAIS	46
4.1 OS RITUAIS NA CONTEMPORANEIDADE	47
4.2 ESTUDO DOS RITUAIS.....	50
4.3 OS ESTUDOS DOS ANTROPÓLOGOS BRASILEIROS SOBRE RITUAIS	58
4.3.1 DaMatta e a Relação entre os Rituais e a Sociedade.....	58
4.3.2 A Sociedade Gaúcha analisada a partir de seus Rituais Festivos	63
5 MÉTODO	68
5.1 BEBENDO A ETNOGRAFIA NA FONTE: CONSIDERAÇÕES DA ANTROPOLOGIA. 68	
5.1.1 O Método Etnográfico segundo Malinowski.....	69
5.1.2 Outras Discussões acerca do Fazer Etnográfico.....	73

5.2 ETNOGRAFANDO A FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE.....	76
5.2.1 A Aceitação do Projeto de Pesquisa pela Câmara Rio-Grandense do Livro.....	77
5.2.2 A Prática Etnográfica.....	79
6 A ANÁLISE DO RITUAL: DESCOBRINDO SEUS DISTINTOS EVENTOS.....	87
6.1 A SOLENIDADE DE ABERTURA: O EVENTO MEDIADOR	88
6.2 A FEIRA DO LIVRO: O RITO NA PRAÇA	93
6.1.1 Eventos Restritos	93
6.1.2 Eventos Populares	98
6.3 ORGANIZAÇÃO DO RITO: A CRL.....	103
6.3.1 Eventos Extraordinários.....	104
6.3.1 Eventos Ordinários.....	110
6.3.1.1 <i>A burocracia como característica gerencial da Produção 01</i>	113
6.3.1.2 <i>O trabalho na Produção 02</i>	115
7 AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS.....	119
7.1 O CENÁRIO: A PRAÇA E SUA RELAÇÃO COM A FEIRA	119
7.1.1 A Expansão da Feira: da Praça ao Cais	125
7.1.2 O papel da Feira para os ocupantes permanentes da Praça	129
7.2 A FEIRA DO LIVRO E A RELAÇÃO COM A IMPRENSA	134
7.3 A DESTINAÇÃO DAS VERBAS: ORGANIZANDO OS EVENTOS POPULARES	139
7.3.1 As Atividades Práticas da Organização dos Eventos Populares.....	140
7.3.2 Ser ou não Ser um Intelectual na Feira do Livro de Porto Alegre?	141
7.3.3 Os Intelectuais e suas Variações.....	146
7.3.4 Os Intelectuais e a Feira do Livro de Porto Alegre	150
7.4 FEIRA DO LIVRO: O PATRONO E O XERIFE	152
7.4.1 O significado de ser patrono da Feira do Livro.....	152
7.4.2 O Papel de Sr. Julio La Porta.....	158

8 A CULTURA ORGANIZACIONAL DA FEIRA DO LIVRO	163
REFERÊNCIAS	172
ANEXOS	181
ANEXO A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EDITORES.....	182
ANEXO B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS LIVREIROS.....	183
ANEXO C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ESCRITORES	184
ANEXO D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	185
ANEXO E: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FUNCIONÁRIOS.....	186
ANEXO F: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PATRONO.....	187
ANEXO G: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O XERIFE.....	188
ANEXO H: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS “RETIRADOS”	189
ANEXO I: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS VISITANTES	190
ANEXO J: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EX-PATRONOS.....	191
ANEXO L: MAPA DA 50ª EDIÇÃO DA FEIRA	192
ANEXO M: MAPA DA 51ª EDIÇÃO DA FEIRA	193

1 INTRODUÇÃO

Anualmente, desde 1955, Porto Alegre festeja em praça pública o livro. A preparação para essa festa começa a ser visualizada em meados de outubro, quando então a Praça da Alfândega recebe cobertura especial e suas alamedas são ocupadas por centenas de barracas. Nesse período, as pessoas que, costumeiramente, circulam pelo local já percebem que os preparativos estão anunciando o início de uma fase em que o cotidiano ganhará ares de extraordinário, porquanto o centro da capital dos gaúchos será o habitat dos livros, uma vez que, geralmente, entre a última sexta-feira do mês de outubro e o segundo domingo do mês de novembro, é chegada a época de Feira do Livro de Porto Alegre.

Em média, são nessas três semanas do ano que até mesmo aquelas pessoas que não têm por hábito frequentar o centro da capital gaúcha, mas que, de um modo ou de outro se identificam com o livro ou com a festividade, não deixam de circular entre as barracas dos livreiros, de comprar um livro, nem que seja o “de balaio¹”, ou de apenas passear sob os jacarandás floridos.

Esses momentos extraordinários das sociedades, que no caso de Porto Alegre, atraindo cerca de 2 milhões de pessoas, podem ser designados como uma situação ritualizada e, como tal, acaba por revelar a cultura da sociedade que a executa, pois, segundo Peirano (2003), o ritual permite identificar o que já é comum a um grupo, uma vez que nele estão sendo ressaltados seus valores e suas representações, bem como conforme destaca Cavedon (1988), também pode esconder coisas.

Neste sentido, a Antropologia foi o campo da ciência que se dedicou a analisar, dentre outras coisas, as situações ritualizadas. Anteriormente, essa ciência focou seus estudos nos rituais das sociedades simples. Estes costumavam envolver toda a comunidade ou apenas parte dela, mas independente disso, havia sempre o “mestre de cerimônias”, isto é, aquele ou aqueles aos quais competiam iniciar o neófito, curar o doente ou representar a ligação entre os homens e os deuses. Era também, responsabilidade desses atores, conhecer os símbolos do ritual e os manipular corretamente. Ou seja, é possível dizer, sucintamente, que a eles recaíam a responsabilidade de organizar o rito.

¹ Na Feira do Livro de Porto Alegre, alguns livros são expostos em caixas ao lado das barracas e, via de regra, esses livros são vendidos a um preço bastante acessível, sendo então conhecidos como os livros de balaio.

Ao passar dos estudos das sociedades simples para os das sociedades complexas, percebe-se que também seus ritos e a organização dos mesmos se complexificou em virtude da heterogeneidade dos grupos sociais que buscam participar dos momentos extraordinários de sua sociedade (DAMATTA, 1997; VERGARA, 1997). A complexidade desses eventos exige que a sua organização seja pensada e preparada de maneira cada vez mais profissional, por conseguinte, alguns ritos acabam por ter “mestre de cerimônias” que se dedica durante um longo período, exclusivamente, para a realização dos mesmos.

A Feira do Livro de Porto Alegre pode ser considerada como um exemplo desses ritos posto que, com o passar dos anos, necessitou se profissionalizar para poder atender a todos os atores que querem tomar seu lugar na “Festa do Livro”. A Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL) pode ser entendida como o braço profissional responsável pela organização da Feira. Essa entidade é constituída pelos representantes do setor livreiro gaúcho, de modo que é possível dizer que a Feira do Livro é promovida por um setor específico da economia. Contudo, essa festa não se restringe a ele, pois conta: 1) com o apoio dos poderes municipal e estadual; 2) com o financiamento de empresas de outros setores da economia que também querem ter seus nomes vinculados a esse rito cultural; 3) com a presença de escritores e escritoras renomados, como também com a de autores e autoras anônimos, mas que são multiplicadores do saber; e conta também 4) com a presença da imprensa que busca veicular os principais acontecimentos do rito para que os membros da sociedade que festejam o livro ou que desejam festejá-lo estejam informados a respeito do que está acontecendo na praça.

Em suma, o ritual de compra e venda de livros em Porto Alegre, tornou-se um evento característico de uma sociedade complexa, isto é, um todo aparentemente coerente, mas que guarda múltiplas diferenças e interdependências entre seus atores. Portanto, é possível perceber que esse todo e a sua organização apresentam uma cultura organizacional própria e ao desvendá-la é factível identificar os fatos administrativos levados à praça que permitem a consecução desse ritual.

Neste sentido, é viável inferir que: enquanto os ritos das sociedades simples estudados pelos antropólogos revelavam a cultura da sociedade, os ritos das sociedades complexas, devido à complexidade de sua organização, acabam por ganhar contornos próprios, de modo que se pode pensar em uma cultura organizacional do rito. É evidente que essa cultura organizacional é perpassada pela cultura da sociedade que o executa, contudo, não obstante, identificar a cultura organizacional do rito auxilia na organização do mesmo e dá sentido ao fato administrativo, além de conforme aponta Cavedon (1999), fornecer relevantes subsídios

para a tomada de decisão dos seus gestores ou, melhor dizendo: de seus “mestres de cerimônias”.

A partir dessas considerações, este trabalho objetivou analisar a cultura organizacional da Feira do Livro de Porto Alegre caracterizando-a como uma situação ritualizada de compra e venda de livros enfatizando aspectos atinentes ao fato administrativo presente neste evento. Para tanto, tracei os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar os aspectos culturais compartilhados ou não entre os membros da Comissão Executiva da Feira do Livro.
- b) Identificar os palcos, os atores, os autores e os homenageados presentes na cultura organizacional da Feira do Livro.
- c) Identificar e analisar os significados atribuídos pelos diferentes atores da Feira (organizadores/ proprietários de livrarias/ vendedores/ compradores/ escritores) ao livro.

Portanto, a questão de pesquisa que norteou este estudo foi: quais os significados atribuídos à Feira do Livro de Porto Alegre, que acabam por revelar a cultura organizacional do evento, enquanto um espaço ritualizado do setor livreiro?

Tendo em vista o arrolado até o momento, destaco que os achados desta pesquisa contribuem de maneira relevante para uma compreensão das ações administração do ritual Feira do Livro. Além disso, o trabalho também se justifica à medida que se agrega aos estudos realizados anteriormente, por Cavedon acerca do fazer administrativo porto-alegrense (CAVEDON, 2004).

Para a consecução dos objetivos deste trabalho utilizei o método etnográfico (MALINOWSKI, 1978), tendo como técnicas de pesquisa a observação participante, as entrevistas e o manuseio de material documental. O referencial teórico que deu suporte a análise dos dados é proveniente da Administração e da Antropologia.

A primeira disciplina contribuiu com estudos já desenvolvidos a respeito de cultura organizacional, de ritos organizacionais e do conceito de Fato Administrativo, qual seja:

[...] um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho de funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos (RAMOS, 1983, p. 7) (grifos do autor).

Por sua vez, a Antropologia, permitiu que fosse feito um resgate dos conceitos de rituais.

Estruturei o trabalho de forma que as próximas páginas apresentam sucintamente os vários aspectos que compõem o ritual de compra e venda de livros que ocorre anualmente em Porto Alegre. No capítulo 3, elucido alguns dos vários conceitos que a cultura organizacional recebeu nas teorias administrativas para então elucidar qual deles utilizei neste trabalho; no capítulo subsequente, capítulo 4, desvendo o caminho pelo qual os estudos acerca do tema rituais percorreu nestes últimos cem anos, apoiando-me nas teorizações da Antropologia. Em seguida, no capítulo 5, apresento o método que foi utilizado para a realização do trabalho, bem como a entrada em campo e a prática etnográfica; nos dois capítulos subsequentes, 6 e 7, apresento as análises dos dados para, no capítulo 8 apresentar as considerações finais.

Portanto, início esse trabalho convidando o leitor a um rápido passeio pela história desse ritual, buscando, ainda que de modo incipiente, conhecer como, nos passar dos anos, esse momento extraordinário da sociedade porto-alegrense foi sendo construído sob as sombras dos jacarandás floridos ou ao abrigo de sombrinhas e guarda-chuvas evitando a água que jorra dos céus. Feitas essas considerações, lanço o convite: vamos à Feira?

2 A FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE

A Feira do Livro de Porto Alegre acontece anualmente desde 1955, portanto no ano de 2004 e 2005 ocorreram, respectivamente, a 50ª e a 51ª edições do evento. Durante todo esse período a Feira foi crescendo e ganhando o coração dos porto-alegrenses, de modo que, hodiernamente, é uma das festas mais tradicionais da cidade, sendo visitada por cerca de um milhão e novecentos mil pessoas (relatório de avaliação da CRL) oriundas de todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul e, até mesmo, de outros estados do Brasil.

Fazendo um pequeno comparativo entre os documentos que registram a 1ª edição e a 49ª, percebo que alguns aspectos se mantêm, enquanto outros se transformaram ou foram incorporados com o passar dos anos. A primeira Feira ocorreu na Praça da Alfândega, contava apenas com 14 barracas e tinha como objetivo levar os livros a um público que não possuía o hábito de freqüentar livrarias: “Já que o povo não procura o livro, vamos levar o livro ao povo” (GALVANI, 2004, p. 69). Já a 49ª Feira também ocorre na Praça da Alfândega, porém, de certa forma, não mais a “céu aberto”, uma vez que ela está quase que totalmente coberta por uma lona transparente a fim de servir de proteção, contra as intempéries, aos visitantes e às 124 barracas de livros que estão divididas entre as áreas: Geral, Infantil e Internacional. O lema desta edição dá continuidade ao apelo pela existência de um público leitor cativo com a seguinte indagação: “O que os livros fariam se não fosse você?”.

A 1ª Feira do Livro não teve nenhum patrono, ou seja, não houve nenhuma personalidade escolhida para ser o “representante oficial” da Feira. Essa homenagem apenas começou a ser realizada a partir da 11ª edição (1965) e, entre esta e a 29ª, ocorreram somente homenagens póstumas a profissionais que tiveram alguma relação com o livro durante suas vidas. Após a 30ª edição, os homenageados passaram a ser autoridades vivas. O escolhido para ser o patrono da 49ª foi o jornalista e escritor gaúcho Walter Galvani.

Ao lado da figura do Patrono surgiu uma outra figura que foi ganhando destaque com o passar dos anos, trata-se do Xerife da Feira. Esse último personagem é responsável por organizar e fiscalizar o horário de abertura e de fechamento diário da Feira, resolver problemas concernentes à infra-estrutura do local, dentre outras atividades. Já a responsabilidade pela organização geral dessa festa foi, nos primeiros anos, da Câmara Brasileira do Livro, seção Rio Grande do Sul, mas a partir de 1963, ano da 9ª Feira do Livro,

esta foi organizada pela recém criada Câmara Rio-Grandense do Livro – CRL, que a época estava sob a presidência de Henrique Bertaso um dos proprietários da Livraria e Editora Globo.

A dinâmica cultural torna evidente as transformações que vem ocorrendo desde a primeira edição em 1955, e, conforme esse evento vai se tornando significativo para a cidade, diversificam-se os atores que circulam por essa festa que ocorre na praça. Em virtude da relevância desses atores e do próprio local da festa, que já foi alvo de ardentes discussões, me aventuro a explicitá-los um pouco mais, nos itens que se seguem.

2.1 A ORIGEM DA FESTA

Segundo Galvani (2004), a idéia de fazer uma feira de livros em Porto Alegre foi creditada a Say Marques, que com todo seu entusiasmo queria tornar a Praça da Alfândega em uma biblioteca “a céu aberto”. O mesmo inspirou-se em uma feira que havia presenciado no Rio de Janeiro durante sua visita a este estado. Segundo Fischer (2004, p. 10), Say Marques “ficara impressionado com a cena: gente comum chegando perto de livros expostos à venda em praça pública”.

Ao voltar a Porto Alegre, o diretor-secretário do extinto Jornal Diário de Notícias convence seus colegas: José Bertaso, um dos proprietários da Livraria e Editora Globo, a então maior editora do sul do país, e seu filho Henrique de Ávila Bertaso; Maurício Rosenblatt, gerente da filial de uma das maiores editoras do país àquela época (Editora José Olympio); Leopoldo Boeck, então proprietário da Livraria e Editora Sulina; Ernani da Costa Nerva, representante no Rio Grande do Sul da empresa paulista Editora Nacional; Edgar Romero Xavier, proprietário da Livraria Leonardo da Vinci; dentre outros, a levar a cabo a idéia de organizar uma feira no centro da capital gaúcha para vender livros (BENTANCUR e FONSECA, 1994; GALVANI, 2004).

As razões que levaram esses homens a se unirem em torno de um projeto comum foi a de dar os primeiros passos para a mudança da relação entre os livros e os homens, popularizando o acesso ao livro, pois havia uma resistência por certas camadas da população de entrar nas livrarias e comprar livros. Derosso (2000, p. 20) destaca que em meados de 1950:

As livrarias se estabeleciam em locais quase soturnos, extremamente silenciosos, e que exigiam um comportamento adequado de quem entrasse em tal estabelecimento. Isto acabou tornando o espaço em um lugar elitizado e dirigido para um determinado público, mais intelectualizado.

O simples ato de folhear os livros era impraticável. As edições saíam das gráficas com as páginas coladas, apenas seu dono poderia abri-las.

Acrescenta-se a isso o alto grau de analfabetismo da população gaúcha, que se comparado com o restante do país era o que apresentava menor índice, mas o número chegava à casa dos 34% dos gaúchos que não sabiam nem ler nem escrever. Em Porto Alegre, esse número caía para 15,41% e, por isso, ela era considerada uma “cidade letrada” (BENTANCUR e FONSECA, 1995).

Não coube aos pioneiros da Feira do Livro tentar diminuir esses índices, mas sim aproximar o livro dos que sabiam ler, mas não eram encorajados a entrar naqueles ambientes elitizados, por isso um espaço público configurou-se como um cenário propício para o encontro do livro com os leitores em potencial, ou seja, foi escolhida uma praça para a realização da Feira, qual seja: a Praça da Alfândega.

2.2 O PALCO DA FESTA: A PRAÇA DA ALFÂNDEGA

Praça da Alfândega, local assim conhecido por abrigar em seus primórdios (1804 - 1824) a repartição pública que controlava a entrada e saída de mercadorias por meio da cobrança monetária, conforme as leis fiscais. A mensuração desses valores monetários, bem como a importância do lócus para o escoamento de mercadorias via transporte fluvial configuraram-se como indicativos do desenvolvimento da economia local.

Na medida em que Porto Alegre estruturava-se como cidade e capital rio-grandense, a praça passava a exigir maior atenção, tanto que, entre os anos de 1866 e 1868, ela foi arborizada e em seu passeio foram colocados assentos (BENTANCUR e FONSECA, 1994). A Praça levou aproximadamente um século para delimitar suas fronteiras, sendo que, atualmente, ela ocupa cerca de três quartos do quadrilátero formado pelas intersecções entre as ruas Sete de Setembro, General Câmara, dos Andradas e Caldas Júnior.

Com o desenvolvimento populacional, urbano e econômico, a Praça da Alfândega deixou de ser um local de arrecadação fiscal, mas a importância dela para os porto-alegrenses intensificou-se devido a sua transformação em reduto cultural, pois nela situam-se o Museu de Artes do Rio Grande do Sul, o Santander Cultural e o Memorial do Rio Grande do Sul. Além

desses ambientes culturais, o local configura-se ainda como um cenário para o encontro entre os leitores e os livros por cerca de 17 dias do segundo semestre de cada ano. Pois, conforme já mencionei, é na Praça da Alfândega que acontece sob a sombra das antigas árvores, o maior evento literário realizado a céu aberto da América Latina (SILVEIRA, 2004, p. 3) destinada à comercialização de livros, ou seja, a Feira do Livro de Porto Alegre.

Para Derosso (2000, p. 21) um dos motivos da consolidação da Feira é a sua realização ter sido sempre em um mesmo local, para a autora, a escolha deste lócus não guarda nenhum segredo, uma vez que a beleza da praça “enfeitiça e estimula até hoje a qualquer um que por ali passa”.

Contudo, outrora, o centro de Porto Alegre, local onde se localiza a Praça da Alfândega era o ponto de encontro da sociedade gaúcha, um espaço que permitia as compras e os lazeres; hodiernamente, em face da insegurança “as pessoas não andam pelo centro à noite, salvo em caso de extrema necessidade” (CAVEDON, et al, 2004, p. 51). Entretanto, a presença da Feira nesse local atrai os porto-alegrenses para o centro, de modo que enquanto as atividades diárias desta festa não forem encerradas, por volta das 22 horas, é possível encontrar as pessoas circulando por entre as barracas na praça. Por dezessete dias, a praça volta a oferecer, até mesmo à noite, uma certa sensação de segurança, e nostalgicamente, os porto-alegrenses podem reviver:

[...] os hábitos típicos da década de cinquenta, quando ainda passeava-se à noite pelas praças ou ruas da Capital [...] Na verdade, a sua realização [da Feira] contribuiu para a valorização histórica e simbólica do espaço, assim como a praça contribuiu para a sua consolidação (DEROSSO, 2000, p. 19).

Todavia, é relevante mencionar que a Feira do Livro permanece na praça por um curto período de tempo, durante o resto do ano este espaço é dividido pelos transeuntes, pelos engraxates e pelos artesãos que lá comercializam seus produtos; pelas prostitutas e pelos “meninos” de rua.

Durante a Feira, os artesãos são re-locados em outro espaço do centro pela Secretária Municipal da Indústria e do Comércio. As prostitutas são proibidas de comparecerem a praça, sendo que se isso ocorrer elas são encaminhadas à delegacia mais próxima por estarem perturbando a ordem pública. As crianças que perambulam pelas ruas do centro são convidadas a participar de um programa desenvolvido pela CRL, no qual os meninos e meninas recebem alimentação, praticam esportes, visitam os redutos culturais da cidade, dentre outras atividades. Portanto, para que a Feira siga sem contratempos com suas

atividades, os frequentadores permanentes do local são “retirados” da praça, para que a mesma possa receber os convidados para a festa.

A Câmara Rio-Grandense do Livro é a responsável pela organização dessa festa, por isso o próximo item destina-se à explicação do papel dessa entidade “gerenciadora” do evento.

2.3 A CÂMARA RIO-GRANDENSE DO LIVRO: A ENTIDADE ORGANIZADORA

A Feira do Livro de Porto Alegre exige uma série de preparativos para que a comercialização dos livros ocorra em local público. A responsabilidade pela organização desse evento recai sobre a Câmara Rio-Grandense do Livro, a ela são dados os louros pelos constantes sucessos do evento: “Se há um elemento fundamental e explicativo do grande sucesso e regularidade das Feiras do Livro de Porto Alegre, este é sua organização” (ORTIZ, 2000, p. 32).

Até 1962, o ritual de comercialização dos livros na praça era organizado pela Câmara Brasileira do Livro, seção RS, mas em 1963, foi fundada a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL). Segundo Ortiz (2000, p. 34) trata-se de um “órgão distinto e totalmente independente do anterior, embora suas estruturas e funcionários permanecessem os mesmos”.

A Câmara Rio-Grandense do Livro busca “unir todos os que trabalham pelo livro, promovendo sua defesa e seu fomento, a difusão do gosto pela leitura, a formação de leitores e o fortalecimento do setor livreiro”, estão associados a essa entidade de classe, “editores, livreiros, distribuidores, creditistas e outras entidades que se dedicam à produção, comercialização e/ou difusão do livro, todas com sede no Rio Grande do Sul” (site www.camaradolivro.com.br, 2004).

A entidade conta com mais de uma centena de associados e caso alguma empresa queira se associar à CRL, deve submeter seu pedido à apreciação da Diretoria. Sendo aprovado o ingresso, sua efetivação dependerá do pagamento da “jóia”, que em 2004 era de R\$ 720,00, e do pagamento da primeira mensalidade, cujo valor dependerá do número de empregados da empresa, segundo o quadro abaixo:

Valores das Mensalidades dos Sócios da CRL

Números de Empregados	Valor em Reais
Até 10	R\$ 60,00
De 11 a 20	R\$ 83,00
Acima de 21	R\$ 153,00

Quadro 1: Valores das Mensalidades dos Sócios da CRL

Fonte: www.camaradolivro.com.br – acessado em 12/01/2005

Contudo, associar-se a CRL não garante a participação na Feira do Livro de Porto Alegre, uma vez que é preciso cumprir um período de carência de dois anos, contados a partir da data do pagamento da “jóia” e da primeira mensalidade.

Os resultados positivos alcançados pela CRL no que concerne à organização da Feira do Livro de Porto Alegre acabaram por torná-la uma referência estadual, de modo que essa entidade atende a demandas das Secretarias de Educação e de Cultura das cidades de todo o estado do Rio Grande do Sul que desejam ter suas próprias feiras de livros.

Como já mencionado no trabalho, a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL) pode ser entendida como o braço profissional responsável pela organização da Feira, ou seja, a entidade que gerência o ritual que é objeto de análise desse estudo, cuja cultura pretendo desvendar. Portanto, é chegada à hora de elucidar o conceito que embasa esse estudo, qual seja, o de cultura organizacional, mas antes disso, faz-se relevante entender como esse conceito vem sendo construído, o que será o propósito do próximo capítulo.

3 CULTURA ORGANIZACIONAL

Foi na década de 1960, com a Escola do Desenvolvimento Organizacional, que consultores organizacionais passaram a utilizar o termo *cultura organizacional*; contudo, no final da mesma década, o termo já havia caído em desuso, devido, dentre outras coisas, às inadequações teóricas e metodológicas (BARBOSA, 2002). Todavia, ele volta a ocupar espaços nas agendas de pesquisa dos estudos organizacionais nos anos de 1980, quando, *a priori*, foi considerado um modismo gerencial; entretanto, a relevância dos estudos culturais garantiu a conquista definitiva de seu espaço de discussão, tanto que o estudo da cultura organizacional, hodiernamente, “[...]está completamente incorporado à teoria das organizações, às análises administrativas e ao cotidiano das empresas” (FREITAS, 1999, p. 95).

O percurso que os estudos da cultura organizacional percorreram fomentou vários questionamentos, feitos por antropólogos e por administradores, a respeito do significado dado à cultura no contexto organizacional. Tanto que, Cavedon, em 2004, salienta que, dentre esses questionamentos, encontram-se interrogações quanto à possibilidade de haver uma única cultura dentro da organização ou se esta seria formada por múltiplas culturas; e, ainda, questões quanto à viabilidade do gerenciamento dessas culturas (CAVEDON, 2004). Como se verá adiante, a autora encontra resposta para suas inquietações. De modo geral, alguns autores (SMIRCICH, 1983; MARTIN e FROST, 2001; BARBOSA, 2001; CAVEDON, 2003; CARRIERI, 2001) buscaram responder a esses questionamentos durante o desenrolar de suas pesquisas.

O trabalho desenvolvido por Smircich (1983) é considerado como o estudo que fez ressurgir a importância do termo cultura organizacional no campo das ciências sociais aplicadas. Ela escreveu um dos primeiros trabalhos que delimita os caminhos que as pesquisas sobre cultura nas organizações estavam seguindo. O resultado deste trabalho apontou para duas perspectivas de abordagem da cultura no campo da administração. Em uma, ela é considerada como uma variável da organização, isto é, algo que a organização possui; em outra perspectiva, a cultura é uma metáfora da própria organização, ou seja, algo que ela é. Retornar-se-á a essas duas diferentes abordagens nos próximos itens, contudo, salienta-se, no momento, que durante a década posterior à publicação de Smircich (1983) houve no campo dos estudos organizacionais a predominância da abordagem da cultura organizacional como

algo que a organização possui, o que equivale dizer que, a tendência então dominante nos estudos da cultura das organizações era a da perspectiva gerencialista (MARTIN e FROST, 2001).

Por seu turno, buscando compreender o espaço que a perspectiva gerencialista ocupava no campo dos estudos organizacionais, bem como, as alternativas desenvolvidas pelos estudiosos para romper com a hegemonia daquela, Martin e Frost (2001) publicaram o artigo *The organizational cultura war games: a struggle for intellectual dominance*, no qual eles apontam a existência de três diferentes perspectivas que lutam pelo domínio intelectual, quais sejam: a integração, a diferenciação e a fragmentação. Destarte, além da identificação dessas perspectivas e da possibilidade da criação de uma meta-teoria, assuntos que serão abordados posteriormente, os autores alertam aos pesquisadores e/ou consultores que, ao analisar a cultura de uma organização, não se deixem enganar por uma visão única, procurando tão somente os aspectos comuns aos atores analisados de forma a encontrar somente homogeneidade cultural, pois é preciso atentar também para a existência dos aspectos divergentes entre os grupos envolvidos com a realidade organizacional, aspectos que produzem a heterogeneidade cultural.

Enquanto os dois primeiros trabalhos abordavam a cultura organizacional traçando discussões sob o ângulo conceitual e metodológico, Barbosa (2001) deu ênfase à forma que o assunto foi abordado no meio organizacional, que por consequência se refletiu nos estudos culturais. Ao estudar a história do conceito de cultura organizacional, a autora identifica três etapas distintas, cada qual com uma ressignificação diferente do termo cultura pelos administradores e estudiosos das organizações. Para a autora, há um primeiro período que se estende do início da década de sessenta do século passado até seu final; um segundo período que abrange toda a década de oitenta e o início da de noventa; e por fim, o terceiro período tem início em meados da década de noventa e perdura até o momento.

Adotando essa divisão cronológica apresentada pela autora, os sub-itens a seguir são desenvolvidos com o objetivo de evidenciar as razões pelas quais os conceitos foram sendo criados e recriados durante cada uma das etapas, tendo como pano de fundo o contexto em que estavam inseridos.

3.1 RELENDO A TRAJETÓRIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Barbosa (2002), antropóloga brasileira que estuda a cultura no âmbito empresarial, caracteriza os três períodos pelos quais o conceito de cultura organizacional passou. As contribuições da autora são apresentadas no quadro a seguir:

Os Três Momentos Distintos do Conceito de Cultura Organizacional

Períodos	Características
Década de 1960	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação do conceito com o movimento do desenvolvimento organizacional; • concepção humanística do que seriam os valores organizacionais; • visão da cultura como instrumento de melhoria das organizações; • contexto histórico dos movimentos civis da década de 1960; • retórica do autodesenvolvimento; • pouco interesse em tratar cultura como uma vantagem competitiva.
Início de 1980 a início de 1990	<ul style="list-style-type: none"> • Papel relevante que o Japão irá desempenhar na percepção da importância da cultura para o universo econômico organizacional; • uma discussão epistemológica sobre o que é cultura organizacional; • sua dimensão pragmática/substantiva, ou seja, a tentativa de transformar o conceito de cultura em uma variável da estratégia gerencial e de competitividade; • importância dos teóricos e consultores organizacionais na difusão do conhecimento.
Meados de 1990 à atualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e inclusão do conceito de cultura organizacional como um ativo intangível das organizações; • questão epistemológica da mensuração da cultura; seu uso em um contexto mais de estratégia empresarial do que gerencial; • sua relação íntima com um contexto de mudança na agenda política, social e ética das organizações por pressões da sociedade; • liderança corporativa como um dos seus principais agentes de promoção.

Quadro 2: Os Três Momentos Distintos do Conceito de Cultura Organizacional

Elaborado pela autora deste trabalho a partir dos estudos de BARBOSA (2003)

Faz-se relevante esmiuçar esses períodos, para a melhor compreensão do conceito de cultura e dos estudos que foram desenvolvidos durante as etapas apresentadas pela autora, portanto, os próximos itens abordarão os três distintos momentos.

3.1.1 O Primeiro Período: Os Anos de 1960

As considerações feitas por Barbosa (2002) acerca da concepção, humanística, do que seriam os valores organizacionais tem ligação com a Escola das Relações Humanas. A autora salienta que a mesma permitiu uma abertura das organizações às análises com um enfoque sociológico, tendo em vista que os pesquisadores voltaram seus olhares para as relações interpessoais que existem no ambiente laboral e que, até então, eram desconsideradas. Neste momento, as questões relativas à cultura organizacional não estavam explicitadas, todavia, já se faziam presente à medida que os valores dos pequenos grupos eram desvendados.

Neste sentido, Elton Mayo ao se debruçar sobre seu campo empírico e analisar as relações informais nos pequenos grupos, acreditou ter encontrado os condicionantes da ação grupal (BERTERO, 1968). Fazendo uma releitura desse trabalho sob à luz dos postulados da cultura organizacional é possível considerar que o autor analisou um dos aspectos que futuramente passou a ser entendido como componente de uma heterogeneidade da cultura (MARTIN e FROST, 2001).

Naquela época, Mayo² (*apud* BERTERO, 1968) sugere que a partir do programa de entrevistas e de treinamento de superiores seria possível desenvolver habilidades de relações humanas, capacidades estas que permitiriam aos gestores tornar uma cultura diversa em uma cultura homogênea, ou seja, “*estender a tóda organização o clima favorável e a integração entre os valores do pequeno grupo e os objetivos da organização formal*” (BERTERO, 1968, p. 80 – grifos do autor).

Esse viés gerencialista perpassa a maioria dos trabalhos desenvolvidos sobre cultura organizacional datados da primeira e da segunda fase. A influência é tamanha que, em muitos casos, os consultores e pesquisadores acreditam que devido a capacidade dos gestores, os últimos podem criar, gerar e moldar a cultura conforme seus objetivos; contudo, neste caso, a

² MAYO, G. Elton. *The social Problems of an Industrial Civilization*, Cambridge, Harvard University Press, 1945.

cultura dos subordinados é desconsiderada sendo dada preferência à adoção e disseminação dos valores das altas e médias gerências, isto é, cultura *top down*.

Mayo salienta em sua teoria que, com a finalidade de canalizar as energias da organização para o atendimento dos objetivos, é necessário a modificação das relações de autoridade, posteriormente, isso foi ensaiado pelos adeptos do desenvolvimento organizacional, que mediante uma reestruturação das relações internas objetivavam uma filosofia gerencial que combatesse a burocracia. Para isso, eles valorizavam a “subjetividade, autodesenvolvimento, cooperação, confiança entre os membros da organização, [...]” (BARBOSA, 2002, p. 14) para a criação de um ambiente que permitisse que os valores da organização fossem compartilhados por todos os seus membros. Sendo assim, essa década foi marcada pela cultura organizacional como sinônimo de valores compartilhados e que atuavam positivamente nos processos de mudança organizacional. Contudo, a visão da cultura como um instrumento que permitiu o uso de ferramentas gerenciais, tais como o *T groups*, não foi bem aceita pelo meio empresarial, uma vez que eles não identificaram nenhuma ligação direta entre o uso de tais instrumentos e o resultado final da empresa, o que acarretou o descrédito do conceito e seu descarte (BARBOSA, 2002).

No Brasil, quando o assunto era cultura organizacional, a eficiência dos instrumentos administrativos não foi questionada isso porque os estudiosos brasileiros estavam buscando justificar o subdesenvolvimento do país pelo caminho das diferenças culturais.

Durante os anos de 1960, a literatura administrativa no país era bastante escassa. Havia pouca publicação e os estudos eram incipientes. Algo compreensível, tendo em vista que os primeiros cursos superiores de administração no país foram criados na década antecedente para suprir a demanda de uma industrialização que engatinhava.

Por essa razão, muitos profissionais foram se capacitar em universidades estrangeiras, o que explica a base teórica dos estudos organizacionais brasileiros ser composta pelos conceitos desenvolvidos por estudiosos americanos e europeus, sendo que os primeiros foram os maiores influenciadores, em virtude de convênios firmados entre o governo dos Estados Unidos e do Brasil (SERVA e JAIME JUNIOR, 1995). Conseqüentemente, o conhecimento passado aos profissionais da administração que se formavam no país era oriundo, principalmente, das escolas americanas, o que acabou por gerar administradores consumidores, uma vez que compravam as técnicas e ferramentas administrativas elaboradas pelos estrangeiros acreditando em uma falsa generalização de contextos (SERVA, 1992). A chamada teoria da convergência.

Portanto, ao reproduzir os conhecimentos administrativos presentes nas teorias internacionais, os administradores e estudiosos brasileiros não questionavam, *a priori*, a inadequação desses saberes à realidade nacional optando por discutir a incapacidade das sociedades em desenvolvimento de se ajustarem ao novo contexto mundial de modernização e progresso. Por isso, nesse momento, as teorias mais discutidas entre os estudiosos brasileiros são as chamadas teorias de modernização (BARBOSA, 2001, p. 117), na qual predominava uma visão evolucionista, na medida em que tinham como objetivo:

[...] explicar por que algumas sociedades alcançaram sucesso nas atividades econômicas e desenvolveram técnicas altamente produtivas e outras não. Assim, não é de admirar a influência que elas tiveram nos países subdesenvolvidos, pois colocavam para suas elites o problema de ajustar as realidades concretas de suas nações a determinado quadro teórico e de encontrar uma explicação para o ‘estágio’ em que se encontravam (BARBOSA, 2001, p. 117).

Nessas teorias, quando a perspectiva adotada para estudar as organizações enfocava a cultura, a compreensão das diferenças culturais entre os países era acionada, uma vez que fornecia as razões que explicavam o sucesso maior de uns em relação aos outros. Essa perspectiva está consoante com a classificação feita posteriormente por Smircich (1983) que engloba em uma categoria chamada *comparative management* os estudos realizados até então que entendem a cultura como uma “variável explicativa”, um “fator de formação” ou uma “ampla estrutura que influencia o desenvolvimento e reforça as crenças” (SMIRCICH, 1983, p. 343). Nesta perspectiva, a cultura é algo exterior a organização e que molda as atitudes de seus membros.

Neste sentido, o etnocentrismo presente nas teorias desenvolvidas por estudiosos estrangeiros que ditavam as receitas para o sucesso, resultou na crença de que a cultura brasileira andava em uma direção contrária ao progresso (BARBOSA, 2001). Alcadipani e Crubellate (2003, p. 73) ressaltam precisamente que um dos traços característicos dos estudos organizacionais brasileiros reside em uma perspectiva negativa da cultura nacional face às demais culturas consideradas desenvolvidas, principalmente, em relação à norte-americana. Desta forma, para os empresários brasileiros, a cultura do país justificava, por vezes, os problemas encontrados em seus empreendimentos e a maneira de solucioná-los consistia em ajustar a realidade organizacional aos quadros teóricos exógenos a realidade brasileira.

Barbosa (2001) salienta, ainda, que a discussão acerca das diferenças culturais entre países não era necessariamente uma novidade, mas evidenciava que a cultura estava ganhando espaço dentro dos estudos organizacionais, uma vez que até então a hegemonia estava sendo dividida entre as perspectivas das Escolas Clássicas e de Recursos Humanos. No entanto,

quando o conceito caiu em desuso no meio internacional, os estudiosos brasileiros o deixaram de lado, retomando-o apenas a partir dos anos de 1980.

Essas diferenças entre as realidades analisadas durante os anos de 1960 torna-se relevante para a compreensão das bases adotadas para a construção dos conceitos de cultura organizacional da segunda fase. No que concerne ao Brasil, vale destacar, ainda, que, conforme aponta Barbosa (2002), os interessados pelo desenvolvimento organizacional no país estavam tentando encontrar o lugar do administrador nesse processo. Percebe-se, portanto, que os estudiosos brasileiros das organizações estavam buscando encontrar um lugar para o administrador nas empresas nacionais; neste sentido, tanto os pesquisadores quanto os profissionais das áreas gerenciais, buscam legitimar a importância dos últimos por meio do poder, esse é um fator que será incorporado na discussão acerca da cultura organizacional na segunda fase, principalmente, por pesquisadores brasileiros.

Antes de abordar as possíveis ligações entre poder e cultura organizacional, é primordial identificar os possíveis motivos que levaram ao ressurgimento deste tema na década de 80 do século passado, o próximo item versará sobre isso.

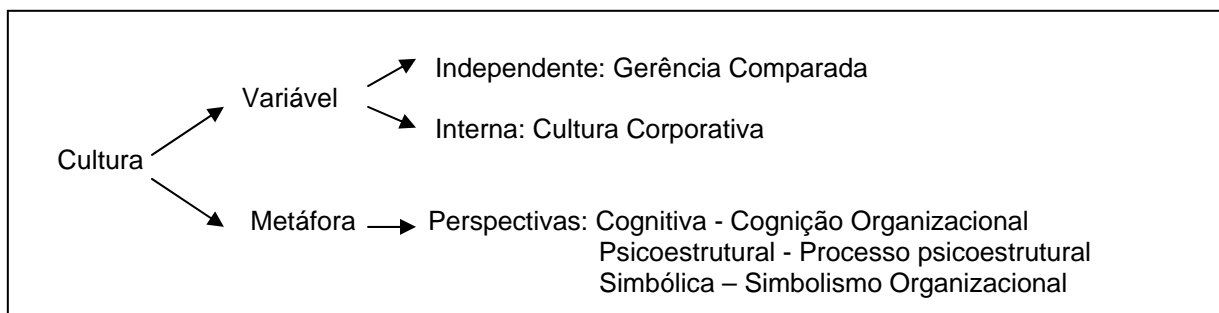
3.1.2 O Segundo Período: dos Anos de 1980 a Meados de 1990

Conforme mencionado, Smircich (1983), ao publicar o trabalho *Concepts of Culture and Organization Analysis*, enfatiza a retomada das discussões acerca da cultura organizacional. Neste artigo, a autora evidencia os caminhos que as pesquisas sobre cultura nas organizações estavam seguindo e tenta explicar os pontos de intersecção entre a teoria cultural e a teoria organizacional. Ela aponta então a existência de cinco campos de intersecção. A esses campos ela chama de *cross-cultural or comparative management* (Gerência Comparada), *corporate culture* (Cultura Corporativa), *organizational cognition* (Cognição Organizacional), *organizational symbolism* (Simbolismo Organizacional) e *unconscious processes and organization* (Processo Psicoestrutural).

Segundo a autora, este caminho dependia dos pressupostos que os autores tinham acerca da organização, da cultura e da natureza humana. Dependendo da maneira que eles conjugavam esses pressupostos, eles chegavam a uma das cinco abordagens, sendo que tanto a gerência comparada quanto a cultura corporativa enfocam a cultura como uma variável da

organização; enquanto as três últimas abordagens percebem a cultura como a própria metáfora da organização. O quadro dois esquematiza essas relações:

Desdobramento sobre Cultura nas Organizações



Quadro 3: Desdobramento sobre Cultura nas Organizações

Fonte: Adaptada de: CARRIERI, Alexandre de Pádua (2001).

No que concerne à cultura como uma variável, essa é percebida como um instrumento, e com isso, pode ser modificada, gerenciada e criada de forma a estar a serviço dos objetivos organizacionais. Sob esse enfoque, os gestores são considerados os deuses da organização, a quem é possível modelar, criar e descartar as crenças e valores dos indivíduos em prol de algo que eles julgam superior, ou seja, as suas crenças e seus valores, sendo que são esses que garantirão o sucesso organizacional.

Neste sentido, Melo (1991) elucida que a cultura organizacional pode ser criada e gerenciada à medida que esta é entendida como sendo subordinada a distribuição de poder. Deste modo os funcionários ainda são vistos como o “Smith” de Taylor (1982), ou seja, eles podem ser manipulados, pelos gestores da organização, como se fossem incapazes de pensar acerca da empresa. Essa perspectiva da cultura submetida às relações de poder também foi, anteriormente, defendida por Fleury (1987). Em face dessas considerações, é válido ressaltar que são as representações que se tem acerca do que é o poder e de quem o possui que permite que ele seja exercido. Portanto, inverte-se a relação de submissão da cultura ao poder.

No tocante da perspectiva da cultura como metáfora, a organização é vista como uma rede de significações de discursos simbólicos. Essa perspectiva permite que a organização possa ser analisada em diferentes enfoques: numa visão cognitivista, em uma visão psicoestruturalista e sob uma visão simbólica. O quadro 4 apresenta as cinco intersecções encontradas por Smircich (1983):

Intersecção da Teoria Cultural e da Teoria Organizacional

Temas em pesquisas organizacionais e gerenciais	Cultura no enfoque da teoria antropológica	Cultura no enfoque da teoria organizacional
Gerência Comparada	A cultura é um instrumento que serve as necessidades biológicas e psicológicas do homem. Ex. Visão Funcionalista de Malinowski	As organizações são instrumentos sociais para a execução de tarefas. Ex. Teoria da Escola Clássica
Cultura Corporativa	Cultura funciona como um mecanismo adaptativo-regulatório. Une o indivíduo à estrutura social. Ex. Visão Funcionalista-Estrutural de Radcliffe-Brown	As organizações são organismos que se adaptam ao ambiente, segundo os processos de relações de troca. Ex. Teoria Contingencial
Cognição Organizacional	Cultura é um sistema de cognições partilhadas. A mente humana gera a cultura por meio de um número finito de regras. Ex. Etnociência de Goodnough	Organizações são sistemas de conhecimento. A organização repousa na rede de significados subjetivos que os membros da organização partilham em diferentes níveis e que parecem funcionar de uma maneira regulada. Ex. Teoria da Cognição Organizacional
Simbolismo Organizacional	Cultura é um sistema de símbolos e significados partilhados. A ação simbólica necessita ser interpretada, lida e decifrada para ser entendida. Ex. Antropologia Simbólica - Geertz	Organizações são modelos de discurso simbólico. A organização é mantida através de formas simbólicas, tais como a linguagem que facilita compartilhar os significados e as realidades. Ex. Teoria do Simbolismo Organizacional
Processo Psicoestrutural	Cultura é uma projeção da infra-estrutura universal do inconsciente mental. Ex. Estruturalismo – Lévi-Strauss	Formas e práticas organizacionais são manifestações de processos inconscientes. Ex. Teoria da Transformação Organizacional

Quadro 4: Intersecção da Teoria Cultural e da Teoria Organizacional

Fonte: Adaptado de: SMIRCICH, Linda (1983, p. 342).

A autora identifica que na gerência comparada, a cultura funciona como um mecanismo regulatório e, como tal, serve como forma geral de influenciar e reforçar as crenças na organização. Em um ponto de vista macro, a gerência comparada analisa a relação entre o contexto cultural e a estrutura organizacional, em um nível micro, ela enfoca a análise

comparativa entre as atitudes dos gerentes de diferentes culturas. A partir desses enfoques, é possível perceber que a cultura penetra na organização através das atitudes e das ações de seus membros, portanto, as pesquisas que privilegiam essa abordagem procuram analisar as organizações multinacionais para entender a influência da cultura na própria eficácia organizacional, como por exemplo, os estudos que abordam o estilo japonês de administrar (SMIRCICH, 1983, p. 344). Segundo Barbosa (2001) o sucesso deste modelo é um dos motivos da retomada dos estudos acerca da cultura organizacional.

A Cultura Corporativa, por ser considerada uma variável interna, também chamada de cultura organizacional, busca identificar os valores, as crenças e os ideais compartilhados por todos os agentes organizacionais o que permite manter a organização unida. Entretanto, o importante é que tal variável, segundo a concepção dos gestores, possibilita a criação de valores e crenças a partir de manifestações simbólicas como, os ritos, os mitos, as histórias e a própria linguagem da organização (SMIRCICH, 1983, p. 344).

Nesse sentido, Carrieri (2001) salienta que ao considerar a cultura organizacional “uma variável que pode ser controlada” ela pode, portanto, “como a tecnologia [...] influenciar diretamente o aumento do desempenho da organização” (CARRIERI, 2001, p. 48-49).

Na abordagem da cultura como metáfora, o referido autor menciona que:

Na perspectiva *Cognitiva*, a cultura é vista como um sistema de conhecimentos e crenças compartilhadas na organização. Nessa perspectiva, as organizações são estudadas como redes de significados subjetivos diferentemente compartilhados por seus membros. Ao pesquisador cabe decifrar essa rede e seus significados e, assim, deixar emergir a cultura. [...] Segundo a perspectiva *Psicoestruturalista*, a cultura é estudada como expressão manifesta do inconsciente humano. [...] Por fim, a perspectiva *Simbólica*, estuda a cultura como um sistema de símbolos e significados. As organizações são consideradas padrões de discursos que precisam ser interpretados e decifrados para serem compreendidos (CARRIERI, 2001, p. 50-51).

Quanto ao simbolismo organizacional, Dandridge, Mitroff e Joyce (1980) consideram que os aspectos simbólicos permitem que os membros da organização tornem “compreensível sentimentos inconscientes, imagens e valores inerentes à organização” (DANDRIDGE, MITROFF E JOYCE, 1980, p. 77). Assim, através das histórias e dos mitos que são facilitadores da compreensão e da estruturação dos eventos; dos ritos e cerimônias; do logo da organização; e, dos sentimentos e das relações diárias, os aspectos simbólicos são revelados permitindo reforçar a cultura ou questioná-la. Esses autores propõem que sejam realizados estudos compreensivos sobre a cultura organizacional, pois segundo eles, esse tipo de abordagem era quase inexistente no campo dos estudos organizacionais americanos.

A partir das considerações de Dandridge, Mitroff e Joyce (1980), destaca-se que muitos trabalhos desenvolvidos por estudiosos estrangeiros e brasileiros tendem a considerar a cultura organizacional como uma variável, e, portanto, buscam encontrar formas de gerenciá-la. Dentre eles, cabe mencionar: Pettigrew (1979), Gregory (1983), Trice e Beyer (1984), Schein (1985), Handy (1987), Fleury (1991-3), Freitas (1991, 2000), Fischer et al. (1993). Por sua vez, estudos como os de Martin e Frost (2001), de Barbosa (1996, 2001-2), Carrieri (2001) e de Cavedon (2000-1-2-3-4), buscam diagnosticar a cultura das organizações e não controlá-las. Não obstante, a postura adotada por este último grupo de autores é pertencente ao terceiro período dos estudos da cultura nas organizações, todavia, antes de elucidá-lo cabe averiguar alguns conceitos utilizados para o termo cultura organizacional ainda nos anos de 1980 a meados de 1990.

3.1.2.1 Definições de Cultura Organizacional

Quando a questão é o conceito de cultura organizacional, há um nome presente na maioria dos trabalhos administrativos brasileiro, qual seja: Schein³ (1984, *apud* CAVEDON, 2003, p. 54), para esse autor a cultura organizacional:

[...] é o modelo de pressupostos básicos, que determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu no processo de aprendizagem para lidar com os problemas de adaptação externa e interna. Tendo funcionado bem o suficiente para serem considerados válidos, esses pressupostos são ensinados aos demais membros como sendo a forma correta de se perceber, de se pensar e sentir em relação a esses problemas.

Portanto, a visão deste autor acerca da cultura organizacional é a de que há em todas as instâncias da organização uma cultura homogênea e, nesse sentido, torna-se viável uma harmonia organizacional presidida pelos gestores. Sendo que qualquer inadaptação a essa cultura é considerada como um caso de desvio individual.

Freitas (1991, p. XVIII) compartilha da visão de Schein de homogeneidade cultural, uma vez que, para a autora, a cultura organizacional é um mecanismo que permite que os membros da organização introjetem uma visão positiva da mesma, de modo que, as diferenças sejam anuladas desestimulando as reflexões sobre o ambiente laboral. Sendo assim, para a autora a cultura é um meio que “define e transmite o que é importante, qual a maneira

³ SCHEIN, Edgar H. *Coming to a new awareness of organizational culture*. In: *Sloan Management Review*. 1984.

apropriada de pensar e agir em relação aos ambientes internos e externos”, mas para ela, a cultura organizacional é, sobretudo, um instrumento de poder, pois

A energia controladora do comportamento, a sutileza das regras não escritas, a referência do grupo de pares e sua reprodução são exemplos, de como os indivíduos são ressocializados na organização. Integrando novas configurações culturais alimentadas pela sociedade em geral, buscando criar um *complementness sense*, manejando a dimensão simbólica mediante a construção de heróis que tornam o sucesso crível e atingível, bem como de rituais de consagração, a cultura organizacional de certa forma institucionaliza a magia (FREITAS, 1999, p. 97).

A autora adota então uma perspectiva do simbolismo organizacional, apesar disso, seu enfoque privilegia a idéia de poder, controle e gerenciamento. As considerações dessa autora corroboram as idéias de Fleury (1991) que menciona que conhecer a cultura da empresa traz nova luz para o entendimento das formas de gestão, de controle e da distribuição de poder na organização.

Fleury (1987) aceita a relação entre o conceito de cultura organizacional e representações simbólicas, desde de que estas estejam representando a forma como a cúpula administrativa percebe o mundo. Por conseguinte, a autora propõe que ao investigar o universo simbólico da organização, os estudiosos atentem para como as relações de poder são expressas ou como elas são ocultadas, deste modo haveria a politização do conceito de cultura organizacional e perceber-se-ia como ele é transformado em instrumento de controle a serviço do pólo dominante da relação.

Entretanto, outros autores não exacerbam, *a priori*, a cultura como mecanismo de poder, Morgan (1996, p. 131), por exemplo, acredita que a “cultura não é algo imposto sobre uma situação social, ao contrário, ela se desenvolve durante o curso da integração social”. Nesse sentido, a organização “é em si mesma um fenômeno cultural que varia de acordo com o estágio de desenvolvimento da sociedade” (MORGAN, 1996, p. 116). Por isso, estar em uma posição de poder não garante ter o “monopólio da criação de uma cultura organizacional”, até porque o autor acredita que a cultura organizacional é, antes de tudo, um mosaico das diferentes realidades organizacionais, portanto, a formação da tão almejada homogeneidade cultural acaba por ficar inviabilizada.

Nesse ínterim, Morgan (1996) se contra-diz ao considerar que os líderes possuem uma importante fonte de poder, quando detêm a habilidade de persuadir seus subordinados a interpretar as realidades organizacionais conforme os interesses do primeiro. Ele então menciona que:

Imagens, linguagem, símbolos, histórias, cerimônias, rituais e todos os outros atributos da cultura empresarial [...] são ferramentas que podem ser usadas na

administração do sentido e, portanto, para delinear relações de poder na vida organizacional (MORGAN, 1996, p. 182).

Ademais, Morgan (1996) menciona que ao explorar aspectos da cultura organizacional pode-se descobrir explicações históricas que justificam a maneira como as coisas são feitas. Neste sentido, o uso “dessas ferramentas” pelos gestores organizacionais, somente, serão manipuladas com resultados positivos para os primeiros, se elas forem representativas de uma cultura organizacional construída paulatinamente pela interação social dos atores. De modo que, a administração do sentido está longe de permitir a obtenção do poder, ela apenas expressa, de forma mais evidente, as relações de poder existentes previamente nas organizações.

A partir das considerações de Morgan (1996) verifica-se que mesmo que em seus trabalhos ele considere a possibilidade da heterogeneidade cultural, o autor encontra formas de tornar a cultura organizacional uma ferramenta à disposição dos gestores das empresas. Essa observação vem ao encontro do que Barbosa (2002, p. 13) colocou acerca da segunda fase dos estudos de cultura, a saber, “sua dimensão pragmática/substantiva, ou seja, a tentativa de transformar o conceito de cultura em uma variável da estratégia gerencial e de competitividade”.

Contudo, essa é uma postura criticada por autores que desconsideram a viabilidade de mudar uma cultura de forma positivista, Luppi⁴ (1995, *apud* CAVEDON, 2003, 57) é categórico ao afirmar que

Cultura não pode ser mudada, o que podemos fazer é agir de maneira que a cultura mude. Cultura é produto da interação entre as pessoas e não posso mudar as pessoas. O que posso fazer é criar situações, externas a elas, que as motivem a mudar.

Cavedon (2003, p. 57) ao comentar o conceito de cultura traçado por Luppi inferi que

[...] para alterar uma determinada cultura necessita-se, através dos mais diversos mecanismos, motivar as pessoas no sentido de buscarem a aprendizagem continuada, o que sem dúvida leva a um incessante crescimento do ser humano e, por via de consequência, a um renovar permanente, resultante de suas interações com o meio.

Vale ressaltar que, para a referida autora, a aprendizagem não é enfatizada como um ganho organizacional direto, mas sim o crescimento, *a priori*, do ser humano que pode ou não acarretar resultados positivos para a organização.

Por fim, é possível inferir que os administradores que fazem uso de técnicas administrativas como o *downsizing* ou a reengenharia para criar um ambiente de mudança cultural, na verdade estão apenas tentando “trocar de cultura” por meio da troca de pessoas, de

⁴ LUPPI, Galvani. *Cultura organizacional: passos para a mudança*. Belo Horizonte: Luzazul, 1995.

modo que aos remanescentes cabe o ajustamento à “nova cultura”, devido ao instrumento coercitivo utilizado, ou o seu desligamento “voluntário” em face da dificuldade de adaptar-se ao novo contexto. Cavedon (2000) alerta para o risco que as organizações correm ao buscarem fazer uma mudança cultural apenas substituindo o antigo pelo novo. Para a autora o que entra em jogo é a identidade da organização, tendo em vista que: “Ao postular-se o novo sem a sustentação do antigo destrói-se um conduto e esfarela-se uma cultura, ao retirar-lhe as raízes, tal qual uma árvore que tomba sem a base” (CAVEDON, 2000, p. 24).

Portanto, alguns autores (MARTIN e FROST, 2001; CAVEDON, 2003; LUPPI, 1995; BARBOSA, 2002) se posicionam contra esta idéia dominante de gerenciamento, criação e mudança da cultura organizacional. Não obstante, esta nova perspectiva é trabalhada de forma mais intensiva no que Barbosa (2002) considerou como o terceiro período dos estudos culturais. O próximo item abordará essa diferente percepção para os referidos estudiosos do campo organizacional.

3.1.3 O Terceiro Período: dos Meados de 1990 a Contemporaneidade

A publicação do artigo *The organizational cultura war games: a struggle for intellectual dominance* de Martin e Frost (2001) revela precisamente a emergência da abordagem que considera a possibilidade de haver uma cultura organizacional heterogênea. Os autores, neste artigo, analisaram quais eram as percepções que os estudiosos da cultura organizacional estavam tendo acerca da mesma, e concluíram que o campo de estudo estava sendo uma arena de disputas entre os que acreditavam na homogeneidade cultural da organização e os que buscavam encontrar neste lócus a heterogeneidade. Ficou evidente, para os autores, que essa disputa permitiu o surgimento de uma outra abordagem, a saber: a da fragmentação da cultura organizacional, esta, por sua vez, aproxima-se mais dos preceitos dos estudiosos pós-modernistas, que por este motivo também entraram na disputa pelo domínio do campo de estudo das teorias organizacionais.

Ao atentar para a homogeneidade e para a heterogeneidade cultural, os autores apontam para a existência de mais de uma cultura dentro da organização. Neste sentido, eles identificam a possibilidade da construção de uma meta-teoria, a qual abrangeria as três diferentes possibilidades de compreensão da cultura organizacional, quais sejam: a integração, a diferenciação e a fragmentação. Para os autores,

O certo é adotar a estrutura de múltiplas perspectivas que afirma que, em qualquer contexto organizacional, existem certos valores, interpretações e práticas, que geram consenso em toda a organização, outros que provocam conflitos e alguns que não são bem definidos. Um desses subconjuntos pode ser detectado facilmente, a qualquer momento [...], enquanto que as demais perspectivas são mais difíceis de serem percebidas (MARTIN e FROST, 2001, p. 242).

Deste modo, Cavedon (2003, p. 64) esclarece que,

A integração pressupõe que a organização como um todo possua a mesma cultura. A diferenciação, por seu turno, enfoca as diferenças existentes entre os diversos grupos que compõem a organização. A fragmentação consiste na visão de que em verdade o que existe em termos de cultura organizacional são valores partilhados temporariamente pelos vários indivíduos que atuam na organização.

O artigo de Martin e Frost (2001), além de demarcar essas três diferentes abordagens e a construção da meta-teoria, alerta acerca das opções metodológicas que estavam sendo feitas pelos estudiosos, opções essas que recrudesciam as disputas. Segundo Martin e Frost (2001, p. 232):

Os estudos de integração foram acusados de se engajar num certo tipo de tautologia, porque descreviam a cultura como consistente e clara e depois incluíam em seus relatos culturais, somente as manifestações que apresentavam interpretações claras e consistentes. [...] os estudos de integração buscavam membros culturais que eram informantes articulados, como também os que possuíam os mesmos pontos de vistas. [...] porém os aliados da perspectiva de integração não aceitavam essas críticas sem luta. Acusaram a pesquisa de diferenciação de ser também tautológica. [...] foram acusados de descrever as manifestações culturais como inconsistentes, para depois incluir em seus relatos culturais, as manifestações que se ajustavam a essas descrições.

Neste sentido, o artigo não deixa de ser um alerta para os pesquisadores e/ou consultores que analisam a cultura de uma organização, visto que as críticas traçadas por Martin e Frost (2001) referentes às opções metodológicas evidenciam que a busca por uma visão única concernente aos aspectos comuns visando a encontrar somente homogeneidade cultural, pode ser falaciosa, pois é preciso atentar também para a existência dos aspectos divergentes entre os grupos envolvidos com a realidade organizacional, aspectos que produzem a heterogeneidade cultural.

Esse alerta foi considerado por Cavedon (2000) que ao desenvolver sua tese de doutorado, “Administração de Toga”: desvendando a cultura organizacional da UFRGS e da UNISINOS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos, respectivamente), por meio do método etnográfico, identificou a coexistência tanto dos aspectos integradores, quanto dos aspectos de diferenciação e de fragmentação compondo a cultura organizacional dos espaços analisados.

Martin e Frost (2001) identificaram ainda que, até mesmo, os estudos que buscavam compreender a diferenciação cultural acabavam por pregar a mesma ênfase no gerenciamento

postulada pelos adeptos da integração. Todavia, o artigo configura-se como uma relevante contribuição para o campo dos estudos da cultura organizacional, uma vez que possibilita compreender a inviabilidade de um gerenciamento da cultura dentro de uma visão positivista. Essa ingerência sobre a cultura também é defendida por Cavedon (2003, p. 57) que afirma que “A cultura é uma construção social, porém, não responde às interferências que se faça numa relação de causa-efeito”.

A despeito do entendimento dos estudiosos da cultura organizacional acerca da mesma ser uma construção social, Barbosa (2002) salienta que, contemporaneamente, os administradores focam seus esforços na busca de um método que permita mensurar o valor econômico e financeiro desta construção no interior da empresa. De modo que a “cultura organizacional passou a ser encarada como um ativo estratégico” (BARBOSA, 2002, p. 28), uma vez que ela é entendida e valorizada à medida que proporciona um ambiente que estimula a criatividade, a inovação e o aprendizado. Ou seja, a cultura organizacional ainda é vista a partir das lentes do gerenciamento.

Acaldipani e Crubellate (2003) analisaram os estudos brasileiros da cultura a partir da perspectiva epistemológica pós-moderna, a conclusão que eles chegaram foi no sentido de que, no Brasil, o entendimento da cultura organizacional ainda se encontra predominantemente a serviço de alguns grupos dominantes, devido, principalmente, ao viés gerencialista presente nas análises e os pressupostos de que o país possui uma cultura nacional homogênea.

Portanto, a disputa pelo domínio dos espaços no campo organizacional identificada por Martin e Frost (2001) continua ocorrendo, não havendo ainda um consenso acerca da homogeneidade/heterogeneidade e do gerenciamento ou não da cultura organizacional. Entretanto, o pressuposto que norteia este trabalho é o entendimento da cultura organizacional como algo passível de apresentar aspectos de homogeneidade e de heterogeneidade e também como algo não gerenciável.

Por conseguinte, a opção é por analisar a cultura a partir de uma abordagem do simbolismo organizacional (SMIRCICH, 1983), aceitando as teorizações feitas por Cavedon (2003). Para a autora, cultura organizacional é:

[...] a rede de significações que circulam dentro e fora do espaço organizacional, sendo simultaneamente ambíguas, contraditórias, complementares, díspares e análogas implicando ressemantizações que revelam a homogeneidade e a heterogeneidade organizacional (CAVEDON, 2000, p. 33-34).

Para desvendar essa rede de significações, é necessário que os aspectos simbólicos das organizações sejam compreendidos, sem, contudo, desconsiderar o meio em que elas estão inseridas. Pois como destaca Barbosa (2002, p. 33):

A cultura de qualquer organização é uma possibilidade que se encontra no interior de uma dimensão simbólica mais ampla, que podemos denominar frouxamente de cultura “nacional”. Esta vai “determinar” os limites das variações, mas não determina o que se vai produzir no âmbito de uma organização.

Neste sentido, ao identificar a cultura organizacional da Feira do Livro, através da noção de ritual, é possível encontrar também aspectos que são característicos de uma dimensão simbólica mais ampla, contudo, para não cair nas armadilhas das generalizações, é preciso considerar essa “cultura ‘nacional’” enquanto aspectos simbólicos intrínsecos a cultura gaúcha. Portanto, esse trabalho será acrescido a outros já desenvolvidos por pesquisadores brasileiros que optaram por elaborar estudos culturais que focalizavam realidades regionais, à guisa de exemplo: Fischer et all (1993), Cavedon (2002-3-4), Castilhos e Cavedon (2003-4), Dantas (2004), dentre outros.

Estes estudos atendem a uma demanda de Acaldipani e Crubellate (2003) que reivindicaram por estudos de cultura organizacional que “sejam mais específicos, locais e referentes a grupos culturais” (ACALDIPANI e CRUBELLATE, 2003, p. 75). A recomendação desses autores está embasada na hipótese de que a cultura nacional ao ser considerada como homogênea acaba por refletir pesquisas realizadas de modo superficial nas organizações, ao passo que, se for enfocada a heterogeneidade brasileira, deixa-se de “falar de um Brasil que só existe nas improváveis generalizações que realizamos” (ACALDIPANI e CRUBELLATE, 2003, p. 75).

Partir do pressuposto da existência de um Brasil único é não atentar para a observação feita por Barbosa a respeito das diferentes interpretações possíveis acerca de um mesmo símbolo. Segundo a autora (2001), o sistema de símbolos e de significados, sob um ponto de vista prático, são regras que permitem decifrar a realidade, todavia, tais regras podem não ser interpretadas por todos da mesma forma, de modo a gerar um consenso. Essas diferenças de interpretações, isto é, a heterogeneidade, abre espaços para a articulação das diferenças. Com isso, segundo a autora, “a dimensão simbólica da realidade é aquilo que torna possível a vida social” (BARBOSA, 2001, p. 142).

A autora, após concatenar a cultura organizacional ao sistema de símbolos e significados, opta por limitar o conceito daquela; considerando o termo cultura organizacional sinônimo de cultura administrativa. Barbosa (2001) define esse último como “conjunto de

lógicas e valores contextualizados de forma recorrentes na maneira de administrar de diferentes sociedades” (BARBOSA, 2001, p. 160). Desse modo, ao mesmo tempo em que ela relativiza o conceito para as diferentes culturas, ela o reduz às atividades e aos significados de apenas um grupo que compõe a organização, qual seja, o grupo dos administradores.

Essa redução é um tanto quanto perigosa à medida que pode permitir futuras interpretações que privilegie a lógica e os valores dos gestores em detrimento da lógica e dos valores de todo o corpo organizacional, levando novamente a discussão para o campo da manipulação da cultura. Essa abordagem gerencialista, por sua vez, é criticada pela própria autora.

Barbosa (2002), apresenta ainda outros tipos de abordagens para o tema cultura organizacional. Ela divide este em diferentes conceitos, quais sejam: Cultura Corporativa, Cultura Administrativa, Cultura Empresarial e Cultura Gerencial. Para tornar as diferenças entre esses conceitos inteligíveis, a autora faz uso de uma metáfora, segundo ela:

Graficamente, poderíamos pensar a relação entre esses conceitos como formando a copa de uma grande árvore. No topo estaria o conceito de cultura organizacional [...]. Nos ramos logo abaixo teríamos os dois grandes tipos de culturas organizacionais: as com fins lucrativos (cultura empresarial) [...] e as sem fins lucrativos. Todas essas diferentes modalidades organizacionais poderiam ter, ainda suas respectivas culturas corporativas mapeadas [...]. O mesmo procedimento poderia ser às diferentes culturas profissionais e gerenciais existentes nesses universos (BARBOSA, 2002, p. 44-5).

Esses delineamentos conceituais servem mais para fins didáticos, uma vez que na prática dificilmente serão encontradas tais separações, principalmente, no que concerne à distinção entre cultura organizacional e cultura empresarial. A autora propõe essa distinção porque considera que a última é “a organização simbólica do universo empresarial” (BARBOSA, 2002, p. 34), sendo que esta cultura prioriza virtudes individuais como a autonomia, o empreendedorismo, a ambição e a competitividade. Todavia, essas características também podem estar presentes em organizações sem fins-lucrativos, tendo em vista, que cada vez mais, os empreendimentos considerados do terceiro setor estão tendo de competir para garantir a captação de recursos financeiros que viabilizam a concretização de seus fins, para tanto, estes empreendimentos precisam estar aptos, ou seja, necessitam ter uma cultura que privilegie a criatividade, o empreendedorismo, etc.

Deste modo, ao adotar tais definições antes de ir ao encontro das organizações/empresas que serão analisadas estar-se-ia, *a priori*, modelando o que será a cultura da organização analisada, seja ela de fim lucrativo ou não, portanto, estar-se-ia indo à contra mão do que alguns estudiosos da cultura (à guisa de exemplo: FISCHER et al, 1993;

MARTIN e FROST, 2001; VERGARA, MORAES e PALMEIRA 1997; CARRIERI, 2001; CAVEDON, 2003) tanto prezam, o não etnocentrismo das análises, isto é, julgar de antemão uma sociedade a partir do que se crê que ela seja.

Ademais, distinguir cultura empresarial de cultura organizacional é limitar o campo de atuação da administração, aceitando que apenas a empresa privada seja o objeto das ciências administrativas (CAVEDON e FERRAZ, 2004), desconsiderando, portanto, que essa ciência possa ter como foco de estudo e de trabalho organizações que não almeje os fins lucrativos, estes sim, característica primeira das chamadas empresas privadas.

No que tange à cultura corporativa, Barbosa (2002, p. 30) menciona que ela representa os valores “explicitados pelos segmentos gerenciais e administrativos mais altos da organização”; ou seja, cultura corporativa torna-se sinônimo de cultura administrativa, uma vez que representa apenas um segmento da organização em detrimento do todo; isso ocorre porque os gestores, via de regra, são considerados como atores consensuais e por isso, essenciais na disseminação de uma cultura única; contudo, Silva e Junquillo (2004, p. 1), demonstram que o gestor não pode representar um ser consensual, uma vez que ele dissemina “a integração e, também a diferenciação e a fragmentação, permeado por objetivos e questões pessoais, sociais e organizacionais, que não se limitam ao interesse da empresa”. As considerações desses autores vêm de encontro à idéia de uma cultura única para toda a organização produzida a partir da cúpula, ou seja, o resultado do trabalho de Silva e Junquillo (2004) contrapõe-se ao gerenciamento da cultura.

Nesse sentido, para não abrir espaço para uma discussão acerca do gerenciamento da cultura organizacional, prefiro compartilhar com Barbosa e com Cavedon a relação entre cultura organizacional e sistema simbólico, mas sem reduzi-la a cultura corporativa. Por essa razão, saliento que para este trabalho o conceito adotado (CAVEDON, 2003) trás intrinsecamente a idéia de que cultura organizacional é uma rede de significados externa e interna à organização, e no que concerne à última, ele não exclui nenhum grupo pertencente à mesma. Tanto que, Cavedon (2000) ao realizar um estudo comparativo entre duas universidades, desvenda os significados dessas para os alunos, professores e funcionários, e, ainda assim, a autora colocou como limitação de sua pesquisa o fato de ter considerado esses três grupos como homogêneos, embora ciente das heterogeneidades existente.

Para diagnosticar a cultura organizacional desses espaços institucionais, a autora analisa, dentre outras coisas, as cerimônias de formaturas, a posse de reitores e os vestibulares. Todos esses momentos ímpares das organizações em questão são considerados

ritos organizacionais. Outros autores utilizaram os ritos organizacionais para a análise das culturas, à guisa de exemplo: Trice e Beyer (1984), Toledo e Bulgacov (2004). Um dos trabalhos pioneiros foi o de Trice e Beyer (1984). A publicação do artigo *Studying Organizational Cultures Through Rites and Ceremonies* abriu caminho para outros estudos, contudo, eles ainda não representam um número expressivo no campo administrativo.

Martin e Frost (2001) indicam que os poucos estudos que focalizaram os ritos organizacionais podem ser enquadrados na categoria dos trabalhos que priorizam os aspectos de integração cultural; todavia, conforme Cavedon (2003), o estudo dos ritos pode revelar tanto os aspectos de integração quanto os de diferenciação e de fragmentação, pois, conforme consta do capítulo 4, os ritos pressupõem o engajamento de atores sociais que compartilham certos valores e por isso os destacam na vida da sociedade; entretanto, cada ator ao desempenhar seu papel no ritual pode atribuir, a ele, significados diferentes. Cavedon (2000) comprova isso ao afirmar, em seu estudo sobre os rituais na academia, que os mesmos revelaram as ambigüidades presentes na UNISINOS, um dos locais onde ela desenvolveu sua pesquisa. Para maiores esclarecimentos a respeito deste tema, o próximo item versará sobre o mundo simbólico concernente aos ritos organizacionais.

3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS RITOS ORGANIZACIONAIS

Trice and Beyer (1984) salientam que os ritos e as cerimônias são dramas sociais que possuem papéis definidos para a performance dos indivíduos, sendo, por isso, “deliberadamente planejados, cuidadosamente gerenciados” (TRICE e BEYER, 1984, p. 655) de modo que oferecem um rico campo para o estudo do comportamento humano no interior das organizações.

A afirmação dos autores sobre planejar e gerenciar os ritos pressupõe a possibilidade dos mesmos servirem de meio para a disseminação dos valores da organização conforme desejo da cúpula administrativa. Partir apenas dessa constatação resulta em uma análise superficial concernente ao papel do rito para o desvendamento da cultura organizacional, tendo em vista, que os próprios autores ressaltam que a execução de um rito muito tem a informar acerca da cultura organizacional, pois ele traz intrínseco em sua realização alguns tipos de conseqüências sociais.

Para Trice e Beyer (1984) é possível encontrar quatro tipos de conseqüências sociais em virtude da combinação do que eles chamaram de características técnicas e expressivas do rito, ou seja, a forma como o rito é feito através dos atos e gestos e de como ele é expresso a partir do dito, das palavras [Leach]; e das finalidades sociais do mesmo, que podem ser latentes ou manifestadas [Merton]. Desta forma ter-se-ia as conseqüências sociais técnicas manifestadas e latentes do rito bem como suas conseqüências expressivas manifestadas e latentes.

É possível concluir que as conseqüências manifesta dos ritos são as mais visíveis, ou seja, como propõe o antropólogo DaMatta (1997), são as coisas que os ritos revelam, já as conseqüências latentes, são os recados que ficam subentendidos, por estarem nas entrelinhas da execução ritual, de modo que os ritos também escondem coisas. Portanto, como menciona Cavedon (1988), cabe ao observador ficar atento a totalidade da ação ritual, a fim de perceber tanto as conseqüências manifestadas e as latentes que os gestores buscam transmitir através dos ritos quanto “as manifestações contestatórias dos empregados” (CAVEDON, 1988, p. 347).

Além das considerações referentes às conseqüências sociais dos ritos organizacionais, Trice e Beyer (1984) propõem a distinção dos mesmos em categorias. Deste modo tem-se: os ritos de passagem, os ritos de degradação, os ritos de engrandecimento, os ritos de renovação, os ritos de redução de conflito e os ritos de integração, sendo que cada um deles possui uma finalidade, conforme o quadro abaixo:

A Tipologia dos Ritos segundo suas Conseqüências Sociais Expressivas

Tipos de ritos	Conseqüências expressivas manifestadas	Conseqüências expressivas latentes
Ritos de Passagem	Facilita a transição das pessoas dentro dos papéis e do <i>status</i> social	Mínimizam as mudanças nas formas que as pessoas realizam seus papéis e restabelecem o equilíbrio entre as relações sociais.
Ritos de Degradação	Dissolve a identidade social do ator e o seu poder	Admitem publicamente que os problemas existem e os discute em detalhes; delimitam as fronteiras entre os grupos definindo quem pertence a ele ou não e reafirmam a importância e o valor dos papéis sociais envolvidos no ritual; evidenciam aquilo que não deve ser incorporado como valor pelos atores organizacionais.
Ritos de	Enaltece a identidade social do ator e o seu	Divulgam as coisas boas da organização;

Engrandecimento	poder	propiciam o reconhecimento público do indivíduo pelos resultados obtidos de modo a incentivar outros a alcançarem os mesmos feitos; e, enaltecem o valor da performance do papel social do indivíduo.
Ritos de Renovação	Renova a estrutura social e aperfeiçoa seu funcionamento	Tranquilizam os membros da organização mostrando que alguma coisa está sendo feita em relação aos problemas; distinguem a natureza dos problemas; legitimam e reforçam a existência dos sistemas de poder e autoridade.
Ritos de Redução de Conflito	Reduz o conflito e a agressão	Desviam a atenção das formas utilizadas para solucionar os problemas; restabelecem o equilíbrio das relações sociais que foram desestruturadas devido a conflitos.
Ritos de Integração	Revive os sentimentos comuns que mantêm unidos os membros da organização	Permitem a manifestação pública das emoções devido à libertação temporária das normas; ressaltam e reafirmam a justiça moral e as normas habituais.

Quadro 5: A Tipologia dos Ritos segundo suas Conseqüências Sociais Expressivas

Fonte: Adaptado de: TRICE, Harrison M. e BEYER, Janice M. (1984, p. 653-669).

Essas categorias definidas por Trice e Beyer (1984) não são estáticas, uma vez que, ao executar um rito de passagem, à guisa de exemplo: o processo seletivo, observa-se a execução de outros ritos dentro do ritual maior, como os que buscam degradar o candidato ao cargo, ou ainda o de enaltecê-lo a fim de garantir o seu comprometimento, *a posteriori*, com a organização.

No Brasil, Toledo e Bulcagov (2004) analisaram um processo de *trainee* como um rito de passagem pelo qual um jovem passa ao tentar se inserir na vida profissional. Segundo os autores, o candidato que busca por reconhecimento, pode perder sua autonomia e identidade, uma vez que deixa de se pertencer e passa a pertencer à organização. Para a captação do indivíduo, a empresa se vale do rito de passagem como disseminadora de seus valores e ideais.

Ainda, ao que concerne aos ritos de passagem, Cavedon (1988) salienta que:

O rito de passagem representa a morte simbólica do candidato, que possui sua identidade temporariamente destruída, para renascer novamente como membro da organização na qual ele irá trabalhar (CAVEDON, 1988, p. 348).

A autora, além de estudar o processo seletivo como rito de passagem, focou suas análises nas festas organizacionais que buscavam integrar os indivíduos da empresa pesquisada, ou seja, os ritos de integração. Cavedon (1988) observa que a integração revela a

vontade de homogeneizar a heterogeneidade, uma vez que coloca face a face o indivíduo, o grupo e a organização, o que por vezes revela, aos mais atentos, o conflito existente entre eles.

Contudo, os rituais ao revelarem o conflito, a ordem, as homogeneidades e as heterogeneidades, permitem estudar os fazeres administrativos das organizações e, por meio disso, averiguar a cultura organizacional da mesma, ou de forma mais ampla a própria cultura brasileira (VERGARA, MORAES e PALMEIRA, 1997).

Identificar a cultura brasileira foi o objetivo de Vergara, Moraes e Palmeira (1997), para isso eles analisaram um barracão de escola de samba. Para os autores, o carnaval do Rio de Janeiro pode ser considerado um mega-ritual que revela muitos aspectos da cultura do país, que já foram estudados por DaMatta (1997), contudo, os autores destacam que para ocorrer à execução desse ritual, há uma organização que trabalha durante todo o ano, agregando pessoas em torno de um objetivo comum.

Sendo assim, Vergara, Moraes e Palmeira (1997) acreditam que estudar os fazeres administrativos que antecedem o ritual possibilita entender a cultura nacional que dá sentido à organização. Eles concluem o estudo afirmando que:

No barracão pode ser observada a característica brasileira de conjugação de elementos contraditórios. Oscila entre o mundo público das leis universais e o privada da família, dos amigos, da casa. [...] o barracão vive em constante estado de vir-a-ser moderno sem, contudo, deixar para trás suas amarras tradicionais (VERGARA, MORAES e PALMEIRA, 1997, p. 252).

Os autores destacam a relevância de descobrir as teias de significados presentes nas organizações, uma vez que elas representam a integração e a diferenciação de seus integrantes, a quem, a administração se propõe a coordenar.

Assim como o carnaval pode ser entendido como um mega-ritual da sociedade brasileira, a Feira do Livro de Porto Alegre constitui o ritual de compra e venda de livros da sociedade porto-alegrense, e como tal, também somente se concretiza devido ao trabalho, *a priori e a posteriori*, de uma equipe organizadora, nesse caso, da entidade: Câmara Rio-Grandense do Livro.

Portanto, a Feira do Livro é um ritual que mobiliza, durante todo o ano, o trabalho de vários atores para a sua execução, e que a interação entre esses atores permite a construção de rede de significações, que por sua vez compõem a cultura organizacional da Feira. Destarte, aceitando-se as considerações de Van Gennep (1978), que alerta que para o entendimento consistente do rito faz-se necessário focalizar tanto o momento crucial do mesmo quanto os momentos que os antecedem e os sucedem; faz-se pertinente perceber que a existência desses

dois últimos momentos, nas sociedades complexas, acabou por demandar uma organização “profissional” e que essa, por sua vez, modela sua própria cultura que pode ser constituída pelas suas resignificações como também pode ser transpassada pela cultura organizacional do setor livreiro e pela cultura da sociedade que legitima a execução do rito, qual seja, a sociedade porto-alegrense.

Devido a isso, ao focar os rituais na área administrativa, considera-se relevante entender a origem do conceito do ritual, de modo que o próximo capítulo, agregará a este trabalho o aporte antropológico necessário para viabilizar o entendimento do fenômeno que Durkheim⁵ (apud PEIRANO, 2003) considera como a sociedade em ato.

⁵ DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996

4 RITUAIS

Os rituais começaram a ser analisados, discutidos ou apenas descritos ainda no século XIX. Sendo que, em 1909, foi publicado um dos primeiros clássicos que versam sobre o assunto. Trata-se do livro *Ritos de Passagem* de Arnold Van Gennep. DaMatta (1978), no prefácio da tradução para o português desta obra, ressalta a importância do trabalho do autor afirmando que foi após a divulgação dos estudos deste, que o ritual tornou-se um tópico merecedor de atenção pelos intelectuais.

A relevância da obra é corroborada a partir da observação dos trabalhos que a seguiram. É quase impossível encontrar algum estudo sobre rituais que não tenha citado Van Gennep (1978). Contudo, há outros autores, de igual relevância, que colaboraram para a construção do conhecimento e teorizações sobre os rituais, dentre eles destacam-se: Lévi-Strauss (1997), Turner (1974), Goffman (1989), Douglas (1976-8), Rivière (1997). No Brasil, um nome ganha destaque, qual seja, Roberto DaMatta. Além dele, outros trabalhos de relevância para os estudos de rituais no Brasil, foram desenvolvidos por Peirano (2001-3), Brandão (1989) e Teixeira (1988), para citar apenas três.

Os primeiros estudos acerca de rituais foram feitos em sociedade, consideradas pelos estudiosos, como simples; contudo, com a colonização dos povos, os estudiosos voltaram-se para as sociedades complexas. Durante esse percurso, muitos aspectos foram revistos: a crença da superioridade dos colonizadores foi questionada e uma visão menos etnocêntrica foi reivindicada. Além disso, ocorreu a dessacralização dos ritos, a tal ponto que, atualmente, alguns autores (DOUGLAS, 1976; RIVIÈRE, 1997) consideram que qualquer ação humana é passível de ser entendida como um ritual, eliminando assim a discussão, característica do início do século XX, entre o sagrado versus o profano. Em virtude dessas mudanças, cabe a aventura de tentar descobrir como os rituais estão sendo abordados na contemporaneidade, de modo que, esse é o tema central do próximo tópico.

4.1 OS RITUAIS NA CONTEMPORANEIDADE

A visão do ritual descolado do sagrado, mencionada anteriormente, abre um espectro amplo para análise, tanto que Rivière (1996) analisa as atividades do cotidiano e as chama de *microrrituais*. O autor apresenta essa denominação para seus estudos publicados no livro “Os Ritos Profanos”. Nesta obra, Rivière (1996) estipula dezesseis hipóteses acerca da emancipação do rito da égide do sagrado. A seguir, algumas dessas considerações (RIVIÈRE, 1997, p. 70-1).

[...] o rito profano encontra sua lógica em sua efetuação e satisfaz-se com sua intensidade emocional (partida de futebol, concerto).

Reconhecido como geral da expressão da sociedade e da cultura, o rito emancipa-se do contexto religioso [...].

O funcionamento dos ritos deve ser associado à sua utilidade social [...].

O rito solicita e regula a ação; além disso, suas operações materiais são reveladoras de operações mentais porque operamos aí com símbolos.

Os ritos são sistemas de sinalização a partir de códigos definidos do ponto de vista cultural.

[...] Sua ordem expressiva [dos ritos] inscrevem-se em uma ordem de negociação.

Pela adoção de regras e papéis [...] acaba reforçando o elo social integrador.

E, por fim:

A não ser por um ato de fé, não seria possível fornecer o fundamento original do rito: segundo Girard, sacrifício e violência inicial; para os etólogos, inscrição do rito profano no mais profundo da animalidade; ou então, para os psicanalistas, mecanismos de sublimação com base na libido sexual.

Por enquanto, vale acreditar que o fundamento original do rito se encontra na gênese das relações sociais, cujos atores que dela participam é que irão definir o quê da vida social é merecedor de ser colocado em relevo dentro do cotidiano.

Neste sentido, destacam-se os estudos de Peirano (2001) sobre os rituais e a observação que ela faz acerca da definição, *a priori*, do ritual e de sua ligação com o fazer etnográfico. Para a autora, não cabe ao pesquisador definir o que é considerado um ritual, uma vez que esses são eventos considerados pelos “nativos” como especiais e, por essa razão, são por eles destacados do dia-a-dia. Nesse sentido, DaMatta (1997) crê que os rituais, assim como os mitos, são criações sociais que revelam problemas e dilemas da formação social, de modo que:

O mito e o ritual seriam, deste modo, dramatizações ou maneiras cruciais de chamar a atenção para certos aspectos da realidade social, facetas que, normalmente, estão submersas pela rotina, interesses e complicações do cotidiano (DAMATTA, 1997, p. 42).

Para os dois últimos autores os rituais são momentos demarcados, com tempos e ou espaços definidos, contudo são constituídos por elementos triviais do mundo social transformados em símbolos, de tal maneira que suscitariam carga emotiva nos participantes e nos assistentes do ritual. Nesse sentido, Peirano (2003, p. 49) considera que os instrumentos utilizados para analisar os rituais podem ser “reapropriados, com proveito, para o exame dos eventos cotidianos”, com isso a autora aproxima-se da proposta de Rivière (1996), de que é possível analisar outros momentos da vida social à luz da concepção de rituais, pois conforme aponta Peirano (2003) em seus estudos, o ritual é uma subespécie de evento social, contudo eles se distanciam à medida que a autora faz a distinção do social em: eventos ordinários, eventos críticos e rituais, enquanto que Rivière (1996) advoga a favor de que todos os eventos do social estejam sob o conceito de rituais e *microrrituais*.

Deste modo, enquanto Rivière analisa o social submetendo-o a teoria de rito, Peirano (2003), distingue conceitualmente o social em três diferentes eventos, todavia, considera que todos podem ser analisados metodologicamente da mesma maneira, ou seja, conforme os ritos são analisados.

A referida autora considera que o social é constituído por eventos ordinários, eventos críticos e rituais e; apesar dos primeiros apresentarem similitudes de natureza com os ritos, não são tão estáveis quanto estes. Para a autora (2003, p. 8-9), nos rituais:

[...] há uma ordem que os estrutura, um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo, e uma percepção de que eles são diferentes. Eventos em geral são por princípio mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável, mas não totalmente desprovido de estrutura e propósito [...]

Portanto, na contemporaneidade, os estudos dos rituais, por terem sido separados definitivamente da égide do sagrado, ampliaram o espectro que o conceito abrange, por via de consequência, duas abordagens emergem para esse tema: na primeira, tem-se como representante Rivière, que defende a idéia de que todos os acontecimentos sociais que compõem o cotidiano podem ser considerados como rituais. Sendo assim, o autor analisa os *microrrituais* da vida infantil, abordando desde a preparação do ambiente para o sono da criança que, simbolicamente representa a garantia de que o conflito não é destruidor, até as expressões de ritualidades presentes na escola como forma de aprendizagem social.

A segunda vertente, representada aqui por Peirano (2003), acredita que o social é composto por eventos e que dentre eles encontram-se os rituais que são:

Ele [o ritual] é constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expresso por múltiplos meios. Essa seqüência tem conteúdo e arranjos caracterizados por graus variados de formalidades (convencionalidade),

estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” em três sentidos: 1) no sentido pelo qual dizer e também fazer alguma coisa como um ato convencional [como quando se diz “sim” à pergunta do padre em um casamento]; 2) no sentido pelo qual os participantes experimentam intensamente uma performance que utiliza vários meios de comunicação [um exemplo seria o nosso carnaval] e 3), finalmente no sentido de valores sendo inferidos e criados pelos autores durante a performance [por exemplo quando identificamos como “Brasil” o time de futebol campeão do mundo]. (TAMBIAH⁶, 1985, *apud* PEIRANO, 2003, p. 11, grifos da autora).

Apesar de situarem-se em duas vertentes diferentes, esses autores contemporâneos advogam pela relativização das interpretações dos rituais, entretanto, os estudos que os antecederam privilegiavam a busca por uma classificação universal. Contudo, Rivière (1997) indica que essa classificação dependia da perspectiva de análise adotada pelos diferentes autores, de modo que o ritual foi analisado sob os enfoques etológicos, evolucionistas, psicossocial, religiosos, dentre outros. Deste modo, “um rito pode ser classificado em uma ou outra das categorias, conforme nossa atenção fixa este ou aquele aspecto: participantes, objetivos pretendidos, modos de ação, etc.” (RIVIÈRE, 1997, p. 35).

Neste sentido, Peirano (2003), salienta que o refinamento teórico nunca é linear, de modo que os estudos científicos, às vezes, parecem avançar alguns passos, mas logo em seguida retrocedem outros, uma vez que este depende, sobretudo, daquilo sobre o qual os estudiosos centram suas atenções e formulam suas hipóteses ou inferências.

Portanto, os estudos dos rituais passaram por várias modificações durante sua trajetória. Em alguns momentos ele assumia o papel de protagonista nas pesquisas e na vida da sociedade, conseqüentemente, analisá-lo permitia conhecer as formas de organização da coletividade e seus valores e ideais mais arraigados. Em outros momentos o ritual era, conforme aponta Douglas (1978), um termo pejorativo, um sinônimo de conformidade vazia, pois se resumiria a mera repetição de uma série de gestos externos sem a adesão aos valores que esses gestos estariam expressando. Segundo a autora: “O ritualista vem a ser aquele que executa uma série de gestos externos que supõe a adesão a uma série determinada de valores, mas que internamente os rejeita” (DOUGLAS, 1978, p. 21)⁷.

Para Douglas (1978) a conotação negativa dada ao ritual é resultado das controvérsias ocorridas na história da religião. Peirano (2003) também alerta para a carga pejorativa da

⁶ TAMBIAH, S. J. *Culture, Thought and Social Action. An Anthropological Perspective*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

⁷ El ritualista viene a ser, pues, el que ejecuta una serie de gestos externos que suponen la adhesión a una serie determinada de valores, pero que internamente los rechaza (DOUGLAS, 1978, p. 21, traduzido pela autora deste trabalho).

palavra ritual, porém, constata que essa resulta da demasiada importância que se dá “à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo e ao *status quo*” privilegiando desta maneira somente a associação do ritual a sua forma. Para se contrapor ao senso comum de imutabilidade do ritual a autora adota o conceito de Tambiah⁸ (1985, *apud* PEIRANO, 2003, p. 11) de que o “ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica”. Para se chegar a esse conceito, relevante se faz para o desenvolvimento deste trabalho, entender quais foram os caminhos não lineares que as análises dos rituais seguiram, para tanto, alguns autores considerados importantes na Antropologia serão chamados a exporem suas teorias. Como o propósito é entender a contribuição dos autores para a ciência, as elucidações não seguirão, necessariamente, uma seqüência cronológica.

4.2 ESTUDO DOS RITUAIS

Van Gennep emancipou o rito e o colocou no patamar de objeto de estudo, pois até então os rituais estavam vinculados necessariamente ao sagrado e, assim, as reflexões pertinentes estavam submetidas aos fenômenos ditos mágicos. Vale destacar que a magia, na visão evolucionista de Tylor e Frazer, era a forma de religiosidade dos primitivos. Neste sentido, o rito era secundário, uma vez que nem o social era passível de reflexão (RIVIÈRE, 1997).

Para compreender a importância da obra de Van Gennep, DaMatta (1978) contextualiza o estudo daquele autor. Ou seja, a dita emancipação do rito que o autor promoveu foi uma ruptura com a idéia de que o ritual é inerente à religião. De modo que, início do século XX “o rito (e a cerimônia) eram tomados como produtos (ou melhor, subprodutos) de atos estranhos, dotados de eficácia, situados na esfera interdita do sagrado” (DAMATTA, 1978, p. 16).

Essa visão do rito era resultado de duas perspectivas de análise diferentes. Uma proveniente da Escola Evolucionista e outra da Escola Francesa, sendo que esta já havia dado alguns passos à frente daquela quanto à desvinculação do rito do campo do sobrenatural.

A Escola Evolucionista buscava compreender as etapas da evolução do homem, partindo do pressuposto de que ela ocorria de igual maneira em toda e qualquer sociedade,

⁸ TAMBIAH, S. J. *Culture, Thought and Social Action. An Anthropological Perspective*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

neste sentido para entendermos o que uma sociedade moderna foi, bastava estudar uma sociedade considerada primitiva. Na realização desses estudos, Frazer⁹ (*apud* PEIRANO, 2003) menciona que a humanidade passa por três etapas de evolução: magia, religião e ciência.

A magia já contém as leis definitivas do pensamento, mas a aplica mal; a religião nasce quando se percebe que a magia não produz resultados e delega-se poder a seres sobrenaturais; finalmente, a ciência retoma a responsabilidade da relação entre causa e efeito, e aplica as leis de forma correta (PEIRANO, 2003, p. 21).

Nessa escala evolutiva de Frazer (*apud* PEIRANO, 2003), o mito e o rito se refratam mutuamente e fazem parte das duas primeiras etapas. Desta forma, ele classifica os ritos como mágicos e os submete a duas leis de associação do pensamento: a lei da similitude e a lei do contágio. Para a primeira, semelhante produz semelhante, para a segunda, o que já esteve em contato continua a agir mesmo à distância; assim, conforme aponta Van Gennep (1978), surgem as duas primeiras classes de ritos: os ritos simpáticos e os ritos de contágio.

Segundo Peirano (2003), ao lado de Frazer, estavam os trabalhos de Tylor, que classificava a evolução da sociedade segundo a evolução da religião, neste sentido, a forma mais primitiva da religião definia-se pela crença em seres espirituais, que por sua vez representavam um “esforço racional (embora não crítico) para explicar fenômenos empíricos misteriosos, tais como a morte, sonhos, possessão” (PEIRANO, 2003, p. 21). Essa etapa da evolução ficou conhecida como animismo.

Van Gennep (1978, p. 33) entende o animismo como a “teoria personalista, quer a potência personificada seja uma alma única ou múltipla, quer se trate de uma potência animal ou vegetal (totem), antropomórfica ou amorfa (Deus)”.

Seguindo essa classificação evolutiva de Tylor, a sociedade humana progrediu do animismo ao monoteísmo, passando pelo politeísmo.

Peirano (2003) salienta que tanto Frazer quanto Tylor são considerados intelectualistas, por dar ênfase ao pensamento humano em suas análises, de modo que ligam o ritual à racionalidade humana; contudo, vale destacar que, como se viu acima, essa racionalidade está ligada a “religião” e que quando o racional consegue ser aplicado de maneira correta torna-se ciência, não tendo, então, espaço para os ritos. Sendo assim, essa perspectiva de análise privilegia a vontade do indivíduo em detrimento do social.

⁹ FRAZER, James. O Ramo de Ouro. Rio de Janeiro : Guanabara, 1982.

Ao lado da abordagem animista, Van Gennep (1978, p. 33), salienta que surge uma nova abordagem, a saber: a dinamista, na qual ele se enquadra. Para ele esta nova teoria é caracterizada pelo impessoal, portanto, há a possibilidade de entender a sociedade como uma entidade maior, que tem o poder de guiar a vida dos indivíduos que a compõe. Nesse sentido, Rivière (1997) destaca os estudos de Durkheim e Mauss.

A base para entender essa mudança do pessoal para o impessoal, ou seja, do indivíduo para a sociedade, reside no conceito de fato social apresentado por Durkheim:

[...] consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem. Por conseguinte, não podem confundir-se com os fenômenos orgânicos, visto que consistem em representações e em ações; nem como fenômenos psíquicos, que não têm existência senão na consciência individual, e devido a ela. Constituem, pois, uma espécie nova e a eles se deve atribuir e reservar a qualificação de sociais. Esta lhe convém; pois é evidente que, não tendo o indivíduo por substrato, não pode ter outro senão a sociedade (DURKHEIM, 2001, p. 33).

Com essa definição, o autor torna a sociedade autônoma e um campo próprio para estudos; e, ao relacionar representações e ações, Durkheim (2001), indica que a forma que o grupo se pensa é o que constitui as representações, e que os rituais revelam essas operações mentais, de modo que o rito é a sociedade em ato.

Peirano (2003) acrescenta que ao tornar os rituais e as representações indissociáveis, Durkheim alargou o conceito de religião, tirando-o da esfera do sobrenatural e o relacionando a sociedade em si. De modo que a sociedade torna-se “sagrada”, tendo em vista que os ritos tomam forma de um corpo de idéias e de valores que são socialmente compartilhados, assumindo, assim, uma conotação religiosa.

Tanto para Durkheim, como para Mauss, o rito tem utilidade social, uma vez que, o primeiro, considera que os ritos ditam as regras de comportamento dos homens, de forma que este aprende como se comportar em relação às coisas sagradas. Vale lembrar que o autor considera a sociedade como um ente sagrado, de modo que não retira os rituais da égide do primeiro (RIVIÈRE, 1997).

Sendo os ritos os reguladores do comportamento do homem em sociedade, ele tende a unificar seus membros e, por essa razão, os rituais podem ser considerados como “forma geral de expressão da sociedade e da cultura” (RIVIÈRE, 1997, p. 45), por sua vez a eficácia do rito reside na submissão do homem à norma. Contudo, as normas são resultados da oposição da sociedade aos desejos individuais, uma vez que o indivíduo tende a controlar o ser natural em preferência ao social. Desta forma: “O rito exprime o ritmo da vida social, da qual é o

resultado. Só se reunindo é que a sociedade pode reavivar a percepção, o sentimento que tem de si mesma” (DURKHEIM¹⁰, 1996 *apud* RIVIÈRE, 1997, p. 8).

Retomando Van Gennep (1978), para compreender a relevância de suas contribuições, é preciso salientar que ele assumiu o social em sua totalidade, conforme Durkheim (2001), e acrescentou a sociedade o caráter dinâmico. Van Gennep (1978) aceitou, também, a sociedade compartimentalizada, de maneira que focou seus estudos nas seqüências dos rituais que permitem ao homem passar de um compartimento ao outro; sem, contudo, estabelecer uma conotação de sagrado a estes ritos, uma vez que para o autor: “o sagrado, de fato, não é um valor absoluto, mas um valor que indica situações respectivas” (VAN GENNEP, 1978, p. 32)

Portanto, Van Gennep (1978) atento para as considerações de Durkheim acerca do fato social, passa a considerar o rito como uma ponte que liga posições e domínios, tendo em vista o aspecto dual intrínseco à sociedade. Como o próprio autor observa, o objetivo de seus estudos é de decifrar a seqüência desses rituais. Desta forma, ele esclarece:

A disposição tendencial deles [dos ritos] é por toda a parte a mesma, e debaixo da multiplicidade das formas encontram-se sempre, expressa conscientemente ou em potência, uma seqüência típica, a saber, *o esquema dos ritos de passagem* (VAN GENNEP, 1978, p. 159)

Ao estudar as partes constitutivas do ritual, dando ênfase principalmente “as seqüências cerimoniais que acompanham a passagem de uma situação a outra” (VAN GENNEP, 1978, p. 31) o autor indica três importantes fases na categoria *ritos de passagem*, quais sejam: os ritos de separação (preliminares), os ritos de margem (liminares) e os ritos de agregação (pós-liminares). Neste sentido, DaMatta (1978, p. 17) salienta que o autor abandona a procura de uma classificação tipológica dos ritos em preferência a uma visão estrutural fundada em “princípios organizatórios, dos quais a necessidade de incorporar o novo, reduzir a incerteza e realizar a passagem de posição para posição, num deslocar constante, é fundamental”.

Tendo em mente a seqüência do dinamismo social e sua compartimentalização, Van Gennep (1978) não focaliza em suas análises somente o momento crucial do rito, pois para ele, esses podem resultar em considerações superficiais; portanto, compreender os momentos que antecedem o ritual e os momentos posteriores a ele, é fundamental para o entendimento consistente do rito, além disso, o autor salienta a importância do contexto para a fundamentação das análises.

¹⁰ DURKHEIM, Emile. *Les formes elementaires de l'ave religieuse: le système totémique en Australie*, Paris, Alcan, 1925, p. 499.

Contudo, mesmo ocorrendo essa relativização dos rituais, Van Gennep defende a idéia de que as três fases presentes nos ritos de passagem são universais, de modo que ele propõe: “denominar os *ritos preliminares* os ritos de separação do mundo anterior, *ritos liminares* os ritos executados durante o estágio de margem e *ritos pós-liminares* os ritos de agregação ao novo mundo” (VAN GENNEP, 1978, p. 37).

Após analisar uma série de rituais, que vão desde os ritos de nascimento até as cerimônias fúnebres, passando pelos ritos matrimoniais e de gravidez, Van Gennep (1978) conclui seu trabalho alertando para pontos significativos, quais sejam:

- tanto para o individuo quanto para o grupo, a vida é composta por ciclos de mudanças, onde cabe ao ritual marcar e revelar a passagem de um estado para outro, de modo que:

[...] sempre há novos limiares a atravessar, limiares do verão ou do inverno, da estação ou do ano, do mês ou da noite, limiar do nascimento, da adolescência ou da idade madura, limiar da velhice, limiar da morte e limiar da outra vida – para os que acreditam nela (VAN GENNEP, 1978, p. 158).

- O autor considera que a eficácia do rito não está relacionada ao seu significado, mas à mudança real que ele opera, assim o rito é acionado pela sociedade segundo a sua utilidade social.

- Por fim, ao focalizar as passagens limiares, o autor salienta a importância da existência das margens, assunto, que segundo ele, ainda não havia sido abordado com a devida atenção; contudo, posteriormente, Turner (1974) se ocupara dele em seu livro *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*.

Turner (1974) retoma as fases do ritual de Van Gennep. Sucintamente, o primeiro explica que:

A primeira fase (de separação) abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais [...]. Durante o período “liminar” intermédio, as características do sujeito ritual (o “transitante”) são ambíguas; passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação) consuma-se a passagem. O sujeito ritual [...] permanece num estado relativamente estável mais uma vez e, em virtude disso, tem direitos e obrigações perante os outros [...] (TURNER, 1974, p.116-7).

O referido autor interessa-se pelo período liminar, uma vez que ele busca evidenciar que são nesses momentos que encontramos a anti-estrutura da sociedade. Turner (1974) menciona que o *personae* liminares, por estar em uma situação que o liberta do *status* social, não se encontra nem sob os valores e regras do grupo anterior, nem sob os do futuro grupo

que integrará. Sendo que esse é o momento propício para que as regras do novo *status* pretendido sejam repassadas ao neófito.

É esta fase do rito de passagem que permite a Turner (1974) identificar as *communitas*, uma vez que a ausência de estruturas permite criar uma relação de comunhão entre os indivíduos que não são diferenciados entre si e que estão submetidos às autoridades do ritual. O confronto entre as *communitas* e a comunidade estruturada, permite o fortalecimento da última. Encontram-se, aqui, a dialética das *communitas*, ou seja, elas libertam os homens da estrutura, ao mesmo tempo em que, o preparam para o seu reingresso na estrutura social.

Ao constatar isso, o autor investigou dois tipos de liminaridade, presente nos ritos de elevação de *status* e de inversão de *status*. No rito de elevação de *status*, o *personae* liminares “é conduzido irreversivelmente de posição mais baixa para outra mais alta” (TURNER, 1974, p. 202), entretanto, na zona liminar, o sujeito é submetido a uma série de humilhações, de modo que reconheça que para estar no alto precisa experimentar o baixo. Sendo que um só existe em relação ao outro.

Os ritos de reversão de *status*, geralmente, estão ligados ao calendário. De modo que, em algum momento um grupo de pessoas em posições inferiores na estrutura social ganha o direito de exercer autoridade sobre os que estão acima deles. Deste modo, ocorre temporariamente, uma “elevação simbólica, ou fictícia, dos sujeitos ao ritual a posições de autoridade eminente” (TURNER, 1974, p. 203).

O próprio Turner (1974) alerta que quando fala em estruturas, não está buscando entender, como Lévi-Strauss, as categorias lógicas da mente, e sim está se referindo a uma disposição de instituições especializadas e a organização institucional de posições e de atores que implicam. Portanto, para o autor, o ritual é o caminho para acessar a estrutura da sociedade, visto que ele compartilha do ponto de vista de Wilson, qual seja:

Os rituais revelam os valores no seu nível mais profundo ... os homens expressam no ritual aquilo que os toca mais intensamente e, sendo a forma de expressão convencional e obrigatória, os valores do grupo é que são revelados. Vejo no estudo dos ritos a chave para compreender-se a constituição essencial das sociedades humana. (WILSON¹¹, 1954, *apud* TURNER, 1974, p. 19).

Além disso, Turner (1974) também segue os conselhos de Wilson quanto à maneira de interpretar os rituais. Ou seja, ao analisar os ritos Ndembu, o autor pergunta tanto aos religiosos quanto aos simples fiéis como eles interpretam os símbolos utilizados em seus

¹¹ WILSON, Mônica. 1954. Nyakyusa ritual and symbolism. *American Anthropologist*, vol. 56, nº 2. 1957. *Rituals of kinship among the Nyakyusa*. London: Oxford University Press.

rituais. Para ter o entendimento completo dos ritos, são acrescentadas à interpretação dos “nativos” (nível exegético), as informações observáveis do contexto no qual o ritual está inserido – uso dos símbolos e a composição social dos grupos (nível operacional) e as conseqüências das relações entre os símbolos (nível posicional) esta última é oriunda da própria análise do antropólogo.

Desta forma, o autor observou a natureza polissêmica dos símbolos e classificou os elementos estruturais do ritual em símbolos dominantes e os elementos variáveis em símbolos instrumentais. Os primeiros “*tiende a ser fines em sí mismos*”, os segundos são usados como “*medios para los fines explícitos o implícitos de cada ritual determinado*” (TURNER, 1994, p. 197).

Se para Turner (1978) e Wilson (1954), os rituais permitiam conhecer a essência das sociedades humanas, para Lévi-Strauss eles tinham um papel secundário, uma vez que este autor buscou compreender os aspectos estruturais da mente humana por meio dos estudos do mito. Deste modo, Rivière (1997) menciona que o rito para Lévi-Strauss era apenas a revelação das operações mentais. Peirano (2003) considera que Lévi-Strauss contribuiu para o desenvolvimento da ciência à medida que afirmou serem os seres humanos todos racionais em contexto, por conseguinte, para o autor o pensamento selvagem não está presente nos povos considerados primitivos, mas sim nos pensamentos que ainda não foram domados. No entanto, ele retrocede alguns passos quando separa os rituais das representações, ou seja, de um lado as ações de outro o pensamento, de um lado os rituais de outro o mito, sendo que o último é o bom para pensar.

Ao fazer a separação entre os rituais e as representações, o autor se opõe a Durkheim (1996), contudo, as distinções entre eles vão além, pois para Lévi-Strauss (1997), a idéia durkheimiana de que os ritos derivam da afetividade é frágil, uma vez que, para Lévi-Strauss, não são as emoções sentidas nos rituais que perpetuam os mesmos, mas as atividades rituais que suscitam as emoções, confirmando a idéia de que os rituais são bons para viver (PEIRANO, 2003). Entretanto, pode-se pensar que tanto a emoção pode levar ao rito quanto o rito tem a capacidade de emocionar, neste sentido a visão durkheimiana não é excluída pelas colocações de Levi-Strauss.

Peirano (2003) menciona que, assim como Levi-Strauss, Leach acredita que não há primitivos e modernos, uma vez que todos os seres humanos pensam de forma similar, na verdade ele extrapola essa idéia ao afirmar que também se vive de forma similar, no sentido que existe um *menu* básico de ações que igualam os homens, mas que também os diferenciam.

Contudo, a contribuição do autor não se restringe a isso, ele, ao contrário de Strauss, resgata a importância dos rituais para as sociedades, equiparando os ritos aos mitos. Todavia, essa aproximação tornou o rito *bom para pensar*, mas o descaracterizou quanto aos seus aspectos vivenciais (PEIRANO, 2003). Talvez, o autor tenha descaracterizado o rito quando traçou a teoria de que comportamentos não-verbais, por si só, constituem uma forma de rito.

Essa foi outra colaboração de Leach – estudar o aspecto ritual da comunicação. O autor encontra três tipos de comportamento, quais sejam: 1) o racional-técnico, produz resultados de maneira mecânica; 2) o comunicativo, usa códigos culturais para transmitir informações e, 3) o mágico, “que é eficaz em termos de convenções culturais” (PEIRANO, 2003, p. 38). Peirano (2003) exemplifica os três tipos de comportamento, de forma que cortar uma árvore, um aperto de mão, um juramento são respectivamente comportamentos racional-técnicos, comunicativo e mágico. Sendo que aos dois últimos é dada a possibilidade de ser um ritual, ou seja, o autor não distingue comportamentos verbais de não-verbais. Contudo, ao dar esse passo em direção ao avanço da ciência, Leach não atentou para a questão de que ao inserir o rito na ordem da mente humana, ele eliminou a dimensão do “bom para viver”. Por sua vez, Tambiah recupera essa dimensão (PEIRANO, 2001).

Este autor se propõe a analisar os ritos sob o enfoque estruturalista de Lévi-Strauss, acrescentando a este os pressupostos etnográficos de Malinowski (1977), sem, contudo, perder de vista a teoria da eficácia elaborada por Mauss. Apesar da audácia da proposta, Peirano (2001) afirma, ao comentar os trabalhos do autor que:

Como sistema culturalmente construído de comunicação simbólica, os ritos deixam de ser apenas ação que corresponde a (ou deriva de) um sistema de idéias, resultando que eles se tornam bom para pensar e bons para agir – além de serem socialmente eficazes. Tambiah afirma que a eficácia deriva do caráter performativo do rito [...] em outras palavras, os rituais partilham alguns traços formais e padronizados, mas estes são variáveis, fundados em constructos ideológicos particulares. Assim o vínculo entre forma e conteúdo torna-se essencial à eficácia e as considerações culturais integram-se, implicadas na forma que o ritual assume (PEIRANO, 2001, p. 27).

Estudar a relação entre a forma e o conteúdo dos ritos, seguindo os pressupostos de Tambiah, foi o que Peirano (2001) se propôs a fazer. Assim para a autora o dito também é o feito.

Como qualquer outra sociedade, a brasileira também demarca seus momentos especiais para revelar-se a si mesma. Por esse motivo, no próximo item busca-se conhecer o Brasil a partir da compreensão que alguns autores tiveram acerca dos ritos nacionais e regionais.

4.3 OS ESTUDOS DOS ANTROPÓLOGOS BRASILEIROS SOBRE RITUAIS

Ao estudar os ritos é relevante revisar os estudos de um cientista brasileiro que conquistou renome em seu país natal bem como no exterior. Trata-se de Roberto DaMatta. Segundo Gomes, Barbosa e Drumond (2001), as pessoas que se dispõem a estudar o Brasil não podem deixar de referenciar DaMatta, devido a contribuição de suas teorizações sobre este país, mesmo se essa referência vier acompanhada de possíveis discordâncias.

Apesar do propósito deste trabalho não ser o de estudar o Brasil em sua totalidade, mas um fragmento local do mesmo, opta-se por seguir o conselho dos autores supracitados e, por isso, no próximo item evidenciar-se-á as contribuições desse autor que ficou reconhecido, principalmente, por seus trabalhos sobre a sociedade brasileira, sendo que a lente que usou para fazer tais análises foi a que focava os ritos nacionais, sejam eles de caráter religioso, cívico ou profano, ou seja, ele usou os rituais como porta de entrada para conhecer o Brasil.

4.3.1 DaMatta e a Relação entre os Rituais e a Sociedade

O livro *Carnavais, Malandros e Heróis*, publicado pela primeira vez em 1979, foi o livro no qual, DaMatta, apresentou o Brasil que ele conheceu por meio das análises dos rituais. O autor tinha como objetivo em seus estudos conhecer as especificidades da cultura brasileira. Ele queria entender as esperanças e perplexidades de uma sociedade formada por uma grande massa de iguais que muito pouco se articulam para garantir seus direitos, ao mesmo tempo em que reserva a uma elite a perpetuação do *status quo*. Para tanto, o autor analisa três momentos especiais da sociedade brasileira, quais sejam: o carnaval, as procissões e as marchas do Dia da Pátria. Os três são simultaneamente um ritual popular, um religioso e um nacional. DaMatta (1997), por acreditar que o ritual pressupõe a dramatização, não distingue os termos ritual, festa e cerimônia, tornando-os sinônimos.

O autor opta por estudar a sociedade através de seus ritos porque, para ele, estes momentos das sociedades complexas promovem a identidade social e constroem seu caráter. Deste modo: “É como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no

coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores” (DAMATTA, 1997, p. 29).

Isso ocorre porque o ritual é o espaço no qual a sociedade enaltece aqueles valores que estão sedimentados no seu cotidiano de forma que eles podem ser agraciados com a pretensão de serem eternos ou serem questionados e reavaliados, para então depois serem moldados progressivamente conforme as novas formas das relações sociais.

DaMatta (1997) comenta que, ao mesmo tempo em que os rituais podem servir para manter o *status quo* da sociedade, ele também pode vir a gerar novos padrões de comportamento.

Para esse seguidor de Turner, o ritual nas sociedades complexas possui uma função distinta daquela que ele exercia nas sociedades consideradas simples. Enquanto nessa, o ritual servia como um instrumento que impedia a livre individualização dos membros da tribo, nas sociedades modernas e individualistas, o ritual permite a formação de um coletivo, como por exemplo, os torcedores de uma partida de futebol, os formandos colando grau, dentre outras. Por isso, para o autor, o ritual pressupõe uma dramatização e, é através dessa, que a sociedade toma consciência dos elementos do cotidiano que podem ingressar no mundo das coisas sociais. Cabe ressaltar que cada sociedade toma consciência de alguns elementos em detrimento a outros, de modo que, essas escolhas revelam as especificidades de cada grupo, ou seja, sua cultura, seus valores e sua ideologia.

Adotando essa linha de análise, o autor indica que o rito “dá asas ao plano social e inventa, talvez, sua mais profunda realidade” (DAMATTA, 1997, p. 38). Neste sentido, o ritual possui algumas características básicas, quais sejam: 1º) ao tornar algum aspecto do cotidiano em coisa social, emoldura a ideologia e ou a cultura e ou os valores da sociedade; 2º) esse processo de enfeixamento é a resposta a uma pressão externa, seja ela oriunda do ambiente natural ou do ambiente humano abrangente, sendo que ela pode ou não atender as expectativas de quem exerce a pressão; 3º) a resposta permite criar uma identidade comum, que é então revelada no ritual, deste modo chega-se a mais importante das características; 4º) o ritual pode impulsionar “os movimentos de mudança social, as revoltas populares e os atos que visam a libertar o homem do julgo de regras ou homens” (DAMATTA, 1997, p. 38).

Nesse sentido, DaMatta (1997) apresenta similitudes aos trabalhos de Gluckmann¹² (1955, *apud* PEIRANO, 2003) que ao estudar os ritos de rebelião demonstrou que os mesmos não passavam de um protesto institucional que renovavam a unidade do sistema, a esses rituais, seu discípulo, Turner (1974), chamou de rituais de reversão de *status*. Contudo, os trabalhos de DaMatta (1997), questionam essa manutenção do *status quo* e amplia a discussão dando um aspecto ambivalente ao rito, ou seja: ele pode permitir o retorno à ordem ou criar uma nova ordem.

Ao caracterizar o rito como ambivalente, DaMatta (1997) indica duas maneiras de estudar os rituais. Uma é tornar o rito um fim em si mesmo, a outra é analisá-lo sob o espectro social que o envolve, ou seja, tal como indica Van Gennep (1978).

Para DaMatta (1997) conceber o ritual como uma dramatização do social, é torná-lo:

“[...] totalmente relativo ao que ocorre no cotidiano. Uma ação que no mundo diário é banal e trivial pode adquirir um alto significado (e assim ‘virar’ rito) quando destacada num certo ambiente por meio de uma seqüência” (DAMATTA, 1997, p. 37, grifos do autor).

Contudo, o autor destaca que a mera repetição não caracteriza um ritual, uma vez que os atributos do ritual, enquanto dramatização, coloca os atos em posições especiais, a fim de torná-los particular e distinguí-los do comum, interligando as dicotomias: mundo cotidiano *versus* festas, rotina *versus* ritual, vida *versus* sonhos, a personagem real *versus* a paradigmática. Sendo que, ao fazer essas conexões, o autor, aproximou, os ritos e os mitos, tornando ambos criação do social, e por essa razão, passível de serem estudados concomitantemente. Isso foi o que fez DaMatta, principalmente, no livro *Carnavais, Malandros e Heróis*.

Vinte anos após o lançamento do referido livro de DaMatta, um grupo de renomados antropólogos brasileiros fazem uma releitura do mesmo, buscando compreender, dentre outras coisas, o que levou, esta obra, a alcançar um sucesso similar aos clássicos da antropologia, tais como: Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss e Marcel Mauss (GOMES, BARBOSA e DURMMOND, 2001).

Segundo Gomes, Barbosa e Durmmond (2001, p. 13), as teses de DaMatta a respeito do Brasil são fundamentais para que se compreenda a identidade brasileira através da comparação com outras identidades nacionais, permitindo identificar que os brasileiros não

¹² GLUCKMAN, Max. *Rituais de Rebelião no sudeste da África*. Série Textos de Aula, Antropologia 4. Brasília: Editora da UnB.

são apenas “marionetes de forças externas ou de imutáveis leis naturais” mas sim, tal qual os pesquisadores “participantes do nosso destino”.

Os autores acrescentam, ainda, que DaMatta foi um pioneiro ao adotar a perspectiva multicultural, ou seja, aquela que busca captar os sistemas éticos, de crença e de valores que estão por trás das atitudes culturais, com o emprego do processo comparativo. Além disso, Gomes, Barbosa e Durmmond (2001, p. 13) salientam que quando DaMatta estuda a relação entre espaço e tempo na sociedade brasileira, ele explica como a cultura contextual opera na sociedade, ou seja: “Ele resgatou de forma definitiva a importância teórica dessa tecnologia cultural que é o ritual para o estudo de sociedades complexas e contemporâneas”

Em face das considerações dos autores e parafraseando uma outra obra de DaMatta, afinal como se pode através dos rituais entender “O que faz o Brasil, Brasil?”

4.3.1.1 Conhecendo a Sociedade Brasileira a partir de seus Rituais

O livro *Carnavais, Malandros e Heróis*, teve sua primeira edição no ano de 1979, sendo assim, as considerações deste trabalho de DaMatta devem atentar para o momento histórico em que foi desenvolvido, ou seja, essas observações da sociedade brasileira devem ser relativizadas temporalmente.

DaMatta (1997) busca com seu livro demonstrar primeiro que os mecanismos de dramatizações podem ser relativamente isolados e a partir de comparações permitem a análise do mundo social. Para o autor, o mundo social brasileiro pode ser interpretado por meio das paradas militares, do carnaval e das procissões, sendo que o último serve como ponto intermediário entre os dois primeiros, ou seja, é a mediação entre o formal e o informal. Além disso, ele analisa também um rito puramente verbal, qual seja, o “você sabe com quem está falando?”

Os rituais são caracterizados, principalmente, por serem momentos extraordinários, previstos, construídos pela e para a sociedade. Neste sentido, a passagem do cotidiano para o extraordinário exige modificações no comportamento, o que então evidencia que esses momentos são especiais, como por exemplo, as festas e as solenidades. No Brasil, esses momentos representam a dicotomia entre os acontecimentos ordenados e os dominados pela suspensão temporária das “regras de hierarquização repressora” (DAMATTA, 1997, p. 49).

Para DaMatta (1997) o Carnaval, o Dia da Pátria e a Semana Santa constituem o triângulo ritual brasileiro. Todos eles exigem um tempo especial caracterizado pelo Feirado, ou seja, pelo não-trabalho, havendo assim uma ruptura com o dia-a-dia. Cada um deles remete, ainda, a um grupo específico da sociedade que ao demarcar seus espaços, ordena o mundo social brasileiro. Esses grupos correspondem, respectivamente, ao Povo, ao Estado e a Igreja.

Analisando esses três rituais e o ritual verbal, o autor procura apresentar a sociedade brasileira de forma totalizante, identificando nela o dilema entre o tradicional e o moderno. No primeiro há um sistema de relações sociais, onde o indivíduo somente é identificado ao ser posicionado dentro de uma rede de relações pessoais, no segundo há um sistema legal fundamentado na “ideologia liberal burguesa, apenas aparentemente democrático, pois feito por aqueles que tem relações sociais poderosas, na verdade serve à submissão das massas” (CAVALCANTI, 2001, p. 147-8). Neste sentido, DaMatta (1997) apresenta o dilema brasileiro que dá dinâmica a sociedade por justapor um em relação ao outro.

Dois vértices do triângulo recebem uma atenção maior por parte do autor, de modo que, o Carnaval e o Dia da Pátria são analisados em profundidade. Enquanto o Dia da Pátria é um rito histórico, por remeter seus atores e espectadores a um acontecimento da história do país – o Dia da Independência representa “a passagem entre o mundo colonial e o mundo da liberdade e da autodeterminação”; o carnaval é um ritual cósmico cíclico que remete seus atores “para fora do contexto brasileiro, colocando-os em contato com o mundo do sagrado, do divino ou do sobrenatural” (DAMATTA, 1997, p. 54-5).

Além dessa diferença, o ritual do Carnaval se distingue do Dia da Pátria, à medida que, o último ocorre durante o dia, possui espaços bem demarcados, separando os atores do desfile do público em geral, além de ressaltar a importância das autoridades, colocando-as em um palanque; o primeiro ocorre à noite, invertendo a ordem temporal dia/noite, e, ainda o carnaval constitui um momento de inclusão, uma vez que reúne pobres e milionários na mesma esfera de teatralização, ocorrendo assim uma ruptura com o mundo hierarquizado do cotidiano, todavia o autor destaca que:

[...] no carnaval o desfile das escolas de samba escapa do eixo da hierarquização cotidiana, sendo os grupos colocados em “livre competição”. [...] Temos então que, numa sociedade hierarquicamente ordenada como a brasileira, quando se escapa do esquema dominante (da hierarquia), os grupos entram em competição (DAMATTA, 1997, p. 58) (grifos do autor).

Ao focar os símbolos dos referidos rituais, o autor salienta que no carnaval há um *desfile polissêmico* enquanto que o ritual do Dia da Pátria é unívoco.

Sucintamente, Cavalcante (2001) esclarece as considerações sobre o Brasil feitas pelo autor ao estudar a tríade ritualística deste país:

O Dia da Pátria, o Carnaval e as festas religiosas salientam aspectos críticos de uma mesma realidade (p. 52). A parada reforça rotinas diárias de ordem e respeito, confirma regras do mundo das hierarquias e dos “caxias”. O Carnaval conjuga posições e aproxima-se das relações jocosas do dia-a-dia. É uma construção da brincadeira, que suspende temporária e controladamente as regras vigentes (p. 40). As festas religiosas, o vértice menos elaborado na análise do triângulo ritual proposto, são rituais de neutralização que correspondem à relação cotidiana de evitação (CAVALCANTI, 2001, p. 151)

A autora salienta ainda, que assim como o folclorista Mário de Andrade, DaMatta (1997) buscava encontrar a “brasilidade”, ou seja, a constituição de uma nação brasileira em relação às demais nações.

Se DaMatta objetivava encontrar uma homogeneidade brasileira, outros autores procuram entender o país a partir de suas heterogeneidades. A expressão “brasilidade” pode ser composta por outras expressões cunhadas recentemente em outros campos do conhecimento, à guisa de exemplo, a “baianidade”, identidade do povo baiano estudada por Dantas (2004). Nesse sentido, pode-se pensar não mais em um país de características unas, mas em contextos regionalizados, que, conforme aponta Rocha (2001), pelas características do todo (brasilidade), opera de forma competente o delicado equilíbrio entre “ser brasileiro em qualquer parte, sendo ao mesmo tempo local em cada lugar”, de maneira que: “Da diversidade só permanece a riqueza” (ROCHA, 2001, p. 175, 177).

Para a compreensão deste trabalho, é relevante analisar os estudos que enfocaram a riqueza da diversidade, mais especificamente o estudo realizados por Teixeira, no qual o autor observou as festas realizadas no Rio Grande do Sul, portanto, o próximo item abordará alguns valores da sociedade gaúcha que são revelados em seus rituais.

4.3.2 A Sociedade Gaúcha analisada a partir de seus Rituais Festivos

Teixeira (1988) estuda as festas ocorridas no Rio Grande do Sul que possuem como tema central os produtos agrícolas, para ele, estas são momentos extraordinários programados “de caráter organizacional, altamente institucionalizado e com relevância crescente” (TEIXEIRA, 1988, p. 7), talvez isso ocorra, em razão de permitir que o homem proclame aos

demais o que ele julga fazer melhor, pois conforme aponta Brandão (1989, p. 8) “a festa é uma *fala*, uma *memória* e uma *mensagem*”.

Teixeira (1988) para realizar a análise da Festa Nacional da Uva (realizada em Caxias do Sul), da Festa Nacional da Soja (realizada em Santa Rosa), da Festa da Bergamota (realizada em São Sebastião do Caí), da Festa da Melancia (realizada em Arroio do Ratos) e da Festa do Feijão (realizada em Sobradinho) pressupõe que essas festas, por serem rituais, além de evidenciarem características locais, podem estar suscitando também os valores regionais e nacionais.

Diferentes das festas de colheita analisadas por Gluckman¹³ (1963, TEIXEIRA, 1988), que tinham por função demarcar a saída de um tempo de escassez e a entrada em um tempo de fartura; as festas gaúchas, analisadas por Teixeira (1988), funcionam para marcar, de maneira festiva, a presença contínua de uma prosperidade, bem como reforçam a idéia de que não serão poupados esforços para o aumento dessa prosperidade.

Estudando os rituais das pequenas cidades ou das pequenas metrópoles, Teixeira (1988) identifica que estas estão sob o domínio dos grandes centros e por isso, o modo de ser delas é avaliado de forma negativa, revelando um *status* de inferioridade das mesmas frente às grandes metrópoles. Segundo Teixeira (1988, p. 19), essa visão de inferioridade é internalizada pelos cidadãos dos pequenos centros que externalizam à vontade de ser tal qual seu dominador ao construir calçadas, grandes edifícios e *shoppings*. Estes ao serem construídos, estão anunciando o progresso dessas cidades que “estão a caminho de serem grandes ou mesmo, ousadamente, que já atingiram este patamar”; ou seja, tais construções operam muito mais no campo simbólico da população local, que busca equidade de relação com os grandes centros do que para resolver problemas de habitação dos moradores das cidades.

Porém, apesar da vontade de ser grande, no sentido de metrópole moderna, é o tamanho dessas cidades que proporcionam a realização de um ritual da cidade. A festa só ganha o pronome “de” ao revelar que todos os indivíduos da localidade se envolvem com as festividades, de forma que, ao atuarem em sua organização ou apenas ao visitá-la, identificam-se com a mesma a ponto de desenvolver o sentimento de posse. Isso é um pouco mais raro de acontecer nos grandes centros e, por isso, geralmente, as festas não são da cidade e de seus cidadãos, mas são festas na cidade.

¹³ GLUCKMAN, Max. *Custom and conflict in Africa*. Oxford, Brasil Blackwell, 1963

Os ritos centrados na celebração dos produtos agrícolas analisados por Teixeira (1988) fazem mais do que revelar os valores da cidade que está em festa; ela suscita a competição entre as cidades, a comparação entre os números de visitantes de uma festa com as de outra destaca a importância de uma comunidade em detrimento à outra. Contudo, o que atrai os visitantes oriundos de outras localidades não, necessariamente, são as atrações das festas, mas seu cenário, ou seja, o invólucro que torna o tempo e o espaço do ritual propícios para o rompimento com o cotidiano. Assim algumas centenas de bandeirinhas anunciam que o visitante sai do espaço do dia-a-dia e adentra no espaço do ritual. Nesse sentido, Teixeira identifica uma relação inversa entre a festa e as atrações, ou seja, a festa não ganha em importância pelas atrações que oferece, são as atrações que querem fazer parte da festa. Contudo, o autor alerta que:

[...] sem as atrações que não-atraem, sem dúvida não haveria festa. Elas lembram a relação dos alicerces com o restante da casa. Eles não aparecem, mas sem eles também não haveria casa (TEIXEIRA, 1988, p. 34).

Além do público que vai a festa e das atrações que não-atraem, os rituais estudados por Teixeira (1988) são compostos também pelos palcos, pelos autores e pelos atores. Os palcos geralmente são espaços que mantêm relação íntima com o motivo da festa, à guisa de exemplo, o Parque Centenário de Caxias do Sul, palco da Festa da Uva, que guarda características intrínsecas à colonização italiana, reascendendo a história do local, de modo a intensificar as festividades em torno da uva e de seus derivados por meio da revitalização dos valores dos primeiros imigrantes e da prosperidade resultante do trabalho dos mesmos.

Portanto, essas festas que são consideradas momentos extraordinários programados têm como objetivo contar “uma estória sobre eles que eles contam a si mesmos” e aos demais espectadores, contudo, se diferenciam em um aspecto quanto às brigas de galo estudadas por Geertz: os rituais festivos gaúchos definem de forma consciente como vão contar suas histórias, por esta razão os organizadores dos eventos são cuidadosamente escolhidos; e, no caso das festas analisadas por Teixeira (1988, p. 40-1) as escolhas revelam a estratificação social dos municípios, uma vez que esses cargos são ocupados por pessoas que pertencem as classes dominantes.

Quanto aos atores das festas, Teixeira (1988, p. 42) identifica que eles podem ser distinguidos em os “homens com poder e mulheres com beleza”. No que tange aos primeiros, o autor observou que a importância da festa era mensurada pela presença das autoridades. Neste sentido, a visita do Presidente da República dá maior visibilidade a uma festa em relação à outra que somente consegue mobilizar a visita de um representante do mesmo. Mas,

não é somente a relevância do ritual que está em jogo quando a questão são os homens de poder, pois a presença deles permite a criação de laços de troca:

O clima da festa, as homenagens, os brindes, enfim as muitas atenções com que, em nome das comunidades, são envolvidos os homens poderosos que as visitam, não inibe postulações explícitas e mesmo críticas francas a diretrizes seguidas por um ou mais deles frente aos organismos que dirigem. [...] em termos concretos dois resultados sempre se fazem presentes: liberação de recursos públicos e abertura de linhas especiais de créditos.[...] Não obstante homens poderosos serem procurados para comparecer às festas, pelo que poderão oferecer em troca, alguns as procuram pelo que poderão eles mesmos receber. Os deputados [...] aproveitam a oportunidade para aprofundar esforços no sentido [...] de tentarem novos sucessos eleitorais (TEIXEIRA, 1988, p. 44-5).

Para persuadir o poder dos “homens poderosos”, esses rituais convocam o poder da beleza feminina personificado nas rainhas e princesas das festas que, em geral, vestem-se com roupas típicas do grupo étnico que representam. Se em outros tempos isso as tornariam *colonas* no sentido pejorativo do termo, atualmente, as representantes fictícias da realeza não são estigmatizadas, pois os estudos desses rituais gaúchos constataam a exaltação da figura do colono, pela utilidade social que adquiriram, em face da tradicional figura do gaúcho criador de gado.

Para finalizar os estudos, Teixeira (1988) analisa o papel que os produtos festejados assumem em suas respectivas festas. Segundo o autor, tanto a uva quanto a soja assumem relevância secundária enquanto presença física em suas comemorações. Ele esclarece que devido à industrialização da região de Caxias, a uva não possui mais a mesma importância econômica de outrora e por isso cede seu espaço para os produtos industrializados que alavancam a economia local. Quanto à soja, como sua comercialização no mercado é relativamente estável, ela não necessita ficar em permanente exposição. Vale destacar, enquanto elementos simbólicos, tanto a uva quanto a soja ainda ocupam espaços maiores na vida social dessas sociedades que as festejam.

Diferente da uva e da soja, o feijão a bergamota e a melancia são os elementos centrais das suas respectivas festas. Para Teixeira (1988) isso se justifica à medida que as cidades ao expô-las buscam, ao mesmo tempo em que promovem a cidade como produtora, enobrecê-las, uma vez que os três produtos estão, no imaginário da população, intrinsecamente ligados às camadas inferiores da sociedade.

Para o autor esses são os Recados das Festas que revelam um pouco da cultura gaúcha, pois nesses rituais, o que “é evidenciado é a cultura/vontade humana, que pode quase tudo” (TEIXEIRA, 1988, p. 10). Neste sentido, talvez, a Feira do Livro de Porto Alegre também deixe seu recado, uma vez que, igualmente, é a concretização da vontade humana. Deste

modo, é de se pressupor que ela, apesar de não estar festejando um produto agrícola, também tenha seu palco, seus autores, seus atores, seu público e, como as demais festas, seu homenageado especial, qual seja: o livro.

Para conhecer, então, as múltiplas faces deste ritual, é feita a opção pelo uso do método etnográfico, uma vez que ele permite, ao pesquisador, “apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, *sua* visão de seu mundo” (MALINOWSKI, 1978, p. 33-4). Portanto, permite o entendimento da cultura organizacional desta situação ritualizada de compra e venda de livros que ganhou *status* de festa para os porto-alegrenses, razão pela qual o capítulo seguinte deste trabalho apresentará algumas considerações acerca do fazer etnográfico.

5 MÉTODO

Apresentei, no capítulo quatro, como a cultura organizacional foi entendida, pesquisada e até julgada como um instrumento a ser gerenciado com o objetivo de agregar maior lucratividade ao capital investido nas empresas (primeira e segunda fase); e como, com o avanço dos estudos acerca desse assunto, foi possível construir um novo quadro teórico a respeito das culturas organizacionais (terceira fase). Posso dizer que, de um modo geral, esses avanços foram possíveis devido à interface, mesmo que ainda muito aquém do necessário, entre a Administração e a Antropologia.

A respeito dessa interdisciplinaridade Jaime Júnior (2003, p. 436) menciona que ela ocorre, de forma mais intensiva, por meio do uso do método etnográfico. Nesse sentido, o autor salienta:

No que se refere aos estudos organizacionais, o recurso à etnografia pode levar ao aprofundamento do conhecimento acerca da realidade organizacional, na medida em que complementa as pesquisas levadas a cabo através de outras posturas metodológicas. Entretanto, há o risco de uma certa banalização da etnografia, quando essa é tomada como uma simples técnica de pesquisa, deslocada do contexto disciplinar no qual surgiu e onde vem sendo exaustivamente debatida.

Jaime Júnior (2003) orienta ao pesquisador que se propõe a fazer uso do método etnográfico de que o mesmo esteja atento para as questões metodológicas discutidas na Antropologia e, além disso, tenha ciência do embasamento teórico necessário para a realização das análises dos achados de campo obtidos através do olhar etnográfico e da fala dos nativos em diálogos com o pesquisador.

Tendo já traçado o suporte teórico que norteia esse estudo, falta ainda, em virtude da minha escolha pelo método etnográfico para a realização da pesquisa procurar primeiro esclarecer como o fazer etnográfico foi construído na Antropologia, para então, depois realizar a inserção no campo.

5.1 BEBENDO A ETNOGRAFIA NA FONTE: CONSIDERAÇÕES DA ANTROPOLOGIA

A experiência vivencial da etnografia foi inaugurada por Bronislaw Malinowski durante sua estada junto aos habitantes das Ilhas Trobriand nos anos de 1915 a 1916 e de 1917 a 1918, havendo o intervalo de quase um ano entre os dois períodos. As experiências vividas

pelo autor demonstraram a valorização que ele dava aos “dados empíricos, cuja coleta, para Malinowski, é simultaneamente uma ciência e uma arte” (DURHAM, 1986).

Segundo Frazer (1978), o método utilizado por Malinowski é caracterizado por considerar a complexidade da natureza humana, buscando compreender o homem em sua totalidade, em suas paixões e em suas razões.

Após a elucidação desse método por Malinowski, o mesmo tornou-se inerente à ciência antropológica. Por esse motivo, muitos autores (DAMATTA, 1978; CARDOSO, 1986; DURHAM, 1986) passaram a usá-lo e a debatê-lo, contribuindo sobremaneira para a disseminação do método e de suas técnicas. Para melhor entendimento das discussões desses autores acerca do trabalho de Malinowski, me proponho, *a priori*, a investigar os postulados do pai da etnografia para, depois, sintetizar os principais pontos discutidos por aqueles autores.

5.1.1 O Método Etnográfico segundo Malinowski

O autor do clássico “Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia” põe em relevo a necessidade de que as pesquisas de campo nas Ciências Sociais sejam tratadas com maior cientificidade. Para Malinowski (1978), os cientistas sociais deveriam se preocupar tanto quanto os cientistas das Ciências Exatas ao que diz respeito à descrição, aos leitores, das condições em que as observações foram realizadas, bem como a maneira como procederam no campo. Neste sentido, antes de partir em direção a grandes generalizações, faz-se necessário revelar as experiências concretas que lhe permitiram a formulação das conclusões acerca de uma cultura.

Nas palavras de Malinowski (1978):

A meu ver, um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

Para a obtenção desse valor científico da pesquisa etnográfica é preciso, segundo Malinowski (1978, p. 20), a aplicação do bom-senso e de princípios científicos, estes se configuram pelo: 1) objetivo verdadeiramente científico da pesquisa e pelo “conhecimento dos valores e critérios da etnografia moderna”; 2) pelas condições em que foi realizada a

pesquisa, que para ser considerada boa, pressupõe que o pesquisador viva, literalmente, como os pesquisados; e, 3) pelo uso de métodos especiais de coleta, manipulação e registro das evidências.

Malinowski utiliza sua experiência entre os nativos das ilhas Trobriand para exemplificar o que ele considera *condições adequadas à pesquisa etnográfica*. Não obstante, o fato do objeto de estudo do autor ser uma tribo a qual ele, como homem civilizado, não pertencia, permite que a exigência da pesquisa etnográfica, qual seja: a do afastamento do pesquisador de seu lócus de origem, a fim de aproximar-se o máximo possível do informante, fosse acatada. Portanto, acampar entre os nativos e afastar-se do homem branco permitiram a completa inserção no “mundo” a ser pesquisado. Contudo, estar entre os nativos não significa obter êxito na pesquisa, pois é necessário que o etnógrafo seja “um caçador ativo, atento, atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até a toca de mais difícil acesso. Isso exige o emprego de métodos mais eficazes na procura de fatos etnográficos” (MALINOWSKI, 1978, p. 22).

A primeira questão acerca desses métodos mais eficazes concerne ao que Malinowski (1978) chamou de *método de documentação estatística por evidencia concreta*. Esse é caracterizado pela construção de mapas e de quadros sinóticos, de modo a reunir o maior número possível de exemplos acerca da vida dos nativos; diferenciando os dados de sua observação e as confidências de seus informantes. Contudo, para o autor, esse método permite reconstruir a estrutura da cultura nativa, ou como ele chama, “o esqueleto da constituição tribal”. Porém, Malinowski (1978) destaca a necessidade de se capturar também a carne e o sangue que constituem a vida tribal, ou seja, os fenômenos que compõem os *imponderáveis da vida real*. Para o autor (1978):

É por essa razão que o etnógrafo, trabalhando em condições como as que vimos descrevendo, é capaz de adicionar algo essencial ao esboço simplificado da constituição tribal, suplementando-o com todos os detalhes referentes ao comportamento, ao meio ambiente e aos pequenos incidentes comuns. Ele é capaz, em cada caso, de estabelecer a diferença entre os atos públicos e privados; de saber como os nativos se comportam em suas reuniões ou assembleias públicas e que aparência elas têm, de distinguir entre um fato corriqueiro e uma ocorrência singular ou extraordinária; de saber se os nativos agem em determinada ocorrência com sinceridade e pureza de alma, ou se a consideram apenas como uma brincadeira, se dela participam com total desinteresse, ou com dedicação e fervor (MALINOWSKI, 1978, p. 29).

Para capturar os imponderáveis da vida real, assim como o autor descreve, o etnógrafo deve fazer uso de duas técnicas de pesquisa, quais sejam: o registro do cotidiano em um diário

de campo e a participação efetiva do pesquisador nas situações vivenciadas pelos informantes, ou seja, a observação participante.

Malinowski (1978, p. 31) é considerado o pai da observação participante, essa por sua vez, significa viver a vida do nativo: “tomar parte nos jogos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas”, ou seja, participar efetivamente da rotina dos informantes.

Para Malinowski (1978) o diário de campo consiste na realização de anotações sistemáticas de todos os fatos observados no dia-a-dia entre os nativos. Essas anotações devem ser feitas desde os primeiros contatos com os pesquisados até o momento em que o pesquisador dá por encerrado seu trabalho de campo. Isso se justifica à medida de que, ao ingressar em campo, tudo poderá parecer estranho; entretanto, conforme vai ocorrendo a familiarização com o objeto pesquisado não é mais possível estranhá-lo, todavia é comum observar aspectos que, em um primeiro momento, não seria possível captar. A observação desses novos aspectos torna-se possível devido à prática da observação participante. O diário revela as diferentes etapas vividas pelos pesquisadores ao longo de sua estada entre os nativos.

Todavia, para o autor, os procedimentos até então explicitados, não garantem a completude do estudo, conquanto se tenha decifrado as estruturas da cultura nativa e a forma como ela é vivenciada, é preciso ainda agregar aos dados e as análises dos mesmos, a alma da cultura em questão. Para isso, o etnógrafo precisa entender os significados dessa cultura para o próprio nativo. Isso, segundo Malinowski (1978, p. 32), somente é possível se houver o desvencilhamento dos interesses individuais dos nativos e se ocorrer um interesse por aquilo “que eles sentem ou pensam enquanto membros de uma dada comunidade”, ou seja, dando ênfase às influências da sociedade sobre o comportamento do indivíduo.

Nesse sentido, para executar um estudo etnográfico completo é preciso descobrir “os modos de pensar e sentir típicos, correspondente às instituições e à cultura de determinada comunidade, e formular os resultados de maneira vívida e convincente” (MALINOWSKI, 1978, p. 32). Para tanto, na medida do possível, compete transcrever para o relato etnográfico, “os pontos de vista, as opiniões, as palavras do nativo” (MALINOWSKI, 1978, p. 32).

Já mencionei até o momento duas importantes características para que a pesquisa etnográfica adquira valor científico, preciso, portanto, considerar um outro ponto abordado

por Malinowski (1978, p. 20), qual seja: o “conhecimento dos valores e critérios da etnografia moderna”. A respeito disso, o autor faz o seguinte comentário a fim de evitar equívocos:

[...] o etnógrafo deve inspirar-se no conhecimento dos resultados mais recente das pesquisas científicas, nos seus princípios e objetivos. [...] estar familiarizado com os seus mais recentes resultados não é o mesmo que estar sobrecarregado com “idéias preconcebidas”. Se alguém inicia uma expedição disposto a provar determinadas hipóteses, mas não for capaz de modificar e de rejeitar constantemente suas perspectivas sob a pressão da evidência, seu trabalho não terá valor (MALINOWSKI, 1978, p. 22).

Com isso, o autor salienta a importância de ir a campo munido de conhecimentos teóricos, sem, contudo, julgar, *a priori*, como sendo as únicas explicações válidas para aquilo que for encontrado no campo. Partindo de tal suposição, o pesquisador estaria incorrendo no risco de tornar-se etnocêntrico, uma vez que julgaria uma outra cultura à luz dos valores e dos conceitos pertinentes ao contexto onde foi socializado.

Concisamente, posso dizer que as colocações de Malinowski (1978) me orientam no sentido de despir-me de pré-conceitos e passar a entender a vida como se um nativo fosse, a descobrir as especificidades culturais do “Outro”, de modo a tornar o exótico natural.

Entretanto, as realidades vividas pelo homem modificaram-se desde a viagem do autor às Ilhas Trobriand até o presente momento, e continuam a se modificar, tendo em vista que a cultura não é algo estanque, mas sim algo em constante movimento, devido às inter-relações humanas.

Algumas mudanças, foram bastante relevantes para a Antropologia, e, por isso, estiveram presentes nas pautas de discussões dos antropólogos e dos estudiosos da cultura, dentre elas cabe destacar a mudança do “objeto de estudo”, em face da quase extinção dos povos considerados simples, a sociedade complexa passou a ser também foco de análise, desta maneira, o pesquisador é o próprio nativo, ou melhor, o nativo tornou-se pesquisador. As discussões que foram entabuladas a partir dessa mudança, dentre outras, caracterizam o fazer etnográfico atual e esse, por sua vez, influencia as pesquisas acerca da cultura organizacional. Por essa razão, considero relevante relatar nesse trabalho algumas considerações a respeito das etnografias realizadas em sociedades complexas.

5.1.2 Outras Discussões acerca do Fazer Etnográfico

Cardoso (1986, p.13) afirma que a “pesquisa é sempre uma aventura nova sobre a qual precisamos refletir”, neste sentido Durham (1986) destaca que, de certa forma o fato do pesquisador voltar-se para o estudo de sua própria sociedade, acarretou mudanças que levaram, por exemplo, a técnica da observação participante deixar de ter um caráter objetivo para ganhar características subjetivas. Contudo, o problema apontado pela autora não reside na subjetividade da pesquisa, mas nas armadilhas que essa subjetividade pode levar, ou seja, para Durham (1986), o envolvimento subjetivo do etnógrafo com seu campo pode distanciá-lo das profícuas reflexões teóricas. Para a autora (1986, p. 33):

Não se trata obviamente que cada pesquisa empírica construa um quadro completo ou a teoria acabada da sociedade brasileira. Mas é necessário que em algum lugar da reflexão antropológica esses problemas comecem a ser investigados (DURHAM, 1986, p. 33).

A questão da subjetividade nas pesquisas etnográficas também foi abordada por Cardoso (1986, p. 99) que reivindicou que se discutisse “o papel da subjetividade como instrumento do conhecimento” deixando de conceber as informações coletadas como “formas objetivas com existência própria e independente dos atores”.

Contudo, entendo que DaMatta (1978) abordou tanto a questão da subjetividade nas pesquisas etnográficas quanto a sua relação com o campo teórico em seu trabalho intitulado: “O ofício do Etnólogo ou como ter ‘*Antropological blues*’”. Neste ensaio, o autor separa o fazer etnográfico em três fases, tal como os ritos de passagem (VAN GENNEP, 1978), sendo que a última fase sugere justamente a importância de sintetizar a biografia com a teoria, atendendo, portanto a reivindicação de Cardoso (1986). Todavia, as discussões do autor centraram-se na relutância dos antropólogos de aceitar as subjetividades vivenciadas no campo e na expectativa de que a Antropologia estivesse destinada a “confrontar subjetividades e delas tratar”.

Todavia, as teorizações de Cardoso (1986) e Durham (1986) alertam que, apesar das considerações de DaMatta (1978, p. 27), o etnólogo ainda encontra dificuldades no que concerne à ligação entre os “aspectos românticos da disciplina” e seu corpo teórico, ou seja: de tratar as subjetividades sem tornar o relato em uma autobiografia.

Percebo que essa ligação pode ser, para mim, mais complicada quando o objeto de estudo é a minha sociedade, pois segundo DaMatta é na tarefa de transformar o familiar em exótico que o pesquisador necessita de um desligamento emocional, uma vez que a “familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora”

(DAMATTA, 1978, p. 30). Nesse sentido, o autor discute que o antropólogo encontra-se, atualmente, perante duas condições diferentes de pesquisa, quais sejam: se familiarizar com o exótico, conforme ensinamentos de Malinowski (1978); e, estranhar o familiar. *A priori*, a Feira do Livro, foi o familiar que precisei estranhar, pelo fato de tratar-se de um ritual do qual tenho participado anualmente. Contudo, esse familiar, as poucos, se mostrou estranho, pois nas duas edições que serviram como base para a realização desse trabalho não restringi minha participação como consumidora e leitora, pois conforme aponta Mott (2000) para a realização de uma etnografia em feiras é necessário mais do que a simples circulação entre as barracas e os feirantes, é preciso que o pesquisador tome parte de todos os preparativos do ritual, nesse sentido o autor menciona

Enquanto instituição com hora marcada para começar, para ter seu momento de clímax e desfecho, obviamente que o pesquisador deve estar presente em todos esses momentos, quiçá acompanhando um feirante mais camarada desde a madrugada, quando sai de sua casa a fim de estabelecer-se (no mercado atacadista), até chegar no local da feira, acompanhando a armação da barraca e lá permanecendo até seu retorno ao lar após o fim do expediente (MOTT, 2000, p. 32).

As considerações desse autor referem-se às feiras de produtos perecíveis e que ocorrem geralmente uma vez por semana nas mais diversas localidades das cidades. Estas ocorrem, via de regra, pela manhã devido à qualidade perecível do produto que será vendido e de seu uso para a preparação do almoço. A Feira que estudo não se enquadra nessa categoria apresentada pelo autor, contudo, tomei os mesmos cuidados quanto ao estar presente em todos aqueles momentos mencionados por Mott (2000), entretanto, saliento que, como veremos adiante, a Feira do Livro de Porto Alegre é composta por inúmeros eventos que ocorrem simultaneamente, nesse sentido, seria impossível acompanhar a todos, por isso, essa pesquisa apresenta um recorte de alguns eventos em detrimento de outros, e por via de consequência, apresenta um certo viés da pesquisadora.

Além da ressalva que Mott (2000, p. 24) faz a respeito da etnografia em feiras, ele também menciona que é necessário saber quem são os responsáveis pela organização e fiscalização dessa “instituição do sistema econômico pertencente e sub-área da distribuição dos bens e mercadorias”, ou seja, das feiras. No que concerne à organização e fiscalização da Feira do Livro de Porto Alegre, a tarefa recai sob a Câmara Rio-Grandense do Livro - CRL, entidade que trabalha durante o ano inteiro para ver os livros na praça durante aproximadamente 14 dias do ano. Com a finalidade de saber os meandros dessa organização realizei a observação participante também nessa entidade em época que a 51ª edição da Feira ainda estava no papel.

Mott (2000, p. 22-3) considerou ainda em seus estudos, a relevância de que “pesquisas sobre feiras e mercados deve começar pela reconstituição da história dessa instituição [...] [descobrir] como os diferentes espaços são valorizados [...]”. Portanto, as considerações de Mott (2000) foram corroboradas por Jaime Junior (2003), pois o último menciona que ao se realizar uma pesquisa em uma organização, e uma feira pode ser entendida como tal, é preciso, dentre outras coisas, atentar para a trama histórica que está por trás da dinâmica do lócus estudado. Ademais, Jaime Junior (2003) também chama a atenção para o fato da etnografia ser um diálogo que começa com a inserção no campo, sendo que essa, devido sua complexidade, deve ser cuidadosamente negociada.

Além da cautela nas negociações para entrada em campo, este autor menciona também que o relatório final, ou seja, as análises realizadas acerca da vida do outro estará à disposição dos próprios informantes e, portanto, “a voz do etnógrafo não é mais a única presente no debate sobre determinado assunto. Ele terá de negociar sua interpretação com aquelas construídas por outros atores, inclusive pelos próprios nativos” (JAIME JUNIOR, 2003, p. 454).

Essa negociação se torna necessária em virtude da mudança da postura do pesquisador em campo, pois:

Com Geertz, a etnografia passou a ser pensada segundo a metáfora da tradução. O etnógrafo passa a ser visto não mais como um aprendiz, alguém que aprende a viver com o nativo, mas como um tradutor que, vivendo *com* o nativo, descreve e interpreta os significados escondido por detrás de suas práticas sociais (JAIME JÚNIRO, 2003, p. 447).

O referido autor salienta ainda que:

A pesquisa passa a ser pensada não mais como observação participante, mas como encontro etnográfico. Nela, o antropólogo e seus interlocutores (não se fala mais em informantes) experimentam uma relação dialógica (JAIME JÚNIRO, 2003, p. 443).

A respeito da realização de etnográficas em ambientes organizacionais, Cavedon (1999) analisou as implicações positivas e negativas do uso do método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional. Para a autora os pontos problemáticos da realização de etnografias no campo administrativo residem em três características inerentes a esta área do conhecimento, quais sejam: 1) na exigência dos administradores da instrumentalização das descobertas com a finalidade de gerenciar possíveis mudanças nos significados organizacionais; 2) o tempo necessário para a realização de uma etnografia em um ambiente em que a máxima “tempo é dinheiro” guia todas as atividades; e, 3) a natureza das descobertas etnográficas são essencialmente qualitativas, isso pode parecer sem muita valia para um campo que prioriza o quantitativo.

Todavia, ao relacionar as considerações de Cavedon (1999) e de Jaime Júnior (2003) é possível pensar que ao entender a observação participante como uma relação dialógica, essa técnica possa ser mais bem aceita no campo administrativo, por dar a possibilidade aos interlocutores de discutir os achados da pesquisa e, assim, conforme advoga Cavedon (1999), o fazer etnográfico nas empresas ao desvendar as representações sociais contidas nesses *loci*, fornece relevantes subsídios para a tomada de decisão dos gestores. A autora acrescenta, ainda:

Talvez uma analogia sirva para clarificar a posição do etnógrafo. Ele pode ser comparado a um médico que ao realizar uma ecografia desvenda o sexo do bebê, o médico não pode mudar o sexo da criança, porém, oferece aos pais uma informação que permite aos mesmos adaptar o enxoval do bebê, bem como escolher o nome, de acordo com a informação prestada... (CAVEDON, 1999, p. 13).

Após essas considerações quanto ao uso do método etnográfico, resalto que, em meu campo de estudo, tive alguns encontros etnográficos, ou seja, alguns interlocutores, conforme as considerações de Jaime Júnior (2003), todavia, com outros o encontro dialógico não foi possível, em virtude disso, durante a elucidação da prática etnográfica e das análises de dados, opto por chamar as pessoas com as quais convivi durante a pesquisa de campo de informantes ou pesquisados, distinguindo apenas aquelas as quais consideram informantes chaves, ou seja, meus interlocutores.

Realizada essas considerações a respeito do uso do método etnográfico para as pesquisas em organizações, por via de consequência em feiras, cabe mencionar como ocorreu a minha negociação para inserção na organização e a posterior atuação em campo.

5.2 ETNOGRAFANDO A FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE

Uma das primeiras coisas que descobri a respeito da Feira do Livro é que eu não poderia colocar em prática as recomendações de Malinowski (1978) quanto ao montar a barraca junto aos nativos e viver como se fosse um deles, pois para ter a permissão de montar uma barraca na Praça da Alfândega durante a Feira é preciso atender alguns requisitos mínimos, como: estar associados à CRL no mínimo há dois anos ou ser patrocinador ou apoiador do evento. Como não me enquadrava nessas condições, restou-me seguir as considerações de Mott (2000) e acompanhar a Feira em todos os seus momentos, entretanto, nem todos eles são abertos ao público e para tomar parte dos mesmos, precisei, primeiro, ser aceita entre os organizadores do ritual. Sendo assim, a seguir, elucidado como ocorreu essa negociação, que segundo Jaime Junior (2003) não possui uma fórmula *a priori*.

Antes de elucidar como ocorreu minha entrada em campo, objetivo do próximo subitem, vale ressaltar que os nomes das pessoas ligadas diretamente à organização da Feira são nomes fictícios. O mesmo não ocorre com o nome dos entrevistados, tendo em vista que alguns fizeram questão que seus nomes fossem citados no trabalho enquanto outros não. Assim, na tentativa de atender a todos os informantes, alguns entrevistados serão identificados com seus nomes verdadeiros enquanto outros serão chamados por nomes fictícios.

5.2.1 A Aceitação do Projeto de Pesquisa pela Câmara Rio-Grandense do Livro

Como já mencionado, a CRL é a entidade responsável, dentre outras coisas, pela organização da Feira do Livro de Porto Alegre. A instituição, no que tange à essa atividade, encontra-se estruturada da seguinte forma: Comissão Organizadora, Comissão Disciplinar, Comissão Executiva e Administração.

As atividades realizadas pelas comissões estão submetidas às ordens da Comissão Organizadora, formada por associados eleitos para comporem a diretoria da associação. O Organograma abaixo demonstra essa estrutura.

Organograma Geral das Comissões Responsáveis pela Organização da Feira do Livro



Figura 1: Organograma geral das comissões responsáveis pela organização da Feira do Livro

Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho

A comissão executiva é composta pela Produção 01, equipe responsável por organizar atividades voltadas para o público leitor, a conhecida Área Geral da Feira; pela Produção 02, equipe responsável por organizar atividades visando à formação de leitores, ou seja, para os públicos infantil, juvenil e adulto em processo de alfabetização, além disso, cabe a Produção 02 organizar também a Área Internacional da Feira. A Administração é o setor composto pela

área operacional, cujas responsabilidades são o acompanhamento do projeto junto às comissões que avaliam a liberação das leis de incentivos fiscais e, a captação de patrocinadores e apoiadores; e; pela engenharia, área responsável pela infra-estrutura montada na Praça. Por sua vez, a comissão disciplinar é responsável pela fiscalização das atividades que ocorrem na praça.

Via de regra, a Comissão Organizadora é comandada pelo presidente em exercício da CRL. Foi por intermédio de um ex-presidente dessa instituição que eu ingressei em campo no ano de 2004, pois quando ocorreu a 50ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre, a minha participação nessa festa foi oportunizada por um ex-diretor da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que também havia sido diretor da CRL. Com ele fiz contato cerca de dois meses antes da abertura oficial do ritual.

O ex-presidente da CRL me colocou em contato com Joana, membro da Comissão Executiva e coordenadora da Produção 01. Foi ela quem levou o meu projeto ao conhecimento da Comissão Organizadora, que se reúne semanalmente. A aceitação da minha proposta de pesquisa foi comunicada por e-mail, transcrito a seguir:

Deise:

A proposta de pesquisa foi muito bem acolhida na reunião de diretoria. O teu contato para organizar uma estratégia de trabalho será nosso vice-presidente, [...] Bom trabalho e sucesso. Joana

Entre o primeiro contato realizado com o ex-diretor da Editora da UFRGS e a reunião com o então vice-presidente da CRL, passaram-se vinte e três dias. Na ocasião, esse período pareceu-me infundável, contudo, após ter vivenciado o ritmo intenso de trabalho que antecede a Feira, concluo que meu projeto foi avaliado e aceito com uma relativa rapidez.

Após a aceitação, pedi à diretoria que não divulgasse a pesquisa aos seus associados, pois preferi evitar a institucionalização do trabalho, uma vez que isso poderia influenciar as respostas dos informantes aos meus questionamentos.

Optei por me aproximar de alguns membros da Produção 01, ou seja, os assessores de Joana. Estabeleci uma maior interlocução com a Suzana, 22 anos estudante de jornalismo, e com a Giovana, 27 anos, relações públicas, cuja competência consistia na divulgação dos eventos paralelos, o que me possibilitou ajudá-las na divulgação das palestras que tinham como tema as Ciências Administrativas. Em retribuição, elas me mantinham informada sobre os principais acontecimentos que antecederiam a Abertura Oficial da Feira. Estabelecemos, portanto, uma relação de reciprocidade, que era alimentada pelos meus constantes questionamentos que ocorriam, principalmente, por e-mail. Considero, portanto, que na 50ª

edição da Feira, a Suzana foi minha informante chave. Todavia, a *posteriori*, descobri que ela havia sido nomeada pela Joana para atender a qualquer pedido meu. Entretanto, esta nomeação não me foi comunicada.

Em um dos e-mails que troquei com Suzana, ela me informou que haveria um recital de abertura da 50ª edição da Feira à véspera da abertura oficial do evento, que ocorre, em geral, na última sexta-feira do mês de outubro. Esse recital foi organizado pelo Instituto Goethe, em virtude de ser a Alemanha o país homenageado daquela edição. Foi nesse evento que pude ser apresentada a todos os membros das diferentes comissões que organizam a Feira e a vários associados da Câmara.

Feitas essa descrição é chegado o momento de elucidar como realizei a etnografia na Feira, objetivo do próximo subitem.

5.2.2 A Prática Etnográfica

No ano de 2004, meu objetivo era realizar uma etnografia no evento propriamente dito. Acompanhar desde sua abertura até seu encerramento, aproveitando esse período para participar de atividades culturais, palestras, seminários, oficinas e entrevistar os diversos atores que freqüentam a Feira, isto é, naquele ano meu interesse era pelas observações que poderiam fazer parte da fachada (GOFFMAN, 2002) do evento. Para tanto, nesta edição eu participei do Recital de abertura da Feira, da solenidade oficial de abertura, bem como, da caminhada e da festa de encerramento da Feira. Além disso, estive presente nos dezessete dias do rito, nos quais assisti diversos shows culturais e palestras; participei, como ouvinte, de três oficinas; caminhei pela praça, visitando as inúmeras barracas que estavam no local, sendo que, em algumas, efetuei a compra de diversos livros. Durante este tempo, realizei também as entrevistas semi-estruturadas com: 20 visitantes da Feira, 8 escritores, 2 artesãos, 3 representantes da imprensa, 5 livreiros, 10 funcionários, com o Patrono da 50ª edição e com o Xerife.

Encontrei uma maior dificuldade em entrevistar distribuidores. Conversei com vários na Praça, porém, eles pediam para eu ligar pela manhã para a loja deles, quando então marcaríamos um horário para a realização da entrevista. Quando eu ligava, eles ou não se encontravam na loja ou estavam realizando alguma atividade que não poderia ser interrompida. Houve apenas um distribuidor que permitiu que eu realizasse a entrevista com

seus funcionários durante a Feira e se comprometeu em me dar uma entrevista após o término do evento, contudo, a entrevista foi marcada e remarcada por várias vezes, a última vez que a desmarcamos já havia decorrido dois meses do fim da Feira. Assim, acabei por desistir de entrevistá-lo.

Portanto, algumas entrevistas apresentaram um pouco de dificuldade para serem marcadas, outras foram facilmente agendadas. No início, identificava-me como estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o nome dessa tradicional instituição me auxiliou, todavia, conforme os dias transcorriam, eu me tornava conhecida na Feira, em virtude de passar os dias circulando pela praça, conversando com os vendedores, fotografando, anotando, comprando, etc.

Ademais, o fato de eu optar por usar um estilo só de roupa, calça preta e camiseta da Feira¹⁴, quase um uniforme, facilitava o reconhecimento no meio da multidão. No contexto organizacional, vestir a camiseta da empresa, simbolicamente representa estar aderindo a seus valores, bem como, de estar disposto a trabalhar em prol da organização. No meu caso, na 50ª edição, o vestir a camiseta não teve o peso simbólico expresso acima, tratou-se mais de uma estratégia de pesquisa, pois usando a camiseta da Feira, eu, além de ser facilmente identificada pelos associados que estavam na praça, também tinha o livre acesso a várias atividades, de modo que entrava e saía das mesmas sem interromper os ministrantes e sem ser barrada pelos monitores, pois para eles, devido o uso da camiseta e da minha constante presença, eu fazia parte da equipe, deste modo, eu podia assistir até mesmo as atividades que tinha sua capacidade esgotada por fazer parte da equipe.

Entretanto, considero que o mesmo não ocorreu na 51ª edição do Evento. Nesta, não vesti durante o evento a camiseta de cor preta, pois não houve um número suficiente para todos os monitores e coordenadores. Contudo, usar a camiseta de cor branca, carregava todo o valor simbólico de estar fazendo parte desse evento, e de ter aderido aos valores da equipe que organiza a Área Infantil e Juvenil e a Área Internacional, passei, portanto, a realmente fazer parte da equipe.

Para chegar a esse estágio de participação, isto é, estar inserida nos bastidores do evento, necessitei primeiro ser aceita pela equipe antes da realização Feira, por isso, optei por tentar desvendar os bastidores desse ritual realizando, ao longo do ano de 2005, época em que

¹⁴ Na 50ª edição a camiseta da Feira foi vendida aos visitantes na barraca de autógrafos como um *souvenir*, isso não ocorreu na 51ª edição, pois o corte no orçamento da Feira acabou por atingir a confecção das mesmas para a venda, de modo que somente a equipe de trabalho recebeu as camisetas em cor preta e os associados e funcionários a camiseta em cor branca.

a 51ª edição da Feira estava sendo organizada, a observação participante na Câmara Rio-grandense do Livro.

Entre o término da coleta de dados na 50ª edição da Feira e o reingresso em campo, no ano de 2005, passaram-se seis meses. Apesar de ter deixado acertado meu reingresso com o diretor da CRL, quando fui efetivá-lo, necessitei renegociar com os membros da comissão executiva a continuação da pesquisa. Assim, na passagem da fachada para os bastidores, o campo impôs suas delimitações, tendo em vista que alguns lugares dos bastidores não me foram abertos. Em virtude dessas imposições do campo, eu necessitei rever minhas estratégias de observação.

A retomada dos trabalhos ocorre efetivamente entre os meses de março e maio, época em que as equipes começam a ser montadas novamente. Meu objetivo, com o reingresso, era observar a organização da Área Geral da Feira, tendo em vista que a maioria das atividades que observei na 50ª edição foram atividades vinculadas a essa Área e que, por via de consequência, foram organizadas pela Produção 01, isto é, pela equipe da Joana.

Em meados de março de 2005, encaminhei um e-mail para o presidente da CRL, mencionando o meu desejo de recomeçar a pesquisa, isto é, de começar a coleta de dados junto à Comissão Organizadora da Feira do Livro. Foram quase duas semanas de espera por uma resposta, conforme passavam os dias, aumentavam as minhas incertezas em relação ao que havíamos combinado em dezembro do ano anterior. Já estava começando a pensar em uma nova maneira de inserção no campo quando o presidente me respondeu. Contudo, a resposta não era nem afirmativa nem negativa, nela, ele deixava claro que a pesquisa não dependia apenas do que ele havia acertado comigo e, por isso, levaria novamente minha proposta de pesquisa à reunião da Comissão que ocorreria no dia seguinte.

Nesse período, essa reunião ocorria quinzenalmente sendo assim, aguardei a resposta do senhor Walter, presidente da CRL, por mais três semanas, pois pensei que ele deveria ter tido algum motivo para não me responder após aquela reunião, supus que poderia ter acontecido algum imprevisto e por isso, concluí ser melhor aguardar a ocorrência de uma nova reunião. Deste modo, esperei a resposta por um período que compreendeu a realização de duas reuniões da Comissão, como nenhuma resposta me foi dada, decidi enviar um e-mail para as coordenadoras das Produções 01 e 02.

Resolvi fazer esse contato simultâneo com as duas, devido às considerações feitas por Silva (2000). Sei que a CRL não pode ser igualada aos terreiros pesquisados pelo autor, mas as considerações que ele faz acerca das divisões de poder, das rivalidades e dos ciúmes entre

os membros de uma cúpula, no caso da pesquisa do autor, religiosa, alertaram-me para como eu deveria me dirigir a quem detinha poder, em virtude da posição ocupada por ambas na cúpula administrava da CRL.

Para minha surpresa, a coordenadora da Produção 02 respondeu-me prontamente. Porém, o conteúdo do e-mail não trazia boas notícias. Conforme palavras da mesma:

Oi, Deise, Suponho que já te explicaram que não será possível participares, como observadora, das reuniões da Comissão Organizadora. No entanto, estou a tua disposição para colaborar com teu trabalho no que estiver a meu alcance. Quando gostarias de vir à Câmara? Não acho produtivo Joana e eu te atendermos ao mesmo tempo, porque coordenamos áreas bem diferentes. [...] Abraço, Sophia.

Apesar da Comissão não ter permitido minha participação nas reuniões, marquei um dia para conversar com aquela coordenadora, tendo em vista que ainda estava em aberto a questão da observação diária das atividades relativas à organização da Feira. Vale destacar que a coordenadora da Produção 01 não respondeu ao e-mail.

Um outro aspecto desse e-mail dá pistas de que a cúpula organizadora da Feira também pode ter, assim como há nas cúpulas religiosas estudadas por Silva (2000), a presença das divisões de poder, das rivalidades e dos ciúmes. O pedido da Sophia para fazer contatos individuais deixa a entender que eu usei a abordagem correta com elas.

Acabei por marcar uma reunião com a coordenadora da Produção 02 para o dia 03/06/2005. Como a coordenadora da Produção 01 ainda não me havia respondido, estava com a sensação de que aconteceriam algumas mudanças na minha pesquisa, tendo em vista que o meu foco era a Área Geral e a pessoa a quem estava tendo acesso era a responsável pelas Áreas Infantil e Juvenil e pela Internacional.

No dia marcado, cheguei à CRL dez minutos antes do combinado, segundo minhas experiências anteriores, eu ficaria aguardando mais ou menos esse tempo até que alguém viesse me recepcionar. Desta vez foi diferente, a coordenadora da Produção 02 me recepcionou rapidamente, mas falou que não poderia me atender e que quem falaria comigo seria a coordenadora da Produção 01.

Enquanto esperava para ser atendida por Joana, conversei com a Eliana, uma moça que está realizando a catalogação dos documentos da CRL e das edições anteriores da Feira do Livro, para que os mesmos sejam expostos no Museu da Feira, um espaço que eles pretendiam inaugurar na 51ª edição desse ritual. Expliquei para ela quais eram os meus objetivos com a pesquisa e o que significa fazer observação participante. Após quase uma hora conversando com Eliana, fui convidada a entrar na sala da Produção 01.

Ao entrar, percebi que a Joana estava em reunião com suas duas colaboradoras, tratava-se das mesmas assessoras da edição anterior, isto é, Suzana e Simone.

Joana me concedeu cinco minutos, contudo, houve tantas interrupções que acabei permanecendo na sala por cerca de meia hora. Durante este tempo, pude fazer algumas observações quanto à forma que elas se relacionam e trabalham. Sai da sala com a convicção de que aquela coordenadora não se sentia à vontade em permitir a realização da pesquisa, porém, não queria ser a responsável por essa negativa. Por isso, pedi-me para enviar a ela um e-mail, cujo conteúdo explicasse detalhadamente o que eu desejava fazer durante a minha coleta de dados, assim Joana poderia mostrar esse e-mail ao senhor Walter, a esse caberia a palavra final. Segundo ela, “se para o Walter não houver problema, para mim também não há, pois aqui quem manda são eles”.

Após essa colocação, ela disse que me enviaria um e-mail informando a resposta do diretor da CRL. Cabe mencionar, que ela não me deu nenhuma resposta acerca da possibilidade de eu realizar a observação participante na Produção 01, nem por e-mail, nem pessoalmente, foi preciso uma intervenção da Sophia junto ao Sr. Walter para eu ficar sabendo que ele havia permitido a realização da pesquisa no setor sob a coordenação de Joana.

De forma bastante diferente agiu Sophia. Ela permitiu a realização da pesquisa em seu local de trabalho, ou seja, na Produção 02, mesmo antes de eu lhe explicar do que se tratava a pesquisa. Essa aceitação rápida em parte deve-se ao fato de Eliana ter colocado Sophia “a par do que significa fazer observação participante” e Sophia não ter identificado nada que obstasse a realização do trabalho mediante o uso de tal técnica de pesquisa.

Para a coordenadora da Produção 02 a explicação da Eliana foi suficiente para eu começar a pesquisa. Comentei com ela que iria, a pedido da Joana, fazer um e-mail para ser apresentado ao senhor Walter, para conseguir a permissão para a realização da pesquisa. Então, ela menciona: “pra mim não precisa essa burocracia, eu já permiti. E na minha sala a autonomia é minha, é só telefonar e vir, ou melhor, não é preciso nem telefonar”.

Considero que os contratempos que ocorreram foram bastante reveladores, delimitando claramente as fronteiras do meu campo de estudo. Dessa forma, na Produção 02 efetuei observações de forma mais intensiva, enquanto que na Produção 01 realizei observações esporadicamente.

Passava um dia por semana na CRL, chegava no início do expediente e saía por volta da 18h. e 30min., horário em que a maioria dos funcionários encerravam o seu dia de trabalho. Foram ao todo 22 visitas a essa instituição antes do início da 51ª edição da Feira,

sendo que as últimas 3 foram realizadas já na sede temporária da CRL, montada nas instalações do Memorial do Rio Grande do Sul.

Na 51ª edição, a idéia era de apenas acompanhar a Feira com o intuito de coletar os dados que complementassem a coleta da Feira anterior, mas em virtude do meu novo foco, a Área Infantil e Juvenil, acabei vivenciando novamente os dias da festa de forma intensiva.

Além da mudança no meu olhar, outras mudanças ocorreram na própria Feira e que serão tratadas nos capítulos subseqüentes, mas que precisam ser citados aqui, essas mudanças são a transferência da Área Infantil e Juvenil para o Cais do Porto e a sua abertura pela parte da manhã.

Apesar da Feira como um todo e, especificamente, a Área Infantil e Juvenil, estar maior tanto no espaço ocupado como no maior número de atividades, houve a contratação de um número menor de monitores em relação ao necessário, isso devido ao corte no orçamento da Feira decorrente da aprovação parcial do Projeto na Lei de Incentivo Fiscal do estado. Assim em um dos espaços, não havia monitor para a parte da manhã. Foi nesse espaço que acabei trabalhando como voluntária. Essa atividade voluntária não foi algo acertado *a priori* e sim uma necessidade que surgiu durante a pesquisa, a qual eu atendi.

Deste modo, dos 18 dias do evento, de 28 de outubro a 15 de novembro, compareci a Feira 14 vezes, em alguns dias chegava antes da abertura da Área Infantil e Juvenil e saía após o encerramento das atividades da Área Geral, tendo em vista que esta encerrava após a primeira. Outras vezes, comparecia a Feira pela parte da manhã, devido às atividades da Casa do Pensamento, espaço onde estava sendo monitora voluntária, almoçava com algumas pessoas da equipe de monitores e depois me dirigia para a aula, retornando a Feira após as 18h, quando então circulava pela Praça, pelo Cais, participava de alguma atividade da Área Geral, ou apenas observava o trabalho da Equipe da Sophia, na sala da Produção 02, no anexo do Armazém A.

Nas poucas vezes que não pude comparecer a Feira, era informada pelo assessor de Sophia sobre os principais acontecimentos do dia, por meio de mensagens eletrônicas e pela própria coordenadora quando do nosso encontro no Cais. Uma pessoa que também me mantinha informada, principalmente sobre os acontecimentos na Praça, era o Sr. Júlio, o Xerife, com ele fiz várias rondas de vistorias, momento em que ele me relatava os imprevistos da Feira. No dia da solenidade de abertura, percorri boa parte do caminho ao lado do Xerife, ouvindo comentários acerca da presença de tantas autoridades em véspera de ano eleitoral. E no cortejo de encerramento, fui uma das primeiras pessoas a ser agraciada com um rosa das mãos do Sr. Julio La Porta.

A distribuição das rosas



Figura 2: A distribuição das rosas

Fonte: Autora deste trabalho

O toque da sineta no encerramento



Figura 3: O toque da sineta no encerramento

Fonte: Autora deste trabalho

Como na edição anterior, o cortejo de encerramento da Feira terminou em frente ao Pavilhão de autógrafos, onde então é realizada uma pequena festa, regada a cerveja, para os monitores e as já referidas comissões. Na edição anterior não havia musica, nessa edição, dois monitores tinham uma banda e acabaram por tocar na festa. A Banda agradou tanto que passou a ser chamada de banda 51 e, posteriormente, tocou na festa de encerramento da Feira que ocorreu novamente no Bar Opinião.

Na 50º edição eu participei, de forma discreta, da festa no Pavilhão de Autógrafos, já na 51º edição, eu me senti muito mais uma participante da equipe que estava a festejar o término de um bom trabalho do que uma pesquisadora. Foi um misto de ser do grupo e observar o grupo.

A partir dessas considerações, destaco que durante a coleta de dados que realizei na CRL e na 51º edição da Feira, meus informantes-chave foram: Sophia e Renato, esse assessor direto da primeira.

Por fim, considero que durante a etnografia que desenvolvi na Feira do Livro de Porto Alegre, vivenciei tanto a fachada do evento, isto é, realizei a observação participante na 50º edição da Feira e nos eventos que ocorrem pré e pós-Feira, como seus bastidores, ou seja, a coleta de dados que realizava semanalmente na CRL e minha participação como monitora voluntária da 51º edição.

Os dados coletados, nas observações, nas entrevistas feitas e nas conversas informais com os membros das equipes e com visitantes, permitiram que eu percebesse que o Ritual Feira do Livro de Porto Alegre tem seu auge na Praça da Alfândega e, agora no Cais, ou seja, é o rito que chamo de *Rito na Praça*, este, ocorre no que denomino de *Tempo Festivo*.

Contudo, esse ritual não se resume ao tempo festivo, ele tem também o tempo que pode ser chamado de *Tempo Comum*, é neste que ocorre a organização do rito. Essa divisão está baseada nas observações em campo e nas colocações que Van Gennep (1978) faz a respeito dos momentos que antecedem e que sucedem ao rito propriamente dito e na importância de executar a análise de um rito tendo como contraponto o cotidiano (DAMATTA, 1997).

Elucidar melhor os distintos momentos desse ritual da sociedade porto-alegrense é o que pretendo fazer no primeiro capítulo da análise dos dados, capítulo que segue.

6 A ANÁLISE DO RITUAL: DESCOBRINDO SEUS DISTINTOS EVENTOS

A Abertura Oficial das duas edições da Feira do Livro que foram estudadas neste trabalho ocorreram na última sexta-feira do mês de outubro no Cais do Porto. O Cais foi o local escolhido para o encontro das autoridades convidadas e o público. O convite dos primeiros foi realizado antecipadamente, via correspondência oficial da CRL, os segundos foram levados por artistas que passavam pela praça cantando e fazendo coreografias. Por ocorrer esse encontro, a solenidade de abertura pode ser entendida como um Evento Mediador, pois, além de demarcar a passagem do tempo comum para o tempo festivo, ele ainda é uma festividade que propicia o encontro entre os participantes dos Eventos Populares e dos Eventos Restritos.

Considero que o Rito que ocorre na Praça possui Eventos Populares e Eventos Restritos porque para a maioria do público que frequenta a Feira, seja para efetuar compras, seja para participar das atividades paralelas, não tem conhecimento dos diversos coquetéis que estão ocorrendo, muitas vezes, na sala ao lado de um espaço que está sendo ocupado por um palestrante que veio à Feira para divulgar seu mais recente livro. Ou seja, no que concerne ao Rito na Praça, a Feira do Livro propriamente dita, observo que ele é composto por diferentes atividades que ocorrem simultaneamente. Algumas dessas podem ser consideradas como Eventos Populares, devido, principalmente, ao seu caráter de informalidade, enquanto que outros podem ser considerados como Eventos Restritos, em virtude das formalidades necessárias para sua efetivação.

Ademais, Evento Restrito é todo aquele evento que ocorre durante a Feira do Livro, fazendo parte da programação do ritual e que possui um público selecionado, ao passo que Evento Popular é aquele que tem livre acesso a todos os visitantes da Praça.

No que tange ao cotidiano, isto é, à fase de organização da Feira, é possível ainda perceber a existência de alguns momentos que podem ser considerados como diferentes dos eventos ordinários, nesse sentido me apoio nas considerações de Peirano (2003) para afirmar que esses acontecimentos, que ocorrem no tempo comum, podem ser chamados de eventos críticos ou especiais e que neste trabalho serão denominados como Eventos Extraordinários em comparação com os Eventos Ordinários.

O quadro abaixo apresenta as subdivisões dos Eventos que compõem o Ritual Feira do Livro de Porto Alegre.

Subdivisão do Rito Feira do Livro de Porto Alegre

FEIRA DO LIVRO: RITO NA PRAÇA	Eventos Populares	Tempo Festivo
	Eventos Restritos	
	Evento Mediador: Solenidade de Abertura	
ORGANIZAÇÃO DO RITO: A CRL	Eventos Ordinários	Tempo Comum
	Eventos Extraordinários	

Quadro 6: subdivisão do Rito Feira do Livro de Porto Alegre

Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho

Sustento essa subdivisão considerando as teorizações de Peirano (2003) que salienta que o social é constituído por eventos ordinários, eventos críticos e rituais, sendo que os primeiros apresentam similitudes de natureza com os ritos, mas não são tão estáveis quanto estes. A partir desse posicionamento, penso ser coerente entender o Ritual da Feira do Livro como um rito que apresenta as subdivisões mencionadas acima. Nos próximos itens farei as exemplificações de cada categoria buscando clarificá-las. Considero relevante, ainda, salientar que tanto no tempo festivo como no comum, há bastidores e fachadas.

6.1 A SOLENIDADE DE ABERTURA: O EVENTO MEDIADOR

A parte comercial da Feira tem seu início na última sexta-feira do mês de outubro, exatamente, às 13h, quando então o cenário da festa está praticamente pronto e a aba frontal das barracas pode ser aberta. Nessa abertura das barracas, não há o tradicional badalar da sineta do Xerife, pois somente no final da tarde acontece o evento oficial de início do ritual. Entretanto, o horário é totalmente respeitado, pois enquanto circulava pela praça, naquele dia, espantei-me com o diálogo que presenciei e com o fenômeno de abertura que o seguiu.

A cena que presenciei foi registrada em meu caderno de campo e a transcrevo a seguir:

O diálogo começa com uma funcionária novata perguntando a sua patroa:

Funcionária: posso abrir a aba?

Patroa: Não. Ainda são meio dia e cinquenta e nove minutos. Só podemos abrir às treze horas.

Funcionária: Mas falta um minuto.

Patroa: Mas ainda não são treze horas.

Percebi então que todas as barracas estavam com a parte frontal fechada e os funcionários posicionados em frente à aba. De repente, alguém menciona: treze horas. Em questão de segundos todas as barracas estão abertas e os transeuntes já bisbilhotam, ainda que discretamente, os livros expostos na praça.

Após presenciar essa cena, encontrei o Sr Julio La Porta, o senhor que há 39 anos é o Xerife da Feira. Apesar de não ter tocado o sino, ele realizava a vistoria, atividade que faz diariamente até o encerramento do evento. Nesse dia, caminhei ao seu lado, observando a relação que ele ia estabelecendo com os expositores. Ao término da vistoria o interpelei, expliquei a pesquisa e pedi uma entrevista. Ele então pediu para eu encontrá-lo na sala de imprensa.

A sala de imprensa se tornou um lugar familiar para mim nos primeiros dias da Feira. Ela ficava em um dos corredores diagonais da praça. Trata-se de um grande estande dividido em quatro espaços: a sala de recepção dos profissionais da imprensa, uma sala com terminais de computador para uso geral dos repórteres e fotógrafos, uma sala onde fica alocada a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a sala da Pauta Assessoria, empresa que presta serviços à CRL.

Em geral, eu ficava na sala de recepção, pois expliquei minha pesquisa a algumas jornalistas da Pauta Assessoria que me deram suporte nos primeiros dias, avisando-me da chegada de um ou outro escritor que pudesse me dar entrevista, ou até mesmo me informando quanto à acessibilidade a algum visitante notório da Feira. Além disso, esse espaço foi útil à medida que eu podia descansar após minhas longas caminhadas pela Praça. Lá, sempre encontrava um lugar para sentar, água gelada e potenciais informantes. Nessa sala, realizei a primeira entrevista com o Xerife e com o Patrono da 50ª edição, com ambos realizei, *a posteriori*, uma segunda entrevista; entrevistei também uma jornalista da Rádio da UFRGS e um editor e jornalista de um *site* de notícias, sem mencionar as várias observações que pude efetuar.

Ainda no primeiro dia, estava na sala da recepção quando então ouvimos, as jornalistas da pauta e eu, o som de tambores vindo da Praça. Era o primeiro ato da abertura oficial. Os integrantes do grupo Bonecos Gigantes e os músicos do grupo Olodum Mirim começavam a circular pela Feira convidando os visitantes a se dirigirem ao Pórtico do Cais do Porto, local onde aconteceu a solenidade de abertura. O convite era feito pelo dois grupos em virtude de da Bahia ser o estado convidado da 50ª edição.

Segui os bonecos e a música, esses contagiavam os transeuntes que aos poucos iam tomando parte desse arrastão, sendo que alguns gaúchos, ainda tímidos, arriscavam um passo ou outro de dança, conforme a musicalidade da festa.

Cortejo de Abertura da 50ª Edição



Baiana no cortejo da 50ª Edição



Figura 4: Cortejo de Abertura da 50ª Edição

Fonte: Autora deste trabalho

Figura 5: Baiana no cortejo da 50ª Edição

Fonte: Autora deste trabalho

Quem acompanhou essa caminhada presenciou, na chegada ao Pórtico do Cais do Porto, o grande encontro do popular com o erudito. Enquanto o Olodum Mirim e os Bonecos Gigantes levavam os visitantes anônimos à solenidade de abertura, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre está preparada para dar o início oficial tocando o Hino Nacional Brasileiro na presença dos “homens de poder” (TEIXEIRA, 1980).

Estavam presentes nessa abertura, dentre outras autoridades, os seguintes nomes: os então ministros, Tarso Genro, da Educação e representante do Presidente da República; Gilberto Gil, da Cultura, Olívio Dutra, das Cidades; os senadores, Pedro Simon e Paulo Paim. Além deles, estavam também, presentes, no palanque, representantes dos três poderes em nível estadual e municipal, representantes das empresas patrocinadoras da Feira, o Cônsul da Alemanha e um representante do Governador do Estado da Bahia, o Patrono da 49ª edição da Feira, Walter Galvani, sendo que este fez a passagem oficial do patronato a Donaldo Shüller; e, o Presidente e Vice da CRL, Walter da Silveira e Nelson Hoffman, respectivamente.

**Autoridades presentes na solenidade de
abertura da 50ª Edição**



**Figura 6: Autoridades presentes
na Abertura da 50ª Edição**

Fonte: Autora deste trabalho

Após os pronunciamentos dos “homens de poder”, um espetáculo pirotécnico embelezou o céu limpo de Porto Alegre, ou seja, a chuva que tanto amedronta os organizadores desde a primeira edição da Feira, não compareceu e assim o estuário da cidade refletia em suas águas o brilho das estrelas, da lua e dos fogos de artifícios, um *show* que recebeu aplausos tanto dos anônimos quanto das celebridades presentes na abertura do evento. A atenção dessas pessoas volta-se para o livro apenas quando o toque da sineta do Xerife começa a soar no Pórtico e, assim, recomeça a caminhada, agora, de volta à Praça.

Na 51ª edição, optei por permanecer no Armazém do Cais, junto aos convidados, pois já havia acompanhado o cortejo de abertura na 50ª edição. Deste modo, observei a recepção dada às autoridades. Essa solenidade contou com a presença do Governador do Estado, Germano Rigotto e do Prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, dentre outras autoridades do cenário político, religioso e empresarial.

Ao contrário da solenidade de abertura da 50ª edição, quando a chuva não apareceu, na 51ª houve, durante toda a solenidade uma fina chuva, corroborando assim a presença dessa convidada não tão querida no Evento Mediador, contudo, ela não foi problema, tendo em vista que toda a solenidade aconteceu em um dos armazéns do Cais.

Diferente da abertura do ano anterior, quando os discursos versaram sobre os cinquenta anos da Feira, nessa edição, de um modo geral, os discursos continham um teor reivindicatório. Era o presidente da Câmara Rio-grandense do Livro, aproveitando a oportunidade de ser ouvido, em público, pelas autoridades estaduais, acerca da avaliação

realizada pela Comissão que aprova os incentivos fiscais, tal avaliação resultou em uma aprovação parcial do Projeto Feira do Livro.

Nesse sentido, corroboram-se as colocações de Teixeira (1988) que afirma que a presença dos “homens de poder” nos rituais permite a criação de laços de troca. Contudo, vale lembrar que, se na 50ª edição, os discursos oficiais tinham um conteúdo de agradecimento, todavia, um setor da comunidade aproveitou a presença do poder para reivindicar, foram os alunos da UFRGS que, na presença do então ministro da Educação, aproveitaram para se posicionarem contra a reforma universitária. Essa reivindicação realizada pelos membros da comunidade somente pode ocorrer por se tratar de um Evento Mediador, no qual tanto os convidados oficiais quando o público presente estão cientes das possibilidades de um confronto.

Voltando a 51ª edição, após o pronunciamento das autoridades, a Feira é oficialmente aberta com o tradicional toque da sineta do Xerife Júlio La Porta cercado pelas autoridades convidadas.

Abertura da 51ª Edição



Figura 7: Abertura da 51ª Edição

Fonte: Site da Feira

O Xerife puxa o tradicional cortejo, que, antes de sair do Cais, percorre os principais pontos da Área Infantil e Juvenil, depois se dirige para a Área Internacional, localizada na Avenida Sepúlveda pra finalizar passando pela Área Geral, na Praça da Alfândega. Caminhavam ao lado do Xerife o governador, o prefeito, o secretário da cultura do estado do Rio Grande do Sul e a secretária interina da Cultura do Estado do Ceará, estado convidado dessa edição, como também pelo cônsul da Itália, país homenageado na Feira de 2005. Além deles, o ex-governador do estado, Olívio Dutra, também se fez presente nessa caminhada.

As personalidades que compõem a caminhada de abertura revelam que, apesar dos estudos de Teixeira já terem completado 18 anos, um traço cultural ainda se faz presente na

sociedade gaúcha, qual seja, o poder está nas mãos dos homens, característica de uma sociedade que exalta o “ser macho”. Vale destacar que a única personalidade mulher nessa caminhada estava representando o estado do Ceará.

Com a execução desse Evento Mediador, demarca-se o fim do Tempo Comum e o ingresso no Tempo Festivo, época do ano em que o cotidiano fica suspenso. Portanto, inicia-se mais uma Feira e, novamente, os olhares dos porto-alegrenses se voltaram para a Praça e nessa 51ª edição se expandiram até o Cais do Porto.

Ao analisar o ritual Feira do Livro, pude então perceber que a presença de dicotomias não se restringe ao Evento Mediador, mas perpassam toda a festa. Por isso o item a seguir apresenta as análises feitas a partir dos dados coletados nos Eventos Restritos e nos Eventos Populares.

6.2 A FEIRA DO LIVRO: O RITO NA PRAÇA

Como já mencionado, o ritual de compra e venda de livros que ocorre na Praça da Alfândega é composto por dois tipos de Eventos. Nesse item vou apresentar exemplos de ambos. Começo apresentando alguns Eventos Restritos, tendo em vista que eles são em menor número, para depois apresentar alguns Eventos Populares.

6.1.1 Eventos Restritos

Estou considerando Evento Restrito todo aquele evento que ocorre durante a Feira do Livro que faz parte da programação do ritual e que possui um público selecionado, por ser esse acontecimento um evento crítico do ritual, ele necessariamente não se repete em todas as edições da Feira, pois conforme destaca Peirano (2003) os eventos críticos não são estáveis como os rituais.

O Recital de “Lieder”, recital de abertura da 50ª edição, a homenagem do Clube dos Escritores ao Patrono, o lançamento do Livro Feira da Gente, escrito por Walter Galvani, os coquetéis de premiação dos destaques da Feira que são oferecidos pelos veículos de comunicação, são exemplos desses Eventos Restritos.

Durante a 50ª edição participei do recital de abertura, da homenagem ao Patrono e do coquetel de lançamento do livro. Percebi que os coquetéis de premiações são mais restritivos tendo em vista que os convites são distribuídos pelas próprias entidades que outorgam os prêmios. Na 51ª edição acompanhei a organização de uma das solenidades de entrega de prêmios, mas não participei do evento em si, uma vez que apenas os monitores que estão realmente envolvidos com elas, participam do evento, trabalhando.

O recital de abertura da 50ª edição foi organizado pelo Instituto Goethe, tendo em vista que o país homenageado era a Alemanha, em conjunto com a Produção 01. Os convites para esse evento foram enviados antecipadamente para as diferentes entidades públicas e privadas, tais como: governador e secretários estaduais, para o prefeito e secretários municipais, bem como para as empresas patrocinadoras do Ritual e para alguns livreiros associados à CRL. Ou seja, os convidados para esse evento foram o que Teixeira (1988) considera os “homens de poderes”.

Eu não recebi convite para o Recital de “Lieder”, mas havia uma margem de abertura para o público geral, assim, levei um livro até o Theatro São Pedro e troquei por um ingresso. Esse ingresso dava direito a assistir a apresentação de Andreas Schmidt e de Cord Garben.

Após essa apresentação houve um coquetel, este sim, apenas para os convidados. Na saída do teatro havia alguns monitores que indicavam a parte superior do prédio para os convidados e a saída para as pessoas que portavam os ingressos. Apesar de eu estar segurando aquela pequena tira retangular de papel ofício, fui reconhecida por Suzana, minha informante da Produção 01, que me encaminhou para a parte superior do prédio. Os dez primeiros minutos que fiquei naquele pequeno recinto do Theatro São Pedro foram reveladores, pois estava a presenciar vários grupinhos de pessoas que me eram totalmente desconhecidas e que estavam conversando descontraidamente enquanto bebiam champanhe e comiam alguns canapés. Em face dessa cena, percebi que eu não teria mais que me preocupar em ter um estranhamento do familiar (DAMATTA, 1978), pois a Feira do Livro tem eventos que não são levadas ao público da Praça.

Além desta descoberta, considero que a participação nesse evento foi de grande valia para minha introdução no campo, pois, após chegada do ex-presidente da CRL, fui apresentada para todos os membros da atual diretoria da entidade e a todos os associados que estavam presentes nesse evento. Com vários deles, deixei estrategicamente agendada uma data para contatos futuros e entrevistas. Aproveitei também para estreitar os laços com os membros da Comissão Executiva da Feira, juntei-me a eles ao redor de uma mesa na varanda

do prédio do teatro e conversamos sobre assuntos diversos. No final daquela noite, já havia estabelecido uma proximidade maior com “as meninas” que compõem a equipe da Produção 01, Simone, Suzana e Giovana, o que facilitou minha circulação pelas atividades da Feira.

Na 51ª edição da Feira, quando então o país homenageado foi a Itália, não houve nenhum recital de abertura, de modo que esse evento restrito do Rito corrobora a condição de evento crítico.

O segundo Evento Restrito que participei não carecia de convite oficial para entrar, mas a sobriedade da atividade acabava por afastar as pessoas não conhecidas, tratava-se da homenagem feita pelo Clube dos Escritores ao Patrono da Feira. Essa atividade ocorreu, à tarde, no jardim da Casa de Cultura Mário Quintana. Cerca de quinze minutos antes de começar a homenagem, o evento era anunciado ao público que circulava pela praça. Com o convite feito, me encaminhei para o local.

Ao chegar lá, fui recepcionada pela escritora que presidia a homenagem. Fui uma das primeiras pessoas a chegar, durante algum tempo ela conversou comigo, mas quando seus convidados pessoais chegaram, a escritora afastou-se e então percebi que o local havia sido organizado para receber apenas os mais íntimos, pois eram poucas as cadeiras dispostas pelo jardim. Além disso, um garçom oferecia vinho aos que se aproximavam e eram recepcionados pela escritora.

As demais pessoas que passavam pelo jardim, mas não eram conhecidas dos patronos da 49ª e 50ª edições, Walter Galvani e Donaldo Schüler respectivamente, ou da anfitriã, eram preteridos e acabavam dando apenas uma volta pelo local antes de uma retirada discreta. Assim, um evento que era para ser popular acabou por se tornar restrito devido às formalidades necessárias para ser inserido nessa homenagem ao patrono. Em virtude da chegada do Patrono e de seus amigos, dos quais eu já era conhecida, acabei sendo agregada aos demais convidados.

Um terceiro exemplo de Evento Restrito é o lançamento do livro comemorativo da 50ª edição da Feira, qual seja: Feira do Livro da Gente, de Walter Galvani, patrono da 49ª edição desse ritual.

O lançamento desse livro é um exemplo claro da existência de Eventos Restritos na Feira, pois ele foi lançado duas vezes. Em um houve um coquetel no Centro Cultural Érico Veríssimo, cuja entrada se dava por meio da apresentação de um convite, o outro ocorreu

alguns dias após aquele, onde, então, no pavilhão de autógrafos, o escritor autografou o livro para o público em geral.

Esse Evento Restrito foi veiculado pela imprensa, sendo que os principais meios de comunicação foram convidados, com a finalidade de dar divulgação ao livro.

Na entrada do Prédio do Centro Cultural Érico Veríssimo, o convite era recolhido e o convidado recebia gratuitamente um livro que seria então autografado pelo autor. Coincidentemente, eu estava fazendo uma oficina ministrada por Walter Galvani, isso possibilitou que saíssemos juntos da sala onde estava sendo realizado o curso e nos encaminhássemos para o evento. Na chegada troquei meu convite pelo livro e adentramos no recinto. Como já não era meu primeiro Evento Restrito e como estava acompanhada pelo escritor da noite, fui imediatamente acolhida pelos demais convidados.

A maioria das pessoas que estavam lá eram as que estiveram presentes em outros eventos e rapidamente identifiquei os mesmos grupos de pessoas se formando, enquanto os garçons serviam champanhe, vinho e canapés.

A existência desses Eventos Restritos permite afirmar que por mais que a Feira seja considerada pública e democrática, ou como afirma o *slogan* da campanha publicitária de 2004, “A Feira do Livro da Gente”, ela é também distintiva.

Ela distingue as pessoas que participam do Ritual das que são “convidadas” a participar do Ritual. É possível considerar que os principais escritores do Estado, alguns nomes da política, como também representantes dos patrocinadores são as pessoas que são consideradas possuidoras de um capital que, conforme Bourdieu (1998), as distingui. Essa distinção permite observar a existência do que o autor chama de campo e, por via de consequência, o *habitus* constitutivos desses campos.

O campo social para Bourdieu (1998) é um espaço de interação que funciona conforme determinadas regras e instâncias de legitimação. Tais regras podem ser entendidas, sucintamente, como *habitus*, que por sua vez se constitui em “um sistema de disposições duráveis e transponíveis” que por ter esta última característica permite que as estruturas sejam ao mesmo tempo estruturáveis e estruturantes. Dentro e entre os campos, que são estruturados e estruturantes, ocorrem as lutas pela legitimidade, lutas que buscam estabelecer as relações de dominante e dominado, ou seja, pelo poder de definir as “regras do jogo”, sendo que esta luta pode se dar via capital social, capital econômico e capital cultural, de modo que é a

relação das forças entre eles que irão estabelecer a legitimidade do poder e a hierarquia dos agentes nas estruturas dos campos e entre os campos.

No caso da Feira do Livro, o capital cultural estaria sendo representado pelos escritores e escritoras, o capital econômico, pelos patrocinadores e, o capital social, pelos políticos e associados da CRL que são membros da Comissão Organizadora da Feira. É evidente que o domínio de um dos capitais não exclui o outro, mas a preponderância de um sobre o outro indica a distinção de cada convidado em relação aos demais freqüentadores da Feira e entre os próprios.

A distinção que ocorre entre eles é visível em virtude da busca pela legitimidade do poder do seu capital, contudo, por se tratar de um evento festivo, essa luta ocorre por meio do enaltecimento da qualidade do outro, tendo em vista que se o outro é importante o suficiente para estar aqui, eu também o sou, pois ambos foram convidados para o mesmo evento e partilham, na medida do possível, dos mesmos *habitus*, sendo que estes são o que os distingue dos que apenas freqüentam a Feira na Praça.

Assim, a distinção não ocorre apenas pelo fato desses atores sociais serem convidados a participar de um Evento Restrito, mas também pelos símbolos que são acionados para comporem tais eventos, quais sejam: bebidas e comidas refinadas, música considerada erudita, espaços, que apesar de públicos, guardam em seu interior uma arquitetura reconhecida e apreciada apenas por quem tem conhecimento cultural para tal, pois, à guisa de exemplo, a despeito da homenagem ao patrono ocorrer em um jardim, esse espaço guarda a história de dois nomes importantes para o mundo da cultura, quais sejam, José Luxemburg e Mário Quintana. Quem conhece a notoriedade dos dois sabe reconhecer o valor daquele local e, além disso, quem partilha dos símbolos e significados sociais, sabe que ao não receber uma taça de vinho no evento, está sendo simpaticamente excluído do acontecimento, ou seja, não incorporado ao grupo que homenageia o patrono da 50ª edição da Feira.

Aos que não possuem capital suficiente para serem merecedores de estar nesse brinde, a Feira reserva outros eventos nos quais serão bem-vindos, são esses os Eventos Populares. No sub-item a seguir, apresento alguns desses eventos, onde todos são bem recepcionados.

6.1.2 Eventos Populares

A Feira do Livro de Porto Alegre, por sua localização, uma praça pública, e por seu caráter de gratuidade, é composto por um grande número de Eventos Populares, quais sejam: os eventos paralelos – palestras e oficinas -, os shows culturais e o próprio pegar, olhar e comprar o livro.

Os eventos paralelos e os shows culturais compõem a parte da Feira que justifica o ritual ser beneficiado pelas leis de incentivo cultural tanto nacional quanto estadual.

A lei federal número 8.313/91, de 32/12/1991, conhecida como Lei Rouanet, permite que o produtor cultural consiga patrocínios ou doações de empresas para os seus projetos, dentro do limite de 4% do Imposto de Renda anualmente devido pelos patrocinadores, em contrapartida, o evento produzido necessita ter um retorno social, ou seja:

[...] democratizar o acesso da população a bens culturais. Mecanismos que facilitem este acesso (ingressos a preços populares ou entradas gratuitas em espetáculos, distribuição de livros para bibliotecas, exposições de artes abertas, etc.) são fundamentais para o cumprimento desta finalidade.

Por sua vez, a lei 10.846, de 19/08/1996, instituiu o sistema LIC – Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo que as empresas que financiam projetos culturais podem compensar até 75% do valor aplicado com o ICMS a recolher, limitado a 3% do saldo devedor de cada período de apuração (lei 10.846, Art. 2º).

Nesse sentido, a gratuidade de todos os eventos populares representam o retorno dado à sociedade porto-alegrense, isto é, a democratização do acesso aos bens culturais.

Antes de entrar na apresentação dos bens culturais que são levados, atualmente, ao público, cabe destacar que a Feira do Livro, desde sua origem, tinha por objetivo democratizar o acesso à cultura, nesse caso, via livro. Os primeiros idealizadores da Feira entendiam que ao levarem o livro para a Praça, estavam colaborando para a disseminação do conhecimento e para a formação de novos leitores, pois segundo Derosso (2000, p. 20) em meados de 1950:

As livrarias se estabeleciam em locais quase soturnos, extremamente silenciosos, e que exigiam um comportamento adequado de quem entrasse em tal estabelecimento. Isto acabou tornando o espaço em um lugar elitizado e dirigido para um determinado público, mais intelectualizado.

O simples ato de folhear os livros era impraticável. As edições saíam das gráficas com as páginas coladas, apenas seu dono poderia abri-las.

Em suma, na gênese da Feira existe um ideal de democratização, sendo que é esse ideal que hodiernamente dá suporte para a realização da democratização de outros bens

culturais. Deste modo, esses outros bens culturais que são levados à praça e consumidos por uma parte da população podem ser divididos em shows culturais, oficinas, mostras de filmes, palestras de escritores e escritoras renomados, palestras de intelectuais e palestras de vendedores de livros.

Os shows, costumeiramente têm lugar nos palcos da Feira ou nos teatros dos prédios culturais que se localizam nos arredores da Praça da Alfândega. Aqueles que acontecem nos palcos da Feira são os que possibilitam o maior acesso à cultura, pois todas as pessoas que estão circulando pela Praça podem parar e assistir às apresentações, resultando, assim, em um público bastante heterogêneo. Já os que ocorrem nos teatros, por sua vez, possuem um público mais homogêneo, pois são constituídos por pessoas que se programaram para assisti-los, uma vez que é necessário a retirada de uma senha para entrar nos espetáculos. Com isso, apenas as pessoas que possuem interesse no que será apresentado se deslocará até a central de informações na praça, retirará a senha e depois se deslocará para o prédio que está acolhendo a programação.

Deste modo, percebi que nesses shows as pessoas conheciam o repertório que seria apresentado, tinham conhecimento sobre os autores que estavam no palco e sobre a carreira dos mesmos e, não raro, as senhas sempre se esgotavam, o que garantia a lotação do espaço. Além de ter ciência do que será apresentado, as pessoas que se dirigem até esses locais necessitam também partilhar de um certo conhecimento quanto ao uso dos espaços culturais. Assim, as pessoas que nunca estiveram nesses prédios para adentrar nesses *loci* necessitam ter no mínimo uma curiosidade que ultrapasse o receio de ser visto, interpelado pelos seguranças e/ou discriminado pelos olhares dos visitantes habituais dos centros culturais da cidade.

Durante a Feira, ninguém é barrado na entrada desses centros, de modo que a entrada nesses prédios torna-se mais pública do que no restante do ano, contudo, a discriminação feita pelos olhares e atitudes dos freqüentadores desses espaços não tem como ser evitada, tanto que presenciei em uma sessão de cinema que estava ocorrendo no Circuito Cinema da 50ª edição da Feira no Santander Cultural o encontro entre as pessoas que freqüentam o espaço e pessoas que provavelmente pela primeira vez estavam na sala de cinema desse prédio. Perceber a diferença entre essas pessoas foi fácil tendo em vista que elas não compartilhavam os mesmos códigos para freqüentarem os mesmos espaços. Em meu diário de campo registro a cena desse encontro:

Entre no cinema com a intenção de poder descansar um pouco, acreditava que na penumbra da exibição do filme não teria como observar muita coisa, mas tamanha foi minha surpresa quando percebi que ao meu lado estava ocorrendo um confronto

entre os costumes dos mais cultos com os costumes dos mais populares. Sentados ao meu lado estavam duas senhoras, ambas aparentavam ter mais ou menos 50 anos e estavam vestidas com um modelo bastante clássico. Na fileira da frente, estava sentada uma jovem senhora acompanhada por uma menina que deveria ter uns 15 anos e mais duas crianças. Além das vestes já destoarem das comumente utilizadas pelas pessoas que freqüentam o Santander, elas ainda estavam carregadas de sacolas (não de livros) e para marcar definitivamente a diferença, elas retiraram de uma das sacolas alguns cachorros-quentes, refrigerante e até saches de maionese. Foi literalmente um piquenique no cinema. Isso incomodou de tal forma as duas freqüentadoras do local que conhecem a proibição de comer no recinto, ambas se retiraram antes mesmo do término da sessão alegando que havia gente demais no cinema.

Deste modo, a democratização do acesso à cultura acabou por evidenciar as diferenças culturais existentes entre os que podem ser considerados como mais cultos e aqueles que são denominados como populares, sendo que muitas vezes os hábitos dos últimos não condizem com o comportamento esperado das pessoas que visitam o prédio suntuoso do Santander Cultural, com seus belos vitros, seu piso em mármore e suas escadas que servem como primeiro obstáculo à entrada do popular.

As diferentes roupas utilizadas pelas senhoras possuidoras de um capital cultural e pelas representantes de uma classe popular permitiram observar a distinção existente entre elas. Segundo McCracken (2003) o vestuário pode ser entendido como um sistema de comunicação que tende a revelar a distância social entre os membros de uma sociedade. Assim, enquanto as primeiras estavam usando roupas com um estilo clássico, as segunda estavam usando o que Croci e Vitale (2000, p. 124) chama de roupas kitsch, isto é, uma “cópia que se reduz a imitação, os materiais aspiram ser outros (os sintéticos por seda natural, etc), os desenhos são medíocres (mal acabados, etc)¹⁵ [...]”.

Vale ressaltar que para visitar tanto o Santander Cultural, como o demais prédios culturais da proximidade, não é necessário estar sempre vestido em um estilo clássico, mas é preciso ter estilo, seja ele qual for, o que não acontece com quem usa roupas *Kitsch*.

Posso inferir ainda que esse mesmo conceito é pertinente para analisar a alimentação realizada dentro do prédio pelas mulheres e crianças da denominada classe popular, pois a despeito de não comer no cinema, a comida é bem aceita no prédio, tanto que após a solenidade de abertura da 50ª edição da Feira, o Santander Cultural promoveu um coquetel para as autoridades e convidados. Nesse coquetel, foi servido, nas dependências do local, canapés, vinhos e champanhes, ou seja, comidas e bebidas requintadas, tais quais o cachorro-

¹⁵ “La copia se reduce a la imitación, los materiales pretenden ser otros (los sintéticos por seda natural, etc), los diseños suelen ser mediocre (malas terminaciones, etc) [...]”(VITALE, 2000, p. 124)

quente só se aproxima se for por um processo de *Kitsch*, não no sentido de cópia barata, mas de aspiração à outra coisa. Nesse sentido, Bourdieu afirma que:

O que separa as classes populares das outras classes é menos (e, em dúvida cada vez menos) a intenção objetiva de seu estilo que os meios econômicos e culturais que elas podem colocar em ação para realizá-la. Esse desapossamento da capacidade de formular seus próprios fins (e a imposição correlativa de necessidades artificiais) é, sem dúvida, a forma mais sutil de alienação. É assim que o estilo de vida popular se define tanto pela ausência de todos os consumos de luxo, uísque ou quadros, champanhe ou concertos, cruzeiros ou exposições de arte, caviar ou antiguidades, quanto pelo fato de que esses consumos nele estão, entretanto, presentes pela forma de substitutos tais como os vinhos gasosos no lugar do champanhe ou uma imitação no lugar do couro, indícios de um desapossamento de segundo grau que se deixa impor a definição dos bens dignos de serem possuídos (BOURDIEU, 1994, p. 100).

A partir da colocação de Bourdieu é possível pensar que aquelas mulheres representantes das classes populares estavam procurando consumir bens culturais entendidos como de bom gosto pelas classes mais requintadas, isso por terem tido o acesso a eles via Feira do Livro, todavia, a mesma oferece alimento de luxo aos convidados dos Eventos Restritos, e, por assim ser, o lanche realizado no cinema, com cachorro quente, foi o substituto que a classe popular pôde adquirir. Substituto que aos olhos das representantes das classes mais intelectualizadas não pareceu de bom gosto.

Percebo, com isso, que no que tange à acessibilidade dos bens culturais a Feira está atendendo à exigência das leis de incentivo à cultura, pois se não fosse a programação paralela, penso que seria quase impossível à realização de um piquenique na sala de cinema daquele prédio durante a exibição de um filme espanhol.

Um outro encontro propiciado pelos eventos paralelos é o do mestre com os seus admiradores. As oficinas realizadas durante a Feira do Livro têm por objetivo a transmissão do conhecimento. Algumas pessoas renomadas nas mais diferentes áreas, à guisa de exemplo, da literatura, do jornalismo, da arquitetura, da administração, são contratadas para ministrar mini-cursos (três encontros com quatro horas de duração cada) durante a Feira e, as pessoas interessadas podem participar desses cursos gratuitamente recebendo um certificado no final da oficina, atestando a participação no evento.

Particpei de três oficinas na 50ª edição da Feira e nelas, pude perceber que para muitos participantes, essa é a única oportunidade de terem contato com tais profissionais. No caso da oficina “O vôo da gaivota”, oferecida por Walter Galvani, uma das participantes relatou:

O meu projeto é ser jornalista, iniciei meu curso de jornalismo na ULBRA, mas aí engravidei e não tive como continuar. Pensei em fazer a oficina literária na PUC,

mas também não tive condições, por enquanto estou apenas adiando meus projetos, então quando vi que na Feira estaria tendo está oficina, gratuitamente, pensei: essa eu não posso perder.

Um outro exemplo vem da oficina “Como nascem os livros”. Nessa oficina, representantes de editoras, escritores e ilustradores deram depoimentos e explicaram como ocorre o processo de criação de livros. Nesses encontros estavam presentes alunos de uma escola técnica, escola que capacita jovens da periferia para atuarem profissionalmente como tipógrafos. Muitos desses jovens aproveitaram a oportunidade para conversar com os palestrantes.

Novamente, a realização dessas oficinas vem ao encontro da exigência das leis de incentivo, pois tem propiciado o acesso ao conhecimento à população, contudo, devido a problemas na divulgação das atividades paralelas, algumas dessas oficinas acabam atingindo um público bem menor do que o esperado e do que o desejado. Houve oficinas na 50ª edição da Feira que tinham apenas quatro pessoas inscritas, sendo que um número considerado ideal pela organização do evento seriam de quinze pessoas. A respeito disso, Sophia, organizadora da Área Infantil e Juvenil e da Área Internacional, salienta que é necessário uma divulgação prévia das oficinas e demais eventos ao público-alvo, divulgações em escolas, faculdades, cursinhos, etc. Entretanto, ela reconhece que a entidade organizadora do evento, a CRL, não destina verbas para esse trabalho e por isso, a divulgação fica restrita as informações postas na página da Feira na Internet, dificultando, portanto, que a informação chegue até as pessoas que não tem ainda acesso a essa ferramenta, tendo em vista que no Brasil há, ainda, um grande percentual de pessoas que estão excluídas do mundo virtual.

Todavia, a Área Infantil e Juvenil, a despeito das faltas de verbas, desenvolve um trabalho de divulgação e de parceria com escolas estaduais, municipais e particulares. Esse trabalho está organizado de modo que, muitas das atividades realizadas nessa área possuem público garantido ainda no mês de julho, época em que as atividades são divulgadas na página da CRL e ocorre a abertura das inscrições e distribuição de senhas.

O mesmo problema que ocorre com a divulgação das oficinas, acontece também com a divulgação das palestras. Essas palestras podem ser divididas em três grupos de palestrantes: os escritores renomados, os considerados intelectuais e os considerados vendedores de livros.

Escritoras e escritores como Lia Luft, Luis Fernando Veríssimo, Ariano Suassuna, dentre outros, são convidados que não necessitam de muita divulgação, basta sair no programa da Feira que a imprensa trata de veicular a data e o local das palestras e, com um público leitor cativo, esses escritores garantem audiência. O mesmo acontece com os

considerados vendedores de livros, que são aquelas pessoas que constantemente estão na mídia, divulgando seus trabalhos, esses também não possuem grandes problemas para garantirem público. Tais palestrantes poderiam ser identificados com o que Bourdieu (1997, p. 40) chama de *fast-thinkers*, ou seja, pessoas que pensam por “idéias feitas” e que, por assim ser, seus trabalhos não possuem problemas de recepção. Já as palestras dos considerados intelectuais de diversas áreas do conhecimento, que via de regra, possui um público bem mais restrito e também não estão constantemente na mídia, necessitariam de um programa de divulgação das atividades, programa já reivindicado por Sophia, principalmente, porque para essa informante, o papel da Feira seria levar o conhecimento produzido pelos intelectuais a quem não tem acesso e não apenas ser palco para a divulgação de livros que não agregam maiores conhecimentos ou daqueles livros que repetem o que já foi dito, ou seja, os livros escritos a partir das “idéias feitas”.

A presença desses escritores de “idéias feitas”, dos quais muitos pretendem apenas garantir a venda de seus livros; e a presença de intelectuais que contribuam para qualificar os visitantes da Feira, é um tema de discussão não apenas quanto ao projeto de divulgação da programação da Feira, mas de discussões mais contundentes, como: quem realmente merece estar na Feira do Livro, isto é, a quem o ritual deve dispor de espaço, tempo e dinheiro? Essa discussão será tratada no item 7.3, ou seja, no debate quanto à destinação das verbas da Feira.

Essa discussão é apenas uma das realizadas durante a organização do evento e é relevante, à medida que as repostas aquela pergunta permitirão compor a programação do ritual executado na Praça, tais repostas são encontradas no trabalho diário das equipes, ou no que chamo de Eventos Ordinários. No item a seguir procuro elucidar melhor tais fazeres diários para a execução do rito, bem como dos Eventos Extraordinários.

6.3 ORGANIZAÇÃO DO RITO: A CRL

Entendo que observar as atividades desenvolvidas na Câmara Rio-Grandense do Livro é como acompanhar o trabalho dos mestres de cerimônias do ritual. Ritos simples, via de regra, demandam dos seus mestres de cerimônias um tempo menor de dedicação a sua organização, todavia, ritos complexos e que envolvem toda a sociedade na sua execução, acabam por exigir mestres de cerimônias permanentes, que se dediquem quase que

exclusivamente a sua organização. Isso é o que ocorre com a Feira do Livro de Porto Alegre e com a entidade CRL, ou seja, a entidade que congrega os mestres de cerimônias.

As atividades desenvolvidas por esta entidade, relacionadas ao ritual, são realizadas, em sua maioria, no que chamo de tempo comum, ou seja, no período que antecede e sucede as edições da Feira. Durante esse tempo, existem tarefas que compõem um cotidiano, ou seja, os Eventos Ordinários, contudo, durante esse tempo ocorrem também alguns eventos críticos (PEIRANO, 2001), que são realizados tendo como objetivo a preparação para o ritual, a esses eventos, chamo de Eventos Extraordinários.

Exemplos desses Eventos Extraordinários são: reuniões com a imprensa, divulgação do nome do Patrono, sorteio das barracas, reuniões de avaliação da Feira e treinamento dos funcionários que trabalham nas bancas da Feira do Livro. Participei de todos os eventos aqui citados e os dados coletados nessas observações levantam várias análises, por isso no item que segue considero relevante relatá-los.

6.3.1 Eventos Extraordinários

Por duas vezes, para coletar os dados para a pesquisa em época de não Feira, me encaminhei para a Praça da Alfândega, isso porque, os Eventos Restritos que reuniam a CRL e a imprensa aconteciam no Bistrô do Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS).

O primeiro desses encontros ocorreu no início do mês de agosto de 2005. Foi uma reunião, à tarde, que congregou jornalistas dos diferentes meios de comunicação com a comissão executiva, representada pelo presidente, Walter da Silveira, a Joana e a Sophia, além deles, estavam também a Viviane, coordenadora da Pauta assessoria, empresa que presta assessoria à CRL.

O local escolhido para esse encontro que tinha como objetivo ouvir as expectativas dos representantes da imprensa quanto à 51ª Feira do Livro revela similitudes com os Eventos que ocorrem na Feira e que são Eventos Restritos.

O Bistrô não fechou suas portas, mas separou uma mesa para os convidados da CRL que, durante a reunião, eram servidos de sorvete de creme com cobertura de chocolate e café expresso.

Foi uma reunião que durou aproximadamente uma hora e que serviu mais para divulgar os preparativos para a festa do que para ouvir as expectativas dos jornalistas e repórteres que estavam presentes. Contudo, dois fatos foram mencionados pelos participantes desse evento, quais sejam: a passagem da Área Infantil para o Cais e o pedido de antecipação do horário de abertura da Feira. Os representantes dos veículos de comunicação televisivos diziam ter a necessidade de veicular nos jornais do horário do meio-dia, reportagens ao vivo da Feira, com a abertura sendo às 13 horas, isso se tornava inviável. Assim, os jornalistas destacaram dois pontos importantes para discussão e que irei analisá-los melhor no item 7.1, quais sejam: a relação da Feira com a Praça e a abertura desta festa na parte da manhã.

A segunda reunião que ocorreu com a imprensa, no dia 13 de outubro de 2005, isto é, às vésperas da Feira, teve como objetivo anunciar oficialmente o nome do Patrono da 51ª edição do evento. Este anúncio foi realizado em um café da manhã no Bistrô do MARGS. Todo o bistrô foi preparado apenas para esse Evento Extraordinário, que contou com a presença da comissão executiva, com os representantes da imprensa, com representantes das empresas patrocinadoras, bem como com os patronáveis, ou seja, com as pessoas indicadas a ocupar o cargo de Patrono da edição.

Após todos os convidados terem tomado café da manhã, o presidente da CRL, fez o anúncio oficial do Patrono que então fez um discurso e recebeu das mãos do patrono da edição anterior um troféu, este símbolo é oferecido a todos os patronos, indicando sua nova condição.

Esses dois Eventos Extraordinários evidenciam a importância de pelo menos dois atores que participam ativamente do ritual Feira do Livro, quais sejam: a imprensa e o Patrono. Ambos serão discutidos futuramente de forma mais específica. Deste modo, observo que estes atores que compõem a festa são considerados atores de relevância pela CRL para a Feira, tanto que quando necessário uma interlocução entre a instituição e aqueles, essa ocorre em Eventos Extraordinários.

Diferente dos dois eventos relatados anteriormente, tanto a assembléia dos associados para o sorteio da localização das barracas na praça, quanto a palestra de treinamento motivacional dos funcionários ocorreu no teatro da Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ). Já o Repensando a Feira, reunião de avaliação, ocorreu no Teatro do Centro Cultural Érico Veríssimo. Nesses três eventos não houve o mesmo *glamour* dos eventos com a imprensa, nem o cardápio foi igual. Aos associados, na assembléia e nas reuniões de avaliação, foi

colocado à disposição, sobre uma mesa, térmicas com café, algumas bolachas e água mineral. Aos funcionários, na reunião motivacional, não foi servido nem ao menos água.

Novamente, esses Eventos trazem à discussão a questão da comensalidade, deste modo, a análise do Ritual Feira do Livro, vem ao encontro das considerações de DaMatta (2004, p. 30) acerca da importância cultural da comida como um foco de sociabilidade básica para a sociedade brasileira. Todavia, no caso dos Eventos Extraordinários que reuniam a Câmara e seus associados, o alimento que estava sendo posto à disposição tinha apenas a função de propiciar momentos de socialização, tendo em vista que não poderiam ser comparado ao banquete servido no café da manhã, quando da divulgação do nome do Patrono, tão pouco com os canapés e champanhes servidos nos Eventos Restritos da Feira, este sim, além de cumprir a função de símbolo de socialização também prestava a distinção do grupo que o consome, conforme as considerações de Bourdieu (s/d) da distinção pelo bom gosto.

Assim, explica-se a razão de não ter necessidade de maiores gastos com os associados, e além disso, eles são os maiores interessados em diminuir o orçamento com cardápios requintados. Porém, houve reclamações de alguns membros da associação que não compreendem que todos os gastos com eles são pagos com valores oriundos das verbas da instituição, ou seja, estariam eles bancando as próprias regalias, não tendo, portanto nenhum ganho específico com isso. A reclamação revela que os associados não se sentem parte da associação, de um grupo com interesses em comum. Muitos deles acreditam que a CRL é uma entidade que, simplesmente, organiza a Feira e não representa o grupo de empresários do setor livreiro. Segundo um dos informantes:

Eu não sei é, ela é a entidade que nos representa, mas o maior contato que temos com ela é na própria feira. [...] Então, é, eu acho que ela existe mais em função da própria feira do que para nos representar (Gilmar – Ventura).

A colocação desse informante é resultado da pouca relação que ocorre entre a cúpula da associação e seus membros. Durante o tempo em que estive realizando a pesquisa, ou seja, de outubro de 2004 a novembro de 2005, ocorreram apenas três encontros entre a presidência da entidade e os associados, foram essas: as duas reuniões de avaliação da 50ª edição da Feira e a assembléia, nessa ocorreu, dentre outras coisas o sorteio da localização das barracas, ou seja, foram realmente atividades ligadas à realização da Feira do Livro.

Isso frustra as expectativas de alguns associados que gostariam de ver a entidade desenvolvendo atividades que extrapolem as questões relativas à Feira do Livro. Segundo um associado:

Inclusive na ocasião que eu fui tesoureiro eu lutei para a Câmara do Livro ter uma sede social, fazer do tipo uma olimpíada, um tornei de bocha, aglutinar esse pessoal, futebol, um vôlei, fazer livraria contra livraria, tal, isso aqui. Interior *versus* capital. Pra tu juntar, pra tu, pra unir mais o livreiro. Hoje por 200 mil tu compra uma sede espetacular. Então, o próximo presidente, eu vou fazer força pra colocar um que pense assim. Pra unir não só para cobrar (Senhor Ivo – Martins Livreiro).

Contudo, o próprio informante esclarece que isso seria difícil de acontecer, em virtude da “classe dos livreiros é muito desunido. Se um puder tirar o fígado do outro, tranqüilo. É muito desunido” (Senhor Ivo – Martins Livreiro).

Entretanto, as reclamações dos associados não recaem apenas sobre a não representatividade dos interesses dos livreiros pela entidade, mas também na falta de informação e na forma que os associados são atendidos na sede da associação. Antes do início da assembléia, uma associada que soube da realização da pesquisa me procurou para relatar a forma como foi atendida por um funcionário da Câmara. Ela menciona que ao telefonar para a instituição, a pessoa que atendeu ao telefone não sabia sanar suas dúvidas e, além disso, a havia tratado ironicamente. Essa associada salienta: “nós pagamos o salário dele, se não fosse pelos livreiros não teria CRL, ele não estaria trabalhando lá, o mínimo era nos tratar bem”.

A atual diretoria reconhece esses problemas e tem procurado melhorar o atendimento ao associado, para tanto passou a colocar na página da Câmara na Internet todas as informações e novidades que ocorrem na entidade. Esse espaço é atualizado semanalmente, além disso, uma recepcionista foi contratada para atender aos associados e a ela foi pedido que procurasse não deixar o associado esperando na linha, tentando atender, o mais rapidamente possível, a demanda dos mesmos.

Além disso, a diretoria menciona que nunca houve um trabalho tão focado nas necessidades dos livreiros como o que vem ocorrendo nos últimos anos. A Sophia relata que, por pressão das associações do setor livreiro, da Câmara Brasileira do Livro e da Câmara Rio-Grandense do Livro, foi aprovada a lei de desoneração fiscal do livro no Brasil, assim empresas que trabalham com a produção, distribuição e venda de livros fica isenta de pagar alguns impostos. Contudo, a maioria dos associados da CRL acaba não se beneficiando dessa isenção devido o baixo valor recolhido. Com isso, eles têm a impressão de que a entidade não trabalha por eles. Além disso, aquela informante salienta ainda que foi o atual presidente da Câmara que “aprendeu o caminho para Brasília”, segundo ela, uma feira do porte da Feira do Livro não pode deixar de contar com o apoio do governo federal, e o “Walter está fazendo isso, batendo de gabinete em gabinete para divulgar a Feira e captar apoio, desse modo todo o

setor livreiro gaúcho é beneficiado”, ou seja, é o presidente da entidade capitaneando apoio junto aos “homens de poder”.

Portanto, esses Eventos Extraordinários que colocam a diretoria da entidade defronte seus membros, revela que há no setor expectativas diferentes quanto ao trabalho da CRL, porém, os próprios associados, quando possuem a oportunidade de reivindicar a organização de outras propostas e projetos pela CRL, acabam por permanecer quietos, optando por discutir apenas assuntos pertinentes à Feira. Pois para alguns deles: “já é um grande negócio (organizar a Feira), lógico. Com um orçamento desses, né?” (Proprietário da Editora Anilus).

Vale ressaltar que apesar das reivindicações e reclamações feitas pelos associados acerca das atividades da CRL, o diretor Walter da Silveira, foi reeleito no final do ano de 2005, estará, portanto, nos dois próximos anos à frente da instituição.

Constatar que o encontro entre a cúpula da entidade e seus associados pode ser entendido como um Evento Extraordinário corrobora as percepções dos associados de que os mesmos, por vezes, não fazem parte ativa da instituição e por sentirem-se como visitas, gostariam de ser melhor recepcionados.

Se aos associados foi servido café, bolacha e água, aos funcionários foi apenas dado um show motivacional com uma palestrante reconhecida nacionalmente. O objetivo do treinamento motivacional dado aos funcionários foi de colocá-los no clima da Feira, um clima que deve unir trabalho e festa, pois somente assim, eles poderão atender bem aos clientes mesmo estando trabalhando além do tempo normal de expediente, sob as diferentes condições climáticas, sem um local apropriado para a realização de suas necessidades básicas e sem esboçar qualquer tipo de reclamação, pois tudo que é feito na Feira, deve ser realizado com prazer.

Buscando alcançar esse objetivo, a palestra foi conduzida pela ministrante de modo que em um primeiro momento, os funcionários são convidados a pensar em como seria ruim se eles não tivessem mais tempo para serem felizes, depois, são convidados a refletir acerca do privilégio que eles têm em serem vendedores de livros, ou seja, serem quase “semeadores do saber” (Palestrante) e, por último, eles são convidados a executar a dança do urso, uma série de movimentos corporais que culmina com um grande abraço no colega ao lado. Nesse clima de danças e brincadeiras, a palestrante finalizou mencionando a importância de dar valor ao trabalho diário e de fazer dele uma grande festa, não deixando que as coisas mesquinhas da vida acabem com a alegria e o prazer de trabalhar. Dentre as coisas

mesquinhas da vida que a palestrante lista, estão: a sobrecarga de trabalho, os baixos salários e o chefe controlador.

Com isso, é fácil de compreender porque nem água foi posta à disposição dos funcionários: eles precisam entrar no clima da Feira: muito trabalho, pouco descanso e nenhuma reclamação. Ao relacionar os dados coletados neste Evento Extraordinário e as entrevistas realizadas com os funcionários durante a Feira, considero que ele alcança seu objetivo, pois, apesar de algumas reclamações, a maioria dos funcionários sentem muito prazer em estar trabalhando na Feira do Livro e a frase mais repetida entre eles é: “a Feira do Livro é legal, é meio estressante, mas é legal”.

Corroborando com as colocações anteriores, um informante menciona em sua entrevista:

É muito gratificante, apesar de ser muito cansativo, ficamos hora e horas aqui na Feira em uma atividade muito intensa, mas trabalhar com o livro é muito gratificante. Apenas esse detalhe já compensa os outros, não que seriam negativos, mas assim, seriam, teriam algumas desvantagens, às vezes as pessoas, nas barracas, ficam com alguma necessidade fisiológica e tem que retarda até o máximo para então poder sair do seu trabalho. Essa seria uma desvantagem, mas também a única. É superável (Gilmar – Funcionário da Ventura).

Para os funcionários, trabalhar na Feira é uma festa não somente por estar tendo contato com o livro, mas por terem a oportunidade de entrar em contato com as mais variadas pessoas, que segundo eles são mais cultos, como também por poderem reencontrar velhos amigos que vão à Feira. Com isso, estar na Praça é sinônimo de afastar-se do cotidiano de trabalho no que concerne ao ambiente e ao público atendido, porque no restante, o ritual Feira do Livro apenas corrobora as hierarquias existente entre livreiros e seus funcionários e entre esses e o público considerado hierarquizado, nesse sentido, a festa do Livro em Porto Alegre, é o oposto ao Carnaval estudado por DaMatta (2004).

Para esse autor, o carnaval é um ritual de reversão, que rompe com as hierarquias e com as regras, sendo que as fantasias são os símbolos que permitem o exagero e a troca de posições. Na Feira, as regras e as hierarquias são bem definidas e o uniforme usado pela comissão organizadores, monitores e vendedores demarca o lugar de cada um, fazendo, portanto o contraponto com as fantasias carnavalescas.

Vale ressaltar que, é nesse ritual de ordem que os funcionários sentem prazer de trabalhar, tendo em vista, a importância do mesmo para os porto-alegrenses que circulam pela Praça. Nesse sentido, Fabiana, funcionária da Editora Anilus menciona:

É legal, é meio estressante assim, porque a gente pega sol, chuva, vento, mas é ela, como eu te disse, eu encontro várias pessoas que eu não via há um tempão. Que

passa por aqui. Eu já disse pra minhas amigas, se quiserem me achar, minha casa é na Feira do Livro. Eu vou estar mais tempo lá do que em casa. É bom, eu gosto dessa movimentação.

Juliane, colega de Fabiana, acrescenta ainda:

É ótimo. Porque eu até comentei o ano passado, foi o melhor trabalho que eu já tive, porque são outras pessoas, são pessoas com um nível cultural maior, né? É melhor de trabalhar. Embora a gente dê muita informação, porque a nossa editora, não mais livraria, daí às vezes cansa. Cansa também esse negócio da periodicidade, é muito seguido.

Essas falas demonstram que o Evento Extraordinário que ocorre com os funcionários antes do início da Feira procura intensificar o sentimento de privilégio de ser atendente das barracas na festa do Livro, pois apesar das intempéries e da falta de infra-estrutura, essas pessoas podem vivenciar durante 17 dias o clima de festividade na praça, sendo um dos protagonistas desse encontro.

Esses Eventos Extraordinários são apenas algumas das atividades desenvolvidas pela CRL, na maioria do tempo, eles estão envolvidos com a preparação da programação cultural e com o cumprimento das regras estabelecidas no estatuto da Feira. Para esclarecer melhor quais são essas atividades, o item a seguir, apresentará algumas discussões levantadas a partir da observação do trabalho diário da Produção 01 e da Produção 02.

6.3.1 Eventos Ordinários

Eventos ordinários compreendem os afazeres realizados pelos membros das Produções 01 e 02 cotidianamente sendo que são esses que, normalmente, garantem a realização da Feira. A atividade diária dessas equipes é composta por dois processos, um de criação e outro de operacionalização.

A criação está presente no momento da organização dos eventos paralelos. Para organizar uma mesa redonda, por exemplo, os membros das equipes precisam pensar em um tema, nas pessoas aptas a discutirem o assunto e em um nome propício para a atividade. Após elaborarem esse processo de criação é necessário passar para o segundo processo, isto é, o de operacionalização. Nessa etapa, é preciso entrar em contato com as pessoas escolhidas, conciliar agendas, montar pastas para arquivar todos os contatos realizados entre os convidados e a equipe organizadora, atualizar tabelas de cachês, de passagens aéreas e de hospedagem, para assim poder distribuir cada um dos benefícios aos convidados. Além disso, na Produção 02, é necessário também receber as inscrições para as atividades que são

agendadas antes do início da Feira, controlar a capacidade máxima de cada atividade e reenviar às escolas o aceite ou não deste agendamento.

Na 51ª edição da Feira, foram escolhidos alguns temas centrais para facilitar o processo criativo, assim, grande parte das atividades paralelas que ocorreram na Área Geral e algumas da Área Internacional e da Área Infantil e Juvenil, estavam relacionados com as seguintes efemérides: os 400 anos da primeira edição de Don Quixote, de Cervantes; o centenário de nascimento do escritor e pensador francês Jean Paul Sartre; o centenário de morte de Júlio Verner; o bicentenário de nascimento de Andersen e o centenário de nascimento do escritor gaúcho Érico Veríssimo.

Como já mencionei, observei o cotidiano das duas produções durante o período que compreendeu os meses de julho a outubro de 2005. As observações realizadas desses Eventos Ordinários permitiram perceber que a mesma distância que existe entre a cúpula da associação e os associados coexiste entre as duas produções.

Uma parede de vidro separa a sala da Produção 01 da sala da Produção 02. Apesar dessa suposta transparência entre os setores, é perceptível uma tentativa de manter em segredo o que está ocorrendo em uma das salas. Nesse mesmo vidro, que deveria facilitar a comunicação entre os membros das equipes, há um grande número de papéis colados, ou melhor, o calendário da Feira é fixado na parede para facilitar a visualização dos dias pelos assessores de Joana ao mesmo tempo em que dificulta o acesso visual da equipe 02 para a sala ao lado. Este é apenas um indício da dificuldade de comunicação entre as coordenadoras da Feira.

Apesar das duas produções terem públicos-alvos diferentes, acabam por possuir em suas programações alguns escritores e escritoras em comum, porém as atividades não são programadas em conjunto. Não há um diálogo claro entre as coordenadoras das duas salas e, por vezes, Sophia, coordenadora da Produção 02, menciona que se soubesse que Joana havia acertado um evento com determinado escritor, ela teria aproveitado a presença deste para organizar algo para o seu público. Com isso, esta coordenadora alerta para a aplicação das verbas da Feira, para ela, se um autor recebeu algum incentivo para vir à Feira, seu trabalho deve ser aproveitado o máximo possível, segundo Sophia, isso seria facilitado se as duas programações fossem montadas em parceria, fato que não ocorre.

Talvez isso não ocorra em virtude da coordenadora da Produção 01 acreditar que o trabalho que ela desenvolve seja uma tarefa mais complexa do que a desenvolvida por Sophia,

pois nas palavras da primeira: “A Sophia não tem um trabalho tão diversificado, pois ela tem públicos bem delimitados, já a Área Geral atende a todos”.

A percepção de que o trabalho realizado por Sophia é uma atividade de menor complexidade e, por via de consequência, de menor importância, reflete no espaço destinado a essa e também ao tamanho de sua equipe. A sala ocupada pela Produção 01 tem o dobro das dimensões da sala da Produção 02. Além disso, a equipe que trabalha sobre o comando de Joana é permanente a partir de maio, ficando os três assessores e a organizadora da programação cultural trabalhando diariamente sob sua vigilância, diferente da equipe da Sophia, onde as duas organizadoras da programação cultural, uma da Área Infantil e Juvenil e outra da Área Internacional, trabalham na CRL eventualmente, sendo que, em caráter permanente, a Coordenadora da Produção 02, possui apenas um assessor.

Voltando a discutir a dificuldade do trabalho conjunto entre as duas produções, observei que a mesma se tornou um problema para a Comissão Organizadora da Feira, tanto que para solucionar as divergências, foi contratada uma pessoa para reunir as programações.

Giovana, uma das assessoras de Joana na 50ª edição da Feira foi a pessoa responsável por reunir as informações acerca da programação paralela da 51ª edição organizada por ambos os setores em uma só planilha com o objetivo de tornar público para o restante da comissão organizadora da Feira, o que as produções estavam preparando. Com isso, ambas coordenadoras tomaram conhecimento dos autores e autoras que estavam sendo trazidos à Feira, de modo que para esta última edição, alguns primeiros trabalhos em parceria com as duas produções puderam ser ensaiados, mas de um modo um tanto compulsório.

Entretanto, segundo o depoimento da Coordenadora da Produção 02, o número de empréstimo de escritores de uma programação para a outra poderia ter sido bem maior. A impossibilidade de um aumento desse empréstimo reside no fato de que a programação das atividades para o público leitor, ou seja, da Área Geral, somente foi concluída dias antes do início da Feira, impossibilitando assim saber exatamente quais autores estariam em Porto Alegre na época de execução do ritual. Um outro fator impossibilitou o desenvolvimento de atividades conjuntas, qual seja: a diferença do perfil gerencial das coordenadoras. A partir dessa consideração, analiso, nos sub-itens a seguir, alguns dados coletados a partir da observação dos Eventos Ordinários, dados que permitiram perceber a diferença na forma de gerenciar as equipes que organizam o rito Feira do Livro.

6.3.1.1 A burocracia como característica gerencial da Produção 01

Na primeira vez que estive na CRL, no meu retorno a campo, Eliana, a arquivista, resume, no entender dela, o perfil gerencial de Sophia e Joana. Para aquela: “tudo que você precisar fale com a Sophia, ela é quem sabe de tudo, ela gosta de centralizar as coisas, ela é meio centralizadora. Já a Joana, ela é burocrática”.

Essa colocação de Eliana foi corroborada por Sophia, minutos mais tarde, naquele mesmo dia, pois conforme já relatado, a Joana não quis permitir a realização da pesquisa no setor dela sem antes documentar a proposta em um e-mail a ser encaminhado ao Sr. Walter, presidente da CRL. Ao saber desse fato, Sophia comenta comigo: “Para mim não precisa fazer essa burocracia. Eu já aceitei a pesquisa na minha sala, faça as burocracias somente com a Joana”.

Tomando como referência as considerações de Prestes Motta (1981) de que burocracia é sinônimo de poder, controle e alienação, posso concordar com essa categorização dada pelos colegas de Joana a ela.

Prestes Motta (1981), tece suas considerações no nível macro-social, o argumento do autor pode ser descrito, de forma sucinta, da seguinte maneira: burocracia é poder à medida que um grupo social passa a dominar os demais grupos, fazendo uso de organizações como o Estado, as empresas e as escolas. A burocracia é controle tendo em vista que ela estabelece, concretamente, relações de poder entre desiguais e; à medida que ocorre a fetichização da mercadoria, há uma depreciação do mundo do homem de modo que a burocracia aliena.

Para os colegas de Joana, a burocracia, no nível micro, pode ser entendida a partir das atitudes da coordenadora da Produção 01, pois segundo seus colegas e subordinados, ela é burocrata porque exerce poder sobre seus assessores, controla suas atividades e, devido manter várias informações sobre sigilo, acaba por tornar um trabalho criativo em um trabalho alienante, além disso, ela se submete ao poder de seus superiores, respeitando as hierarquias da instituição.

Durante minha estada na sala da Produção 01, observei Joana e suas assessoras desenvolvendo suas atividades diárias. A maneira que essas são realizadas evidencia o perfil gerencial da coordenadora. Joana é a última a dar início a seu dia de trabalho, o expediente inicia por volta das 9h. e 30min. nesse setor, todavia, a coordenadora não chega antes das 10h. e 30min., excetuando-se as quintas-feiras, dia em que a comissão organizadora da Feira se reúne ao meio-dia para discutir os preparativos do evento.

Isso evidencia sua relação de poder sobre suas assessoras que necessitam chegar à CRL para iniciar o trabalho antes das 10h. da manhã como também evidencia sua posição de subordinação à diretoria da Câmara, à medida que ela respeita o horário do expediente apenas quando a diretoria está presente na instituição.

Outra postura adotada pela coordenadora da Produção 01 denota o controle que ela exerce sobre seus colaboradores. Ela distribui as tarefas para cada um deles. Essa distribuição ocorre da seguinte maneira: eles relatam a ela o que está faltando executar, ela então divide essas tarefas e distribui para cada um deles. Em uma das vezes, ela chegou a dizer a cor da caneta que uma das assessoras deveria riscar a tarefa no *check-list* depois da mesma ter sido realizada.

A respeito disso, uma das assessoras dela reclama que os assessores da Produção 01 não possuem autonomia para nada, eles não podem nem realizar contato com os escritores se não receberem primeiro a permissão da coordenadora e que todas as sugestões dadas a esta, sofre modificações, pois somente assim “ela pode dizer que a idéia foi dela” (Suzana, assessora).

Um outro fato traz à tona a importância do exercício de poder nessa sala. Simone, outra assessora, aproveita minha presença neste local para transferir seu sentimento de subordinação, isto é, por estar sempre tendo que obedecer às ordens de sua superior e não ter ninguém como seu subordinado, ela passa a me dar ordens, sendo que depois disso menciona: “eu adoro ter em quem mandar”.

A falta de autonomia e a constante sensação de subordinação tornam o ambiente de trabalho menos descontraído, tanto que tenho anotado em meu diário de campo a colocação de uma das assessoras da Produção 01:

A assessora da Produção 01 me chamou e perguntou se seria hoje o dia em que eu iria observá-las. Respondi que sim. Ela mencionou que a Joana havia comentado e acrescentou: “só não reparar o mau-humor da equipe”. Além disso, ela menciona que sabe que deveria ser bem mais divertido observar a Sophia e o Renato, trabalhar com a Sophia, porque o pessoal da Produção 01 é chato, mesmo! Mas que não é nada pessoal, pois ela gosta de mim. Eles é que são sem graça. Então ela completa dizendo que se eu precisar de qualquer coisa é só pedir (Diário de Campo do dia 25/08/2005).

Depois dessa colocação, optei por não emitir nenhum juízo de valor acerca da observação da assessora, mas penso que um fator colabora para que ela pense que trabalhar com Sophia seja melhor, qual seja: a autonomia que esta dá a seus subordinados. Para elucidar melhor a forma de gerenciar a equipe da Produção 02, elaboro o subitem abaixo.

6.3.1.2 O trabalho na Produção 02

No início do item anterior, apresento a fala de Eliana que caracteriza a coordenadora da Produção 02 como uma pessoa que sabe tudo acerca da organização da Feira do Livro de Porto Alegre e sobre o funcionamento da CRL, sendo assim uma pessoa centralizadora. Os dados coletados, por meio das observações dos Eventos Ordinários dessa equipe, corroboram a afirmação da arquivista no que se refere ao conhecimento que a Sophia possui sobre a Feira do Livro e a entidade para qual presta serviços, por seu turno, os dados revelam que esse conhecimento não a torna uma pessoa centralizadora por reter informações, mas porque se torna referência, pois é a ela que a maioria das pessoas da CRL recorrem quando possuem alguma dúvida.

Deste modo, é possível considerar que o poder que essa mulher exerce em seu local de trabalho passa pelo seu saber, corroborando as colocações que Tragtenberg (2005, p. 21) faz ao mencionar que, a época em que vivemos, segue os princípios do filósofo Bacon de que “saber é poder”.

O saber de Sophia está simbolicamente representado pelo arquivo, pois é na pequena sala ocupada pela Produção 02 que ficam arquivados grande parte dos documentos relacionados às edições anteriores do evento. Portanto, as memórias arquivadas naquelas pastas remetem simbolicamente ao *know-how* dessa coordenadora que, além de compartilhar seu espaço de trabalho com os arquivos da CRL, ainda busca mantê-los organizados, pois foi dela a proposta de contratar uma profissional para organizar os documentos da entidade, tendo em vista que para ela, “a história de uma entidade e da Feira é o que vai permitir a perpetuação da mesma”.

Além disso, ela propõe que esses arquivos fossem levados ao conhecimento do público por meio de uma exposição que se realizaria na 51ª Edição da Feira, essa não ocorreu devido aos cortes realizados na programação do evento em virtude da aprovação parcial da Lei de Incentivo à Cultura do estado. A iniciativa de realizar uma exposição dos arquivos da Feira e a elaboração de um livro¹⁶ por essa coordenadora demonstram que ela consolida seu poder de mando por meio do seu conhecimento, entretanto, não pela retenção do mesmo, mas pela disseminação do saber.

¹⁶ A coordenadora da Produção 02 publicou, em 2000, com o apoio da CRL o livro Organização de Feiras de Livros.

O perfil gestor dessa coordenadora permite a criação da crença de que trabalhar na Produção 02 é “mais divertido” (Suzana – assessora da Produção 01). O depoimento dessa informante está baseado na concepção de que os assessores da Produção 02, o assessor de Sophia e as produtoras das atividades artísticas possuem maior autonomia.

Aos subordinados de Sophia são passadas as responsabilidades e supervisionados os resultados, à guisa de exemplo, o assessor de Sophia é responsável pela organização da programação do espaço Casa do Pensamento. Dessa forma, cabe a ele elaborar as atividades, entrar em contato com as pessoas, conciliar as agendas, etc., ou seja, cabe a ele efetuar tanto o processo de criação quanto o de operacionalização. Como ambos trabalham um em frente ao outro, eles acabam trocando muitas idéias, tanto ela sugere atividades quanto pede sugestões a ele.

No caso das produtoras das atividades artísticas, elas pouco estão presentes na CRL. Em uma das vezes que a produtora do palco da Área Infantil e Juvenil esteve na CRL, ela mostrou a programação para Sophia, que então alertou que seriam necessários alguns cortes, devido à aprovação parcial da Lei de Incentivo. A produtora começou a apresentar os possíveis cortes que faria, então a Coordenadora menciona que conhece o trabalho dela e que sabe que ela fará o melhor para a Feira, dando, desta forma, a autonomia para a mesma fazer os cortes necessários segundo seus critérios. Neste sentido, percebo que o controle nessa sala não se dá pela vigilância do *check-list*, mas pela confiança que a coordenadora deposita em seus assessores.

O *check-list* também está presente na Produção 02, mas cada um faz o seu e esse não é controlado pela coordenadora, com isso, o trabalho torna-se menos alienante e mais prazeroso. Por ser uma pessoa que delega as tarefas confiando na capacidade das pessoas de cumpri-las sem uma supervisão direta, Sophia é chamada por muitos de “a grande mãezona”.

Quando ela confia a alguém uma atividade e essa é desempenhada com eficiência, é estabelecido uma relação duradoura, à guisa de exemplo, a produtora cultural da Área Infantil e Juvenil trabalha há nove anos com Sophia. Assim a equipe de Sophia apenas se renova quando seus subordinados “alçam vãos maiores”.

Durante a observação dos Eventos Ordinários nessa sala, ouvi várias histórias de pessoas que começaram suas carreiras trabalhando na organização da Feira e esses, conforme adquiriam experiência e conhecimento, acabavam encontrando espaços mais profícuos para desenvolver seus trabalhos artísticos, por exemplo, houve um caso recente de uma assessora

de Sophia que trabalhou na organização da Feira e com isso fez contatos com pessoas do meio das ilustrações, com as quais, a ex-assessora e atual ilustradora, trabalha hodiernamente.

Esse não é um caso único, durante a 51ª edição da Feira, conheci vários monitores que estavam trabalhando no ritual tendo como objetivo a exposição de seus trabalhos. Assim, observei que para muitos iniciantes das áreas da literatura e das artes, a Feira do Livro é uma vitrine. Obviamente, há, também, aquelas pessoas que estão trabalhando na Feira por necessidades financeiras, entendendo esse evento como uma forma de aumentar a renda familiar.

Voltando as análises dos Eventos Ordinários, é válido mencionar que, além de organizar a Área Infantil e Juvenil e a Área Internacional, Sophia é também uma pessoa que planeja um futuro para a Feira, por isso ela anualmente redige um relatório de avaliação das edições da Feira, apresentando sugestões para os problemas que apareceram. Ela relata que há alguns anos defende a mudança da Área Infantil para o Cais, mas que somente na 50ª edição conseguiu transferi-la para a Avenida Sepúlveda. Nessa ocasião, ela escreveu um relatório onde previa os problemas que a Área teria ao ser instalada naquela avenida. Quem lê esse relatório acaba por verificar a visão pró-ativa da coordenadora que anteviu possíveis problemas posteriormente identificados e registrados no relatório oficial redigido ao final da Feira.

Há nove anos Sophia trabalha na organização da Feira, dois anos a menos que Joana. Quando começou a prestar serviços à CRL, ainda não havia a divisão da Feira, mas em virtude do trabalho da primeira na Área Internacional e na Área Infantil e Juvenil ela começa a ser reconhecida publicamente pelas contribuições realizadas para o crescimento do evento, tanto que na 51ª edição, a área da Feira mais elogiada pelos visitantes e jornalistas foi a que estava no Cais.

Além disso, a despeito do menor espaço ocupado por ela na sede da entidade e de ter uma equipe menor, ela passou a assinar o material de divulgação da Feira antes de todos os membros da Comissão Executiva. Assim, se na Revista da 50ª Edição da Feira o nome de Sophia aparece depois de todos os outros nomes da Comissão, pelo fato da lista ser em ordem alfabética, na Revista da 51ª Edição seu nome ocupa o primeiro lugar e sob sua responsabilidade encontram-se as Áreas Infantil e Juvenil e a Internacional, ganhando, portanto, destaque frente aos demais membros da Comissão Executiva.

Esse fato confirma o relatado pelo assessor dela: “A Sophia tem propostas excelentes para a melhoria da Feira, ela poderia brigar, bater o pé e fazer com que suas reivindicações fossem atendidas, mas como você fala, ela não briga, come pelas beiradas e firma seus espaços”.

Uma das grandes reivindicações que Sophia vinha fazendo era a respeito da expansão da Feira, mas como ela mesma menciona: “era preciso ter um presidente de coragem para retirar a Feira da Praça”. Sophia fala isso porque conhece a relação intrínseca que existe entre a Feira e a Praça no imaginário dos porto-alegrenses. Essa ligação entre o espaço e a festividade, para ser rompida, ou melhor, estendida, necessitou um esforço por parte da diretoria da CRL. Eles precisaram dar um sentido à expansão que ultrapassasse a questão prática da necessidade de mais espaço para a realização da Feira. No próximo capítulo apresento, dentre outras discussões, o significado dado à mudança de parte da Feira para o Cais e que permitiu a aceitação da expansão pela sociedade gaúcha.

7 AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

Segundo Geertz (1973) o homem é um animal simbólico, assim, suas ações são providas de sentido, de modo que o social é construído mediante o compartilhar ou não desses símbolos e significados. As organizações, por serem as instituições representativas da sociedade contemporânea (PRESTES MOTTA, 1981) não teria como se abster de significados em suas atividades, por mais que, comumente, o trabalho em seu interior seja alienante.

No caso da Feira do Livro de Porto Alegre, por se tratar de um ritual, ela está repleta de símbolos e significados, sendo que esses são compartilhados tanto pelas pessoas que organizam e gerenciam a festa, os “mestres de cerimônia” quanto pelas que participam do rito. Nesse sentido, as decisões administrativas referentes à Feira ficam submetida à concordância ou não do público que festeja o livro na Praça, sendo que essa aprovação ocorre mediante a atribuição de significados dados às decisões e mudanças ocorridas no evento.

Nos sub-itens a seguir, exemplifico algumas decisões realizadas pelos organizadores do Evento e os significados atribuídos a elas tanto pela comissão quanto pelos porto-alegrenses. Início apresentando a maneira como foi resolvido o problema de falta de espaço, tendo em vista que tanto o setor livreiro quanto o público que frequenta a Feira concordam que a Feira precisa expandir-se, mas não deve sair da Praça. Essas duas colocações geravam um problema para a comissão: como expandir ocupando o mesmo espaço?

7.1 O CENÁRIO: A PRAÇA E SUA RELAÇÃO COM A FEIRA

Quem passa pela Praça da Alfândega diariamente, começa a perceber nela algumas mudanças ainda no início do mês de outubro, quando então os artesãos que lá ficam durante todo o ano são transferidos para outro ponto deste ambiente e para as ruas adjacentes a fim de cederem espaço para a montagem das estruturas da Feira.

Estruturas Alamedas Principais

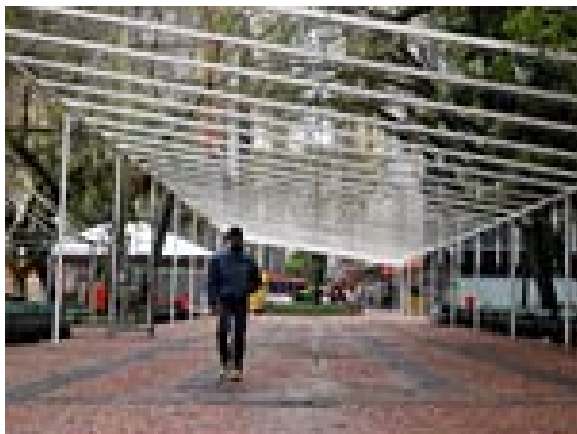


Figura 8: Estruturas Alamedas Principais

Fonte: Genaro Joner/Agência RBS

Estandes Oficiais do Evento



Figura 9: Estandes Oficiais do Evento

Fonte: Genaro Joner/Agência RBS

Estruturas Alamedas de Ligação



Figura 10: Estruturas Alamedas de Ligação

Fonte: Genaro Joner/Agência RBS

Com a retirada dos artesãos, uma grande equipe de montadores ocupa a praça, arma as estruturas metálicas que darão suporte a cobertura plástica e montam os estandes oficiais da Feira. Durante esse período da montagem, circulei pelo local e, além de conversar com alguns montadores, percebi a nova dinâmica que estava se instalando por lá. Contudo, apesar da Praça estar sendo reorganizada, alguns dos habitantes desse espaço ainda insistiam em permanecer nesse lócus, trata-se dos meninos e meninas de ruas e das prostitutas. Todavia, a partir do início do evento, algumas ações são feitas para tornar essas pessoas o mais imperceptíveis possível.

Ademais, as flores dos Jacarandás que, nessa época do ano, cobrem o chão da praça, começam a cair sobre a cobertura transparente, que até o final do evento, vai estar toda lilás em decorrência da queda das flores.

Conforme as estruturas vão ficando prontas, o material de divulgação começa a ser colocado na praça e os associados recebem a permissão para montarem suas barracas nos locais previamente escolhidos. Quando as barracas são armadas, a festa está quase em seu início, falta apenas o objeto principal desse evento, o livro, ocupar os espaços vazios. Essa ocupação começa a ser feita a partir da quarta-feira que antecede o dia da abertura oficial da Feira, e as pessoas que passam por entre as barracas já montadas, durante esses dias, podem observar as caixas de livros serem abertas e a organização ganhar forma.

As caixas na Praça



Figura 11: As caixas na Praça

Fonte: Autora deste trabalho

Organizando os livros



Figura 12: Organizando os livros

Fonte: Autora deste trabalho

Após a colocação dos Livros nas barracas, faltam poucos detalhes para o cenário onde ocorre, há mais de meio século, a Feira do Livro de Porto Alegre, esteja completamente pronto.

A Praça da Alfândega abriga a Feira desde sua primeira edição e segundo Derosso (2000, p. 21) um dos motivos da consolidação da Feira é a sua realização ter sido sempre em um mesmo local, para a autora, a escolha deste lócus não guarda nenhum segredo, uma vez que a beleza da praça “enfeitiça e estimula até hoje a qualquer um que por ali passa”. Concordo com a autora quanto à beleza da Praça, mas penso que além desse motivo haja outros que justifiquem a escolha desse local para a realização dessa Festa.

O objetivo principal para a realização da 1ª Feira do Livro era democratizar o acesso deste objeto, tendo em vista que os locais onde eles eram comercializados eram considerados elitizados. Para isso, os idealizadores escolheram uma praça, mas essa não era um lugar qualquer, pois em meados dos anos de 1950, a Praça da Alfândega era um local onde os porto-alegrenses se encontravam para passear, tomar um café ou ainda esperar pelo início da

sessão de cinema no Cine Guarani, deste modo, a escolha desta se deu pelo fato dela ser um espaço que reunia uma parte da sociedade considerada intelectualizada da cidade.

Assim, a escolha desse espaço para a realização da Feira encontra razão de ser à medida que:

[...] o espaço não é somente uma área geográfica, sendo também uma forma de relação com os objetos estruturados numa cultura e, sobretudo, numa rede relacional de representações coletivas que permite aos membros de uma mesma coletividade conceder significados, geralmente reconhecidos, a elementos e características de seu espaço (D'ADESKY, 1997, p. 307).

Portanto, os idealizadores da primeira Feira do Livro de Porto Alegre buscaram democratizar o acesso ao livro, procurando não levá-lo para locais onde a ele não seria atribuído significado. O público não leitor, por sua vez, vem à Praça porque a mesma “é um palco e por vocação um espaço convocatório. Onde podem acontecer coisas. Vocação para agregar pessoas, vocação para o social” (Oficina do livro) ou conforme D'Adesky (1997, p. 307) demonstra, as praças manifestam simbolicamente um corte social entre os que detêm o poder e os que estão excluídos, de modo que a população não leitora, ao identificar a Praça da Alfândega como um reduto do livro e, por conseqüência, da cultura, a invade, pois ela representa um espaço valorizado da cidade e estar nesse espaço ajuda a firmar um sentimento de pertença junto aos que detêm poder.

Desta forma, essa escolha foi acertada, à medida que a Praça como local de socialização recebeu a Feira e, conforme, essa foi adquirindo significado para os porto-alegrenses, ajudou a consolidar o espaço como reduto cultural da cidade, tanto que atualmente, os participantes do ritual não imaginam uma sem a outra, conforme depoimentos abaixo:

Me lembro, uma vez, lá em São Paulo, que eu consegui uma foto, o pessoal não conhecia muito a Feira do Livro, e eu conheci através de um livro que a gente tem na editora, tinha uma foto da Praça da Alfândega, com os jacarandás em flor, as barraquinhas, “tá aqui óh, é isso aqui a nossa Feira”, e era o orgulho de mostrar aquela paisagem bonita, aquela coisa tão, eu acho que é isso que, é disso que a gente gosta, não precisa ser tímido demais, mas também não precisa ser mega demais. Não, não pode sair da praça! Sem dúvida, sem dúvida, não, não vão mesmo tirá-la daqui (Beatriz – editora da UFRGS)

Eu gosto de passear na Feira. Acho bonita a Praça. (Visitante)

Eu acho que ela não pode sair da praça, porque as pessoas em ambientes fechados tentam assumir convenções que não tem na praça. Então o pessoal vem de bermuda, chinelo de dedo, camiseta e, eu acho que tudo isto é charme e vigor da feira. (Escritor Tao Golim)

Porque é o espírito da Praça no começo da primavera. É muito bonito, né? Poder passar pela praça, pode nem comprar nada, mas poder passar pelo livro e ver se precisar pagar nada para entrar. E os livros estão ali. Então é assim e depois da

cobertura então, que ela tá coberta que pode vir chuva e atrapalha menos também.
(Proprietário da Anilus)

Esses depoimentos evidenciam a relação intrínseca entre Feira e Praça para os entrevistados. Além da beleza da última, referenciada sempre pela presença das flores de Jacarandás, o fato de ser uma praça permite aos visitantes a sensação de que é possível ir à Feira como quem vai a uma caminhada de fim-de-semana, ou seja, despido das roupas diárias de trabalho, rompendo com o cotidiano, e usando veste que remete ao descanso, por sua confortabilidade. Assim, a Feira torna-se uma festa que não exige traje de gala e, por isso, acessível a todos. Contudo, vale lembrar que, tendo como referência o fato acontecido no Santander Cultural, a roupa pode ser simples e confortável, mas para os visitantes saírem da praça e circularem pelos prédios culturais, as vestes não podem ser *kitch*, uma vez que elas exprimem uma mensagem e ao comunicar acabam por ser um elemento classificatório, permitindo discriminações.

A barraca e os Jacarandás



Figura 13: A Barraca e os Jacarandás

Fonte: Jornal Correio do Povo

Um outro ponto que ainda pode ser observado nesses depoimentos é a relação Praça/Gratuidade. A Praça por ser um local aberto e público dificulta qualquer forma de cobrança ou de controle de entrada e saída das pessoas, assim a sensação de que ao ser pública pertence a todos, permite a crença de que a qualquer um é dado o direito de poder circular por entre as barracas, olhar e pegar os livros, mesmo sem condições financeiras para efetuar uma compra, corroborando assim a intenção primeira da Feira, ou seja, aproximar o livro de quem não entra em uma livraria, como relata a responsável pela Editora da UFRGS:

[...] esta coisa assim, o livro tá na Praça, da pessoa comum passar por aqui, aquela que não frequenta uma biblioteca, que não frequenta uma livraria, é um momento dela tá junto com o livro. Eu acho que isto é que é o mágico da Feira do Livro de Porto Alegre [...] (Beatriz – Editora da UFRGS)

Entretanto, vale destacar que algumas pessoas que ocupam a Praça durante o ano somente são bem-vindas a Feira ao se tornarem “socialmente aceitáveis”, nesse sentido, o Xerife destaca:

Não tenho mais problemas com elas (as prostitutas). Eu já disse o que eu gosto e do que não gosto. Elas queriam invadir as coisas todas por aí. A primeira coisa que elas faziam era ameaçar tirar a roupa na frente do público. [...] “Mas tu tá pensando o quê? Ou vocês vão no meu caminho ou eu vou explodir”. [...] E com os meninos de rua, nós temos o projeto que dá tudo pra eles. Banho, dá tudo.

Como os problemas ocorridos com os habitantes da Praça são resolvidos nos bastidores do evento, é unanimidade entre os visitantes, expositores e escritores que entrevistei a permanência da Feira na Praça. Alguns deles enfatizam sua posição veementemente. Como foi o caso do Proprietário da Editora Anilus:

Olha tem uma coisa que eu sou inteiramente contra e como eu te falei antes e volto a insistir, não sair dessa Praça. De jeito nenhum em hipótese nenhuma eu queria morrer sem ver a Feira sair dessa Praça. (Proprietário da Anilus)

Contudo, o próprio informante relata:

Tende a crescer. É um movimento sem volta não tem como retornar. Tende mais é crescer, ainda mais depois dessa feira. Ela cresceu bastante, [...] E tá mais bonita também. Não tem volta. [...] Todo o ano aumenta o espaço da Feira do Livro e sempre tem gente querendo participar da Feira do Livro. Esse ano parece que são 150 expositores. Quando era 100 já era apertada, por isso que querem passa para o Porto, a Feira, por causa do espaço mesmo. Mas né?

Outros informantes corroboram a colocação dele, mencionando:

Eu acho que a tendência é crescer. Eu acho que o limite dela é a própria praça, aqui. (Guilherme – Beco dos Livros)

O futuro? Acho que ela continua. Não tem como acabar de uma hora pra outra. A tendência é crescer, só que eu acho que o espaço físico pra ela aqui na Praça tá se tornando pequeno. Não sei como vão fazer isso [...]. (Sr. José - Artesão)

Nesse sentido, o desejo de que a Feira continue crescendo sem sair da Praça cria um problema para a Comissão Organizadora da Feira. E deste modo, eles precisam responder a pergunta: como expandir ocupando o mesmo espaço, sem, contudo, frustrar os anseios dos frequentadores e expositores da Feira?

Na 50ª edição eles começaram a expansão tomando o caminho rumo ao Rio Guaíba, ocupando assim a Avenida Sepúlveda (Anexo L), e na 51ª Edição a Feira ocupou o Cais do Porto (Anexo M). Deste modo, a expansão da Feira foi resolvida, entretanto a escolha de ir ao encontro do estuário da cidade não foi uma decisão fortuita, ela foi tomada por acreditar que tanto o Cais do Porto quanto a Praça da Alfândega estão intrinsecamente relacionadas e, portanto, mesmo com a expansão a Feira não estaria saindo do seu local de origem.

No sub-item a seguir, apresentarei essa relação entre a Praça e o Cais que justifica a expansão da Feira para aquele espaço sem que a mesma perca o significado para os porto-alegrenses.

7.1.1 A Expansão da Feira: da Praça ao Cais

Todo o texto que busca explicar as origens de Porto Alegre apresenta algo similar à colocação de Mauch (1992, p. 31), para ela:

As origens de Porto Alegre remontam a meados do século XVIII, quando uma pequena povoação começa a se instalar na área então conhecida como Porto de Viamão, um promontório que avança sobre as águas de um lago que ficou tradicionalmente conhecido como Rio Guaíba.

Macedo (1973) menciona ainda que tudo começou quando casais açorianos alocaram-se as margens de um rio, por ser este local destinado a uso público, bem como pela facilidade de pesca e navegação. Assim, o processo de ocupação está ligado ao Guaíba, um porto natural que permitiu a atividade comercial e que teve um papel relevante na organização do espaço na cidade (MAUCH, 1992), de modo que, com o passar do tempo, alguns redutos de comercialização começaram a se formar, tais como o Largo da Quitanda, onde se vendiam, nas barracas dispostas desordenadamente, laranjas, amendoins, carnes secas, molho de lenha e hortaliças (FERREIRA, 1940). Esse largo que viria a ser a Praça do Comércio e depois a Praça da Alfândega não era, segundo Ferreira (1940) a praça mais bela, era, porém a mais movimentada.

Para ali se dirigiam, quase sem sentir e muitas vezes sem razão, todas as pernas infantígeis do burgo. Gente que saía apressada das lojas da rua da Praia, gente que descia a rua da Ladeira, gente que vinha do porto, gente que parecia cair, por milagre, dos próprios galhos das árvores: - homens, mulheres, crianças, [...], brancos, pretos, mulatos – a cidade inteira. À noite, o movimento serenava um pouco. Mas ainda assim, a Praça da Alfândega continuava sendo o lugar procurado pelos grupos comentadores dos acontecimentos de sensação, o local por excelência para o passeio higiênico depois da ceia, o ponto agradável onde a população ia dar os seus dois dedos de seca até a hora de recolher (FERREIRA, 1940, p. 27-8)

E assim, a cidade que crescia espremida pelo Guaíba (MAUCH, 1992), tinha a suas margens a Praça da Alfândega, o principal espaço de comércio e de socialização da cidade.

Com o objetivo de modernizar a cidade, já no século XX, o Plano de Melhoramentos de Renato Moreira Maciel propunha os aterros na área do porto, cujo cais já estava em construção, assim, as margens do Rio são afastadas da Praça da Alfândega.

Não obstante, os porto-alegrenses não deixaram de freqüentar a Praça, afinal são quase dois milhões de pessoas que anualmente vão até o local em época de Feira, tampouco, deixaram de apreciar o Guaíba, entretanto elegeram um outro local para o passeio vespertino às margens do lago que banha a cidade, o Gasômetro. E essa íntima relação entre os moradores da capital do Rio Grande do Sul e as águas do estuário é revelada em seus cartões postais, com os seus indescritíveis pores-do-sol. Deste modo, o porto-alegrense mantém viva a sua relação com a sua gênese.

Tal relação foi o que propiciou a respostas a pergunta feita no item anterior, qual seja: como expandir a Feira sem tirá-la da Praça?

Para os organizadores da 51ª edição da Feira do Livro a Praça possui um vínculo de origem com o Rio, tendo em vista que ela nasceu a partir das relações comerciais e de socialização que ocorriam às suas margens, entretanto, na busca pela modernização da cidade, ambos, Rio e Praça, foram separados pelos aterros que permitiram a construção das Avenidas Siqueira Campos e Mauá. Em virtude disso, a cidade devia a si o reencontro entre esses dois locais que foram o berço de criação de Porto Alegre. Para saldar essa dívida, a Feira expande suas atividades até o Cais do Porto e, portanto, une simbolicamente um local ao outro, de modo que esse ritual estaria devolvendo aos porto-alegrenses, o Guaíba, seu porto e seu Cais.

Assim, nas palavras do Presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro em um pronunciamento à imprensa realizado no Bistrô do Museu de Artes do Rio Grande do Sul:

A Praça e o Rio são uma só coisa, e foi por ser assim que a cidade de Porto Alegre se desenvolveu. O Rio era a entrada da cidade e a Praça o local da recepção. O local onde a cidade começou a nascer economicamente, por isso, Praça da Alfândega. Mas, no anseio do crescimento, o homem invadiu o Rio e o separou de vez da Praça. Agora, a Praça vai reencontrar o Rio e quem vai possibilitar esse encontro, ou seja, ser o mediador desse momento histórico, será a Feira do Livro.

Analisando a colocação do Presidente da entidade, é possível perceber que o sentido dado à Praça permite que a mesma seja simbolicamente ampliada até o Rio e com isso a decisão de expandir a Feira até o Cais do Porto é recebida com simpatia pelos porto-alegrenses, que ao se identificarem com o simbolismo dessa ato administrativo, o qual acionou o sentimento de pertença da população ao seu espaço geográfico, passam a ignorar o lado pragmático dessa decisão, qual seja, aumentar o espaço ocupado pela Feira para que as barracas possam ser melhor distribuídas e para que os compradores tenham maior tranquilidade para efetuar suas compras.

É notório que nesse fato administrativo a tão desejada racionalidade administrativa foi preterida pelo aspecto simbólico. Houve durante uma reunião de avaliação uma tentativa de

pensar estrategicamente racional e assim, o Patrono da 50ª Edição sugeriu que a Feira fosse expandida pelo o caminho da Rua Sete de Setembro chegando ao espaço do Largo Glênio Peres. A idéia era impossibilitar o trânsito de automóveis naquela rua, ganhando, assim, espaço e segurança. Contudo, essa idéia foi rechaçada pelos associados que se manifestaram a favor da expansão para o Cais, mesmo cientes dos riscos da travessia das duas Avenidas que estão entre a Praça e o Rio (Sepúlveda e Mauá).

A concordância da expansão da Feira para o Cais foi noticiada pelo jornal eletrônico da Rede Brasil-Sul de Telecomunicações. A resposta positiva à pergunta feita aos “internautas” desse *site* se o visitante da Feira aprovava a utilização dos Armazéns A e B do Cais do Porto, bem como seu Pórtico chegou à casa dos 80%. Ressalto, portanto, que essa decisão tomada pelos gestores do evento teve êxito, isso, em virtude da importância atribuída à Feira por todos os atores que a freqüentam, pois somente uma festa grandiosa como a Feira do Livro poderia reconciliar a Cidade com o Rio, unindo a Praça com o Cais.

Sustento a relevância da Feira para os porto-alegrenses nas colocações dos mesmos durante as entrevistas que realizei. Á guisa de exemplo, apresento a seguir alguns desses depoimentos.

Os dois primeiros depoimentos que asseguram a relevância da Feira vêm de escritores. A importância dos mesmos no cenário nacional e estadual corrobora ainda mais o grande valor da Feira do Livro de Porto Alegre, pois tanto para Luis Fernando Veríssimo quanto para Tao Golin, esse evento já ultrapassou as fronteiras nacionais.

Uma Feira que é conhecida no Brasil todo, falada no Brasil todo, acho que a mais importante feira de livros do Brasil, uma das mais importantes da América Latina. Então é extraordinário...(Luis Fernando Veríssimo).

Porque é o momento em que o estado e o país pára para olhar a atividade intelectual, e a atividade intelectual aqui é a produção dos autores em vários ramos do conhecimento [...] este espaço que o evento feira proporciona (Tao Golin).

Tanto os informantes do setor livreiro, proprietários e funcionários, quanto os artesãos concordam com os escritores mencionados acima, algumas falas afirmam tal anuência.

Eu acho que é importante. Traz gente de fora. Divulga a cidade. (Artesão)

Porque hoje a Feira de Porto Alegre não é de Porto Alegre em primeiro lugar. Ela é do estado e até internacional, porque vem de outros estados participar, de Santa Catarina do Paraná (Sr. Ivo – Proprietário da Martins Livreiro).

Um evento internacional. Hoje a Feira do Livro é um evento internacional do livro. O Brasil, hoje, é conhecido pela Feira do Livro de Porto Alegre. (Funcionário da Martins Livreiro)

Porque a Feira tá crescendo muito, é um orgulho do Rio Grande a nível nacional e até internacional. (Neiva – Proprietária do Beco dos Livros)

E a importância da Feira continua sendo ressaltada, até mesmo, nos eventos oficiais, como no recital e na solenidade de abertura da 50ª Edição.

Esse é um momento de festa, e nós queremos dezoito dias de festa. Muita festa em homenagem aos que nos precederam, que colocaram essa Feira nesse ponto em que ela está. De uma projeção até internacional. (Walter da Silveira).

Evento civilizatório que vem crescendo com a cidade nesses últimos 50 anos. A Feira referência nacional e internacional, integração entre os povos, principalmente da América Latina, através da leitura, maneira mais sólida de aproximação e de alicerce da paz para esse conturbado início do século XXI. (Solenidade de abertura)

A partir desses depoimentos, não tem como negar a importância do evento para os porto-alegrenses, de modo que percebo que a Feira está à altura de ser o mediador do encontro entre o Rio e a Praça, tendo em vista o espaço que ela ocupa no imaginário dos “cidadinos”.

Poderia dizer até que a Feira está mais do que à altura dessa mediação, pois ela é vista por grande parte dos informantes como uma Feira que leva Porto Alegre ao mundo, por já ter adquirido um caráter internacional. Sendo assim, a construção de sentido que foi acionada pelos organizadores da Feira para decidir acerca da expansão do evento, encontra um terceiro vértice quando chega aos demais atores desta festa, de modo que o discurso pode ainda ganhar um novo significado pelos últimos uma vez que concordam que o Rio seja a entrada da cidade, a Praça o local de recepção, mas vão além, mencionando que e a Feira é a saída da cidade enquanto reveladora de uma sociedade ao mundo. Nesse sentido, fecha-se um triângulo que forma a identidade do porto-alegrense enquanto “povo”, pois a identidade é algo relacional e não poderia estar completa enquanto não ocorresse a relação entrada/saída ou Rio/Feira ou nós/eles.

As análises traçadas até o momento acerca das decisões administrativas e seus respectivos aspectos simbólicos reforçam a idéia de que os gestores precisam atentar para a rede de significados presente nas organizações, pois, ao respeitar o simbólico, as decisões administrativas tendem a ser mais bem aceitas por todos os membros da organização e, nesse sentido, Cavedon (1999) já alertava que a despeito da natureza das descobertas etnográficas serem essencialmente qualitativas, o que pode parecer de pouca valia para uma área que privilegia os resultados mensuráveis, elas auxiliam os gestores na tomada de decisão tanto quanto auxiliam os pais na escolha do enxoval do bebê.

Por fim, é possível afirmar que além da Feira ter sido expandida sem sair da Praça ela ainda devolveu o Guaíba ao porto-alegrense que, diariamente, lotou a Área Infantil e Juvenil da Feira, instalada no Cais do Porto.

Essa lotação permitiu que essa área tivesse um aumento de vendas superior a 100% em relação ao ano antecedente. Deste modo, a transferência da Feira para o Cais e sua abertura às 10h da manhã que estava sendo realizada em caráter experimental foi aprovada.

Vale ressaltar que o discurso que permitiu a abertura da Feira pela manhã foi o de que apenas os alunos vespertinos estavam se beneficiando com o evento, pois não havendo atividades pela manhã, as crianças e jovens desse turno perdiam a oportunidade de desenvolverem atividades com os escritores e demais convidados que realizam os Eventos Populares na área Infantil e Juvenil.

As mesmas atividades freqüentadas pelos estudantes são também acessíveis aos “meninos e meninas de rua” que durante o ano tem na Praça da Alfândega o seu reduto, porém eles somente têm a permissão para adentrarem nas atividades se mantiverem um comportamento socialmente aceito. Para discutir um pouco a relação entre as pessoas que ocupam a Praça durante todo o ano e o evento que reivindica esse espaço para si por durante dezoito dias, elaborei o sub-item a seguir.

7.1.2 O papel da Feira para os ocupantes permanentes da Praça

E possível considerar que os ocupantes permanentes da Praça da Alfândega são os artesãos, os engraxates, os vendedores ambulantes, os meninos e meninas de rua e as prostitutas, sendo que, por via de regra, todos retiram o sustento do trabalho realizado, diariamente, nas alamedas desse lócus.

A retirada deles da Praça é vista como algo natural pelo Xerife da Feira, que menciona que eles podem estar trabalhando diariamente nesse lócus, mas a Feira tem o direito de estar lá em virtude da tradição do evento, segundo colocação do Xerife:

Nós somos os primeiros, os da feira. Há 50 anos que nós estamos aqui. Em segundo vem o artesão, que tem aí uns 20 anos. Aí têm aqueles outros. Os outros têm que cair fora. As meninas, né? As meninas a gente não pode mandar embora. Então tem que ser na camaradagem. Porque eu me dou muito bem com elas. Me dou bem com os ladrões, também. E eles me respeitam, também. Porque eu passei muito trabalho há 30 anos atrás. Era um pavor. Era um desastre isso.

Nesse sentido, a Feira foi elaborando suas estratégias para retirar cada um dos ocupantes da Praça. Os engraxates são os únicos que não sofrem grandes mudanças no seu cotidiano de trabalho, pois os mesmos estão alocados nas alamedas extremas do lado norte e sul da Praça, estas não são ocupadas pelo evento, todavia, os artesãos, os meninos e meninas

de rua e as prostitutas vêm o local onde laboram ser transformado em reduto do livro e, por isso, aqueles são convidados a se retirarem da Praça enquanto a mesma está sendo organizada para a realização do ritual. Todavia, após o início do evento, eles podem retornar à Praça, desde que na condição de visitantes e, portanto, comportando-se como tal.

Isso não é difícil para os artesãos que tem por hábito “dar um pulinho na Feira para ver as novidades, dar uma espiada, comprar um livrinho pras crianças que elas querem. Como todo mundo a gente fica curioso também” (Sra. Lúcia - Artesã).

Mesmo antes de ser artesão na Praça, alguns deles já freqüentavam o local em virtude da Feira do Livro: “Eu freqüento a Feira do livro desde 73. E na primeira série do colégio eu já visitei a Feira do Livro. Hoje estou aqui inserido. Estou aqui trabalhando” (Sr. José - Artesão).

Assim, esses artesãos entendem que a Feira é importante tanto por trazer o livro para a Praça como também por aumentar o número de pessoas circulando por esse espaço. Deste modo, o fato de terem de ceder seu local para as bancas dos livreiros não é vista como um incômodo, ao contrário, segundo uma artesã: “Para nós é muito bom. Não é tão longe, é junto da praça o que acaba sendo bom porque fica junto da Feira. Tem sempre a possibilidade de vender mais, tem mais população”.

Outro artesão menciona ainda que durante a Feira, ele acaba adquirindo novos clientes: “Tenho bastante cliente que veio a Feira do Livro e que não conhecia o nosso trabalho e depois se torna nosso cliente”. Deste modo, para os artesãos que comercializam na Praça durante o ano, a Feira é um evento que auxilia na divulgação e nas vendas de seus produtos.

Além disso, há o caso de um grupo de artesãos que não são retirados da Praça, são os profissionais do artesanato vinculados ao Projeto Monumenta. Esse projeto vem capacitando artesãos para trabalhos efetuados com produtos que remetem aos Jacarandás, assim, são produzidos bijuterias com sementes, trabalhos nas cores das flores símbolo da Feira, etc. Essas pessoas ganham uma barraca na Praça a fim de divulgar o Projeto.

Diferente do que ocorre com os artesãos que ganham visibilidade por estar nas proximidades da Feira, as prostitutas são quase que proibidas de aparecerem. Muitas delas não saem da Praça, ficam circulando pelos locais que a Feira não ocupa, todavia a discrição delas é o que permite que continuem no local, por isso somente as pessoas mais atentas irão perceber que há mulheres trabalhando nos arredores das bancas. Durante minha pesquisa, não

consegui conversar com nenhuma delas, em virtude da dificuldade de acesso, entretanto, conversando com uma pesquisadora que está desenvolvendo uma dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, fiquei sabendo que elas não falam com ninguém que tenha qualquer relação com a CRL, a não ser com o Xerife, e que as mesmas possuem estratégias para ficarem imperceptíveis aos olhos dos visitantes da Feira, pois assim evitam confusão com a instituição organizadora da Feira e com a polícia, pois conforme conta o Xerife, elas já tiveram uma relação bastante conflituosa com a Câmara, onde quem saiu vencedor foi o que tinha o poder da força ao seu lado.

Era um pavor. Era um desastre isso. Há trinta anos atrás era um pavor, a prostituição, os ladrões os vagabundos, isso aí. Eles se sentiam ofendidos da invasão dentro do campo deles. [...] Umas diziam que ia se pelar, iam andar nuas. E tu te arrepiava mesmo. Primeiro ano eu comecei a conversar com elas, não adiantou [...] E depois, não adiantava entrar de acordo com ninguém. Ai chamava polícia, e davam pau nelas, e foi indo, foi indo até que chegou num ponto que eu disse, agora chegou a minha vez. Aí eu falei com a chefe delas. Ela foi falar com o coronel da brigada e tal. Legalmente elas estavam bem. Elas tinham o sindicato delas, podiam fazer tudo. Aí eu não tinha alternativa a não ser fazer uma sacanagem. Chamei o pessoal todo, a polícia. Olha vocês têm, é obrigação de vocês fazer um levantamento na Praça, ver qual é que está fichada, qual é que não está. Tudo direitinho pra poder trabalhar com a gente na Feira. Era tudo mentira, era para poder encanar elas. O é que acontece. Pega 20-30 pessoas da praça, coloca todos dentro de um camburão, dentro de um ônibus, leva para delegacia para examinar um por um até duas três horas da manhã. Perderam o dia de trabalho, aí no outro dia, continuaram a fazer o levantamento. Aí desistiram e chegaram pra nós, mas qual é a solução: a solução é simples. Vocês durante o horário da Feira, vocês não podem entra na Feira. Vocês têm que ficar nos cantinhos. Sentadinhas no banquinho. Se o freguês chegar, senta, acertam o valor, e vão embora se não houve acerto, tudo bem. Só não pode ficar assim, andando pra cá. [...] Ai elas entraram em um acordo comigo. E agora tá todo mundo em paz. (Xerife)

O relato do Xerife remonta há tempos passados, segundo ele, desde que ocorreu o acordo ele nunca mais teve problemas sérios com as prostitutas, de modo que cada setor vende seus produtos sem causar danos para o outro.

Além dos problemas enfrentados com as prostitutas, o Xerife relata os danos causados pelos meninos de rua à Feira:

Os piazinhos arrebentavam as portas das barracas, faziam sujeira dentro das barracas. Tá bem, limpavam as barracas, chamavam um diziam uma coisa, chamavam outro, diziam outra coisa. [...] E com os meninos de rua nós temos o projeto que dá tudo pra eles. Banho, dá tudo.

O Projeto mencionado pelo Xerife é o chamado Asteróide. Esse projeto foi idealizado pela coordenadora da Produção 02, que é responsável por ele desde sua primeira execução.

No Asteróide, os meninos e meninas de rua têm um espaço para desenharem, desenvolverem atividades pedagógicas, sempre sob o acompanhamento de monitores, ganham lanches, tomam banho e cortam o cabelo.

Não é obrigatório aos meninos e meninas se engajarem ao projeto, mas a maioria dos que perambulam pelas ruas do centro da capital recorrem ao Asteróide e aceitam as regras de comportamento exigidas para poderem participar da Feira e receberem o lanche da tarde. Uma vez participando do projeto, os meninos e meninas têm acesso livre às atividades da Feira como qualquer outro visitante e, somente são convidados a se retirarem da atividade se estiverem perturbando.

Na 51ª edição do Evento, quando fui monitora voluntária do espaço Casa do Pensamento, presenciei algumas atividades onde tanto alunos do ensino fundamental de uma escola particular quanto os meninos e meninas do Asteróide participaram, e nesse caso específico, observei que os que mais perturbavam a palestra do escritor eram os alunos, de modo que se eu não soubesse quem era quem naquela sala, jamais identificaria os participantes do Asteróide como meninos e meninas de rua.

O nome do Projeto já indica que a oportunidade de ser socialmente aceito e reconhecido como criança é passageira e, ao término da Feira, elas estão novamente perambulando pelo centro da cidade esperando pela passagem do próximo Asteróide, sendo que isso só ocorre uma vez ao ano, na época do ritual. Vale ressaltar que foram as próprias crianças que escolheram esse nome para o projeto na primeira vez que ele ocorreu.

Ainda a respeito desse projeto, não posso ignorar os benefícios que o mesmo trouxe à Feira. Segundo um livreiro, depois que os meninos de rua foram retirados da Praça, os pequenos furtos de livros reduziram drasticamente. Além disso, não foi mais relatado nenhum ato de vandalismo contra as barracas da Feira. Cabe destacar que “os meninos e meninas de rua” não são retirados da Praça, eles apenas são vestidos e tratados como crianças.

Deste modo, é possível inferir que, durante alguns dias do ano, tanto livreiros quanto os meninos e meninas de rua selam um acordo que beneficia ambos os lados, mas como esse acordo é somente para o tempo da festa, quando o ritual finaliza, a vida volta ao normal, portanto, durante essa quebra temporária com o cotidiano, o ritual esconde coisas (DAMATTA, 1997).

Por fim, o ritual Feira do Livro tanto esconde quanto divulga os ocupantes permanentes da Praça, sendo que isso vai depender do quanto a sociedade acha moral as atividades de cada uma das categorias aqui apresentadas. No caso dos artesãos, a Feira, indiretamente, divulga um trabalho não muito valorizado pela sociedade, mas considerado um trabalho honesto, o mesmo não ocorre com as prostitutas, que ao manterem a sobrevivência

atuando como profissionais do sexo, precisam ser escondidas, ou melhor, devem se tornar imperceptíveis aos olhos de quem não procura os serviços prestados por elas, ou seja, não que elas não possam existir, o que elas não devem é perturbar a “moral e os bons costumes”. Quanto aos “meninos e meninas de rua”, o que se procura esconder são as precárias condições de vida dessas crianças, apresentando, as mesmas, um pouco do que deveria ser a infância delas.

Uma vez alocados cada um dos ocupantes permanentes da Praça, é chegada a hora de distribuir os espaços aos ocupantes provisórios, ou seja, os feirantes. O processo de distribuição das barracas na Praça segue as regras que constam no Regulamento da Feira e, diferente do que ocorria na desordenada feira de hortifrutigranjeiros quando a Praça da Alfândega ainda era o Largo da Quitanda (FERREIRA, 1940), as barracas de livros são ordenadamente dispostas na Praça.

A distribuição dos espaços é realizada em um dos Eventos Extraordinário, quando então o material de divulgação, a campanha publicitária e o mapa da Feira são apresentados aos associados.

Os associados podem escolher no mapa o lugar onde querem colocar a sua barraca, mas a ordem de escolha é segundo a categoria a qual pertence o membro da CRL e segundo uma ordem estipulada por um sorteio.

Deste modo, os livreiros são os primeiros a sortear as bolinhas no globo. O número da bolinha vai indicar a ordem de escolha do espaço para a montagem da barraca. Após todos os livreiros escolherem seus locais, os editores retiram as bolinhas do globo e indicam a localização em que irão ficar durante a Feira, somente após a escolha dos editores é que os distribuidores e creditistas terão sua vez.

Essa ordem é consenso entre os associados, pois segue uma lógica de lucratividade sobre o preço de capa do livro. Assim, as livrarias que têm a menor margem de lucro sobre o preço final do produto é o primeiro segmento do setor a escolher seu lugar, as editoras vem logo a seguir em virtude de poderem levar para a Praça apenas os livros de seus catálogos. As distribuidoras e os creditistas por serem os que têm maior liberdade, por poderem comercializar livros de várias editoras, são os últimos a alocarem-se.

A despeito desse consenso, existe um assunto que divide os livreiros que estão na Praça e que, atualmente é motivo de reivindicações, trata-se do espaço destinado às acomodações dos veículos de comunicações. Para alguns deles, não há necessidade das

emissoras de televisão terem seus estandes no centro da Praça, segundo os entrevistados, são espaços nobres destinados aos não associados. Deste modo, as disputas que existem na Praça em época de Feira, hodiernamente, é pelo espaço destinado aos meios de comunicação.

Disputa relatada pelo Xerife da seguinte maneira:

Então tem que haver um acompanhamento da imprensa também em saber que a situação é delicada, que a gente não tem espaço e diminuir um pouquinho o espaço dele, né? Porque ajudar com eles e colaborar com a gente e ao invés de dar um palacete dar meio palacete. Sim, porque, pra ajudar. Então vai aumentando mais, e o próprio feirante quer o espaço dele [...] Porque o feirante também sente. Poh! O primeiro lugar para a imprensa! E com razão, a Feira é do Livro, dos feirantes. Então a televisão pode ficar num canto, não atrapalha ela em nada. Ela tem os estúdios delas, né?

A despeito da opinião do Xerife, a discussão sobre os espaços cedidos à imprensa não ganha repercussão. Para entender as razões pelas quais a imprensa ocupa espaços considerados nobres pelos livreiros, bem como porque essa disputa não ganha repercussão, desenvolvi o item abaixo.

7.2 A FEIRA DO LIVRO E A RELAÇÃO COM A IMPRENSA

Apesar de algumas controvérsias, Say Marques o diretor do Diário de Notícias, foi considerado o pai da idéia de realizar uma feira de livros em Porto Alegre. Deste modo, é inegável a relação intrínseca que existe entre a imprensa e a Feira desde sua primeira edição. A ligação extrapola a paternidade do evento, tendo em vista que as primeiras Feiras do Livro foram idealizadas na sede da Associação Rio-grandense de Imprensa, pois foi nesse local que tanto a Câmara Brasileira do Livro, seção RS, quanto à futura Câmara Rio-grandense do Livro instalaram-se enquanto não possuía uma sede própria (GALVANI, 2004).

Essa relação de cooperação entre o setor livreiro e a imprensa para a realização da Feira reflete até hoje no imaginário dos jornalistas, segundo um dos entrevistados deste setor:

Mas o grande evento que a gente cobre na área cultural, [...] é um evento cultural mais importante pra gente, é a Feira do Livro de Porto Alegre. [...] Os fundadores da Feira do Livro, há 50 anos, estavam ligados à Caldas Júnior, Correio do Povo, Folha da Tarde. Nós já tivemos profissionais aqui, que foi o penúltimo patrono, Walter Galvani, que anos e anos atuou aqui na Caldas Júnior. Nós atravessamos a rua e estamos na Feira do Livro, mas mesmo assim de 7 anos pra cá, a gente, apesar de só atravessar a rua, a gente constrói um estúdio a 50 metros [...] Então a Feira do Livro tem este significado pra nós, é o maior e o mais importante evento da área cultural que a rádio Guaíba tem que cobrir obrigatoriamente. (Flávio – Gerente de Jornalismo da Rádio Guaíba)

Jornalistas principiantes também comentam a ligação histórica da Feira e da imprensa, segundo um informante que fazia a cobertura do evento pela primeira vez: “Talvez por ter começado com um jornalista, ter dado a idéia, acaba sendo meio de uma obrigação nossa de muitas vezes estar acompanhando a Feira” (Nestor Júnior – jornalista e editor da Trilha Notícias Digital).

Outra informante menciona que, independente da relação histórica da Feira com a imprensa, a última não poderia ignorar a primeira, pois:

Eu acho que a Feira traz a imprensa, a Feira é o fato [...] assim, o jornal, uma rádio...Vão noticiar a Feira, [...] à medida que neste momento (a Feira) é o principal evento cultural, e os outros eventos culturais agregam-se a Feira, então se tudo fica em torno da Feira, é quase que obrigação [...] a imprensa viria por si só, assim, por tudo, pela amplitude, pela importância, pelos nomes nacionais e internacionais que aparecem, são dois milhões de pessoas, a previsão é que dois milhões freqüentem o evento até o final, é impraticável tu não valorizar. (Jornalista da Rádio da UFRGS)

Ambos representantes do meio jornalístico mencionam a obrigatoriedade que a imprensa tem de realizar a cobertura da Feira. O caráter compulsório da cobertura pode estar passando por questões históricas como também pela importância do evento, mas, sobretudo, é perpassado pelo fato de que “eles (os jornalistas) se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano” (BOURDIEU, 1997, p. 26) e a Feira do Livro de Porto Alegre, rompe com o cotidiano dos porto-alegrenses enquanto ritual dessa sociedade.

Todavia, independente da obrigação da imprensa em fazer a cobertura jornalística da Feira, a jornalista da UFRGS relata que a CRL busca sempre manter uma relação de cooperação com a imprensa, segundo ela: “a Câmara do Livro busca muito esta parceria com a imprensa, estimula, faz muita ..., ainda acho que nem haveria tanta necessidade”.

Contrapondo essa colocação da jornalista, um dos tesoureiros da CRL comenta comigo na solenidade de abertura da 51ª edição que:

Precisamos ficar sempre bajulando os jornalistas, precisamos sempre agradar a imprensa, porque eles nos têm na palma da mão. Eles noticiam o que querem. Tornam nada em algo espetacular, mas também acabam com qualquer coisa quando querem.

A preocupação desse membro da diretoria da CRL encontra razão de ser nas análises de Bourdieu (1997), as quais revelam a submissão dos produtores de eventos culturais ao campo jornalístico e, além disso, indicam que:

[...] ela (a televisão) pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir idéias ou representações, mas também grupos, [...] e a simples narração [...] implica sempre

uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização). (BOURDIEU, 1997, p. 28)

As considerações desse autor se referem ao poder da televisão de mostrar os fatos e as discussões assim como ela gostaria que fosse mostrada, todavia, o mesmo poderia ser dito a respeito da cobertura dos jornais de grande circulação quando em relação à Feira do Livro de Porto Alegre, pois um pequeno e singelo evento que ocorreu na 50ª edição da Feira se tornou em um grande acontecimento nos jornais. Trata-se do primeiro abraço da paz.

O abraço da paz foi uma iniciativa de uma organização não-governamental e tinha o propósito de comunicar a sociedade um pedido de paz, sendo que para isso optaram por formar um grande círculo de pessoas com as mãos dadas ao redor da praça, ou seja, simbolicamente ao abraçar o local, os porto-alegrenses estariam pedindo a paz entre os povos. Presenciei esse abraço e observei que ele não mobilizou o número de pessoas esperado pela organização do evento e as pessoas que aderiram a ele não mostravam muito entusiasmo com o mesmo. Diferente do observado, no dia seguinte, os jornais dominicais mostravam em letras maiúsculas o sucesso da manifestação dos porto-alegrenses a favor da paz mundial.

Tal como ocorreu com esse evento, a imprensa, por meio dos jornalistas, tem o poder de veicular o que lhes parece melhor, tendo em vista que: “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 25).

A partir dessa colocação de Bourdieu (1997) e do depoimento do tesoureiro da Câmara, é possível pensar que os “óculos” utilizados pelos jornalistas podem ser, de certa forma, escolhidos pelos organizadores do evento, tendo em vista que os últimos influenciam na maneira com que os primeiros olham para a Feira ao agradá-los. Isso justifica os Encontros Extraordinários que ocorrem durante o ano entre os representantes da CRL e os jornalistas.

A relação de parceria entre a imprensa e a Feira, estabelecida desde a primeira edição e alimentada pelos Eventos Extraordinários, ultrapassa as questões de veiculação desse evento na mídia, tendo em vista que acaba por ser um acordo tácito de proteção à Feira. Na 51ª edição, um fato evidenciou a eficácia dessa parceria. Registro esse fato em meu diário de campo nas seguintes palavras:

Hoje quando cheguei à Feira, a primeira coisa que me contaram foi a troca do nome do “Dindinho”. Segundo um dos monitores, um jornalista estava fazendo a cobertura da prisão de um criminoso em uma delegacia de Porto Alegre quando então ficou sabendo que o dono do “Dindinho” que trabalha no Parque da Redenção iria entrar com uma ação judicial contra a Feira do Livro, pois eles

estavam usando o nome “Dindinho” sem a permissão do referido dono da marca. O jornalista verificou a veracidade da história e depois entrou em contato com a CRL. No outro dia, todas as placas informativas da Feira já haviam trocado o nome de “Dindinho” para “Carrossauro”. Assim, a Feira escapou do processo, graças ao trabalho da imprensa.

A imprensa não presta somente esse tipo de serviço à Feira ela contribui, sobretudo, para o aumento do público que a visita, tendo em vista que, os jornalistas ao fazerem a cobertura da Feira incentiva muitos leitores e não leitores a comparecerem à Praça, se não para comprar, pelo menos para ter a chance de aparecerem em uma foto do jornal ou em um *flash* dos programas jornalísticos da TV. Fazendo um paralelo com o trabalho de Bourdieu (1997, p.68), a participação na Feira pode ser entendida “como (a participação) nos jogos televisionados dos quais se deseja ardentemente participar, mesmo como simples espectador, para ter acesso a um instante de visibilidade”.

Isso fica evidente, principalmente, nas transmissões dos programas que acontecem ao vivo da Praça. Nos últimos anos, quem passou, à guisa de exemplo, pelo estande do Grupo Rede Brasil-Sul durante as filmagens dos programas que foram veiculados pela TVCom, presenciou um número enorme de pessoas paradas, assistindo aos programas como também aguardando pela oportunidade de serem focadas por uma das câmeras e, portanto, aparecerem na televisão, tanto que a escolha pela construção dos estandes com paredes de vidro não é casual.

O mesmo ocorre com a programação das emissoras de rádio, nesse caso, o público não pode ser visto, mas alguns deles terão a oportunidade de serem ouvidos ao falarem com um repórter. Na 51ª edição, presenciei o caso de um rapaz que ficou esperando, por 40 minutos, pela oportunidade de cantar o hino do seu time do coração nos microfones da rádio.

Ademais, a divulgação na imprensa dos títulos mais vendidos, que é realizada ainda nos primeiros dias da Feira, acaba por fomentar a venda dos mesmos, pois, ciente de que muitas pessoas que vão à Praça não estão em busca de algo específico, a lista auxilia aos mais desinformados a encontrarem algo e assim não saírem da Feira de mãos vazias.

Quando começa a sair a lista dos mais vendidos isso dirige muito as vendas. E outra coisa é a lista da Marta Medeiros. Tem muita gente que vai atrás daquela lista. [...] Ah! Essa lista eu vejo que tem gente que compra o mais vendido meio por obrigação, pra dizer que comprou o livro e sentir que faz parte da Feira e daí fica se retroalimentando a lista (Guilherme – Beco dos Livros).

Deste modo, a imprensa ajuda também a formar os sucessos de venda.

Além da importância do Evento e da ligação histórica que existe entre Feira e Imprensa, vale atentar ainda para uma afirmação feita por Bourdieu (1997) em seus estudos

sobre os meios de comunicação. Esse autor menciona que a luta pelo poder dentro do campo jornalístico acaba levando todos os veículos de comunicação a seguirem a mesma estratégia para conseguirem maior audiência. Nesse sentido, é notória a presença de várias emissoras de televisão, de rádio e repórteres dos jornais impressos na Praça durante a Feira. Todos atrás de algo diferente que possa estar ocorrendo no evento, a fim de conseguir o “furo” jornalístico.

Na busca desse furo jornalístico, seja por obrigatoriedade histórica ou pela pressão dos números dos índices de audiência, a imprensa acaba revelando a Feira e o livro à comunidade gaúcha e assim, nas palavras de Lia Luft, o jornalista, tal como o professor, é um amigo do livro.

Então quanto mais a mídia fizer, melhor para nós escritores, melhor para a cultura brasileira. [...] Eu acho que os professores e os jornalistas são os grandes amigos do livro. Porque eles transmitem, eles expõem, eles mostram o livro para o leitor, para a criança, para o adulto. É super-importante. (Lia Luft)

Por fim, tendo em vista que a relação da Feira com a mídia nasceu ainda na primeira edição do evento e que o jornalista é também um amigo do livro, à medida que o divulga, o espaço ocupado pelos meios de comunicação na Praça torna-se legítimo, ainda mais se considerar que os mesmos pagam para estar com seus estandes no local, um pagamento que é realizado por permuta, ou seja, espaço na praça igual a espaço de divulgação do material publicitário nos horários nobres da televisão e do rádio e nas páginas centrais dos jornais impressos. Por essas razões, qualquer disputa que alguns livreiros queiram estabelecer com os meios de comunicação, em virtude dos espaços ocupados pelos últimos na Praça, não ganha repercussão.

Vale destacar que a permuta é pelo espaço para veiculação dos *jingos* da Feira, as demais reportagens realizadas na Praça são em virtude da cobertura jornalística. Essa cobertura será diretamente proporcional aos nomes presentes no evento, ou seja, quanto mais a programação paralela da Feira “passa(r) bem na televisão” (BOURDIEU, 1997, p. 67), maior será a cobertura jornalística. É, em virtude dessa relação, que Bourdieu menciona a submissão dos produtores culturais ao campo jornalístico, sendo que este é pautado, *a priori*, pelo mercado.

Essa submissão ao mercado não seria problema caso a Feira do Livro de Porto Alegre fosse somente um evento comercial, ou como menciona Mott (2000, p. 24) uma “instituição do sistema econômico pertencente e sub-área da distribuição dos bens e mercadorias”, todavia, há, como já referenciado, na gênese da Feira, um objetivo social, o de levar o livro ao não-leitor e, além disso, há também as questões ligadas às Leis de Incentivo à Cultura, isto é,

o retorno social. No confronto dessas duas dimensões, mercado e social, instauram-se as questões de destinação das verbas, principalmente no que concerne à organização dos Eventos Populares. Nesse sentido, o item a seguir, busca elucidar como as Produções estão decidindo o destino das verbas financeiras recebidas pela CRL de seus patrocinadores e apoiadores, a fim de desvendar quais são os critérios que embasam essas decisões.

7.3 A DESTINAÇÃO DAS VERBAS: ORGANIZANDO OS EVENTOS POPULARES

Nos últimos anos, uma questão está exigindo das comissões maiores atenções, qual seja, a destinação das verbas captadas via Leis de Incentivo à Cultura e o retorno das mesmas. Em um dos últimos pronunciamentos do atual ex-vice-presidente da CRL aos associados, que ocorreu na reunião de avaliação da 50ª edição, ele elabora tal questão da seguinte forma:

A pergunta é: se nós poderíamos gastar melhor isso (verbas) ou vender mais livros gastando a mesma coisa? Mais é um investimento. Para cada livro vendido foi gasto quatro [reais] e vinte [centavos] por livro. Então é uma provocação para discutir. Estamos gastando quatro e vinte para vender cada exemplar, poderíamos fazer isso com dois reais? Poderíamos fazer de maneira melhor? (Ex-vice-presidente da CRL).

A questão levantada por esse membro da Comissão de Organização da Feira não encontrou respostas junto aos associados e a captação dos financiamentos para a organização da edição subsequente, 51ª, manteve-se a mesma. Essa questão extrapola o âmbito comercial/financeiro e, portanto, o dilema na busca da maximização do custo/benefício desse evento, reside na mensurabilidade do custo e na incomensurabilidade dos benefícios, decorrente do confronto entre dois ideais, a saber: a Feira como comércio de livros e a Feira como espaço que fomenta a inserção social via leitura e atividades culturais. Nesse confronto, privilegiar o quê?

À Comissão Executiva não cabe a decisão do que será vendido pelo expositor ou por aquilo que será comprado pelo leitor, a eles cabe mediar essa relação comercial, atraindo o público para a Feira por meio de atividades culturais consideradas de qualidade pelos mesmos; e, para os responsáveis pela organização dessas atividades, estas podem acabar por influenciar na decisão de compra, entretanto, eles também necessitam atender a demanda do setor livreiro, que precisa vender os livros editados independente do julgamento que os organizadores fazem acerca da qualidade do produto.

Buscando minimizar o confronto entre o lado meramente comercial da Feira e o lado cultural da mesma, eles acionam o discurso de que a Feira é do livro e não dos intelectuais. Dando suporte a esse discurso existe uma rede de significados atribuídos à figura do intelectual. Durante a observação participante que ocorreu na CRL e na Feira do Livro foi possível coletar dados que permitiram desvendar os significados atribuídos aos intelectuais que se fazem presente na Praça durante a Feira. Significações essas que perpassam as decisões administrativas concernentes à execução do evento. No próximo subitem começo a elucidar tais significados.

7.3.1 As Atividades Práticas da Organização dos Eventos Populares

Durante a estada na CRL, foi possível acompanhar vários contatos realizados pelas duas equipes para organizar os Eventos Populares e, durante tais observações, percebi que não há, *a priori*, uma regra que estabeleça como deveriam ser negociados os cachês e as passagens aéreas dos escritores que vêm de outros estados. Segundo uma das organizadoras:

Cada caso é um caso. Tem aqueles que a editora paga a passagem aérea e nós a hospedagem. Tem o contrário também. Tem ainda os que vêm com dinheiro do próprio bolso. Bancam tudo [...]. E tem aqueles que a gente quer que venha, faz questão. Pra esses, a gente já deixa uma reserva, caso tenha que pagar tudo.

Ela acrescenta ainda: “já tem uns que a gente não quer. A editora tá disposta a pagar tudo, passagem, hospedagem, alimentação e mesmo assim a gente recusa”.

Quando perguntada acerca dos critérios que levam a essa recusa, ela comenta:

A gente sempre pede para as editoras mandarem os livros dos escritores que eles gostariam de trazer à Feira. Aí a gente olha os livros e diz se quer ou não, se é de bom gosto. Se não for, a gente diz para a editora que aquele escritor não passou pela comissão que avalia os livros que vão à Feira [...].

O relevante nessa última fala é a presença clara da subjetividade na avaliação dos escritores que poderão participar dos Eventos Populares. Assim, quando essa organizadora destaca que a obra para ser divulgada na Feira precisa ter qualidade: ter conteúdo que transmita conhecimento e boas ilustrações, seu assessor destaca: “com isso somente um bom intelectual está preocupado”.

Critério um pouco diferente é utilizado pela outra equipe, ao invés de recusar o pedido das editoras, as pessoas que compõem a Produção 01 aceitam a participação dos escritores indicados, todavia, internamente, os rechaçam e, na medida do possível, procuram alocá-los

em um local, dia e horário de menor movimento, ou seja, nos espaços e horários menos nobres.

Neste sentido, é possível considerar que o trabalho da CRL enquanto organizadora dos Eventos Populares visa à difusão da leitura segundo julgamento dos membros da entidade sobre a qualidade das obras, contudo essa definição procura não interferir no direito dos associados de “escolher livremente os livros que desejam expor e vender na Feira [...]” (alínea C, artigo 6º do regulamento da Feira do Livro). Portanto, na medida do possível, essa entidade busca, por meio das Produções 01 e 02, influenciar a compra do leitor, a partir da realização de atividades consideradas, de forma um tanto hierárquica, do que seja de bom gosto (BOURDIEU, s/d). Sendo que essa influência é feita pela concessão dada aos considerados intelectuais de divulgarem diretamente seus livros aos frequentadores da Feira.

Percebo com isso, a relevância de ser ou não considerado um intelectual pelas pessoas que compõem a Comissão Executiva da Feira do Livro de Porto Alegre. Desta definição dependerá tanto a aceitação ou não dos escritores nos Eventos Populares quanto as alocações dos mesmos pelos espaços e horários da Feira. Além disso, essa definição também servirá de norteador para as decisões quanto às distribuições dos cachês e dos demais auxílios fornecidos pela CRL durante o evento. Por isso, a relevância de conhecer os significados atribuídos à figura do intelectual, sendo que serão esses significados que poderão definir quem é ou não um intelectual.

7.3.2 Ser ou não Ser um Intelectual na Feira do Livro de Porto Alegre?

As duas pessoas que trabalham na Produção 02 não têm consciência do que seria para eles um intelectual. Apesar dessa palavra ser enunciada várias vezes ao dia. Eles não souberam dizer claramente ao que estão querendo se referir quando dizem que fulano ou beltrano são ou não intelectuais.

Nesse sentido, o assessor da coordenadora da Produção 02 comenta:

Não sei se para ser um intelectual basta saber de tudo, ler, ler e ler. Tem também que saber relacionar o que está lendo. Mas não sei se isso basta. Pode ser que também seja preciso contribuir com alguma coisa. Será que também é preciso escrever livros para ser um intelectual? Ou basta só conhecer? Mas tem que ser crítico também. Não sei, a gente pode pensar tanta coisa. Pode pensar pelo lado literário. Mas tem também o lado acadêmico. E também não basta ser crítico só por ser crítico tem que saber o que está criticando e se for algo bom, falar que é bom.

Também tem que ter convicção. Não basta escrever o que vende livros. O que é vendável. É preciso acreditar no que se está escrevendo. (Renato)

As considerações feitas por Renato poderiam não ter razão de ser, caso o mesmo seguisse apenas as teorizações feitas por Gramsci (1988), tendo em vista que o autor da “obra contemporânea mais obstinadamente dedicada às análises do significado social da figura do intelectual” (GONZALES, 1982, p. 84), considera que todos os homens são intelectuais, sendo assim, não haveria a necessidade de tamanhas dúvidas para o informante, caso esse considerasse apenas a capacidade do intelecto das pessoas e não a função que estas desempenham na sociedade.

Portanto, seguindo as considerações de Gramsci (1988), é possível afirmar que tanto aqueles que buscam escrever livros e divulgá-los na Feira quanto àqueles que se encaminham para lá como consumidores são considerados intelectuais, uma vez que esse autor deu ao “povo”, ou ao homem comum, uma vida intelectual, à medida que este possui um senso-comum. Entretanto, esse argumento não é válido para os informantes da CRL, porque o objetivo que levou a formação dessa entidade e que norteia suas atividades é o de levar o livro ao homem comum e não a intelectuais, isto é, está no estatuto desta instituição o pressuposto de que existe uma distinção entre ser intelectual e ser homem comum.

Ademais, eles mesmos mencionam que a Feira é de livros e não de intelectuais. Ou seja, eles descartam a possibilidade dos livros serem um aspecto inerente ao intelectual. Voltando a fala de Renato percebo que ele traz em suas colocações questões já discutidas na história da construção social do intelectual, tais como, a sacralização da escrita e o posicionamento político (FOUCAULT, 2002), a venda do conhecimento (LE GOFF, 1995) e a questão do intelectual orgânico (GRAMSCI, 1988).

Gramsci (1988) ao propor que todo homem é intelectual e que cada categoria cria seus intelectuais orgânicos, sugere que haja um escalonamento quanto ao grau de intelectualidade entre esses intelectuais orgânicos. Assim:

[...] no mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo os “administradores” e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada (GRAMSCI, 1988, p. 11).

A partir dessa colocação de Gramsci, poderia considerar que a própria CRL seria constituída por intelectuais, meus informantes formariam, assim um grupo de intelectuais orgânicos, menos graduados que os ocupantes das cadeiras da Academia Brasileira de Letras, mas intelectuais; contudo, alguns deles não se consideram assim, ou pelo menos questionam

essa classificação. Uma história contada a mim por Sophia exemplifica a dúvida quanto à intelectualidade dos membros da CRL.

Eu estava conversando com ele [um ex-presidente da CRL] sobre os problemas causados por causa da praça de alimentação. Aí ele sugeriu que fizéssemos várias pequenas praças de alimentação. Em uma poderíamos fazer cercadinhos, assim como um quiosque. Aí chamaríamos de o Bar dos Intelectuais. Eu tive que mexer com ele. Acho meio perigoso isso de Bar dos Intelectuais, e se não nos deixarem entrar?

Nesse sentido, Sophia demonstra que para ser um intelectual não basta se autodenominar, é preciso ser reconhecido como tal, ou seja, de nada adiantaria ela e o ex-presidente se denominarem intelectuais e tentarem freqüentar o bar, se antes os mesmos não fossem aceitos socialmente como participantes de uma intelectualidade.

Para receber tal reconhecimento, percebo que não basta ser apenas um leitor ou um escritor, ou ainda, desempenhar alguma atividade que exija mais o raciocínio do que o esforço físico, pois para meus informantes, ter que desenvolver um trabalho que exige do indivíduo mais esforço mental do que corpóreo, não o caracteriza como um intelectual. Sophia deixa isso claro quando comenta que um grupo de empresários da cidade em que reside é sinônimo de uma mediocridade cultural generalizada e que esses necessitariam de um banho de intelectualidade.

Além disso, para eles, a função de um intelectual ultrapassa o ato de ler e de escrever, uma vez que ao comentarem acerca de um dos livros mais vendidos nas últimas feiras eles afirmam:

A feira é de livros, não de intelectuais. Por isso não podemos censurar o fato dele ser o mais vendido. Mas o cara [o escritor] é inteligente. Sabe das coisas. Se considerar que saber das coisas é ser um intelectual, então ele é, mas na verdade, se pensar bem, ele não escreve nada que contribua para o desenvolvimento do conhecimento. Então ele não é um intelectual. (Renato)

Nesse sentido, o meu informante estabeleceu que para ser um intelectual é preciso contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, ou seja, para os responsáveis pela difusão do gosto da leitura, um intelectual é apenas aquele indivíduo que está localizado no mais alto grau de intelectualidade de Gramsci (1988). Contudo, eles não se restringem ao desenvolvimento do conhecimento tendo como base apenas a ciência, a filosofia e a arte. Para eles, um escritor pode ser considerado um intelectual à medida que sua obra agrega conteúdo ao leitor. Isso fica evidente, quando ao comentar acerca de um livro infanto-juvenil, o assessor da Produção 02 salienta: “Pode trazer [a escritora para a Feira] o livro dela é bom. Ela tem umas sacadas bem críticas. Ela usa a contribuição que o oriente deu para a literatura infantil, Alibaba, Aladim, e critica a invasão dos Estados Unidos”.

Deste modo, percebo que um intelectual para a Produção 02 é aquele que tem conhecimento suficiente para escrever livros que além de informar sejam capazes de formar opiniões, ou seja, que permita que o leitor se posicione politicamente a partir da leitura de um livro, ou seja, estes objetos não podem ser apenas reprodutores do que Flaubert¹⁷ (*apud* BOURDIEU, 1997, p. 40) denomina “idéias feitas”.

Vale destacar, ainda, que quando Renato comenta a respeito do posicionamento político do escritor, ele não está se referindo apenas as clássicas questões de lutas de classe. Para ele, basta que o livro permita que o “homem comum” não seja ingenuamente manipulado pelo sistema hegemônico, ou seja, que ele tenha consciência das relações de verdade/poder mencionadas por Foucault (2002).

Além disso, Renato ao comentar com Sophia a respeito da falta de qualidade de um texto afirma: “o papel aceita tudo”, sendo assim, entendo que, para ele: escrever livros qualquer um escreve, como é o caso de um dos livros mais vendido da Feira relatado anteriormente. Nesse sentido, a perda da sacralização da escrita (FOUCAULT, 2002) acabou por dificultar a identificação dos intelectuais, ao mesmo tempo em que propiciou a disseminação dos *fast-thinkers* abordados por Bourdieu (1997) e que na Feira do Livro de Porto Alegre podem ser reconhecidos pela denominação “os escritores”, ou seja: aquelas pessoas que escrevem apenas o que é vendável, sendo que muitas vezes isso não agrega conteúdo ao leitor por estar embasado apenas em idéias feitas.

Uma outra colocação da Sophia corrobora a afirmação acima. Ela ao falar de um escritor que esteve na última edição da Feira do Livro para fazer uma palestra e divulgar seu último lançamento, dentre os “duzentos” livros que já publicou, afirmou:

Eu não traria ele, nem por insistência da editora. Se a gente não sabe a gente não pode ter vergonha de perguntar se o escritor é bom ou não, mas esse é sabido que ele não é dos melhores, ninguém escreve duzentos livros.

A crítica que ela faz a esse autor está relacionada à impossibilidade de alguém escrever um número relevante de livros com o conteúdo exigido para ser considerado um intelectual e estar palestrando na Feira. Como o referido autor é conhecido no meio acadêmico ao qual pertencço, posso considerar que a crítica dela é pertinente no que concerne ao conteúdo exigido por ela para a verdadeira produção intelectual, tendo em vista que os livros desse autor são considerados na administração como manuais.

¹⁷ Não consta no livro de Bourdieu a fonte original de Flaubert

Para concluir a discussão das características de um intelectual contemporâneo, trago a resposta que recebi da Sophia e que corrobora as considerações feitas até o momento: “[...] Mas para responder aquela tua pergunta, eu acho que é preciso mais do que ter conhecimento. É preciso construí-lo e divulgá-lo”. Assim, os meus dois informantes da Produção 02 consideram que os intelectuais do segundo milênio estão mais próximos dos intelectuais do século XII apresentados por Le Goff (1995), do que dos do século XX, discutidos por Gramsci (1988). Tendo em vista que aqueles são, segundo Le Goff (1995, p. 10):

[...] fui assim levado a definir o novo trabalho intelectual como a união entre a pesquisa e o ensino no espaço urbano e não mais monástico. Privilegiei, portanto, dentre as massas de mestres e estudantes, aqueles que se elevaram ao ápice da criação científica e intelectual e do prestígio no magistério.

Contudo, penso ser relevante destacar que o intelectual considerado por Sophia e Renato precisa difundir seus conhecimentos não necessariamente nas salas de aula das universidades, como os intelectuais do século XII, pois hodiernamente, os livros contribuem para a difusão do conhecimento, esses objetos, apesar de ainda serem considerados caros, especialmente no Brasil, quando em comparação ao custo de vida população, já são bem mais acessíveis que os produzidos naquela época, pois conforme destaca Le Goff (1995, p. 22): “Os magníficos manuscritos da época são obras de luxo [...] engrossam os tesouros da igreja e dos ricos [...] [e são] obra de penitência, que lhes [aos monges que os escreve] valerá o céu”.

É pertinente ressaltar que para meus informantes o simples fato de ser o autor de um livro, não garantirá o céu a ninguém, pois para eles, hodiernamente, escrever não é nem garantia de ser reconhecido pela sociedade como um intelectual.

Tendo esboçado essas primeiras considerações acerca do quê, para os agentes da difusão do gosto pela leitura, significa ser um intelectual resta ainda descobrir quais são as conseqüências que essa definição causa nesse ambiente social. Para tanto, no próximo subitem vou discutir as categorias que os meus informantes me apresentaram em campo, quais sejam: os “intelectualóides”, os “leitores de axilas” e os “intelectuais de mochila”.

7.3.3 Os Intelectuais e suas Variações

Apesar de meus informantes não possuírem uma definição acabada acerca do que é um intelectual, eles sabem diferenciar um “verdadeiro intelectual” de um “intelectualóide” e de um “intelectual de mochila”.

O “intelectualoide” é aquela pessoa que por ter “publicado livros”, no sentido de livros informativos, assunto já discutido no item anterior; ou por estar sempre em contato com outros intelectuais se autodenomina intelectual. Renato comenta comigo que um “intelectualóide” é o mesmo que um pseudo-intelectual, mas para ele, a primeira expressão define melhor a caricatura de um indivíduo que quer ser um intelectual, mas não é. Segundo a definição de meu informante “intelectualóide” é: “aquele que se preocupa mais com a aparência do que com o conteúdo. É aquele que se preocupa mais em como vai falar sobre um assunto do que de se apropriar dele”.

Quando se trata de falar em “pseudo”, vale destacar que esse prefixo não se restringe aos intelectuais, ele se expande para os leitores, criando assim a categoria dos “leitores de axilas”. Estes são os que, por considerarem que o livro é o instrumento do intelectual (LE GOFF, 1988), isto é, um objeto representativo da intelectualidade, dirigem-se até a Feira e compram sacolas de livros. Circulam pela praça felizes por estarem possuídos por uma intelectualidade, que na verdade não possuem, até porque, como acrescenta Sophia: “esses geralmente só compram livros na Feira, colocam eles embaixo do braço, empinam o nariz e se dizem intelectuais”.

Essa categoria não aparece somente na fala dos organizadores da Feira ela é recorrente também na fala de alguns entrevistados:

Eu conheci, conheci uma pessoa, até trabalhou aqui, não trabalha mais. Profissionalmente ele era fraquinho, mas qual era a tática dele, ele tava sempre com dois livros debaixo do braço. Ele não lia, mas ele tava sempre com dois livros pra dar a imagem de intelectual, era livro de filósofos, de pensadores, agora era uma anta, e sempre tava com dois livros debaixo do braço. Talvez tentando vender uma imagem intelectualizada, mas pra mim não colou. (Flávio – Gerente de Jornalismo da Rádio Guaíba)

Assim, cruzando as observações realizadas na CRL com os dados das entrevistas é possível considerar que em época de Feira a categoria dos “intelectuais de axilas” recrudesce em virtude das muitas pessoas que buscam se integrarem nos grupos dos intelectuais, demonstrando ser esse um grupo de referência para a sociedade porto-alegrense. Essa integração é então mediada pelo objeto livro exposto na Praça. E assim a Feira do Livro se torna um lócus onde as pessoas que não possuem o hábito da leitura, tampouco de

freqüentarem livrarias, inserem-se no grupo dos mais intelectualizados por possuírem publicamente o objeto característico, no julgamento dos mesmos, da intelectualidade. Portanto, seria essa uma das razões que fazem com que uma grande parte da população:

Só compram, e são muitas. Livros, apenas na Feira. Por que? Por vários motivos também, mas assim, pela festividade, pela descontração, a possibilidade de chegar numa barraca, olhar, olhar o livro, participar também deste ritual de conviver com autores descontraidamente. (Tao Golin)

É possível considerar que, a partir da fala dos meus informantes da CRL, na Praça, há os “intelectalóides”, aqueles que de forma caricaturizada pensam ser intelectuais apenas pelo fato de comprar livros, mas há também, segundo entrevistados que freqüentam a Feira, um outro tipo de leitor, aquele que não pretende se tornar um intelectual, mas chegar mais perto da posição social deste, de modo que poderiam ser considerados pseudoleitores, mas não “intelectalóides”.

Até o momento estou discutido apenas as categorias que para meus informantes da CRL não são constituídos por intelectuais verdadeiros, são na verdade compostas por pseudo-intelectuais e pseudoleitores. Entretanto, vou agora tratar de uma categoria que para meus informantes representa um assunto delicado, trata-se dos “intelectuais de mochila”.

Os “intelectuais de mochila” são aqueles que desempenham a função social de intelectuais, mas que antes de conversarem com o público leitor, de darem autógrafos ou de participarem de um debate, passam no caixa para ver se o cachê já está lá. Segundo Sophia: “Esse intelectuais, nem tiram a mochila. Eles chegam, passam no caixa, fazem a palestra e vão embora. Isso tudo sem tirarem a mochila das costas”.

De certa forma, a categoria “intelectuais de mochila” tangencia uma questão bastante antiga quando se fala em intelectuais, trata-se da venda do conhecimento, assunto já apontado por Le Goff (1988). Contudo, a questão principal aqui não está vinculada à cobrança financeira pela difusão do conhecimento do autor, mas a forma que ele trata o comprador.

Para Sophia, um verdadeiro intelectual, deve sim ser remunerado por seus serviços, até porque muitos vivem apenas disso, mas ela ressalta que há alguns intelectuais que estão vinculados a uma instituição, e quando isso ocorre, o pagamento não deve ser considerado obrigatório tendo em vista que o intelectual não está apenas divulgando o seu trabalho, mas também a instituição para a qual presta serviços. Sendo assim, trata-se de uma divulgação institucional, a qual nem sempre precisa ser remunerada, principalmente, quando o público ouvinte pertence a uma classe social menos abastada.

Mas indiferente da questão remuneração do intelectual, o que eles rechaçam é a falta de comprometimento do intelectual com seu público, isto é, a pouca consideração dada a este.

Sophia explica:

Ele é um escritor renomado no país todo. Cobra sete mil reais para fazer uma palestra. A gente faz questão que ele venha, mas teve uma vez que ele veio um dia antes da sua palestra, encontrou com uns amigos por aqui e saiu para beber. Quem diz que no outro dia ele aparece. Foi uma verdadeira falta de consideração com o público. Nós ficamos dois anos sem convidá-lo. Até que um dia ele mencionou que Porto Alegre tava dando um gelo nele. Esse ano ele está voltando, mas nós já marcamos para ele vir no dia da palestra.

Essa fala de Sophia retrata que o intelectual por já ser respeitado por seu público pode tratá-lo com um certo desmerecimento, talvez isso esteja ligado à idéia de que os intelectuais são melhores do que “o homem comum”. Parece existir um consenso de que os intelectuais são semi-deus. Quem sabe seja por isso, que alguns deles são eleitos para se tornarem imortais? Mas segundo meus informantes, imortais ou não, eles, no mínimo, devem ter respeito pelas pessoas que os lêem.

Esse suposto consenso que indica que o intelectual é melhor do que os demais mortais é corroborado por alguns fatos que observei. Quando Renato pede para que os escritores lhe enviem seus mini-currículos, ele recebe “preciosidades” como essa: “[...] gosto de feijão, arroz e bife na chapa [...]”, ou seja, o fato desse escritor ter um bom currículo não o impede de gostar das coisas que os simples mortais gostam.

Portanto, percebo que a idéia de que os intelectuais constituem uma categoria melhorada da raça humana, permite que haja a criação dos denominados “intelectuais de mochila”.

Por fim, a partir dessas observações acerca do que significa ser um intelectual para os membros da CRL é possível destacar que para estes, aqueles constituem uma categoria sociológica e histórica e por isto, conserva algumas características ao longo do tempo, torna outras obsoletas e agrega novas peculiaridades, conforme o contexto em questão. Com isso, o intelectual do segundo milênio pode ser considerado como uma mescla das características de seus predecessores, contudo, ele guarda mais semelhanças com o intelectual do século XII, ou seja, aquele que adquire um conhecimento, o desenvolve e por meio da oratória e da escrita divulga sua contribuição para o desenvolvimento do conhecimento ao seu público. Entretanto, hodiernamente, muitos são os campos do conhecimento, e essa multiplicidade de saberes culmina em intelectuais específicos, de modo que um intelectual tem a consciência de que não é mais o detentor de uma verdade única, sendo assim não se espera mais que ele “seja a consciência de todos” (FOUCAULT, 2002, p. 8).

Um dos símbolos que caracterizava o intelectual que, com o passar do tempo, não constitui mais seu privilégio é o livro. Segundo meus informantes, o livro atual pode ser ainda usado como um instrumento de divulgação do conhecimento como pode também ser apenas um informativo, sendo que este último não define seu escritor como um intelectual. Entretanto, há um grupo de leitores que não faz essa distinção e crê que apenas possuindo este objeto ele pode ingressar no mundo da intelectualidade, como se apenas assistindo aos programas televisivos fosse possível que eles se tornassem atores. A esse grupo, a Produção 02, considera os “leitores de axilas”.

Outra característica que ainda se mantém, segundo minhas observações, é a ligação entre a intelectualidade e o ócio. Segundo o patrono da 49ª Feira do Livro, jornalista e escritor Walter Galvani, é normal as pessoas ao o verem concentrado em uma leitura, indagá-lo se o mesmo está descansando, ou ainda se ele faz isso por diversão. Ou seja, a imagem do intelectual da Renascença persiste, não sendo aceita pelos meus informantes que procuram valorizar o trabalho dos “intelectuais que vivem disso” (Sophia), procurando, na medida do possível, fornecer-lhes cachês, de modo que, o dilema conhecimento como dom divino ou como produto de troca, não é um problema para meus informantes. O que constitui um ponto de discussão para eles é a questão desses intelectuais, por “já terem ganho a vida” (Renato) menosprezarem seu público, ou seja, passarem a engrossar o time dos “intelectuais de mochila”.

Por fim, ao fazer essas reflexões, é possível compreender melhor o papel da CRL como entidade organizadora da Feira do Livro. Entender a razão pela qual, aqueles insistem em classificar a Feira como “do livro” e não “de intelectuais”, pois o que está à venda na praça é o objeto livro enquanto produto industrial e não mais o instrumento inerente à função do intelectual. Por isso, eles se definem como os difusores do gosto pela leitura, seja ela qual for. Acionando esse discurso, os organizadores da Feira justificam a destinação das verbas do evento, reconhecendo que, em muitos casos, fornecem cachês aos “intelectualóides”, mas eles estão cientes que estão contribuindo para aumentar a venda de livros, ou seja, estão fomentando o lado comercial da Feira, o que está coerente com os objetivos dos associados da instituição.

Independente da Feira ser “do livro” ou “dos intelectuais”, ambos se fazem presentes na Praça e assim como os membros da Comissão Executiva possuem suas definições de intelectuais, estes tem suas opiniões acerca do evento organizado por aqueles e são elas que serão apresentadas no subitem a seguir.

7.3.4 Os Intelectuais e a Feira do Livro de Porto Alegre

Na 50ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre, fui convidada por um dos meus informantes para um café no Bistrô do Museu de Artes do Rio Grande do Sul. Enquanto conversávamos, ele mencionou:

Olhe ao seu redor, observe esse movimento, as pessoas se encontrando, discutindo, pensando em projetos que possam desenvolver juntas. Era isso que faltava em Porto Alegre, pois essa cidade não tem vida cultural, intelectual, cada um trabalha sozinho, no seu canto, mas a Feira propicia o encontro, e a vida cultural durante a Feira borbulha. (Ex-Presidente da CRL e da Editora da UFRGS)

Deste modo, diferente do discurso acionado pelos atuais organizadores do ritual, esse informante considera a Feira um espaço onde as pessoas ligadas à cultura e a intelectualidade podem se encontrar. Outro informante corrobora a afirmação do ex-presidente da CRL, de forma mais contundente: “Porque é o momento em que o estado e o país pára para olhar a atividade intelectual, e a atividade intelectual aqui é a produção dos autores em vários ramos do conhecimento.” (Escritor Tao Golim).

Assim a Feira se consolida como um espaço onde:

E, normalmente, se formam vários grupos, estes grupos das pessoas que se encontram, que não se vêem há muito tempo, e aí terminam saindo papos muito interessantes, conversações, pessoal vai pro bar ou fica aqui debaixo das árvores, pavilhão. E, normalmente, são conversações muito interessantes, muitas coisas, muitos projetos inclusive, muitos livros terminam saindo destas conversas. Nasce na Feira, sem dúvida nenhuma. (Escritor Tao Golim)

Portanto, esses escritores não discutem se a Feira é ou não de intelectuais, para eles esse ritual propicia encontros, discussões e negociações de novos projetos, por conseguinte, um espaço que a intelectualidade usa para tratar de seus trabalhos futuros e receber o retorno pelos já efetuados. A fala do escritor anteriormente transcrita ressalta que, apesar da Feira ser o lócus da intelectualidade, ela, por seu caráter de informalidade, aproxima o “homem comum” dos intelectuais, nas palavras do escritor: “[...] porque é um corpo a corpo, e as pessoas, digamos, assim não ficam constrangidas, [...] ela não tem aquele aspecto intelectualizado que afasta as pessoas”.

O corpo a corpo mencionado por Tao Golim ocorre nos Eventos Populares, momentos em que eles têm a oportunidade de discutir seus temas de interesse, dialogando com os pares como também com o público, sendo que a maior expectativa fica em torno da resposta do último. Nas palavras de outro autor:

Eu gosto desse contato com o público, porque o trabalho [...] como escritor, mesmo sendo escritor de receitas, de contos e crônicas que eu faço é uma coisa muito só. É como largar uma garrafa no mar. Eu não sei quem é que vai ler, quem é que vai consumir aquelas informações. Então isso aí torna muito, a gente fica muito assim,

inseguro, quando eu vejo a receptividade das pessoas daí é uma coisa que tem um encanto é muito especial. (Pinheiro Machado)

Essa expectativa acerca da aceitação do trabalho do escritor pelo público encontra justificativa na percepção que os escritores e escritoras, principalmente os novatos, têm da Feira, pois segundo a Bruxa Zania, escritora de livros infanto-juvenil:

Eu acho que [a Feira] é uma exposição onde os autores apresentam para a comunidade aquilo que eles têm de melhor, aquilo que ele conseguiu fazer durante um ano, aquilo que ele conseguiu fazer de melhor durante um ano dentro da sua capacidade de escrever. (Bruxa Zania)

As colocações dessa escritora vão ao encontro das análises realizadas por Teixeira (1988), para esse pesquisador, as festas ocorridas no Rio Grande do Sul que possuem como tema central os produtos agrícolas são momentos extraordinários programados “de caráter organizacional, altamente institucionalizado e com relevância crescente” (TEIXEIRA, 1988, p. 7), em razão de permitir que o homem proclame aos demais o que ele julga fazer melhor.

Isso fica mais evidente nas colocações dos escritores mais renomados, aqueles cujos trabalhos são reconhecidos nacional e internacionalmente, como é o caso da escritora Lia Luft. Ela frequenta a Feira, não com a mesma preocupação dos escritores que ainda não estão consolidados no cenário da intelectualidade, mas como alguém que admira o trabalho que já realizou.

E a gente já tá, os autores mais velhos já estão nessa fase que dá dois passos e as pessoas vem conversar contigo. Enfim, agora é um pouco como um jardineiro caminhando no meio de seu canteiro de flores. Eu acho que é bonito. É bonito ver as pessoas lidando com os livros. (Escritora Lia Luft)

Assim, essa escritora, ao avaliar o papel da Feira para os escritores, menciona que esse evento deve ser aproveitado por todos os iniciantes, pois ele é muitas vezes a vitrine dos que aspiram alcançar a notoriedade. Deste modo, segundo ela:

Agora acho que quando a gente é principiante, a gente precisa vir todo o dia na Feira, ser visto, conversar mais com as pessoas. A primeira sessão de autografo que eu fiz na Feira do Livro, sei lá, há 30 anos atrás. Eu me lembro da minha tristeza na tarde que eu lancei um livro [...] Não tinha nada coberto a não ser a mesinha. [...] E chovia desesperadamente. Então tinha umas seis pessoas na fila com uns guarda-chuvas enormes. Eu lembro da minha frustração da minha tristeza, é claro que daí era muito importante. No começo era muito importante. (Escritora Lia Luft)

Além disso, Moacyr Scliar salienta: “Para o escritor iniciante é importante [a Feira]. Para o veterano menos”.

Destarte, no início da carreira a Feira é um evento muito importante, tanto que um dos informantes relata em sua fala, por várias vezes, seu sentimento de débito para com a Feira:

E isso [vender mais de 151 mil exemplares] eu devo a Feira do Livro, porque foi onde os livros tiveram divulgação. [...] E isso eu tô te citando não como uma

vaidade, mas como um ato de humildade, isso eu devo a Feira do Livro, porque a Feira do Livro foi o palco onde o livro foi vendido, onde ele ficou conhecido. (Pinherio Machado)

Esse sentimento de débito pode marcar também aqueles que já alcançaram notoriedade, uma vez que a escolha do patrono de cada edição da Feira é entendida pelos escritores e escritoras como um sinal de “reconhecimento do trabalho intelectual de alguém” (Tao Golim).

Por fim, a despeito do discurso dos organizadores do evento que afirmam que a Feira é um evento do livro e não da intelectualidade, a mesma é reapropriada pelos escritores e escritoras que transformam esse espaço em uma vitrine para o trabalho desenvolvido durante o ano ou em um canteiro onde os resultados de um belo trabalho são admirados ou, ainda, no prêmio máximo que a sociedade porto-alegrense pode oferecer ao seu intelectual, ou seja, o título de Patrono.

7.4 FEIRA DO LIVRO: O PATRONO E O XERIFE

Há uma frase recorrente nos livros e jornais que se propõem a falar da Feira, qual seja: “A Feira já forjou seus mitos e rituais, multiplicou abnegados servidores e campeões, terá talvez seus heróis e santos” (FRANCO, *apud* GALVANI, 2004, p. 93).

Não é minha proposta averiguar a veracidade dessa afirmação, contudo é perceptível que entre esses servidores e campeões, heróis e santos, encontram-se a figura do Patrono e do Xerife, duas pessoas que marcam as edições das Feiras, pois: “Não tem Feira do Livro sem patrono e sem xerife” (Luiz – Funcionário da Editora da UFRGS). A partir da colocação desse informante, objetivo, nos subitens abaixo, discutir a relevância dessas duas figuras para o ritual.

7.4.1 O significado de ser patrono da Feira do Livro

Como referenciado anteriormente, o prêmio máximo que a sociedade porto-alegrense pode oferecer ao seu intelectual é o papel de Patrono da Feira do Livro de Porto Alegre. Segundo Walter Galvani, patrono da 49ª edição, ser escolhido como patrono é “poder ficar no

mais alto patamar que o escritor pode desejar, pela relevância do cargo, repercussão, reflexo sobre o conhecimento público, sua obra, divulgação do seu nome e da própria vida”.

E a Feira pode conferir esse prêmio porque “a Feira do Livro é maior que qualquer patrono, que qualquer escritor, que qualquer editora, porque é o conjunto de todos os elementos que formam o evento” (Flávio – Gerente de Jornalismo da Rádio Guaíba), deste modo, o meio jornalístico também categoriza a nomeação de um patrono como um prêmio dado ao escritor pelos serviços prestados à cultura gaúcha, tanto que, a jornalista da Rádio da UFRGS menciona que Donaldo Schuler, patrono da 50ª edição “merecia este prêmio”.

Não obstante, nem sempre foi assim, tendo em vista que a figura do Patrono modificou-se durante a própria história da Feira, ela foi desde o simples fato de homenagear algum escritor já falecido até a um elaborado processo de escolha dos nomes que estarão concorrendo a esse prêmio.

Olhando retrospectivamente para a Feira, constato que homenagear um escritor com o título de Patrono teve início em 1965, até esta data, a Feira não possuía um patrono, mas sim um orador, cargo que, segundo Galvani (2004) equiparava-se ao título de Patrono, pois ser escolhido para falar no palanque em nome da Feira era uma honra para qualquer um.

A escolha daquele orador tinha o significado de uma dedicatória, de um pedido de participação de alguém que, com seu prestígio e importância, desenhasse o significado da Feira do Livro (GALVANI, 2004, p. 94).

Ao analisar as mudanças ocorridas desde a primeira edição até a 51ª, é possível considerar que a figura do Patrono desenha mais do que o significado da Feira, de certa forma, ela reflete o contexto social, ou conforme palavras de Beatriz, coordenadora da Editora da UFRGS: “Então assim, eu acho que o Patrono ele é muito mais o representante, naquele ano, do povo. Eu acho que Patrono é o povo, né?”.

Ao realizar o paralelo entre a história da figura do Patrono e o contexto social é perceptível que esses cinquenta anos foram divididos em três grandes fases, quais sejam: a fase do orador (de 1955 – 1964), a fase das homenagens póstumas (1965 – 1983) e a fase do Patrono vivo (1984 -). Esta última fase guarda ainda uma especificidade, ela foi se modificando conforme as demandas da organização do evento, ou seja, foi atendendo ao processo de profissionalização que está ocorrendo na entidade gestora da Feira.

A Feira do Livro concedeu a palavra, no palanque da primeira edição, ao então Secretário da Educação e da Cultura, Libertato Salzano Vieira da Cunha, o qual, segundo Galvani (2004) declarou um compromisso democrático:

Lendo a história dos homens e dos povos, eles sabem que os ditadores pertencem ao pó do passado, são figuras efêmeras de um dia, e que somente permanecem os autênticos democratas, aqueles que consagram sua vida a serviço do povo (CUNHA *apud* GALVANI, 2004, p. 16)

Assim, o orador fala em nome da comissão organizadora e nesse discurso apresenta um ideal democrático, este perpassa o imaginário dos organizadores da Feira até as edições aqui estudadas, pois em 2004, durante a realização da 50ª edição, a palavra mais usada para definir a Feira era: “a Feira, um espaço democrático”.

Todavia, é de conhecimento público que o país viveu um período de ditadura entre os anos de 1964 e 1983, deste modo, sob o olhar vigilante do Estado, a Feira não poderia mais proclamar a democracia e assim buscou silenciar o orador trazendo à cena a figura do Patrono, no entanto, nada mais simbólico do que deixar que os mortos falem pelos vivos, quando as palavras dos últimos correm o risco de serem censuradas. Portanto, como relata Fischer (2004, p. 22): “Na organização da Feira, curiosamente, ainda não aparece a figura do Patrono, tradição que, sabe-se lá casualmente, ou não, começa apenas em 1965 [...]”

Deste modo, durante todo o período ditatorial a Feira estava presente na Praça, não encontrando nenhuma resistência. Portanto, ao invés de queimar os livros em Praça pública, a Feira continuava a vendê-los, respeitando a ordem vigente, corroborando a análise já realizada de ser a Feira um ritual da ordem.

Porém, com o fim da ditadura, e não correndo mais o risco de ser censurada, a Feira voltou a dar a palavra aos vivos, conseqüentemente, no ano de 1984, a solenidade de abertura do evento tinha no palanque um Patrono que fala, não mais apenas por meio de suas obras. Assim, as homenagens deixam de ser póstumas e o Patrono passa a ser uma personalidade ainda viva.

Até o ano de 1996, a escolha do homenageado era realizada pelos livreiros que optavam por dar esse reconhecimento a alguém que julgassem importante para a cultura gaúcha, todavia a partir de 1997, a Câmara procurou demonstrar transparência nesse desígnio e organizou um processo de escolha do patrono que envolve uma parcela representativa do cenário cultural e intelectual da sociedade rio-grandense.

Deste modo, a escolha do Patrono ocorre em duas etapas. Na primeira, um formulário é enviado a todos os associados da CRL, nesse formulário, o membro dessa entidade lista o nome de cinco pessoas que estariam aptas a serem o Patrono ou a Patronesse da Feira. Contabilizado esses votos, é divulgada na imprensa a lista com o nome dos dez mais votados, estes são denominados os patronáveis. Vale ressaltar que as pessoas indicadas são consultadas

antes da publicação dos nomes. Na segunda etapa, cerca de 90 pessoas ligadas a instituições culturais, de ensino e ao governo votam em três pessoas entre as dez presentes na lista. O nome que aparecer mais vezes em primeiro lugar será nomeado Patrono ou Patronesse da Feira do Livro de Porto Alegre. A divulgação do nome é realizado em um Evento Extraordinário no Bistrô do Museu de Artes do Rio Grande do Sul. Segundo Galvani (2004, p. 94): “À medida que se sofisticava a escolha, aumentavam as responsabilidades do escolhido”.

A sofisticação tanto do processo de escolha do Patrono como também da divulgação do nomeado, acabaram por acrescentar mais significados ao Prêmio dado pela Feira ao seu intelectual. A maior notoriedade dada à figura gerou no grupo de intelectuais gaúcho sentimentos distintos, quais sejam: o ressentimento e a ambição.

Aos que foram Patronos antes de 1997 resta o ressentimento de não ter sido um Patrono a altura do evento; aos que ainda não ocuparam essa vaga, fica o sentimento de ambição, pois são poucos os notórios ligados ao livro que não ambicionam aquela estátua de metal entregue em meados de outubro ao escolhido.

O Patrono da 49ª edição da Feira, Walter Galvani, na entrevista que me concedeu, relata que existe uma grande concorrência para a vaga de Patrono da Feira. Segundo ele, alguns escritores chegam a oferecer jantares para algumas autoridades que os primeiros julgam compor o comitê de escolha do patrono. Essa história relatada por Galvani foi confirmada nas minhas observações de campo, pois na época em que os votos para a lista dos patronáveis estavam sendo contabilizados, foram feitas várias menções acerca de jantares e visitas realizadas pelos escritores aos supostos pertencentes ao comitê. Em virtude disso, a lista com os nomes dos integrantes do comitê é divulgada após ser revelado o nome do escolhido.

O nome é comunicado no chamado Café da Manhã com a Imprensa que ocorre nas dependências do Bistrô. Esse Evento Extraordinário, no que tange à figura do Patrono, é apenas um momento de um processo ritualístico de passagem (VAN GENNEP, 1978), pois analisando o processo de escolha, percebe-se que a sociedade gaúcha possui vários candidatos ao ingresso no mundo da patronagem, segundo um jornalista: “Como eu te disse, tem vários nomes por ai que nunca foram Patronos. Então tu vê que a gente ta bem servido de [futuros] Patrono”. (Nestor Júnior – jornalista e editor da Trilha Notícias Digital)

Assim, tem-se um grupo de iniciantes que, anualmente, espera pela oportunidade de passarem para o grupo dos Patronos, tendo em vista que “uma vez Patrono, sempre Patrono, pois não existe ex-Patrono e sim Patrono da edição tal” (Walter – Presidente da CRL).

A divulgação da lista dos patronáveis apresenta o nome de dez pessoas que estariam aptas a ingressarem no mundo dos homenageados, contudo, apenas um neófito será escolhido para ocupar o cargo de Patrono. Essa pessoa escolhida passa por um período de margem desde o anúncio do seu nome até a cerimônia que oficializa sua entrada na galeria dos Patronos, isto é, até a solenidade de abertura da Feira.

Um dos patronáveis, após o café da manhã, receberá do Patrono da edição anterior um troféu, esse indica que aquela pessoa entra na liminarietà, quando não é mais um patronável, tampouco um Patrono. Na margem, o neófito recebe um tipo de treinamento. Não se trata de nada oficial, mas várias pessoas dão ao futuro homenageado dicas de como ele deve proceder junto à imprensa, aos livreiros e ao público geral da Feira, corroborando as colocações de Turner (1974), pois para este a margem é o momento propício para que as regras do novo *status* pretendido sejam repassadas ao neófito.

Deste modo, quando foi anunciado o nome do Patrono da 51ª edição da Feira, enquanto esse pousava para fotos, dava entrevistas para a rádio e a TV, alguns membros da Comissão Executiva comentava com a assessora de imprensa da CRL que uma das tarefas que ela precisava realizar era treinar o Patrono para dar entrevistas na TV.

Ademais, o fato de ter sido escolhido como patrono configura-se como um diferenciador, tanto que no ano de 2005, o patrono da 51ª edição encampou a proposta de montar um grupo oficial dos Patronos, algo como um conselho, onde os Patronos se encontrariam e elaborariam sugestões para apresentar as comissões organizadoras da Feira, buscando o aperfeiçoamento do evento.

Todo esse processo ritualístico acaba por ressaltar a importância da figura do Patrono, recrudescendo, portanto, a concorrência, fato comentado anteriormente, em face disso, cabe ao escolhido desenvolver bem sua função. Isso significa que, diferente dos primeiros oradores e patronos, a responsabilidade não está apenas em discursar no palanque na solenidade de abertura, hodiernamente, o Patrono precisa dedicar-se ao evento integralmente.

Tamanha dedicação causa ressentimento nos patronos anteriores, tanto que Moacyr Scliar, Luis Fernando Veríssimo e Lia Luft consideram-se padrinhos relapsos.

O Patrono mudou, né? No começo o Patrono era um escritor já falecido. E de uns anos pra cá, então mudou, e passaram a escolher um Patrono vivo. E é claro que, tendo o livro, o Patrono tem uma certa função de aparecer, de comparecer aos acontecimentos, estar sempre. Mas aí, depende muito da personalidade de cada um. Eu fui, por exemplo, um Patrono, na minha época, bastante omisso. Fiz muito pouca coisa. Já, por exemplo, o Ruy Carlos Ostermann, foi Patrono ano passado (D: atrasado), o ano passado foi o Galvani. O Rui foi um Patrono ativíssimo, participou de tudo, promoveu a Feira, Galvani também foi de iniciativa. Depende da personalidade de cada um. (Escritor Luis Fernando Veríssimo)

Eu fui uma Patronesse, uma Madrinha ou Patrona muito relapsa. Porque eu vim muito pouco à Feira. Porque eu sou uma pessoa muito reservada. [...] Me senti muito honrada, muito alegre, mas não vim todo os dias à Feira. Não vinha toda hora. Agora eu vejo, por exemplo, o Donaldo Shüller, ele está sempre aqui. Os Patronos antes, o Walter Galvani, fez um trabalho maravilhoso. Então o Patrono é aquela pessoa que está sempre ali, que recebe os escritores, que estimula os que estão ali na suas mesas dando autógrafa. Ele é a figura central da Feira. Eu fui muito relapsa nesse sentido, eu vim pouco. É meio jeito de ser. (Escritora Lia Luft)

Portanto, percebe-se que assim como o trabalho é considerado o elemento central na vida social (CASTEL, 1995), o Patrono reflete essa centralidade recebendo um prêmio que traz consigo muitas tarefas que precisam ser cumpridas e que o são com prazer por serem atividades ligadas ao livro. Segundo Donaldo Schüller, patrono da 50ª edição:

A minha função como ah, como Patrono do livro é de trabalhar pela difusão do livro. Mas ah! A função do Patrono é a função centralizadora da diversidade das funções. Ah! A Feira do Livro se desdobrou em uma série de atividades e o Patrono é uma figura que centraliza essas atividades [...] Veja, isso é um serviço. [...] Então o que eu sinto é que eu estou prestando um serviço para à CRL

Todavia, para os expositores não basta que os Patrono preste um serviço à CRL, pois ele deve estar a serviço de todos os frequentadores da Feira, principalmente aos que também estão lá a trabalho, ou seja, os atendentes das barracas. Segundo uma livreira:

Eu acho que o Patrono deveria participar mais. [...] Mas eu acho que o Patrono deveria ser mais simpático, mais acessível. Ele não chega a se mostrar pelos expositores. Ele passa e eu vejo que os funcionários: ah! É ele. E ele não chega a olhar. Ele fica muito distante, muito Patrono mesmo. Ele deveria estar mais, vivendo a Feira. Ele deveria passar e cumprimentar todo mundo, ele deveria, afinal ele foi escolhido para, ele é o Patrono ele tá representando. E eu acho que ele deve ser mais simpático. O Patrono deveria estar mais junto à Feira. Eu sinto porque os meus funcionários se queixam. Ele até passa pela barraca e ele sabe que ele é a figura principal ele é o Patrono e ele não se digna, mas não é só ele. (Neiva – proprietária Beco dos Livros)

Nessa fala é possível constatar uma reivindicação, qual seja: o Patrono, por ser escolhido, deve ter um comportamento mais simpático com as pessoas que estão na Praça, aproximar-se e conversar, pois os próprios funcionários desejam isso. O desejo dos funcionários reflete a questão da notoriedade das pessoas que são homenageadas, tendo em vista que a Feira seria a oportunidade que o “homem comum” têm de ficar próximo das pessoas importantes. Essa mesma constatação é possível de ser feita na fala de um outro informante que menciona como deve ser a atuação de um Patrono da Feira:

Olha, pra mim, até hoje eu acho muito bacana. São pessoas boas que são escolhidas. Eles passam o tempo com a gente, aquela convivência. Como aconteceu agora com o Galvani, uma pessoa que está sempre junto comigo, sempre brincando, levando tudo na brincadeira, umas pessoas bacanas, inteligente. Porque o patrono para ser bom, tem que ter aquele carisma, tratar bem todo mundo, tratar bem a imprensa. Ele é um representante da Feira. Então isso é importante pra ele. Ele não pode ser muito retraído. Tem que responder pra todo mundo, tudo que perguntam pra ele. Tem que ter calma, porque ser patrono não é brincado. (Julio La Porta)

Deste modo, é possível perceber que para ser considerado um bom Patrono é necessário que o homenageado seja carismático, isso vem ao encontro de um traço da cultura brasileira, a saber: a escolha por representantes que se comportem como líderes carismáticos.

Contudo, não é somente o Patrono que deve circular pela Praça distribuindo seu carisma, para muitos dos informantes, o Xerife é uma figura tradicional do evento que, apesar de ser conhecido por esse nome, tem um carisma e uma simpatia inigualável, tanto que, para um visitante da Feira tanto: “O xerife quanto o patrono são seres superiores, são como se fossem capitães da Feira”.

Portanto, ao lado do Patrono há a figura do Xerife, todavia, esse último desperta nos demais atores do evento sentimentos díspares, alguns nutrem uma relação de muito carinho com ele, outros detestam-no, enquanto um terceiro grupo comporta-se de forma indiferente quando perguntado acerca do Xerife. Em virtude de ele despertar diferentes emoções nos participantes do ritual, considero relevante discutir o significado do Xerife para a Feira, para tanto o subitem a seguir foi elaborado.

7.4.2 O Papel de Sr. Julio La Porta

A figura do Patrono é vitalícia, mas, anualmente, um novo membro é incorporado ao grupo, e passa então a representar a respectiva edição, já o cargo de Xerife da Feira é vitalício e intransferível, tanto que na 50ª Edição do Evento, os marcadores de páginas distribuídos aos compradores traziam a mensagem: “Há 50 anos a Feira do Livro da Gente. A Feira do Livro do Xerife”, apesar da consideração de Sr. Júlio La Porta, que ocupa essa função há 33 anos, de que “eu não sou o dono da Feira, pois ela é de todos nós”.

A figura do Xerife começou, segundo Sr. Júlio como uma brincadeira a ser realizada na Praça, mas que se prolonga até as atuais edições.

Segundo memórias de Sr. Júlio:

Pra mim, o presidente da câmara, o Mauricio Rosenblatt, entre nós dois foi uma brincadeira, essa parte aí. Porque ele era o presidente da câmara e ele tinha feito uma viagem, esses países da Europa e teve em umas cidadezinhas, essas colônias de poucos habitantes. E ele chegou numa dessas de trem e quando chegou na estação ele viu um cara tocando um sinozinho, batendo um sinozinho e lendo as notícias do que se passou, do que estava se passando na estação para o povo. Ele achou aquilo bacana e veio com aquilo na cabeça. Aí teve uma época que nós estávamos conversando, tomando um cafezinho e coisa e tal e ele: eu tenho uma coisa pra ti fazer. Tu te anima a tocar um sino no meio do povo? Claro que eu me animo, eu não tenho essas coisas, eu faço mesmo [...] Uma brincadeira dessa vamos fazer, eu faço, mas como uma brincadeira, não como uma coisa que se tornou séria. [...] Aí na inauguração da Feira, aquele negócio todo. Ele me deu o sino e disse: você vai para o meio do povo. Aí eu fui para o meio do povo, fiquei ali quietinho. Ai ele disse: quando eu terminar a palavra e dizer que está iniciada a Feira, tu toca o sino no meio desse povo todo. Eu toquei mesmo, realmente. O povo todo se espantou, feiço olhando de um lado para outro. E queriam saber por que? E daí pegou. Aquela brincadeira pegou. Aí acabou e começaram as entrevista e: não porque isso faz parte da Feira. E eu disse isso é só esta vez e tal, mas aí ele me desmentiu: Não, isso é o La Porta que tá brincando, esse aí é o Xerife e ele é que vai dar a abertura da Feira sempre e o encerramento, aquele negócio todo. Daí ninguém mais esqueceu o sino, todo mundo espera o sino para abrir a Feira e é bom isso aí.

O tempo em que o Sr. Júlio desempenha a função de Xerife da Feira foi responsável pela relação intrínseca que se criou entre o personagem e o ator, deste modo, as pessoas que vêm no Xerife alguém relevante para a Feira não conseguem imaginar esse evento sem seu Xerife, tampouco imaginam outra pessoa no lugar de Sr. Júlio:

Quando tu me perguntaste assim “e o Patrono?”, pra mim, eu não pensei em patrono desta Feira ou a Feira passada ou o patrono de tantas Feiras atrás. Agora quando tu me disseste o Xerife, a primeira pessoa que vem à cabeça é a imagem dele (Sr. Júlio). Então eu acho que o dia em que a gente não tiver mais ele, eu não sei [...] Então pra mim, assim liga muito, o Júlio pra mim é o Xerife, e o Xerife é o Júlio. Né, não tem muita diferença. (Beatriz – coordenadora da Editora da UFRGS)

Todavia, algumas pessoas consideram o Xerife uma figura importante por ser uma tradição da Feira, mas por ser uma tradição atrelada a uma pessoa, ela tende a terminar quando o Sr. Júlio não puder mais estar presente no Evento.

É assim, uma figura folclórica, faz parte do folclore da Feira, uma coisa simpática. Também faz parte das tradições da Feira. Olha, já não é uma coisa tão importante assim, quer dizer, eu falei, faz parte do espetáculo da Feira. Mas não é uma coisa, nada depende disso. De existir ou não, a gente sabe que é uma coisa muito simpática, muito atraente, mas não faz muita diferença. (Luis Fernando Veríssimo)

Entretanto, assim como essa fala relata que a Feira continuaria e existir independente da figura do Xerife, outras pessoas consideram que a tradição é maior que o indivíduo e acreditam que a substituição do Sr. Júlio é algo a ser pensado:

Bom, ninguém é eterno. Um dia, talvez ele canse, talvez ele fique doente, talvez não esteja mais entre nós. Mas eu acho que vai continuar, a função do xerife vai continuar com uma outra pessoa. Que nem o Papa, o Papa um dia termina, que se faz, se escolhe um outro Papa. Eu acho que vai acontecer isso com o Xerife também. (Flávio – Gerente de Jornalismo da Rádio Guaíba)

Entre as especulações que acontecem em torno do futuro da figura do Xerife, alguém pondera:

E o cara já é uma figura assim que não dá pra colocar outra pessoa no lugar dele. É ele o Xerife e ponto, o dia que não for mais ele vai ter que ter outro nome. Na Feira todo mundo chama ele de Xerife, não tem, eu acho que ele é uma personagem da Feira. A Feira sem ele, não que não vai existir mais, porque um dia ele não vai existir mais e a Feira vai continuar, mas vai ser diferente, né? (Juliane – funcionária da Editora Anilus)

A existência de tantas controvérsias acerca da Figura do Xerife resulta da incerteza das pessoas em relação à função que o mesmo desempenha na Praça, todos que têm conhecimento do Xerife concordam que ele faz parte do folclore da Feira, uma tradição, mas não conseguem identificar o papel dessa tradição para o evento:

Mas é o tipo de coisa bem folclórica, interessante. Cria uma imagem mais simpática, um toque de sino. Ele fica andando por ai. Não é uma coisa, se tu for ver, ele não tem função nenhuma, né? [...] A questão é o seguinte. O Xerife é como se fosse uma sineta que tocasse, uma automática. A função disso é que se não todo mundo iria começar a abrir mais cedo e mais cedo. (Guilherme – Beco do Livros)

O xerife eu não sei. Não sei o que ele faz. Mas também tenho que me informar. (Visitante)

Diferente dessa visitante que diz que precisa se informar acerca das atividades do Xerife, Mário um funcionário da Editora da UFRGS esclarece:

O Xerife, muita gente não sabe, mas ele é um dos grandes responsáveis, desde o início da Feira do Livro, desde as primeiras barracas a ser montadas, a negociação que é feita com os camelôs, com o pessoal que frequenta a praça antes da feira, aquele pessoal todo que vive no dia-a-dia na Feira, tudo isto é feito, é negociável e o grande responsável disso e o Xerife tem uma grande participação na Feira do Livro.

Nesse sentido, a colega deste funcionário salienta: “Ele, pra mim, ele é o síndico, aquele que cuida, aquele que, cada barraquinha é um pouco dele, ele tem um zelo por cada barraquinha, ele prepara o espaço para que as pessoas cheguem e participem da festa”.

Assim, o Xerife, em época de Feira, é aquele homem conhecido por muitos como o “homem da sineta” (Bruza Zania) que toca o sino delimitando, portanto, o tempo do ritual, mas para quem conhece essa figura mais intimamente sabe que além de delimitar o tempo, também organiza o espaço, procurando manter a ordem dentro das fronteiras da Praça, isto é do território onde o ritual é executado, primando assim, pela pureza do rito (DOUGLAS, 1976).

Portanto, o próprio Xerife menciona:

Qualquer coisa que acontece na Feira chama o xerife. Então isso aí é o que vem acontecendo: chama o Xerife. E é responsabilidade minha. Então são casos melindrosos que eles me chamam. Olha tá acontecendo isso aí, tu tem que dar um jeito. [...] E a gente tem que contornar a situação

Contudo, como já mencionado, a figura Xerife e a pessoa Júlio La Porta estão intrinsecamente ligados e mesmo quando o último não está investido com o papel de Xerife, ele procura manter a ordem na Praça, tentando conservar o espaço ritualístico o mais puro possível para a próxima edição da Feira.

Fechou a Feira não tem mais xerife. O que acontece é como eu estou na praça. [...] Com o pessoal todo, junto. Aí fica isso aí: ah! O Xerife, o Xerife. Então tão sempre se cuidando. Ah! O xerife não gosta disso aí, não gosta daquilo. Entre eles, né? E eu falo pra eles mesmo: não faz isso aí cara, vai arrebentar as flores, vai arrebentar os bancos. Não joga lixo aqui, não joga lixo ali. Brigo com os guardadores de carro, com essa esculhambação. Para com isso. Então a gente vai levando o ano com essas brincadeiras, com essas coisas. E aí eu passo o ano assim [...].

Assim, é possível pensar que a banca de revista desse cidadão está estrategicamente localizada. Antes da expansão da Feira até o cais, ele ficava em uma das quatro entradas da Praça e assim podia fiscalizar o que e quem circulava pela local, hodiernamente, com a expansão do evento até o cais, a banca de revista do Sr. Júlio fica localizada no então coração da Feira, lócus onde fica, durante o ritual o pavilhão de autógrafos. Portanto, no centro simbólico do espaço ritualístico fica instalado, durante o ano, o guardião do tempo, do espaço e da ordem da Feira.

Como guardião da ordem, ele desperta em algumas pessoas um sentimento de despeito e assim: “Eu nem gosto dele. Ele tem esse jeitão dele, sabe? De xerife mesmo. Que manda”. (Mario – Funcionário Beco dos Livros)

E ainda: “Xerife, eu me recuso a falar. Eu me recuso a falar por determinadas coisas. Eu tive atrito com ele, então” (Senhor Ivo – Proprietário da Martins Livreiro).

Esses sentimentos dúbios acerca da figura do Xerife é compreensível devido as colocações de DaMatta (1997, p. 67) que salienta que:

No caso brasileiro, [...] não deveria causar surpresa ou polêmica que o fato de que o povo que faz carnaval ser precisamente o povo do Sete de Setembro; [...] É, portanto, na cultura da igualdade desmedida e personalizada das massas que surge o caudilho autoritário, mas paternal na sua simpatia.

Para o Sr. Júlio, julgamentos negativos a respeito de sua pessoa não são novidades, pois antes mesmo dele começar a tocar a sineta:

E as pessoas já tinham um pouquinho daquilo de que eu era muito mandam, que eu queria as coisas tudo certo, né? Eu dava muito duro nesses negócios, porque eu era parte da organização da feira. E era muito chatinho, então tinha esse xerifão. [...] Pois é, é daí. Daí é que foi criando-se essa figura, acho que foi daí, porque nós era uma comissão de cinco pessoas. Da CRL. Então olha. Não pode fazer coisas que não estejam no regulamento. Então veja, tinha meus colegas de trabalho, não tomavam conhecimento, assim das coisas que se passavam. Eu não. Se diz que não pode, não pode. Então eu chegava e dizia isso não pode. Ah! Mas ninguém falou nada. Eu tô te falando agora. E isso foi marcando o feirante. E eles foram vendo

que muito melhorando mais a Feira pelo respeito e essa coisa toda foi se criando isso dentro e quando ia fazer escolha, votação, não batia palma não queremos o fulano. Então me escolheram não sei quantas Feiras que tinham me escolhido.

Por fim, é possível considerar com a fala do Xerife que sua função prática na Feira é o cumprimento das regras de modo que essa ação, simbolicamente, corrobora análises feitas anteriormente de que o rito Feira do Livro de Porto Alegre é um ritual da ordem, onde as estruturas da sociedade porto-alegrense são democraticamente partilhadas para que sejam conhecidas por todos a fim de alcançar sua manutenção e, cabe a essa figura tradicional da Feira manter a ordem. Parafraseando Douglas (1976), cabe ao Xerife, manter a pureza e evitar o perigo dentro dos limites do ritual Feira do Livro de Porto Alegre.

8 A CULTURA ORGANIZACIONAL DA FEIRA DO LIVRO

Antes do ano de 2004, eu freqüentava a Feira do Livro como faz a maioria das pessoas que vão à Praça da Alfândega no final do mês de outubro e ou na primeira quinzena do mês de novembro. Ia à Feira para caminhar entre as alamedas da Praça, folhear vários livros e levar alguns para casa. Uma vez ou outra cruzava por algum conhecido, encontrava um velho amigo ou ainda me deparava com um colega de faculdade. Após bisbilhotar os balaios, realizar algumas compras e ter conversas inesperadas, retornava ao meu cotidiano com a sensação de ter feito a minha parte, pois eu já havia ido à Feira e a qualquer pessoa que me perguntasse eu já teria a minha opinião sobre aquela edição. Corroborando, dessa maneira, a colocação do escritor Pinheiro Machado:

Como se fosse uma falha pessoal não ter ido ainda a Feria. Então, eu conheço várias pessoas, mas muitas pessoas, só no meu círculo de amizade e eu imagino que na cidade deve ter milhares de pessoas que na Feira do Livro se julgam no dever de ir lá e comprar pelo menos um livro [...]

Após a 50ª edição, não vivenciarei a Feira dessa maneira.

Confesso que ainda não imagino como será minha participação no ritual de 2006, não sei como será retornar a campo não mais na condição de pesquisadora e sim como uma visitante a ser contabilizada dentre um milhão e novecentos mil freqüentadores (SILVEIRA, 2005, p. 3) que circulam pela Praça. Todavia, posso prospectar que a Feira não será apenas “caminhar”, “folhear”, “comprar” e “conversar”, pois fazer etnografia na 50ª e na 51ª edição desse evento, bem como acompanhar a organização do último ritual permitiu que eu desvendasse a cultura organizacional desse rito de compra e venda de livros e como o próprio conceito de cultura organizacional que embasa esse trabalho afirma, a mesma é uma “rede de significações” que são adjetivadas como: “ambíguas, contraditórias, complementares, díspares e análogas” (CAVEDON, 2000, p. 33-34) e, portanto, não permite ser entendida e resumida apenas nos quatro verbos supra citados, tendo em vistas que eles são as significações atribuídas à Feira partilhada por todos os participantes do evento, evidenciando assim, os aspectos homogêneos da cultura organizacional do evento, integrando diferentes pessoas em um só grupo.

Desvendar a homogeneidade de um grupo é encontrar os significados que dão coesão às relações, que unem as pessoas em torno de algo. Contudo, aceitar a cultura organizacional

desse evento apenas como homogênea seria desconsiderar as teorizações já realizadas acerca desse tema e ficar na superfície da rede de significações não atentando para os diferentes símbolos e significados presentes nessa cultura e que não encontra consenso entre os participantes, ou seja, a característica plural da cultura.

Descortinar tanto os aspectos simbólicos que são consenso quanto os que são divergentes auxiliam sobremaneira nas decisões administrativas, enquanto os primeiros permitem a realização de fatos administrativos que serão aceitos com mais facilidade por todos os membros do grupo, os segundos permitem decidir que aspectos simbólicos serão privilegiados e quais os membros desse grupo estão sendo considerados durante as decisões administrativas e, portanto, compreender como o poder está distribuído dentro do grupo e quem são os que estão se beneficiando com essa distribuição.

A influência dos aspectos simbólicos que são consenso nas tomadas de decisão fica evidente na problemática da expansão da Feira até o Cais, uma vez que não foi a racionalidade administrativa (maximização do espaço, minimização dos riscos) que norteou a decisão de levar a Feira até as margens do Rio Guaíba e sim a relação histórico-simbólica do Rio com a Cidade, desses com a Praça e desta com a Feira, permitindo, portanto que aspectos simbólicos (a origem da cidade e a importância da Feira para Porto Alegre) que homogeneízam a cultura do evento sirva de base para a expansão do mesmo.

Por sua vez, as diferenças de significações resultam em fatos administrativos distintos, isto é, são as diferentes formas de interpretar a realidade que influenciarão nas decisões administrativas levadas a efeito, refutando, portanto, a existência de uma racionalidade administrativa perfeita e como já mencionado revelando a distribuição do poder, tendo em vista que os atos administrativos podem revelar as lutas travadas entre os aspectos simbólicos desiguais da cultura organizacional dos membros do grupo.

Começo a apresentar essas desigualdades elucidando os diferentes aspectos simbólicos atribuídos ao ato de organizar a Feira pela Comissão Executiva.

A Comissão Executiva é composta por quatro pessoas, das quais duas possuem uma equipe de trabalho quase em caráter permanente, trata-se da Produção 01 e 02, as outras duas desenvolvem trabalhos de forma individual. Como já explicado no decorrer do trabalho, envidei meus esforços de pesquisa nas referidas Produções e, assim, considero que as duas contribuem para a heterogeneidade da cultura organizacional da Feira, pois enquanto para a coordenadora da Produção 01 organizar este rito representa uma forma de exercer poder e

ganhar notoriedade, para a coordenadora da Produção 02 organizar o evento significa uma oportunidade de disseminar conhecimentos.

Os diferentes significados atribuídos por elas ao ato de organizar a Feira repercutem na organização do trabalho da equipe que passa a ser definido, pelos meus informantes da CRL, como uma produção burocrática (Produção 01) *versus* uma produção autônoma (Produção 02). Assim, esses dois grupos não são entendidos por seus membros como uma equipe que constitui a Comissão Executiva da Feira, mas sim como dois grupos de trabalho que estão disputando espaços, sendo que cada equipe possui suas estratégias definidas.

A Produção 01 busca alcançar destaque organizando o maior número de Eventos Populares e Restritos possíveis durante a Feira e, dentre esses Eventos, procura ter sempre grandes nomes do cenário nacional e ou internacional. A Produção 02 prima pela qualidade dos convidados, pela divulgação prévia das atividades e pela preparação do público ouvinte.

Como resultado dessas diferentes estratégias tem-se que a maioria das atividades populares organizadas pela Produção 01 acaba tendo um público muito pequeno enquanto outras ficam lotadas devido à notoriedade dos palestrantes. A presença dos últimos na Feira acaba sendo divulgada na imprensa e assim, indiretamente, a Produção 01 recebe seus louros e com isso considera que a Feira já alcançou seu ápice.

Uma boa parte das atividades organizadas pela Produção 02 são previamente agendada, garantindo público. Esse público é orientado a conhecer o trabalho dos escritores que estarão na Feira para poder ter maior proveito do encontro realizado no ritual. Nesse sentido, dois projetos de leituras prévias são realizados no decorrer do ano, quais sejam: Adote um Escritor e Fome de Ler. Apesar disso, a Produção 02 avalia que nem todas as pessoas que agendam a participação nos Eventos se preparam devidamente para participarem e com isso eles concluem que sempre há algo a melhorar de uma edição para outra.

Portanto, fica evidente que apesar das duas Produções terem o mesmo objetivo, qual seja: organizar a Feira, são acionados diferentes fatos administrativos em virtude do significado atribuído a esse objetivo pelas pessoas que buscam concretizá-lo.

Como a “rede de significações” circula dentro e fora da organização, a heterogeneidade da cultura organizacional da Comissão Executiva demonstra que é perpassada pela heterogeneidade do setor livreiro, o qual também possui suas divisões.

O setor livreiro, representado nesse trabalho pelos entrevistados que possuem barracas na Praça, também se divide ao atribuir significado ao seu papel na Feira, pois há aqueles que

entendem que, em primeiro lugar, a Feira deve ser um evento disseminador do gosto pela leitura, ou seja, aderem a um dos quesitos da missão da entidade a qual são associados, enquanto que outros atribuem as atividades executadas durante os dias do Eventos apenas um valor comercial, isto é, estar na Feira significa apenas vender livros e divulgá-los, de modo que se o faturamento em alguma edição não alcançar as expectativas, o livreiro se propõem a reavaliar a participação no próximo ano.

Esses diferentes significados atribuídos à participação na Feira repercutem na relação existente entre os associados e a instituição CRL. Os informantes do setor livreiro que atribuíram a participação no evento o significado de disseminar o gosto pela leitura amenizam as reclamações feitas acerca do desempenho da CRL como associação de classe e mencionam que todos os livreiros deveriam se envolver de maneira mais ativa no que concerne à organização de eventos que propicie negociações relativas ao fechamento de negócios, isto é, aos aspectos puramente econômicos.

Por sua vez, os associados que estão na Feira atuando apenas como expositores em um evento comercial dizem, veemente, que a CRL deveria dar maior atenção aos seus associados, buscando congregá-los todos em um mesmo grupo de modo a constituírem uma grande família, constituindo assim um grupo coeso que poderia traçar estratégias conjuntas para aumentar a venda de livros. Essas diferenças revelam a existência de pelo menos dois grupos de livreiros lutando pelo poder na instituição. Vale destacar que os dois grupos estavam sendo representados na diretoria da instituição até meados de 2005, todavia, divergências internas acabaram por dissolver a aliança e permitir a manutenção do primeiro grupo na coordenação da instituição.

As reivindicações do grupo de associados que procuram na Feira apenas um espaço para a venda de livros e uma vitrine para o seu empreendimento, como não poderia deixar de ser, acaba criando uma tensão na Produção 02 que se identifica mais com o primeiro grupo de livreiros, tensão que abre espaço para um pergunta: a Feira é do Livro ou de intelectuais?

A resposta dada a essa questão pela Produção 02 é: a Feira é de livros. Isso é feito buscando amenizar os conflitos acerca das decisões sobre a destinação das verbas, pois os componentes desse grupo optaram por atribuir um significado que possibilita uma harmonia entre seus desejos (contratar apenas pessoas que desenvolvem trabalhos de qualidade) e o poder coercivo das empresas do setor que apenas desejam vender livros, sejam eles de qualidade ou não.

Ao acionar esse discurso, a Produção 02 atribui um significado ao objeto livro que não é compartilhado pelos escritores e escritoras que participam desse ritual, uma vez que para esses, a Feira não é do livro, mas sim dos intelectuais, sendo que aquele é apenas um objeto inerente a esse papel social. É notório, portanto, que ao objeto festejado nesse evento são atribuídos diferentes significados, tornando-o um símbolo polissêmico.

Para a Comissão Executiva (especialmente para a Produção 02) o livro não é sinônimo de intelectualidade, tendo em vista que, hodiernamente, qualquer pessoa pode escrever sobre qualquer coisa que seja vendável, revelando que os livros podem ter autoria de verdadeiros intelectuais como também podem ser escritos por, como define Bourdieu (2002), os *fast-thinkers*. Deste modo, para os organizadores do evento, o fato do livro não ser mais característico de um grupo social, permite que sejam construídas várias significações acerca das pessoas que os escrevem ou os compram, quais sejam: os “intelectualóides”, os “intelectuais de mochila” e os “leitores de axilas”, tais significações acabam influenciando nas decisões referentes à organização das atividades, demonstrando, portanto a influência do simbólico nos fatos administrativos.

A diferença de significados atribuídos ao objeto livro revela que nessa luta simbólica, os vencedores tem sido os escritores e escritoras, que, apoiados pelas empresas do setor e pela imprensa, consolidam junto ao público a idéia de que ter e ou escrever um livro é sinônimo de intelectualidade e, por isso, ele se torna objeto de desejo, seja o desejo de adquiri-lo ou de publicá-lo. E assim, o livro é desejado por ser entendido pelos compradores e escritores como um instrumento característico da intelectualidade, portanto, o ato de compra pode ser comparado à aquisição de um ingresso para fazer parte de um grupo seletivo, qual seja: o dos intelectuais, corroborando assim a importância do mesmo para a constituição de um grupo de referência.

Um grupo que pode agregar diferentes atores que se encontram anualmente na Praça e, assim, passo a discutir os achados acerca do terceiro objetivo específico, qual seja: identificar os palcos, os atores, os autores e os homenageados presentes na cultura organizacional da Feira do Livro.

O palco da Feira do Livro é constituído por diversos espaços: a Praça da Alfândega, o Cais do Porto e os prédios da Casa de Cultura Mario Quintana, Centro Cultural Érico Veríssimo, Museu de Artes do Rio Grande do Sul, Santander Cultural e Memorial do Rio Grande do Sul. O uso desses espaços é realizado de forma distinta. Enquanto a Praça é simbolicamente ampliada até o Cais, unindo a cidade ao Rio e unificando os porto-alegrenses,

ou seja, constituindo um aspecto homogeneizante da cultura do evento, os prédios culturais por sua vez, ao tentar unificar os porto-alegrense acaba, geralmente, exacerbando as diferenças do capital cultural dos frequentadores do evento, distinguindo-os.

Essa distinção é percebida também nos Eventos que ocorrem durante a Feira separando os atores que executam o ritual em dois grandes grupos, o dos convidados e o dos participantes. No grupo dos convidados encontram-se aqueles atores que participam dos Eventos Restritos por possuírem capital econômico, cultural ou social, conforme definições traçada por Bourdieu (1998).

O grupo dos visitantes é formado por aquelas pessoas que vão à Feira para executar os quatro verbos citados no início do capítulo: “passear”, “folhear”, “comprar” e “conversar”. Realizar uma das ações já é o suficiente para que o visitante sinta-se apto a participar do grupo dos convidados, de modo que é a distinção que propicia a unificação momentânea dos porto-alegrenses em uma só comunidade, todavia, trata-se de uma participação que deve seguir as condutas consideradas apropriadas pelos grupos do convidados, isto é, significa a tentativa da imposição do simbólico de um grupo social aos demais membros da sociedade que desejam fazer parte da “elite” ou, nesse caso, do grupo dos convidados.

Nesse sentido, é possível afirmar que a importância da Feira para a sociedade porto-alegrense reside em um aspecto ambíguo, qual seja, ela distingue para poder unificar, sendo que essa unificação somente é possível devido ao desejo das pessoas do grupo dos participantes desejarem adquirir *habitus* dos convidados e, ao desejo destes de democratizar temporariamente tais *habitus*, partindo, portanto do pressuposto que a cultura do último grupo é melhor do que a do primeiro.

A questão da democratização já estava presente desde a primeira edição do evento, quando então, o livro, um objeto característico de uma elite intelectual foi escolhido para ser festejado em praça pública na tentativa de aproximar o “homem comum” de um objeto de “bom gosto”. Conseqüentemente, uma sociedade que elege o livro como um objeto a ser festejado por ser sinônimo da intelectualidade reafirmar a importância do intelecto, anualmente, homenageando um intelectual para representar o grupo que está na Praça.

O Patrono é escolhido entre os próprios membros do grupo, pois precisa ser ou residir no Estado, tendo contribuído para a cultura gaúcha, enfim, esta homenagem afirma que um grupo que preza pela intelectualidade constrói seus próprios intelectuais, de modo que a Feira

é simultaneamente um espaço que homenageia os renomados e promove os iniciantes ao colocá-los dividindo o mesmo palco.

Perante uma cultura que tem atribuído a seus símbolos diferentes significações seria incoerente atribuir a figura responsável pela manutenção da ordem no evento um único significado, assim, o Xerife é percebido pelos diversos atores de diferentes maneiras, indo desde aqueles que o admiram e o consideram intrinsecamente ligado à Feira, até os que simplesmente ponderam que sua função é apenas figurativa, atribuindo-lhe o mesmo valor que atribui a uma campanha eletrônica, sem considerar, portanto o ato simbólico de manter o rito salvaguardado de contaminações (DOUGLAS, 1976).

A Feira do Livro é um evento marcado por regras pré-estabelecidas, desrespeitá-las significa poluir o ritual, ou seja, desorganizá-lo. Deixar a desordem invadir a Feira é deixá-la exposta a grandes perigos, tendo em vista que o rito celebrado pelo porto-alegrense é um rito da ordem, da disciplina. Nele são apresentados os *habitus* dos convidados que devem ser seguidos pelos participantes da festa, para que esses estejam aptos a participarem do grupo que celebrar o livro em Praça pública, tanto que as pessoas consideradas incapazes de se adequarem às características da intelectualidade são previamente retiradas do local. Portanto, é notório que a Feira do Livro de Porto Alegre é um evento cultural que serve a manutenção de um *status quo* social, deixando pouco espaço para ações contestatórias, que, por ventura, quando ocorrem são executadas sob o olhar atento do Xerife, cuja função principal é manter a ordem no ritual.

Essa característica do rito executado pelos porto-alegrenses revela coerência com a criação da identidade de uma sociedade que segundo Goulart¹⁸ (1985, *apud* OLIVEN, 1993, p. 400) procura se diferenciar do gaúcho castelhano destacando características próprias a um rio-grandense, quais sejam: comedido, trabalhador e seguidor de regras. Mas o porto-alegrense busca ainda, além de se identificar como um rio-grandense, constituir uma imagem de um cidadão desse estado que reside na capital, portanto, em uma grande metrópole e para isso escolhe como elemento definidor da identidade porto-alegrense a intelectualidade, representada pelo objeto livro, pois como destaca Bentancur e Fonseca (1995), Porto Alegre, já na década de 1950, era uma cidade considerada letrada.

Sendo assim, o livro como um símbolo da intelectualidade passa a ser definidor de um grupo de referência, o qual distingue as pessoas a partir de um capital cultural que é imposto

¹⁸ GOULART, Jorge Sallis. A formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Caxias do Sul: Martins Livreiro/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

por um setor da economia, o livreiro, com a complacência da imprensa, que estimula a compra de algumas obras em detrimento de outras, permitindo dessa maneira que a Feira tenha um nível de intelectualidade variando conforme os significados atribuídos a esse papel social pelos organizadores do evento e pelos representantes da imprensa, por conseguinte, é perceptível, a imposição do gosto de alguns aos demais participantes do ritual que para se sentirem parte do grupo, respeitam as ordens e consomem o livro, muitas vezes, sem maiores questionamentos.

Independente do grau de intelectualidade da Feira, esse evento busca unir os diferentes (por imposição ou não) e se torna um ritual unificador, assumindo um papel importante em uma sociedade marcada por diversas polaridades (não apenas por ser ou não intelectual), tendo em vista que os porto-alegrenses procuram sempre demarcar seu lugar a partir das opções que fazem, ou seja, ser gremista ou colorado, ir ao Brique ou ao Parcão, ou ainda, ser Chimango ou Maragato. Essas dicotomias são marcantes na constituição da identidade porto-alegrense tanto que acabaram ganhando espaço nas músicas de vários letristas gaúchos que cantam a cidade, dentre eles Kleiton e Kledir.

Assim, a heterogeneidade desse ritual revela a união dos diferentes, pois tanto gremistas quanto colorados afirmam ser a Feira o maior evento cultural da cidade.

A Feira une a heterogeneidade ligando-a ao lugar de origem do porto-alegrense, o Rio e a Praça e, assim, retornando ao princípio, ela resgata a formação de uma comunidade e celebra seu potencial de intelectualidade, de modo que a Feira do Livro propicia à constituição de uma identidade a ser revelada ao restante dos gaúchos e brasileiros, uma identidade que ressalta como principal aspecto o intelecto.

Por fim, considero que esse trabalho alcançou seu objetivo, pois ao revelar a cultura organizacional da Feira do Livro de Porto Alegre desvendou a influência dos seus aspectos simbólicos nos fatos administrativos levados a Praça, contribuindo, portanto para elucidar elementos constituintes de uma maneira local de administrar, evidenciando como o desnudamento da cultura de um evento pode contribuir para esclarecer como o poder é distribuído dentro de um grupo e como os aspectos homogeneizantes colaboram para a manutenção do *status quo* em uma sociedade. Além disso, penso que desvendar tais significados permitiu concluir que, tanto a identidade do porto-alegrense influencia na cultura organizacional do rito quanto à organização do ritual auxilia na construção da identidade desses “cidadinos”.

Entretanto, considero que em virtude da magnitude do evento, tanto no sentido de sua importância quanto em seu tamanho, o olhar de apenas um só pesquisador pode ter sido um limitador, tendo em vista os recortes que foram necessários realizar para a concretização da pesquisa dentro do tempo hábil para a conclusão do curso de mestrado.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; CRUBELLATE Renato Marcelo. Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: FGV, v. 43, nº2, p. 64-77, mar/abr 2003

BARBOSA, Livia. Cultura Administrativa: uma nova perspectiva das entre antropologia e administração. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: FGV, v. 36, nº 4, p. 6-19, out/dez 1996.

_____. **Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2001. 215p.

_____. **Cultura e Empresa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 57p

BENTANCUR, Paulo; FONSECA, Joaquim da. **A feira do Livro de Porto Alegre: 40 anos de história**. Porto Alegre: Câmara Rio-Grandense do Livro, 1994. 100p.

BERTERO, Carlos Osmar. Algumas Observações sobre a obra de G. Elton Mayo. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: FGV, v. 27, p. 73-95, 1968

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.17-76

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

_____. "Gosto de Classe e Estilo de Vida" In: **Pierre Bourdieu**. SP, Ática

BRANDÃO, Carlos Romero. **A Cultura na Rua**. São Paulo: Papyrus, 1989.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método. In: CARDOSO, Ruth (org). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. O Fim do mundo Telemig: a transformação das significações culturais em uma empresa de telecomunicações. Tese de doutorado: Centro de Pós-graduação e pesquisa em administração, Faculdade de Ciências Econômica/ Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 611p.

CASTILHOS, Rodrigo; CAVEDON, Neusa Rolita. Fornecedor, Mercadeiro e Cliente: um Ensaio sobre as trocas no Mercado Público Central de Porto Alegre. In: ENANPAD 2003, 2003, Atibaia. Anais do XXVII ENANPAD, 2003. v. 1. p. 1-15.

CASTILHOS, Rodrigo; CAVEDON, Neusa Rolita. Mercado Público de Porto Alegre: um espaço organizacional dividido entre o sagrado e o profano. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 37, p. 1-15, 2004.

CAVALCANTE, Maria Laura Viveiros de Castro. Roberto DaMatta, o carnaval e a interpretação do Brasil. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José Augusto. **O Brasil não é para principiantes: carnaval, malandros e heróis, vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 2º ed.

CAVEDON, Neusa Rolita. As manifestações rituais nas organizações e a legitimação dos procedimentos administrativos. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Economicas. Curso de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 1988.

_____. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional; implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23, 1999. Foz do Iguaçu, Anais [SI]: 1999. CD-ROM

_____. "Administração de Toga" desvendando a cultura organizacional da UFRGS e da UNISINOS. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2000.

_____. Os rituais na academia: revelando e escondendo os valores de uma universidade particular. In: VI CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL, 6, 2000, Mar del Plata. Identidad Disciplinaria y Campos de Aplicación, 2000. v. 1.

_____. "Administração de toga": desvendando o significado de uma universidade particular. In: SEMINÁRIO ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES, 1, 2001, Porto Alegre, Anais [SI]: 2001. CD-ROM

_____. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

_____. Pode Chegar, Freguês: a cultura organizacional do Mercado Público de Porto Alegre. **Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 11, n. n° 22, p. 173-189, 2004.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. As Culturas Organizacionais de uma Loja Autogestionada de Economia Popular Solidária de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004. Curitiba, Paraná, Anais [SI]: 2004. CD-ROM

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; LAZZAROTTO, Andréa Bohrer; MOTTA, Lubianca Neves da . A violência urbana e a administração das lojas do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre. In: **EG Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 49-78, 2004.

CROCI, Paula, VITALI, Alejandra. “El devenir kitsch”. In: **Los cuerpos dóciles. Hacia un tratado sobre la moda**. Buenos Aires, La Marca, 2000.

D'ADESKY, Jacques. "Acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público" In: Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "Negro Brasileiro Negro" nº 25, 1997.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Prefácio. In: VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANDRIDGE, Thomas C.; MITROFF, Ian; JOYCE, William F. Organizational Symbolism: a topic to expand organizational analysis. In: **Academy of Management Review**. Vol 5, nº 1, 1980, p. 77-82.

DANTAS, Marcelo. Liderança em organizações étnico-culturais: o caso do carnaval da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004. Curitiba, Paraná, Anais [SI]: 2004. CD-ROM

DEROSSO, Simone. As barracas estão na Praça In: DEROSSO, Simone; ORTIZ, Helen e SODRÉ, Elaine. **Os Bastidores da Feira do Livro**. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000

_____. Escolhendo a Praça. In: DEROSSO, Simone; ORTIZ, Helen e SODRÉ, Elaine. **Os Bastidores da Feira do Livro**. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000

- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, 232p.
- _____. **Símbolos Naturales**. Madrid: Alianza editorial, 1978.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. Uma nova visão da antropologia. In: **Bronislaw Malinowski: antropologia**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001
- FERREIRA, Athos D. **Imagens Sentimentais da Cidade**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.
- FISCHER, Luís Augusto. **50 Anos de Feira do Livro: vida cultural em Porto Alegre, 1954 – 2004**. Porto Alegre: LP&M, 2004
- FISCHER, Tânia; DANTAS, Marcelo; SILVA, Maria de Fátima; MENDES, Vera Lucia Peixoto. Olodum: a arte e o negócio. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: v. 33, nº2, p. 90-99, mar/abr 1993.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. Estórias, mitos, heróis: cultura organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresa**. Rio de Janeiro: v. 27, nº4, p. 7-18, out/dez 1987.
- _____. Cultura Organizacional e estratégias de Mudança: recolocando essas questões no cenário brasileiro atual. In: **Revista de Administração**, São Paulo v. 26, nº 2, p 3 -11, abr/jun 1991.
- _____. Cultura da qualidade e mudança organizacional. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: v. 33, nº2, p. 26-34, mar/abr 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 17º ed., 2002
- FRAZER, James G. Prefácio. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FREITAS, Maria Ester de. **Cultura Organizacional: formação, tipologias e impacto**. São Paulo: Makron, macGraw-hill, 1991.

_____. **Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma?** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. Contexto Social e Imaginário Organizacional Moderno. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: v. 40, nº2, p. 6-15, abr/jun 2000.

GALVANI, Walter. **A Feira da Gente: Feira do Livro de Porto Alegre 50 anos**. Porto Alegre: Câmara Rio-Grandense do Livro, 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002. 233 p.

GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José Augusto. **O Brasil não é para principiantes: carnaval, malandros e heróis, vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 2º ed.

GONZÁLEZ, Horácio. **O que são intelectuais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 130p

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. 244 p.

GRAMKOW, F. B.; CAVEDON, N. R. . As Bancas de Especiarias do Mercado Público de Porto Alegre e suas Estratégias. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 8, n. 22, p. 161-174, 2001.

GREGORY, Kathleen L. Native-View Paradigms: Multiple cultures and Culture Conflicts in Organiozations. In: **Administrative Science Quartely**. Cornell University, vol. 28, set 1983, p. 359-76.

HANDY, Charles. **Deuses da Administração**. São Paulo: Vértice, 1987.

JAIME JÚNIOR, Pedro. Pesquisas em administrações: por uma abordagem etnográfica. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, jul/dez, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 144p.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1997. 323 p. : il.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre : história e vida da cidade**. Porto Alegre: Editora da URGs, 1973

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTIN, Joanne e FROST, Peter. Jogos de Guerra da Cultura Organizacional: a luta pelo domínio intelectual. In: CLEGG, Stewart R., HARDY, Cynthia e NORD, Walter R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas 2001.

MASCARENHAS, André Ofenhejm. Etnografia e Cultura Organizacional: uma contribuição da Antropologia à Administração de Empresas. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: FGV, v. 42, nº2, p. 88-94, abr/jun 2002

MAUCH, Claudia. **História de Porto Alegre: Processo de Ocupação e Urbanização**. Porto Alegre: SMED,SMC, 1992.

McCRACKEN, Grant. **Cultura e Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Produto e Produtos da Cultura Organizacional: algumas questões sobre o comportamento dos empregados. **Revista de Administração**, São Paulo v. 26, nº 2, p 60 - 67, abr/jun 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Org. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22ª edição. Petrópolis, Vozes, 2003.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTT, Luiz. Feira e Mercados: pistas para a pesquisa de campo. In: FERRETI, Sérgio. **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luís: Editora UFMA-PROINCS, 2000.

OLIVEN, Ruben George. São Paulo, o nordeste e o rio grande do sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, RS, ano 14, nº 2, 1993

ORTIZ, Helen. A Organização. In: DEROSSO, Simone; ORTIZ, Helen e SODRÉ, Elaine. **Os Bastidores da Feira do Livro**. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 2000. 130p.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 228p.

_____. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

PESAVENTO, Simone Jatahy. A cor da alma: ambivalências e ambigüidades da identidade nacional. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: ano 20 nº 1 1999.

_____. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, RS, ano 14, nº 2, 1993

PETTIGREW, Andrew M. On studying organizational cultures. In: **Administrative Science Quarterly**. Cornell University, vol. 24, nº 3, dec 1979, p. 570-81.

PRESTES MOTTA, Fernando Cláudio. **O que é burocracia**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 112 p

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1983

RIVIÈRE, Claude. **Os Ritos Profanos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROCHA, Everaldo. Clientes e brasileiros: notas para um estudo da cultura do Banco X. Mar/1995. Original.

ROCHA, Everaldo. O Brasil em harmonia: um estudo em antropologia do consumo. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Lívia; DRUMMOND, José Augusto. **O Brasil não é para principiantes: carnaval, malandros e heróis, vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 2º ed.

ROESCH, Sylvia Maria de Azevedo. **Projetos de estágio do curso de Administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo, Atlas, 1996.

ROSSATO NETO, Félix Renato ; CAVEDON, Neusa Rolita. Empresas Familiares: desfilando seus processos sucessórios. **Cadernos Ebape**, São Paulo, v. II, n. 3, p. 1-16, 2004.

SCHEIN, Edgar H. **Organizational Culture and Leadership**. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.

SERVA, Maurício. A importância de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: vol 26, nº 4, p. 128-44, out/dez 1992.

_____. O Paradigma da Complexidade e a Análise Organizacional. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: FGV, v. 32, nº2, p. 26-35, abr/jun 1992.

SERVA, Maurício; JAIME JUNIOR, Pedro. Observação Participante e Pesquisa em Administração: uma postura antropológica. In: **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo: FGV, v. 35, nº1, p. 64-79, maio/jun 1995.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Ed. da USP, 2000. 194 p

SILVA, Alfredo Romero Leite da; JUNQUILHO, Gelson Silva. Diferenciações e fragmentações no papel do gestor como disseminador da “cultura corporativa”. ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004. Curitiba, Paraná. Anais [SI]: 2004. CD-ROM

SILVEIRA, Waldir da. A Feira da Gente. **Revista Feira do Livro**, out/nov de 2004, 50ª edição.

SILVEIRA, Waldir da. Que venham todos à Feira. **Revista da Feira do Livro**, out/nov de 2005, 51ª edição.

SMIRCICH, Linda. Concepts of culture and organiational analysis. In: **Administrative Science Quartely**. vol 28, nº3 set/1983.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1982.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Os Recados das Festas: representações e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

TOLEDO, Samantha; BULGACOV, Yara. Cultura Organizacional e Identidade: implicações dos ritos de passagem na identidade de jovens executivos trainees em uma organização multinacional. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004. Curitiba, Paraná, Anais [SI]: 2004. CD-ROM

TRAGTENBERG, Mauricio. **Sobre a Educação, Política e Sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRICE, Harrison M.; BEYER, Janice. Studying organizational culture through rites and ceremonials. In: **Academy of Management Review**. Mississipi, Mississipi State University, Vol 9, nº 4, 1984, p. 653-69.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974, 248p.

_____. Símbolos en el ritual ndembu. In: **Mito, rito, símbolo: lecturas antropológicas**. Quito, 1994. p. 165-200.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VERGARA, Sylvia Constant; MORAES, Cíntia de Melo; PALMEIRA, Pedro Lins. A cultura brasileira revelada no barracão de uma escola de samba. In: MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel P. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

<http://www.camaradolivro.com.br> (02/08/2004)

<http://www.lic.rs.gov.br/> (06/01/2006)

<http://www.minc.gov.br/projs/projsb.htm> (06/01/2006)

ANEXOS

ANEXO A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EDITORES

1. Editora que representa:
2. Cargo que ocupa:
3. Escolaridade: Sexo: Idade:
4. Quando eu falo “Feira do Livro de Porto Alegre” o que vem a sua mente?
5. No seu entender, qual o público que vem à Feira?
6. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
7. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
8. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
9. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
10. Na sua opinião, qual a relevância da Feira do livro para as editoras?
11. Qual a importância da feira para Porto Alegre?
12. Para você, o que significa a figura do patrono para a Feira?
13. Para você, o que significa a figura do Xerife?
14. Há quanto tempo a editora está presente na Feira?
15. O que representa para a editora estar na Feira do Livro?
16. Qual a relação que a editora tem com a CRL?
17. Como a editora organiza sua participação na Feira?
18. Para as editoras quais são os prós em lançar um livro na Feira?
19. E os contras em lançar um livro na Feira?
20. Como é a relação da editora com as livrarias antes da Feira?
21. Como é a relação da editora com as livrarias durante a Feira?
22. Como é a relação da editora com as livrarias depois da Feira?
23. Como é a relação da editora com os clientes finais (varejo) antes da Feira?
24. Como é a relação da editora com os clientes finais (varejo) durante a Feira?
25. Como é a relação da editora com os clientes finais (varejo) depois da Feira?
26. Qual sua opinião quanto à participação dos Sebos na Feira?
27. Como é a relação da editora com os funcionários que trabalham na Feira?
28. Como é a relação da editora com os funcionários que não trabalham na Feira?
29. O que você acha do apoio que a CRL dá aos editores na Feira?
30. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
31. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
32. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
33. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
34. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS LIVREIROS

1. Livraria que representa:
2. Cargo que ocupa:
3. Escolaridade: Sexo: Idade:
4. Quando eu falo “Feira do Livro de Porto Alegre” o que vem a sua mente?
5. No seu entender, qual o público que vem à Feira?
6. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
7. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
8. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
9. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
10. Qual a relevância da Feira para Porto Alegre?
11. Para você, o que significa a figura do patrono para a Feira?
12. Para você, o que significa a figura do Xerife?
13. Há quanto tempo à livraria está presente na Feira?
14. Qual o significado que a Feira do Livro tem para as livrarias?
15. O que representa para a livraria estar na Feira do Livro?
16. Qual a relação que a livraria tem com a CRL?
17. Como a livraria organiza a participação na Feira?
18. Qual sua opinião quanto à participação das editoras na Feira?
19. Qual sua opinião quanto à participação dos Sebos na Feira?
20. Como é a relação da livrarias com as editoras antes da Feira?
21. Como é a relação da livrarias com as editoras durante a Feira?
22. Como é a relação da livrarias com as editoras depois da Feira?
23. Como é a relação da livraria com os clientes antes da Feira?
24. Como é a relação da livraria com os clientes durante a Feira?
25. Como é a relação da livraria com os clientes depois da Feira?
26. Como é a relação da livraria com os funcionários que trabalham na Feira?
27. Como é a relação da livraria com os funcionários que não trabalham na Feira?
28. O que você acha do apoio que a CRL dá as livrarias na Feira?
29. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
30. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
31. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
32. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
33. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ESCRITORES

1. Escolaridade:
2. Sexo:
3. Idade:
4. Quando eu falo “Feira do Livro de Porto Alegre” o que vem a sua mente?
5. No seu entender, quem são as pessoas que vão à Feira?
6. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
7. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
8. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
9. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
10. Na sua opinião, qual a relevância da Feira do livro para os escritores?
11. Para você, o que significa a figura do patrono para a Feira?
12. Para você, o que significa a figura do Xerife?
13. Qual a importância de lançar um livro na Feira?
14. Você se organiza para ter um livro lançado na Feira?
15. O que significa, para os escritores, participar de uma sessão de autógrafos na Feira?
16. Há diferença entre a sessão de autógrafos da feira e as que acontecem em Livrarias durante o ano?
17. Qual a relação que os escritores têm com a CRL?
18. Qual sua opinião quanto à participação das editoras na Feira?
19. Qual sua opinião quanto à participação das livrarias na Feira?
20. Qual sua opinião quanto à participação dos Sebos na Feira?
21. O que você acha do apoio que a CRL dá aos autores na Feira?
22. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
23. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
24. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
25. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
26. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

1. Instituição que representa:
2. Cargo que ocupa:
3. Escolaridade: Sexo: Idade:
4. No seu entender, qual é o público que vai à Feira?
5. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
6. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
7. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
8. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
9. Qual a relevância da Feira para Porto Alegre?
10. Para você, o que significa a figura do patrono para a Feira?
11. Para você, o que significa a figura do Xerife?
12. Qual o significado que a Feira do Livro tem para a imprensa?
13. O que representa para os meios de comunicação estarem com um estúdio na Feira do Livro?
14. Qual a relação que os meios de comunicação têm com a CRL?
15. Como os meios de comunicação organizam a participação na Feira?
16. Por que levar os programas para a Feira?
17. O que você acha do apoio que a CRL dá aos veículos de comunicação durante Feira?
18. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
19. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
20. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
21. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
22. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO E: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FUNCIONÁRIOS

1. Instituição que representa:
2. Cargo que ocupa:
3. Escolaridade: Sexo: Idade:
4. Quando eu falo “Feira do Livro de Porto Alegre” o que vem a sua mente?
5. No seu entender, quem são as pessoas que vão à Feira?
6. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
7. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
8. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
9. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
10. Para você, o que significa a figura do Patrono para a Feira?
11. Para você, o que significa a figura do Xerife?
12. Como é trabalhar na Feira do Livro?
13. Há diferença entre vender livros na Feira e vendê-los no estabelecimento comercial?
14. Há algum treinamento específico para os vendedores que vêm à Feira?
15. Como são organizados os horários de trabalho para a Feira?
16. Quem define quais?
17. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
18. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
19. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
20. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
21. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO F: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PATRONO

1. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
2. Qual o significado de ser patrono da Feira?
3. Quais são as atribuições de um Patrono?
4. Como é a relação do Patrono com os visitantes da Feira?
5. Como é a relação do Patrono com a mídia?
6. Como é a escolha do Patrono?
7. O que você pensa a respeito da forma que é feita a escolha do Patrono?
8. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
9. No seu entender, qual o público que vem à Feira?
10. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
11. Como você acha que essas pessoas vêem a figura do Patrono?
12. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
13. Qual a relevância da Feira para Porto Alegre?
14. Para você, o que significa a figura do Patrono para a Feira?
15. Para você, o que significa a figura do Xerife?
16. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
17. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
18. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
19. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
20. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO G: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O XERIFE

1. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
2. Qual o significado de ser Xerife da Feira?
3. Quais são as atribuições do Xerife da Feira?
4. Como você diria que é o seu vínculo com a praça?
5. E com a Feira?
6. Como foi que você foi “nomeado” Xerife?
7. Como é a relação do Xerife com os visitantes da Feira?
8. Como é a relação do Xerife com CRL?
9. Qual é a relação do Xerife com a mídia?
10. Como é a relação do Xerife com os expositores da Feira?
11. Como é a relação do Xerife com os funcionários que estão trabalhando na Feira?
12. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
13. No seu entender, qual o público que vem à Feira?
14. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
15. Como você acha que essas pessoas vêem o Xerife?
16. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
17. Qual a relevância da Feira para Porto Alegre?
18. Para você, o que significa a figura do Patrono para a Feira?
19. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
20. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
21. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
22. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
23. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO H: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS “RETIRADOS”

1. Instituição que representa:
2. Há quanto tempo está na praça?
3. Escolaridade: Sexo: Idade:
4. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
5. Como você diria que é o seu dia de trabalho na Praça, sem a Feira?
6. E com a Feira na Praça?
7. Como é sair da Praça?
8. Como fica a relação com os clientes durante o tempo de Feira?
9. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
10. No seu entender, qual o público que vem à Feira?
11. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
12. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
13. Qual a relevância da Feira para Porto Alegre?
14. Para você, o que significa a figura do Patrono para a Feira?
15. Para você, o que significa a figura do Xerife?
16. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
17. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
18. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
19. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
20. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

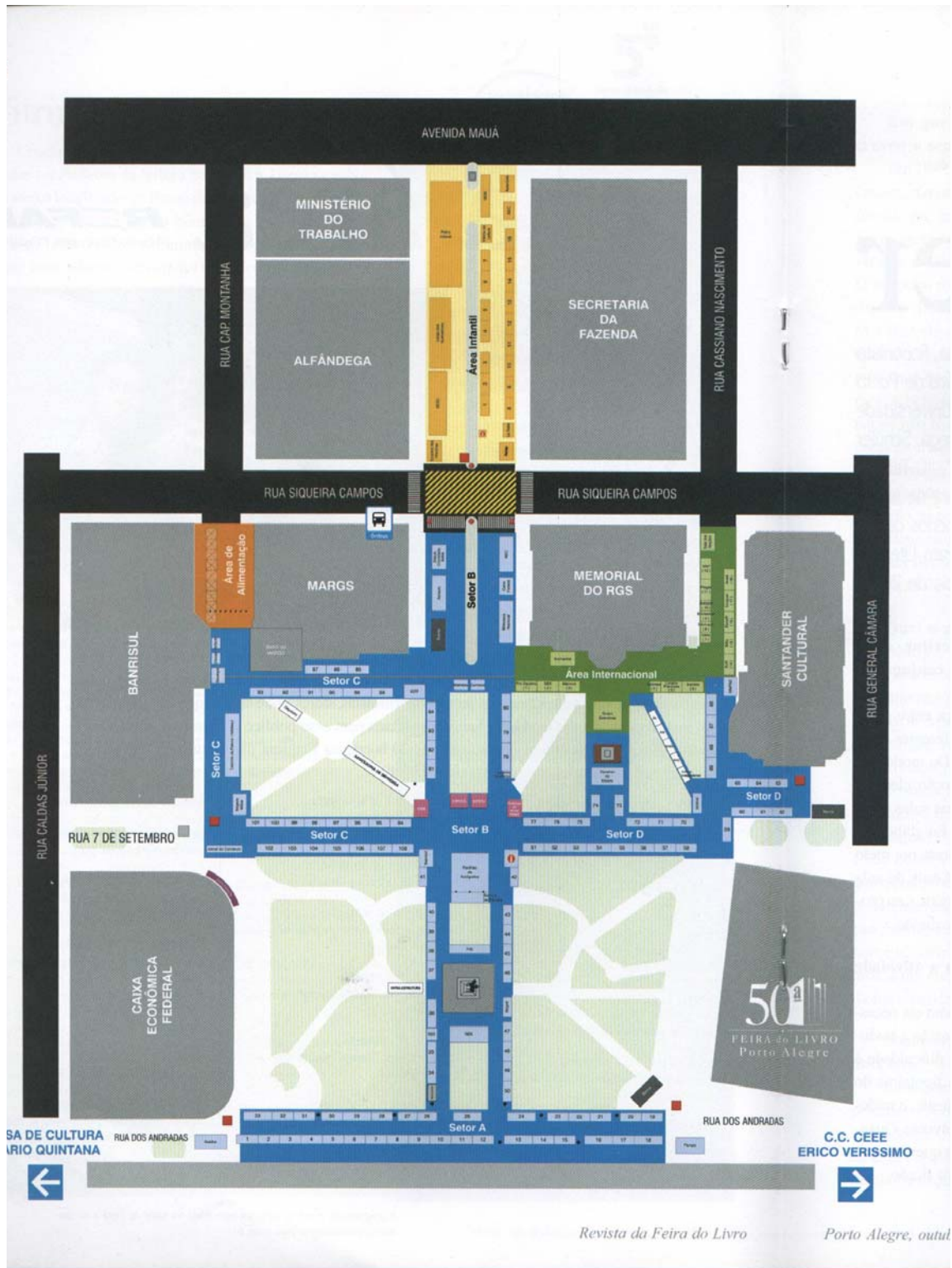
ANEXO I: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS VISITANTES

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Quantas vezes veio à Feira?
6. O que significa a Feira para você?
7. O que faz você vir à Feira do Livro?

ANEXO J: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EX-PATRONOS

1. Nome:
2. Ano em que foi Patrono:
3. Qual o significado que a Feira do Livro tem para você?
4. Qual o significado de ser Patrono da Feira?
5. Houve alguma mudança na sua carreira após ter sido Patrono da Feira?
6. Quais são as atribuições de um Patrono?
7. Como é a relação do Patrono com os visitantes da Feira?
8. Como é a relação do Patrono com a mídia?
9. Como é a escolha do Patrono?
10. O que você acha a respeito da forma que é feita a escolha do Patrono?
11. Qual o significado da Feira para os porto-alegrenses?
12. No seu entender, qual o público que vem à Feira?
13. O que essas pessoas estariam procurando na Feira?
14. Como você acha que essas pessoas vêem a figura do Patrono?
15. Qual o significado da Feira para as pessoas que vêm de outras localidades?
16. Qual a relevância da Feira para Porto Alegre?
17. Para você, o que significa a figura do Patrono para a Feira?
18. Para você, o que significa a figura do Xerife?
19. O que você acha do apoio que o Poder Local dá a Feira?
20. O que você acha do espaço que a mídia destina à Feira?
21. Na sua opinião, qual o futuro da Feira do Livro?
22. Qual a sua sugestão para o aprimoramento do evento?
23. Relate algo que considera curioso, engraçado, relacionado à Feira.

ANEXO L: MAPA DA 50ª EDIÇÃO DA FEIRA



ANEXO M: MAPA DA 51ª EDIÇÃO DA FEIRA

